



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

MARIA HELENA RODRIGUES CAMPELO

**ADMIRÁVEIS MULHERES DE FRONTEIRAS: O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO
FEMININA NAS FAMÍLIAS - NARRATIVAS COTIDIANAS CONTEMPORÂNEAS
AO SÉCULO XXI EM GRUPO DE MULHERES DE UMA ORGANIZAÇÃO DA
SOCIEDADE CIVIL EM FORTALEZA - CEARÁ**

**FORTALEZA
2022.**

MARIA HELENA RODRIGUES CAMPELO

ADMIRÁVEIS MULHERES DE FRONTEIRAS: O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO
FEMININA NAS FAMÍLIAS - NARRATIVAS COTIDIANAS CONTEMPORÂNEAS AO
SÉCULO XXI EM GRUPO DE MULHERES DE UMA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE
CIVIL EM FORTALEZA - CEARÁ

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em
Educação Brasileira da Universidade Federal
do Ceará, como parte dos requisitos para
obtenção do título de Doutora em Educação.
Área de concentração: Educação Brasileira.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Helena
Carvalho Holanda.

FORTALEZA,
2022.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos
pelo(a) autor(a)

C196a Campelo, Maria Helena Rodrigues.

Admiráveis mulheres de fronteiras : o processo de subjetivação feminina nas famílias - narrativas cotidianas contemporâneas ao século XXI em grupos de uma Organização da Sociedade Civil em Fortaleza – Ceará / Maria Helena Rodrigues Campelo. – 2022.
298 f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2022.

Orientação: Profa. Dra. Patrícia Helena Carvalho Holanda .

1. Mulheres. 2. Famílias. 3. Subjetivação. I. Título.

CDD 370

MARIA HELENA RODRIGUES CAMPELO

ADMIRÁVEIS MULHERES DE FRONTEIRAS: O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO
FEMININA NAS FAMÍLIAS - NARRATIVAS COTIDIANAS CONTEMPORÂNEAS AO
SÉCULO XXI EM GRUPO DE MULHERES DE UMA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE
CIVIL EM FORTALEZA - CEARÁ

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em
Educação Brasileira da Universidade Federal
do Ceará, como parte dos requisitos para
obtenção do título de Doutora em Educação.
Área de concentração: Educação Brasileira.
Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Helena
Carvalho Holanda.

Aprovada em: 29/06/2022.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Patrícia Helena Carvalho Holanda (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Vlândia Jamile dos Santos Jucá
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Zilda Maria Menezes Lima
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Profa. Dra. Maria Cleide da Silva Ribeiro Leite
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

Às mulheres que vivem, resistem e ajudam
outras mulheres a perceberem suas histórias.
Nós, mulheres, somos movimento contínuo,
fluxo constante de força nesse universo de mudança.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Universo, às forças superiores, às entidades sagradas e espíritos de luz, aos anjos e santos, pela capacidade de resiliência, resistência, coragem e determinação que me foram dadas. Agradeço a minha família por ter me ajudado na forma como puderam, a não sucumbir, a continuar seguindo firme diante das adversidades que perpassa meu caminho.

Agradeço às amigas pela acolhida, incentivo e cuidado; elas me inspiram a contar histórias de mulheres que sobrevivem ao cotidiano com força, firmeza e também sensibilidade e leveza. Nós somos nós, desatinados e desalinhados, que se conectam pela sororidade e pela ancestralidade. Agradeço ao meu companheiro, pela paciência, compreensão, confiança, segurança e apoio em todos os dias que está ao meu lado acreditando que eu nasci pra brilhar.

Agradeço a Universidade Federal do Ceará pela oportunidade de realizar essa conquista, essa casa que sempre quis pertencer! Agradeço a Linha de Pesquisa História e Educação Comparada por tantos aprendizados e trocas de conhecimentos, especialmente, ao Eixo sobre Família, Sexualidade e Educação, pois nesse campo encontrei meus colegas e orientadores.

Agradeço a banca por aceitar o convite e contribuir com minha formação. Agradeço à minha orientadora que me inspira, incentiva e encoraja cotidianamente a ser mulher e viver com firmeza e leveza nessa sociedade contemporânea. Somos mulheres do nosso tempo! Ao Mestre Gisafran Jucá, que tive orgulho de ser orientanda, que me surpreende a cada escrita com suas considerações, memórias e narrativas. Agradeço às professoras da banca Zilda Lima, Socorro Lucena, Cleide Leite e Vlândia Jucá, pela atenção, acolhida, compreensão, segurança, confiança, disponibilidade e colaboração ao meu processo formativo, tão significativo para minha trajetória pessoal.

Agradeço ao Projeto Social Sementes da ICA - PROSSICA pela oportunidade de realizar a pesquisa de campo, e principalmente, as mulheres que confiaram a mim a revelação das narrativas de suas histórias de vida e das mulheres de suas famílias! Agradeço às pessoas que me incentivaram a estudar, que ajudaram, me estimularam com desafios, me possibilitaram oportunidades, o acesso as conquistas e realizações, acreditando em mim e na minha capacidade de compartilhar histórias de mulheres para inspirar outras mulheres no cotidiano.

RESUMO

A presente tese tem por tema: Admiráveis mulheres de fronteiras: o processo de subjetivação feminina nas famílias - narrativas cotidianas contemporâneas ao século XXI em grupos de uma Organização da Sociedade Civil em Fortaleza – Ceará. Este estudo articula as categorias teóricas: Mulheres, Famílias, Subjetivação. Consideramos que as transformações vivenciadas pelas mulheres nas famílias impactam o seu processo de subjetivação, pois os modos de produção do feminino, estão relacionados às relações familiares, sociais, culturais, econômicas e políticas. Entendemos a interface entre o processo de subjetivação das mulheres no contexto familiar, identificando as narrativas femininas na realidade local, a partir das expressões das histórias de vida das mulheres do cotidiano. A questão que norteou esta pesquisa foi: Como ocorre o processo de subjetivação das mulheres no contexto familiar, em relação a influência das novas configurações familiares expressas nas narrativas contemporâneas ao século XXI, a partir de grupos de mulheres de uma Organização da Sociedade Civil em Fortaleza – Ceará? Visamos como Objetivo Geral - compreender o processo de subjetivação das mulheres no contexto familiar, em relação a influência das novas configurações familiares expressas nas narrativas contemporâneas ao século XXI, a partir de grupo de mulheres de uma Organização da Sociedade Civil em Fortaleza – Ceará. No aporte teórico básico, sustentamos os trabalhos de: Agnes Heller (1989); Aníbal Quijano (2005); Bell Hooks (2014); Gloria Anzaldúa (2000); Judith Butler (2003); Lorde Audre (2012); Maria Lugones (2014); Michel Foucault (1993); Patrícia Collins (2016); Walter Mignolo (2003); Valeska Zanello (2016). Metodologicamente, situamos o âmbito da pesquisa qualitativa, com objetivo explicativo, natureza interventiva grupal, base de procedimento bibliográfico, pesquisa de campo com narrativas femininas, histórias de vida das mulheres e as histórias do cotidiano em suas famílias. O público participante da intervenção são as mulheres em situação de vulnerabilidade social atendidas pela instituição Projeto Sementes da ICA - PROSSICA, em Fortaleza- Ceará. Reconhecemos como resultados a necessidade de dar visibilidade ao cotidiano das mulheres, evidenciando o processo de subjetivação feminina, no que se refere a construção da autonomia, empoderamento e protagonismo feminino. Apontamos a tese de que as mulheres constituem sua subjetividade no âmbito de suas famílias porque é nesse espaço que elas aprendem a interagir, socializar, produzir e reproduzir valores sociais e culturais, e nesse contexto, transmitem normas, regras e funções quanto ao cuidado e educação, essa condição do vínculo possibilita mudança em suas vidas e transformação em suas famílias.

Palavras-chaves: Mulheres; Famílias; Subjetivação.

ABSTRACT

The present thesis has as its theme: Admirable women of borders: the process of female subjectivation in families - contemporary everyday narratives to the 21st century in groups of a Civil Society Organization in Fortaleza - Ceará. This study articulates the theoretical categories: Women, Families, Subjectivation. We consider that the transformations experienced by women in families impact their subjectivation process, as the ways of female production are related to family, social, cultural, economic and political relationships. We understand the interface between the process of subjectivation of women in the family context, identifying the female narratives in the local reality, from the expressions of the life stories of women in everyday life. The question that guided this research was: How does the process of subjectivation of women in the family context occur, in relation to the influence of new family configurations expressed in contemporary narratives to the 21st century, from groups of women of a Civil Society Organization in Fortaleza – Ceara? We aim as General Objective - to understand the process of subjectivation of women in the family context, in relation to the influence of new family configurations expressed in contemporary narratives to the 21st century, from a group of women from a Civil Society Organization in Fortaleza - Ceará. In the basic theoretical contribution, we support the works of: Agnes Heller (1989); Aníbal Quijano (2005); Bell Hooks (2014); Gloria Anzaldúa (2000); Judith Butler (2003); Lord Audre (2012); Maria Lugones (2014); Michel Foucault (1993); Patricia Collins (2016); Walter Mignolo (2003); Valeska Zanello (2016). Methodologically, we place the scope of qualitative research, with an explanatory objective, group intervention nature, bibliographic procedure base, field research with female narratives, women's life stories and the stories of everyday life in their families. The public participating in the intervention are women in situations of social vulnerability assisted by the institution Projeto Sementes da ICA - PROSSICA, in Fortaleza-Ceará. We recognize as a result the need to give visibility to women's daily lives, highlighting the process of female subjectivation, with regard to the construction of autonomy, empowerment and female protagonism. We point out the thesis that women constitute their subjectivity within their families because it is in this space that they learn to interact, socialize, produce and reproduce social and cultural values, and in this context, they transmit norms, rules and functions regarding care and education. , this bonding condition enables change in their lives and transformation in their families.

Keywords: Women; Families; Subjectivation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O DESEJO DE VER ADIANTE AINDA VAI NOS LEVAR MUITO ALÉM	18
2.1	Percurso metodológico e trajetória investigativa das perspectivas analíticas	18
2.2	Apresentação da Pesquisa de Campo: exposição dos sujeitos e da instituição	34
3	O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DAS MULHERES NAS FAMÍLIA	55
3.1	É preciso olhar primeiro pra quem nós somos, nossa história de mulheres nas famílias	56
3.2	Ela observou a trajetória de vida da sua família e decidiu não querer ser daquele jeito	67
3.3	Eu priorizo sempre meus filhos antes de mim, coloco meus filhos em primeiro lugar	77
3.4	Eu quero que minha filha seja corajosa e atrevida, porque fazer escolhas é ser livre	89
3.5	É preciso questionar a prisão, o processo de autonomia de construção como mulher	98
4	O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO FEMININA E HISTÓRIA DE MULHERES	108
4.1	O amor está ligado a tudo, amar é uma decisão, é uma escolha	109
4.2	O processo é construção, eu estou construindo a pessoa que quero ser	122
4.3	A gente não demonstra amor, mas ama, não consigo dimensionar a maternidade	133
4.4	Hoje eu sou livre, se puder ajudo outra mulher, a gente precisa tá é com a gente	160
4.5	Eu renunciei de mim ao me calar para ser outra pessoa, hoje tento fazer melhor	170
5	O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES DAS FAMÍLIAS	188
5.1	Minha espiritualidade veio da experiência da essência da palavra	189
5.2	Eu cuido do outro e não sou cuidada, aprendi pela dor a tirar um tempo pra mim	206
5.3	O trabalho tem sentido de peso, de responsabilidade de ajudar minha família	219
5.4	Posso dar a educação para meus filhos, não pude realizar meu sonho, mas eles podem	236
5.5	Disse pra ele não me machucar e a minha filha, eu não aceito que ela sofra violência	250
6	CONCLUSÃO	265
	REFERÊNCIAS	276

GLOSSÁRIO	285
APÊNDICE A – ROTEIRO DA PESQUISA DE CAMPO	290
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	292
ANEXO A – TERMO DE COMPROMISSO PARA UTILIZAÇÃO DE DADOS	294
ANEXO B – CRONOLOGIA DE DIREITOS DAS MULHERES NO BRASIL	295
ÍNDICE	299

1 INTRODUÇÃO

*Meu choro não é nada além de carnaval
 É lágrima de samba na ponta dos pés
 A multidão avança como vendaval
 Me joga na avenida que não sei qual é
 Pirata e Super-Homem cantam o calor
 Um peixe amarelo beija minha mão
 As asas de um anjo soltas pelo chão
 Na chuva de confetes deixo a minha dor
 Na avenida, deixei lá, a pele preta e a minha voz
 A minha fala, minha opinião, a minha casa, minha solidão
 Joguei do alto do terceiro andar
 Quebrei a cara e me livrei do resto dessa vida
 Na avenida, dura até o fim, mulher do fim do mundo
 Eu sou e vou até o fim cantar
 Eu quero cantar até o fim, me deixem cantar até o fim
 Até o fim, eu vou cantar; eu sou mulher do fim do mundo
 Eu vou, eu vou, eu vou cantar
 Eu vou cantar até o fim e deixem cantar até o fim
 Mulher do Fim do Mundo - Composição: Alice Coutinho / Romulo Froes.
 Interprete Elza soares*

Quando escrevemos nos dispomos a contar histórias, um ato individual em nome coletivo, uma ação solitária e solidária, resistente e resiliente, com afeto e cognição, com esperança e sororidade, com memórias. Esse é o sentimento ao ouvir Elza Soares pedir, implorar e proclamar até o fim de sua vida a fazer o que soube de melhor como mulher, cantora e profissional: cantar e encantar. Gratidão Elza Soares, pela existência, resistência, persistência e insistência. Nós, mulheres do fim do mundo, ou mulheres de uma nova era, temos algo a revelar, não por obrigação, mas por desejo. Neste estudo, queremos contar histórias de admiráveis mulheres do cotidiano de suas famílias. As narrativas, sentimentos e pensamentos serão nossos guias e horizontes.

A escrita feminina sobre a História das Mulheres em uma perspectiva feminista é um desafio contemporâneo, uma vez que para além do reconhecimento dos direitos civis, é necessário compreender os fatores que inibiram e reprimiram o direito das mulheres em ocupar seus lugares no âmago da sociedade, marcada pelo sexismo, e por consequência, pela família patriarcal. Considerando que as famílias vêm passando por uma nova reestruturação na contemporaneidade, em função da desintegração das estruturas familiares tradicionais apontamos a emergência das novas compreensões sobre o conceito de família e o modo de relação entre os seus membros.

Destarte, o presente estudo consiste em debruçar-se sobre o tema: Admiráveis mulheres de fronteiras: o processo de subjetivação feminina nas famílias - narrativas cotidianas contemporâneas ao século XXI em grupos de uma Organização da Sociedade Civil em

Fortaleza – Ceará.

O interesse em desenvolver uma pesquisa como mulher, trabalhadora, psicóloga, assistente social, professora e pesquisadora da Linha História e Educação Comparada da Universidade Federal do Ceará - UFC, especificamente, no eixo de Família, Educação e Sexualidade, voltada para a temática acima descrita, é fruto da experiência, por ocasião do desenvolvimento da minha pesquisa de mestrado, assim como da minha inserção no campo profissional como gestora de políticas públicas, sociais e afirmativas e com os diálogos com o Terceiro Setor, através do trabalho social com famílias em uma Organização da Sociedade Civil. Essas experiências de escuta individual e coletiva de forma qualificada, bem como as vivências como facilitadora de grupos com mulheres, evidenciaram a proficiência de estudar a subjetivação das mulheres, no sentido de explicitar os esforços empreendidos pelas mulheres para conquistar na sociedade um papel de igualdade com os homens e assegurar os direitos conquistados nas leis.

Esse lugar de identificação com a temática estudada, referenciada nas experiências de trabalho, pautada na militância social e política de lutar por um mundo melhor, com liberdade, respeito e equidade são os mecanismos mobilizadores para pensar a transformação da sociedade. Ao longo de quinze anos, durante a formação acadêmica e profissional, esses ideais de vida se tornaram horizontes para defender direitos e buscar desenvolver redes de apoio para promover a autonomia, o empoderamento e o protagonismo das mulheres. Por acreditar e reproduzir os valores éticos de justiça social, é que essa pesquisa teve origem, pois ao narrar a história de vida de outras mulheres era preciso estar ciente e convicta das mulheres que nos tornamos. Esse estudo é sobretudo um convite a olhar de outros ângulos e perspectivas para o que consideramos um furo na janela da história, uma brecha para ver a contemporaneidade das relações familiares.

Contar a história pessoal e profissional como pesquisadora, aos olhos de quem acessa essa narrativa pode ser semelhante a outras mulheres, essa interação é um fio que conecta e enlaça um coletivo feminino imbricado na subjetivação. O desejo de pesquisar emergiu ao olhar o cotidiano e perceber as possibilidades de transformação das mulheres e de suas famílias pelo viés da educação. O vínculo como pesquisadora foi estabelecido pela experiência de trabalho educativo e de atendimento às mulheres, fortalecendo a aproximação, o contato e a escuta atenta e qualificada, não por acaso, funções relacionadas ao cuidado, presentes nas profissões consideradas femininas.

Diante disso, entendemos o estudo desta temática como um importante instrumento de reflexão frente aos avanços conquistados, particularmente, por compreendermos que parte

das mulheres nesta pesquisa vivenciaram uma educação sexista, autoritária e abusiva, sem acesso e a garantia de oportunidades de igualdade de gênero. Vale destacar que reconhecemos a necessidade de dar visibilidade ao cotidiano das mulheres em suas famílias, evidenciando o processo de subjetivação feminina, no que se refere a autonomia, empoderamento e protagonismo feminino. Acreditamos que as mulheres podem desenvolver uma rede de apoio e suporte a outras mulheres, que esse aspecto fomenta e alimenta condições e oportunidades pautadas na educação não sexista. O estudo reflete sobre o impacto das novas configurações familiares na constituição da subjetivação das mulheres, possibilitando questionar como estas práticas empreendidas penetraram na cultura do século XX e apresentaram consequências para as relações sociais atuais.

Tal situação nos coloca diante da necessidade de tematizar vários fatores, a começar pelo entendimento de que forma as mulheres constituem os processos de subjetivação na sociedade e qual a influência das novas configurações familiares nesse âmbito. Consideramos que as transformações vivenciadas pelas mulheres nas famílias no seu processo de subjetivação estão relacionadas a realidade contemporânea das famílias brasileiras, impactadas pelas mudanças demográficas, sociais, econômicas, culturais e políticas, que interferem nas configurações e dinâmicas familiares, principalmente, sobre os papéis e funções das mulheres em relação aos lugares ocupados e delimitados socialmente no cenário público e privado.

A justificativa para realização dessa pesquisa deve-se ao fato de considerarmos a família como reflexo de uma sociedade, cuja dinâmica é afetada pela diversidade do sistema capitalista no cenário contemporâneo, revestindo sua dinâmica de acordo com as mudanças sociais, econômicas e políticas. Sem dúvida, o acesso à garantia de direitos possibilita uma mudança na vida das mulheres nas famílias, pois permite a construção de outras perspectivas e oportunidades de vida, pautadas pela autonomia, empoderamento e protagonismo. No entanto, percebemos que a sociedade brasileira ainda reflete um padrão sexista e patriarcal nos modelos de famílias, que está sendo modificados pelos questionamentos e resistências das relações de poder pelas mulheres em suas famílias, pois ao assumirem novos papéis e funções, deslocam as estruturas enraizadas de discriminação e subordinação.

Diante do exposto, delineamos a seguinte pergunta de partida que atribuímos como questão geradora ao longo das exposições: Como ocorre o processo de subjetivação das mulheres em suas famílias, em relação a influência das novas configurações familiares expressas nas narrativas contemporâneas ao século XXI, a partir de grupos de mulheres de uma Organização da Sociedade Civil em Fortaleza – Ceará?

Nessa investigação, visamos como Objetivo Geral: Compreender o processo de subjetivação das mulheres no contexto familiar, em relação à influência das novas configurações familiares expressas nas narrativas contemporâneas ao século XXI, a partir de grupos de mulheres de uma Organização da Sociedade Civil em Fortaleza – Ceará. Propomos como Objetivos Específicos: 1. Analisar como ocorre o processo de subjetivação das mulheres no âmbito de suas respectivas famílias na contemporaneidade; 2. Explicar a influência do processo de subjetivação das mulheres, os modos de produção do feminino e as formas de resistência feminina em suas famílias; 3. Explicitar a relação entre o processo de subjetivação das mulheres e as transformações contemporâneas das novas configurações familiares.

O título apresentado com o termo admiráveis mulheres de fronteiras emergiu das análises e da avaliação das qualificações de Tese, quando ao falarmos sobre as mulheres participantes dos grupos, observamos que elas estavam na linha de frente de suas famílias e vinculadas à dinâmica familiar, tecendo desafios quanto ao seu processo de subjetivação, de autonomia, de empoderamento e protagonismo. Todavia, as narrativas demonstram que elas mudaram perspectivas em relação às suas mães, avós e suas ancestrais, embora ainda estejam desafiando os padrões conservadores dos tempos atuais. Apontam a necessidade de construir um mundo diferente e mais seguro para suas filhas, com melhores oportunidades em uma sociedade mais igualitária e com respeito para as mulheres. Elas são mulheres de fronteiras porque estão rompendo limites dos tempos históricos, estão no limítrofe, costurando redes e entrecruzando linhas, com rupturas de espaços, cobrindo as suas teias dos territórios simbólicos e uma realidade do devir.

A expressão Mulheres de Fronteiras constitui um achado da pesquisa, porque o termo foi sendo construído à medida que as respostas às questões geradoras foram sendo elaboradas, assim representa uma inovação ao evidenciar o esforço dessas mulheres chegarem aos seus limites, buscando superar os obstáculos, ultrapassar as barreiras, ir além da realidade vivida. São mulheres de fronteiras porque ainda não romperam padrões, movimentam as resistências diante das prisões e pressões das condições que vivem, mudaram a realidade em relação às suas ancestrais, mas ainda estão em processo de transformação de si. Elas são admiráveis porque se posicionam diferente da realidade aprendida, em meio ao período contemporâneo de suas vivências, buscam ir adiante, como resistência e com resiliência, todavia, ainda projetam nas suas famílias, especialmente, nas filhas dessa geração, as realizações e expectativas de suas histórias, como uma crença de que elas irão transpor os limites e atravessar as fronteiras.

O conceito mulheres de fronteiras remete também a influência de análise dos estudos Pós-Coloniais, especialmente decoloniais, que definem o conceito de fronteiras para significar o pensamento e a condição de entre lugares, com intervenções das mulheres em ocupar espaços socialmente delimitados, assim como a fronteira epistêmica entre os estudos da Modernidade/Colonialidade, as fronteiras entre as conexões culturais e as delimitações de gênero, raça/etnia e classe. Por fronteiras, compreendemos nossa concepção de que nós mulheres estamos nas bordas do que propomos a mudar, por isso queremos superar os limites e avançar na transformação. Elas são admiráveis por seus exemplos que nos conectam, representam os reflexos de nosso cotidiano.

Apontamos a tese de que a subjetivação das mulheres é construída pela identidade e representação no âmbito de suas famílias e da sociedade, perpassadas por discursos, valores e práticas sociais e culturais. Enfatizamos que as mulheres constituem sua subjetividade no âmbito de suas famílias porque é nesse espaço que elas aprendem a interagir, socializar, produzir e reproduzir valores sociais e culturais, e nesse contexto, transmitem normas, regras e funções às crianças que cuidam e educam, essa condição da construção do vínculo possibilita mudança em suas vidas e transformação em suas famílias.

Buscamos a articulação teórica dos conceitos com o tipo de pesquisa de abordagem qualitativa, de objetivo explicativo e natureza interpretativa. Utilizamos como procedimentos de coleta de dados: 1. a base bibliográfica; 2. a pesquisa de campo. As fontes de informação foram os estudos bibliográficos e as narrativas femininas. Usamos como técnicas de pesquisa: uma intervenção grupal, na função de facilitadora, através de grupos focais. A pesquisa de campo foi realizada na instituição Projeto Social Sementes da ICA - PROSSICA, no bairro Castelão em Fortaleza - Ceará. O público participante da pesquisa corresponde aos grupos de mulheres da entidade: a intervenção ocorreu com dois grupos: o primeiro com as profissionais, o segundo com as beneficiárias atendidas.

Escolhemos esse formato metodológico de uma perspectiva interpretativa porque queríamos observar a realidade local, o próprio cenário das mulheres participantes, tentando responder as questões reais identificadas, interpretando os contextos, as ações, reações, sentidos, significado, resistências e resiliências. Definimos essa classificação de pesquisa porque esse modelo cria uma teoria sobre os sujeitos, permitindo aprofundar o conhecimento sobre a realidade, buscando conhecer o motivo dos acontecimentos e identificando as relações entre os sujeitos. Consideramos que essas categorias metodológicas permitem destacar as narrativas das histórias de vidas das mulheres em suas famílias como processo de reconhecimento e valorização da subjetividade.

O estudo realizado baseia-se nas seguintes referências teóricas e abordagens de análise: propomos como linha condutora as teorias feministas, como base para as elaborações centrais, articulando as dimensões dos estudos pós coloniais que contemplam as proposições entre gênero, etnicidade, classe, sexualidade e geração. Sugerimos as possibilidades de diálogos expressos pela História das Mulheres e pela Interseccionalidade e os estudos do feminismo negro. Epistemologicamente, situamos o campo de análise na Pós-Modernidade. Cronologicamente, situamos o contexto da Contemporaneidade para compreender o cenário que evidencia as transformações que afetam mulheres e famílias na realidade brasileira. Para isso, enfatizamos o século XXI, observando os efeitos de continuidade e ruptura mobilizados durante o século XX, em relação aos direitos das mulheres. Contemplamos abordagens feministas, destacando as elaborações das autoras como contraponto ao conhecimento tradicional, como forma de reconhecimento, visibilidade e representatividade, de mulheres pautando a escrita feminina e referenciando a perspectiva feminista. Compreendemos as contribuições feministas, para desconstrução e rupturas dos discursos conservadores sobre a subjetivação das mulheres e das mulheres como sujeitos.

Apresentamos que cada capítulo responde aos objetivos do estudo, de acordo com as categorias teóricas de análise essenciais a articulação com os conteúdos temáticos: Mulheres; Famílias; Subjetivação. No que se refere a categoria da Subjetivação, utilizamos as abordagens desenvolvidas sobre a estrutura discursiva de poder que define as possibilidades de transformação para mulheres nas famílias. Buscamos referências sobre as percepções: Subjetividade, História de Mulheres, História de Famílias, Direitos das mulheres, Autonomia, Empoderamento e protagonismo, e as interlocuções com os(as) autores(as): Michel Foucault (1993); Judith Butler (2003); Valeska Zanello (2016), Enriquez (1993), Laura Segato (2012), Adichie Ngozi (2019); Abdullah Öcalan (2016).

Apresentamos a categoria Mulheres, demarcando a contribuição das teorias feministas, do pensamento feminista negro, da Interseccionalidade e da Colonialidade/Modernidade. O percurso para escolha dessas referências adveio com a preocupação em falar por si, do lugar de pertencimento de sujeitos na realidade, rompendo com a determinação, hegemonia e privilégio de teorias euro-referenciadas. Pontuamos as articulações sobre: amor e sexualidade, casamento e maternidade, etnicidade, cultura, com os(as) seguintes autores(as): Giddens (1993), Heloísa Hollanda (2019); Margareth Rago (1996); Lorde Audre (2012), Patrícia Collins (2016), Bell Hooks (2014), Kimberlé Crenshaw (2002), Arruzza et al; (2017); Maria Lugones (2014); Glória Anzaldúa (2000); Aníbal Quijano (2005), Walter Mignolo (2003).

Destacamos a escolha por essas referências, devido às análises apresentadas, a reflexão ética e realista das formas de opressão vivenciadas pelas mulheres negras e pelo sentido de resistência apresentado em suas narrativas. No que diz respeito a categoria Famílias, contemplamos as perspectivas para situar o percurso histórico de surgimento da origem dos modelos de famílias; em termos demográficos, identificamos os dados a partir dos censos demográficos brasileiros e as pesquisas por amostras de domicílios. Compreendemos sobre: religião, saúde, trabalho, educação, violência, dialogando com os(as) autores(as): Navarro Lins (2012); Silvia Federici (2017); Reich (1981), Hall (2006); Hirata (2018), Bruschini (2015); Louro (2003), Oyèrónké Oyèwùmí (2004); Sobonfu Some (2018); dados do IBGE e da PNAD.

Apresentamos as discussões teóricas desse estudo e a organização de sua estrutura da seguinte forma: Capítulo 1 – Introdução. Situamos que a escolha dos tópicos são expressões das falas das mulheres, conforme disposto nos relatos, apresentamos os objetivos, a justificativa, a problematização, a questão geradora, a organização e estrutura da pesquisa, indicativos de resultados e da tese, principais referências teóricas.

Capítulo 2 – O desejo de ver adiante ainda vai nos levar muito além. Esse capítulo apresenta: a) o percurso metodológico e a trajetória investigativa, apresenta os métodos, técnicas e procedimentos utilizados; b) aponta a construção das perspectivas analíticas e das categorias metodológicas; c) apresenta a Pesquisa de Campo, com dados coletados da intervenção realizada; d) expõe os Sujeitos participantes e o Local da Pesquisa com o perfil da instituição; e) informa os resultados da pesquisa com novas perspectivas analíticas. Capítulo 3 – O processo de subjetivação das mulheres no âmbito de suas famílias. Destacamos que esse capítulo indica: a) as reflexões sobre a subjetivação feminina; b) subjetivação das mulheres em suas famílias; c) subjetivação feminina no cotidiano na contemporaneidade; d) a identidade e representações femininas; e) autonomia, empoderamento e protagonismo feminino.

Capítulo 4 – O processo de subjetivação feminina e a História das Mulheres. Indicamos que esse define como temáticas: a) Histórias de Mulheres e os processos de subjetivação feminina; b) Estudos Feministas e os modos de produção do feminino; c) Pensamento Feminista Negro, resistência e resistência feminina; d) Teorias Feministas e Interseccionalidade; e) Teorias da Colonialidade/Modernidade. Capítulo 5 - Os processos de subjetivação das mulheres e as transformações contemporâneas das famílias. Apontamos que o Capítulo 5 - Os processos de subjetivação e as transformações das famílias aborda como subitens: histórias de Famílias e processos de subjetivação das mulheres; as transformações

históricas da origem das famílias; as relações de poder nas famílias; dados sobre as famílias na realidade brasileira; perspectivas contemporâneas sobre as famílias.

Capítulo 6 – Considerações Finais: indicam as possibilidades diante das reflexões após o desenvolvimento da pesquisa. Na sequência, expomos: Referências; Glossário; Apêndices, nos quais disponibilizamos: Roteiro da Pesquisa de Campo; Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; os Anexos, informamos os instrumentos necessários para a pesquisa, conforme exigência da Plataforma Brasil: Termo de compromisso para utilização de dados; e a Cronologia de Direitos das Mulheres no Brasil; e o Índice.

Usaremos nos próximos capítulos letras inspiradoras de músicas significativas para esse estudo. Cada canção escolhida foi utilizada na vivência da pesquisa de campo das mulheres por terem uma relação com a temática estudada. As músicas constituíram um recurso metodológico para exposição das narrativas femininas e histórias de vida através dos sentimentos e emoções, pois algumas mulheres não eram alfabetizadas e recorreremos ao mecanismo da oralidade para expressar as emoções e desvelar sentidos. Apresentaremos uma interação entre as narrativas coletadas nos grupos, com o referencial teórico, apontando os relatos das mulheres participantes, anunciando o tema abordado, como horizonte para refletirmos sobre o conteúdo, dialogando com os autores(as) ao longo dos tópicos e respeitando o percurso de exposição das falas.

Para encerrar essa introdução, consideramos que somos as mulheres que a sociedade brasileira tenta descrever, classificar e explicar em imagens e sons o imaginário popular, místico, mítico, espiritual presente na arte, na cultura, na literatura, na sociedade. Maria Bethânia, evoca as Mulheres do Brasil em toda sua diversidade para lembrar quem somos no cotidiano. Seguimos com a cantora e compositora como inspiração para nos prepararmos para as próximas reflexões.

*No tempo em que a maçã foi inventada
Antes da pólvora, da roda e do jornal
A mulher passou a ser culpada, Pelos deslizos do pecado original
Guardiã de todas as virtudes, Santas e megeras, pecadoras e donzelas
Filhas de maria ou deusas lá de hollywood
São irmãs porque a mãe natureza fez todas tão belas
Oh, mãe, oh, mãe, Nossa mãe, abre o teu colo generoso
Parir, gerar, criar e provar, Nosso destino valoroso
São donas-de-casa, professoras, bailarinas, Moças operárias, prostitutas, meninas
Lá do breu das brumas, vem chegando a bandeira
Saída o povo e pede passagem, a mulher brasileira
Oh, mãe, oh, mãe, Nossa mãe, abre o teu colo generoso
Parir, gerar, criar e provar, Nosso destino valoroso
Mulheres do Brasil - Compositora Joyce, Interprete Maria Bethânia.*

2 O DESEJO DE VER ADIANTE AINDA VAI NOS LEVAR MUITO ALÉM

2.1 Percurso metodológico e trajetória investigativa das perspectivas analíticas

*Todo dia o sol levanta
 E a gente canta ao sol de todo dia
 Fim da tarde a terra cora
 E a gente chora porque finda a tarde
 Quando a noite a lua mansa
 E a gente dança venerando a noite
 Madrugada o céu de estrelas
 E a gente dorme sonhando com o dia*
Música: Canto de um povo de um lugar - Caetano Veloso.

Iniciamos esse capítulo com a inspiração de *Caetano Veloso - Canto de um povo de um lugar*, por ser uma mensagem que nos conecta como seres individuais e coletivos, nos revela nossa relação como sujeitos numa sociedade que mantém vínculos ancestrais com a dimensão espaço-tempo no mundo contemporâneo. Todos os dias, acordamos e adormecemos, despertamos e nos despedimos, que seria nossas histórias se não fosse esse ciclo infinito de ir e vir? Também demonstra nosso processo de desenvolvimento humano: quando o sol levanta, nascemos e cantamos na infância; quando a tarde chega, crescemos e choramos na adolescência; quando a lua chega, amadurecemos e dançamos na adultez; quando a madrugada vem, envelhecemos e agradecemos.

Destacamos nesse estudo sobre Admiráveis mulheres de fronteiras: o processo de subjetivação feminina nas famílias - narrativas cotidianas contemporâneas ao século XXI em grupos de uma Organização da Sociedade Civil em Fortaleza – Ceará, os agradecimentos às mulheres brasileiras que precisam ser reverenciadas pelas lutas na História das Mulheres no Brasil, com coragem, ousadia e determinação, rompendo limites sociais, econômicos, culturais e políticos. Precisamos conhecer e divulgar as histórias femininas para inspirar novas gerações a seguirem lutando por novas conquistas. Ampliamos os destaques especiais às mulheres do cotidiano, que fazem o acontecimento histórico na realidade, estendendo o reconhecimento às que vieram antes de nós, pois suas conquistas, permitiram que depois outras pudessem ser lembradas.

Situamos esse estudo no âmbito da pesquisa de abordagem qualitativa, de objetivo explicativo, com natureza interpretativa, interventiva grupal e com base em procedimento bibliográfico. Utilizamos como procedimentos de coleta de dados: 1. a base bibliográfica; 2. a pesquisa de campo. As fontes de informação foram os estudos bibliográficos e as narrativas. Usamos como técnicas de pesquisa: uma intervenção grupal, na função de facilitadora, através de grupos focais. O grupo constituiu com uma amostra de 20 mulheres, sendo 10 em

cada grupo, representativo de um universo de 400 usuárias atendidas e 200 beneficiárias correspondendo ao perfil da pesquisa. Como registro das informações, fizemos um cadastro das participantes, através de formulário virtual, também imprimimos e respondemos com as mulheres que não sabiam usar a tecnologia; gravamos as sessões em áudio, seguida das transcrições dos encontros e assinatura de frequência das participantes; tiramos fotos para a memória do grupo.

Para qualificação dos dados, propomos a análise de conteúdo dos relatos, organizamos as narrativas femininas e apresentamos as histórias de vida das mulheres. Acreditamos que as metodologias qualitativas possibilitam a compreensão sobre o sentido, o significado e a intencionalidade das relações sociais. A análise de conteúdo consiste na técnica que investiga, descreve, organiza, sistematiza comunicações e significados dos temas e os sentidos das teorias.

Informamos que na estruturação dos capítulos, apresentamos dois depoimentos das mulheres no início de cada tópico como forma de introduzir a temática a ser abordada, conectando o conteúdo exposto pelas participantes da pesquisa com as referências teóricas. O propósito de articular conteúdos dos relatos vividos pelas mulheres no cotidiano com as discussões acadêmicas foi de mostrar como em contextos diferentes as mulheres apontam os discursos que permeiam as práticas sociais vividas de forma individual e coletiva. Apresentaremos as categorias de análise conforme o roteiro da pesquisa de campo para demarcar a fala das mulheres.

O uso das músicas no início ou final de cada capítulo tem por intuito apresentar a temática que será abordada a partir de uma linguagem artística acessível, criativa e mobilizadora de percepções. As canções são uma forma de comunicação no cotidiano das mulheres, e as letras que falam sobre as experiências femininas e feministas indicam um caminho no processo de compreensão da realidade vivida. Usamos as músicas como recurso criativo e a escolha desse instrumento está relacionado ao processo de realização da pesquisa, pois estrategicamente, as letras escolhidas fazem parte do processo compreensivo e interpretativo, na qual as narrativas conduzem a intimidade, ao vínculo, ao afeto. Encontramos uma linguagem que possibilitasse um encontro de subjetividades e as músicas escolhidas apresentam mensagens sobre o cotidiano feminino. Nos grupos haviam mulheres não alfabetizadas, uma das formas de comunicação para expressão dos sentimentos e emoções foi a oralidade e o que se manifesta no cotidiano são as cantigas e canções, por isso usamos esse recurso e instrumento.

Desenvolvemos uma intervenção grupal, no formato de grupo focal, com temática

educativa reflexiva para as mulheres. Realizamos uma atuação com grupos considerando a indissociabilidade entre produção de conhecimento e intervenção social, pois acreditamos que esse formato coletivo permite a produção teórica e a articulação com o sujeito do conhecimento. Executamos a pesquisa de campo para articular as categorias metodológicas, tendo por base as narrativas femininas, das histórias de vida das mulheres e as histórias do cotidiano em suas famílias.

Nessa perspectiva, através da história do cotidiano, compreendemos as contradições e complexidades que se expressam na vida cotidiana, a partir do pensamento da filósofa Agnes Heller (1989). Analisamos a História de Vida por meio do conceito de transformação de si de Marie Christine Josso (2007). Utilizamos as elaborações de Bragança (2012) sobre a pesquisa intervenção possibilitando a conexão com os efeitos das práticas educativas transformadoras para as mulheres. A escolha dessas autoras ocorreu devido a articulação do sentido afetivo à produção teórica na percepção da realidade das mulheres em suas famílias.

Utilizamos como fonte de pesquisa: as referências bibliográficas, dentre as quais, os censos demográficos brasileiros, para caracterizar o perfil das mulheres nas famílias na contemporaneidade. O período de análise da pesquisa corresponde ao século XXI, todavia, considerando o processo temporal, reconhecemos os avanços para a luta dos direitos das mulheres nos séculos anteriores, especialmente no século XX, no Brasil, delimitando as dimensões que afetam as transformações contemporâneas das famílias brasileiras. Escolhemos o recorte temporal devido aos avanços para a História das Mulheres. O século passado apresentou conquistas femininas por direitos, através do esforço de mulheres que atuaram nos movimentos de reivindicação, mobilização e luta por transformações sociais. O século atual reflete a continuidade, o avanço de defesa de direitos no cotidiano das mulheres.

O campo da pesquisa para coleta de dados refere-se à localidade do bairro Castelão, em Fortaleza – Ceará, no espaço da Organização da Sociedade Civil – OSC Projeto Sementes da ICA – PROSSICA. É uma entidade social, constitui um projeto de base religiosa evangélica que desenvolve educação não formal para crianças e adolescentes e o apoio às suas respectivas famílias. O local foi escolhido devido à possibilidade de articulação teórica com a interação prática, buscando evidenciar as mudanças contemporâneas das mulheres em suas famílias na realidade social do contexto local da cidade de Fortaleza – Ceará, especialmente, territórios de vulnerabilidade e risco social. A entidade aceitou a realização da pesquisa devido à possibilidade de ofertar um suporte e acolhimento às mulheres atendidas e as trabalhadoras da instituição.

Identificamos o público participante da pesquisa, observando as diferenças entre as

gerações das mulheres, associadas às transformações sentidas na realidade, acompanhando o fluxo das mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais. O público constitui mulheres em situação de vulnerabilidade que residem em território de risco social, em Fortaleza – Ceará; faixa etária: 18 a 60 anos; profissionais e atendidas pelo PROSSICA.

Diante do contexto decorrente do período de Pandemia da Covid 19 que acometeu o mundo entre 2020 a 2022, coincidindo com os respectivos anos da pesquisa de campo, adequamos a metodologia, mudando as atividades presenciais para atividades virtuais *on line*. Realizamos as etapas do cronograma com a revisão de literatura, com as leituras e os fichamentos, o contato com a instituição para realização da pesquisa de campo. Inicialmente, a proposta era desenvolver 01 (um) único grupo presencial com 20 participantes, mas mudamos para a realização de 2 (dois) grupos, com 10 (dez) participantes, durante o período de 4 (quatro) meses cada. O primeiro grupo foi realizado com as mulheres profissionais da instituição, através de encontros semanais virtuais com duração de 1 hora, pela plataforma *google meet*. Posteriormente, foi realizado o segundo grupo com as mulheres atendidas pela entidade, de forma presencial, semanal, com duração de 1 (uma) hora. A metodologia do grupo consistiu na execução de um cronograma com 16 (dezesesseis) encontros temáticos para refletir sobre o processo de subjetivação das mulheres em suas famílias.

Estruturamos esse estudo com as seguintes etapas metodológicas: escolha das categorias de análise; definição do campo de estudo; pesquisa dos temas; recorte da temática; revisão sistemática do conteúdo; análise do material coletado. Inicialmente, foram pesquisados textos sobre o tema, incluindo: teses, dissertações, livros, artigos; disponibilizados em plataformas de pesquisa, revistas e periódicos nas áreas de: Educação, Saúde, Psicologia, Serviço Social, com as associações entre indicadores e descritores: mulheres e famílias; mulheres e subjetivação; famílias e subjetivação.

Após a revisão sistemática, foi realizado o recorte do material coletado, indicando a leitura aprofundada, com realização dos fichamentos. Em seguida, articulamos a análise do referencial teórico com base nas principais obras relacionadas ao tema. Usamos os seguintes critérios na escolha: resposta à pergunta de partida; explicação sobre os objetivos do estudo; associação direta com as categorias de análise; coerência lógica, discursiva, argumentativa em relação aos(as) teóricos (as) de referência e a delimitação temporal, espacial, metodológica do estudo; a tentativa de sistematização, conforme a relevância para o tema.

Destacamos que o percurso teórico apresentado no presente estudo constitui o próprio processo de aproximação da pesquisadora com as teorias, desbravando leituras no universo infinito de interlocuções e reflexões. Ressaltamos que as abordagens escolhidas não esgotam

as referências sobre as temáticas, elas são perspectivas de olhar para as categorias escolhidas e para os fenômenos. Assim, partindo de referências feministas, encontramos Michel Foucault, posteriormente os estudos sobre gênero e história das mulheres, seguido das compreensões sobre a Interseccionalidade. Optamos pelo suporte do feminismo negro para aprofundar as análises. Buscamos posteriormente as referências não europeias para embasar nosso estudo, como forma de reconhecer e potencializar o cotidiano e a realidade brasileira, olhar de dentro para fora. Nos questionamos sobre o que conhecemos de autores(as) latino-americanos. Alcançamos os estudos pós-coloniais, optando pelas referências decoloniais como um dos pilares dos aportes teóricos.

Essa escolha não esgotou nossas fontes, limitamos a escolha de referências essenciais, e citamos autores(as) e suas contribuições ao estudo. Pelo alcance de aberturas que o presente estudo abarca, destacamos que a partir do conceito central de subjetivação, montamos o roteiro de diálogos com as mulheres apresentando as principais temáticas apontadas nas pesquisas quanto aos fenômenos que afetam a vida das mulheres no cotidiano. Dessa forma, diante de relevante expansão, sistematizando as categorias em blocos conceituais, indicado nos capítulos, conforme as narrativas feminina, a indicação do conteúdo revelado nas falas e a aproximação com os autores. Como planejamento para pesquisa de campo foram elaborados os instrumentais específicos com roteiros e cronogramas da intervenção, cujos materiais produzidos foram disponibilizados como documentos necessários para submissão da pesquisa na Plataforma Brasil.

Reconhecemos o potencial transformador do diálogo e da formação, da dimensão educativa e reflexiva entre mulheres para análise das histórias de vida em suas famílias. Questionamos a neutralidade científica na produção de conhecimento e na intervenção social, a recusamos a oposição fixada de sujeito-objeto, sugerimos a evidência do caráter coletivo das experiências e o compromisso social com a transformação. Situamos a articulação teórica com a dimensão prática, com mudanças das perspectivas e do sentido dos comportamentos individuais e coletivos. Uma narrativa é uma experiência de significados que promove transformações existenciais para as pessoas que vivenciam o processo. Categorizar os relatos como narrativas das mulheres e suas famílias para análise das informações coletadas.

Apresentamos as referências de mulheres como uma necessidade histórica de reconhecer a representatividade e mobilizar outras mulheres a exercerem papéis e funções com liberdade de direitos, autonomia, empoderamento e protagonismo, sem opressão ou limitação sexista quanto a suas atuações. A noção de representatividade significa dar visibilidade às mulheres em diversos espaços para que outras mulheres reconheçam a

importância de ocupar esses lugares. Quando uma mulher percebe que há outras mulheres superando desafios, isso encoraja no processo de rompimento das estruturas de opressão. Percebemos isso na manifestação da cultura sexista, considerando que cada uma e tantas outras enfrentam desafios em seus respectivos tempos históricos, encontraram oportunidades de mudarem as condições de desigualdades, acreditamos nesse potencial como viés de transformação para as mulheres no cotidiano de suas famílias.

Nosso itinerário de investigação dos referenciais analíticos e dos aportes metodológicos das investigações inclui as contribuições de perspectivas da História das Mulheres, as abordagens teóricas da História Social das Mulheres e dos Estudos de Gênero sob uma análise relacional. Reconhecemos as contribuições acadêmicas para essa área a partir do percurso que se constituiu pelas Teorias Feministas e a História do Cotidiano. Dentre essas compreensões usaremos a contribuição da História Cultural que estabeleceu um campo de abertura para a compreensão sobre a subjetividade no âmbito das ciências humanas e sociais. Essa articulação constituiu um marco pois evidenciou a possibilidade de crítica sobre a realidade social e os sujeitos epistêmicos.

Nesses termos, a História das Mentalidades constitui uma referência na produção histórica do gênero, a partir da obra francesa “Histoire des femmes”, de Georges Duby e Michelle Perrot. Os estudos sobre a História das Mulheres desenvolveram-se nos países ocidentais, a partir dos anos 1970, nos Estados Unidos, os *women’s studies* possibilitaram interlocuções temáticas com a emergência do campo historiográfico relativo aos aspectos sociais, culturais, políticos. Quanto aos fatores conjunturais, os movimentos feministas pautaram o lugar das mulheres no processo histórico, questionaram a noção de sujeito.

Isso posto, informamos que na Historiografia oficial, a História das Mulheres emergiu com a Escola dos Annales, com as contribuições das ciências sociais da nova história, de orientação antropológica, com interesse para a vida privada e os sujeitos excluídos. A contribuição da Escola dos Annales possibilitou o ressurgimento do aspecto humano da História, o alargamento de fontes e métodos históricos, constituiu um meio moderno de produção de fonte histórica, demonstrando sua importância na elaboração de uma história socialmente comprometida. A História das Mulheres ganhou repercussão com o uso de instrumentos teóricos e metodológicos que deslocaram os acontecimentos de natureza política para o cotidiano.

Nos anos 1960, nas universidades, a História Cultural - a nova história ou a micro-história - destacaram temáticas relacionadas às famílias, ao trabalho, à educação, à sociabilidade, aos movimentos políticos e sociais. Em relação à política, ocorreu uma

renovação historiográfica com a mudança de paradigmas epistemológicos, impactando no estudo de temas subnotificados pela historiografia tradicional. Posteriormente, as organizações internacionais e os movimentos militantes pautaram os direitos das mulheres com: a celebração do Ano Internacional da Mulher em 1975; e a proclamação pela ONU da Década das mulheres, no período 1975-1985. Outras contribuições vieram com o avanço das mulheres no ensino superior e no mercado de trabalho.

Nos anos 1980, houve o reconhecimento dos métodos dos estudos de História das Mulheres no ensino superior como disciplina científica e produção acadêmica. Nos anos 1990, o uso da categoria gênero no discurso historiográfico possibilitou novas linhas de pesquisa, questionando a diferença de sexos, afirmando a desigualdade de gênero como construção social. Apontou-se reflexões sobre estereótipos e discriminações femininas. A utilização do termo gênero pelas ciências sociais ocorreu tensionado por contradições, localizando uma institucionalidade para os sujeitos mulheres.

Nesse estudo, a referência da História Cultural permitiu o diálogo com a História Oral, utilizada como fonte de estudos e pesquisa. Essa perspectiva revelou as contribuições metodológicas ao demarcar as histórias de vida dos sujeitos, apresentou uma compreensão do olhar sobre as narrativas femininas, pois são as memórias que saltam de perspectivas das existências individuais e resistências coletivas. A abordagem da História Oral possibilitou pensar as relações de gênero, ampliar os campos de pesquisa acadêmica interdisciplinar na sociedade, permitiu revelar as histórias de mulheres, as diferenças e desigualdades constituídas historicamente de forma relacional e hierárquica pelo poder, por que atribuiu espaço para voz simétrica aos sujeitos, singulares, que se constituem no cotidiano. As possibilidades como metodologia de pesquisa apontam preocupações com os aspectos teórico-metodológicos, com os estudos de caso, com os temas e limites de sua própria história. Essa metodologia pautou o reconhecimento da história democrática, da história dos subalternizados, apontou a interdisciplinaridade, a renovação da escrita sobre os sujeitos.

Apontamos que a História Oral influenciou a concepção metodológica da pesquisa quando consideramos a atuação do(a) pesquisador(a) como sujeito ativo, que decide o caminho do questionamento, que direciona o depoimento, as reflexões a partir do que o participante revela sobre sua vida. A subjetividade do pesquisador(a) dialoga com a subjetividade participante. Esse processo demanda a interdisciplinaridade e as técnicas de diálogo para compreensão do outro(a) pesquisado(a). Quanto à proximidade entre pesquisador(a) e entrevistado(a), a contextualização do depoimento sob a perspectiva da singularidade do sujeito participante, que exige distanciamento de análise histórica e

científica observando os discursos do outro, da sociedade e da cultura. O uso das fontes orais na pesquisa qualitativa possibilita as construções metodológicas que potencializam a memória, as narrativas históricas vividas por sujeitos silenciados, através de relatos e depoimentos. Em relação à história das mulheres, as narrativas femininas revelam dimensões sociais e culturais presentes nas fontes orais sobre a presença das mulheres na história, a identificação com a família, as questões de gênero, classe, etnicidade que se conectam com a memória feminina nas famílias.

Nesse estudo, consideramos que embora a História Oral tenha contribuído para valorizar as narrativas femininas, optamos pela perspectiva metodológica de uso da intervenção grupal, com os grupos focais, para coleta de relatos individuais das participantes, por acreditar que as falas expressas no momento de atuação grupal expandem a perspectiva de conexão entre as mulheres sobre os temas abordados, permitindo a manifestação da confiança para os depoimentos femininos no grupo.

Compreendemos em relação à História das Mulheres, a interlocução com a História do Cotidiano, a constituição da vida cotidiana como uma realidade social. Entendemos o cotidiano, de acordo com o pensamento de Agnes Heller (1989), como o espaço da vida privada, da prática, da rotina, onde a história acontece, onde ocorre as transformações sociais. A vida cotidiana para Heller (1989) é o ponto de partida para pensar a ética e a moral, “é a vida de todo homem inteiro” (HELLER, 1989, p.17) que se insere no cotidiano com a sua individualidade, sua personalidade. O ser humano vive imerso em sua cotidianidade, de forma que é inevitável sua desvinculação; ao mesmo tempo, nenhum homem vive apenas na cotidianidade, pois nela desenvolve suas capacidades físico-intelectivas. No cotidiano, o homem desenvolve todas as suas capacidades e habilidades, mas não absorve nenhuma delas em profundidade.

Heller (1989) afirma ser essa vida cotidiana heterogênea e hierárquica quanto ao seu conteúdo e significado nas atividades desenvolvidas. Segundo a mesma, os elementos orgânicos da vida cotidiana são: “a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação” (HELLER, 1989, p. 18). Para a autora, o ser humano ao nascer, está imerso na cotidianidade e seu amadurecimento implica a apreensão de habilidades necessárias para sua vida em sociedade: viver independente de outros, aprender a manipular o necessário para as relações sociais e ao domínio da natureza, assimilar os aspectos da comunicação social. o desenvolvimento: “inicia-se através dos grupos que repassam características da cotidianidade e que estabelecem uma mediação entre o indivíduo e os costumes, as normas e a ética de outras integrações”

(HELLER, 1989, p. 19); se completa quando o homem deixa tais grupos e consegue sobreviver em sociedade e transformar o seu meio. A vida cotidiana “encontra-se no centro do acontecer histórico, é a verdadeira essência da substância social, é a vida do indivíduo” (HELLER, 1989, p. 20), apreendido como ser particular e genérico.

Os fatos históricos assimilam a cotidianidade de um período e apreende o passado da humanidade. De acordo com Heller (1989) a particularidade explicita o ser isolado, individual e a particularidade social dos indivíduos expressa a assimilação da realidade social, que apresenta a unicidade e a irrepetibilidade. As necessidades humanas apresentam-se conscientes ao indivíduo na concepção do eu que a particularidade individual humana busca satisfazer; a teleologia da particularidade direciona-se sempre para o indivíduo. A genericidade está presente em todos os homens, em todas suas atividades, em sua existência, expressam e transmitem a substância humana. “O homem é um ser genérico porque é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano” (HELLER, 1989, p. 21); a representação do humano aparece na consciência do nós, na expressão da comunidade, na construção da humanidade.

Para Heller (1989), o indivíduo possui a dimensão da particularidade e da genericidade, é um ser singular. A individualidade apresenta uma escolha livre e autônoma. O indivíduo se desenvolve por meio de sua liberdade e de suas possibilidades, para produzir a unidade do indivíduo, a aliança de particularidade e genericidade. Heller (1989) afirma que a vida prática, e a história da humanidade se conecta com a vida cotidiana, pois ela é o lugar onde a história acontece, onde o homem se realiza, reproduz a si mesmo e a toda a sociedade, é o espaço das objetivações humanas, da transformação social. O cotidiano é apresentado como mediação objetivo-ontológico entre a reprodução da existência e as formas de genericidade consciente; emerge como esfera de criação, de reprodução, do imediato, do prático, de escolhas, de liberdade, da condução da vida.

A partir da perspectiva da História do Cotidiano, utilizamos o método de História de Vida para narrar as histórias das mulheres em suas famílias, apreendendo o habitual, a rotina, os costumes, crenças e vivências. Esse método se insere no campo das metodologias qualitativas, especificamente nas abordagens biográficas, que surge com a Escola de Chicago, em 1920. Essa escola constituiu um movimento desenvolvido entre 1915/1940 por professores e estudantes da Universidade de Chicago, com coerência nos aspectos metodológicos quanto à construção de conceitos fundamentais, buscou conhecimentos úteis para a solução de problemas sociais concretos.

Corroborando com essa perspectiva, recorreremos a Bragança (2012) que reconhece a

história de vida como recurso para teorias e práticas sociais ao afirmar: “em primeiro lugar, aparece na transmissão da cultura, por meio das narrativas de pais para filhos, das histórias da família e da comunidade – são as práticas intergeracionais de comunicação do testamento construído pela comunidade, marca propriamente humana de produção de conhecimentos e constitui o registro das narrativas orais de vida” (BRAGANÇA 2012, p 37).

Essa perspectiva apreende as articulações entre a história individual, a trajetória social e coletiva. Aponta o compromisso do pesquisador(a) com a realidade, o vínculo com o(a) pesquisado(a), o sentido da participação, a história contada. Sugere a construção da identidade do indivíduo, a partir dos relatos biográficos, procura articular o social e o psicológico por meio da trajetória social individual. Propõe uma escuta comprometida, engajada e participativa, com a ressignificação da história e a construção de sentido com a narrativa de vida, o sujeito se reconstrói, acessa uma realidade que ultrapassa o narrador, envolve o desejo de narrar, de contar, de revelar, a construção que o sujeito faz de si.

Bragança (2012) reafirma a prática da narrativa de vida como método para estudos e pesquisas, pois possibilita compartilhar o percurso da filosofia e as práticas metodológicas nas ciências humanas. Situa que no século XX, com o fortalecimento das ciências humanas, emergem novas formas de produção das narrativas de vida e das publicações. A análise histórica realizada sobre as histórias de vida aponta diferentes modalidades, construídas por confissões, jornais íntimos, cartas, correspondências, livros de família, ensaios, canções, genealogias, memórias, lembranças, jornais de viagem, anais e crônicas. O pensamento de Bragança (2012) aponta a natureza ontológica das manifestações narrativas, a expressão da vida como parte do estar no mundo. Defende as histórias de vida como uma abordagem histórica, tem como referência os documentos escritos, a participação de fatos e documentos históricos cujo foco evidencia na totalidade da vida do sujeito e a narrativa oral.

O campo metodológico da história de vida percorre diferentes campos do conhecimento: as ciências humanas, sociais, naturais, o campo sociológico, biográfico, etnobiográfico. Bragança (2012) adverte que a história de vida representa uma preocupação eminentemente humana e metodológica que, “rompendo com o paradigma lógico-formal, focaliza a vida, em suas tramas individuais e coletivas, como um locus privilegiado de compreensão dos processos sociais e históricos” (BRAGANÇA, 2012, p.49). Outrossim, significa que a técnica de coleta de informações, consiste na mediação da teoria e prática da investigação e a construção de conhecimentos, sob uma abordagem multirreferencial dos sujeitos. Adicione-se a isso, o destaque da relevância da temporalidade, a articulação passado, presente e futuro a partir do ser humano.

A história de vida atribui sentido às trajetórias vividas das pessoas, as experiências individuais. No campo da investigação, há diferença entre a história vivida realmente e a narrativa feita desse acontecimento sob o olhar do sujeito e o contexto dessas experiências. Bragança (2012) considera o processo metodológico de desenvolvimento das abordagens de investigação, observa na história de vida, o foco na temporalidade; na narrativa de vida, a ênfase na expressividade; na necessidade de visibilidade, a comunicação da vida no processo de investigação; no trabalho com relatos orais e/ou escritos, as formas de apreender o contexto estudado; na história oral, a centralidade no depoimento como fonte da investigação histórica. A história de vida articula historicidade, enfatiza escritas e documentos pessoais, na expressão simbólica, busca de sentido em relação ao tempo e movimento, tem um suporte material, “passando pelas narrativas orais, escrita e profusão de recursos tecnológicos que se afirmam como memória” (BRAGANÇA, 2012, p. 54).

Bragança (2012) cita como possibilidades da diversidade metodológica para usar a história de vida: 1. instrução biográfica – questionário social da vida de um grupo de pessoas; 2. entrevista biográfica – trabalho sobre uma dimensão da vida; 3. narrativa aprofundada – entrevistas que o investigador estabelece uma relação profunda com o entrevistado; 4. autobiografia – escrita da trajetória de vida pela própria pessoa; 5. história de vida de grupo – biografias com grupo de formação no qual os participantes narram suas histórias na presença dos outros participantes. Para Bragança (2012) a sistematização das perspectivas de trabalho com as histórias de vida no campo educativo possibilita mudança de paradigmas. As ciências humanas, especialmente as ciências da educação a partir da década de 1980, buscam revisar as práticas educativas e de pesquisa.

Bragança (2012) ressalta as linhas filosófico-pedagógicas como perspectivas de trabalho com as histórias de vida que situam o movimento da narrativa do sujeito e da subjetividade individual e coletiva, como fundamentais para a realidade social, a prática educativa, o ensino, a escola e a docência. Quanto à metodologia, as histórias de vida constituem possibilidade de mudança ao tradicional, outra perspectiva dinâmica de narrativas de vida, que descrevem a realidade, os movimentos de reflexão sobre as próprias experiências, teorias e práticas. “O saber da experiência assume centralidade, envolvendo as diversas dinâmicas formativas ao longo da vida. O desenvolvimento de investigações e práticas de formação tematiza a vida no percurso do tempo” (BRAGANÇA, 2012, p 88).

Bragança (2012) compreende que o trabalho com as histórias de vida focaliza os percursos formativos, a compreensão do processo de construção do conhecimento, possibilita transformações pessoais e coletivas. “É no movimento dialético entre passado, presente e

futuro que os sujeitos se apropriam da vida como processo formativo e tomam a responsabilidade pela atribuição de sentido e pela ressignificação da trajetória pessoal/profissional” (BRAGANÇA, 2012, p. 117). Ressalta que as narrativas de formação, sendo orais ou escritas, constituem um processo formador e potencializador de mudanças. Destaca que a narrativa possibilita a expressão da experiência vivida pelo sujeito, “ao mesmo tempo que a transforma na comunicação intersubjetiva do diálogo; ao ser dita, a experiência se transforma em seus sentidos” (BRAGANÇA, 2012, p. 118.). A abordagem das histórias de vida rompe, “com a prática simplificadora, reducionista e nomotética da investigação social, movimento de ruptura” (BRAGANÇA, 2012, p. 115).

Como uma analogia conceitual, para pensar as contribuições sobre o campo da educação através da perspectiva metodológica da pesquisa formação de professores, Josso (2007) parte do paradigma de história de vida, afirmando a intencionalidade da abordagem interdisciplinar. Aproximamos as reflexões dessa autora por acreditarmos que em um processo de pesquisa, desenvolvemos também um processo formativo, e no presente estudo, a proposta interventiva grupal buscou desenvolver uma perspectiva educativa reflexiva.

Nesse continente reflexivo, Josso (2007) destaca o interesse pelo singular, a individualidade, o sujeito, o vivido, o experiencial, a globalidade concreta, o existencial, a complexidade dos processos de formação. Sugere os procedimentos biográficos para “acompanhar, orientar ou facilitar a elaboração dos projetos pessoais de indivíduos em busca de uma orientação ou de uma reorientação profissional, de mulheres que desejam trabalhar após um tempo em que acompanharam a educação de suas crianças” (JOSSO, 2007, p. 11).

Destarte, a autora defende o deslocamento do posicionamento do pesquisador(a) mediante um refinamento de metodologias articuladas à construção de uma história de vida. Enfatiza as contribuições dessas metodologias ao projeto de delimitação de um novo território de reflexão que abarca a formação, com públicos particulares. A história de vida como projeto de pesquisa pode ser definida como: “o reconhecimento de elaborações e de processos de formação do nosso ser-estar-no-mundo singular-plural mediante a exploração transdisciplinar e intersubjetiva de sua complexidade biográfica” (JOSSO, 2007, p. 17). Considera que a reflexão sobre as relações entre histórias de vida e construção de projetos de encontro centrado na comparação sistemática entre as metodologias de história de vida e as metodologias do projetos de abordagens biográficas.

Para Josso (2007) as narrativas centradas na formação ao longo da vida revelam sentidos múltiplos de existencialidade, singularidade, pluralidade e particularidade. Defende a educação continuada do trabalho transformador de si, ligado à narração das histórias de

vida. Explica que os lugares educativos, para uma perspectiva pessoal, cultural, de desenvolvimento de competências sociais ou de formação profissional, acolhem pessoas cujas expectativas sobre a formação se referem a problemáticas de posicionamento na sua vida quotidiana. Pontua o trabalho de pesquisa a partir da narrativa das histórias de vida, centradas na formação, nos projetos de vida, nas experiências e vivências, revelando as transformações sociais e culturais nas vidas.

Essa abordagem permite compreender as subjetividades, a identidade, a existencialidade, a pluralidade, a diversidade das referências sobre a vida em si. “A história de vida é uma mediação do conhecimento, oportunidades de tomada de consciência sobre diferentes registros de expressão e de representações de si, assim como sobre as dinâmicas que orientam sua formação” (JOSSO, 2007, p.419). Implica revelar o conhecimento de si pelas transformações do ser, a construção da identidade do sujeito: “o processo de formação que caracteriza o percurso de vida de cada um permite trazer à luz, progressivamente, o ser-sujeito da formação” (JOSSO, 2007, p. 423).

A pesquisa com a prática das histórias de vida em formação favorece o conhecimento de si, privilegia a pessoa a partir de uma história coletiva; possibilita a emergência de uma nova consciência de si, uma identidade unificada, que chama o sujeito a vida. “A invenção de si pressupõe um imaginável e possível projeto de si, o que implica conquista progressiva e em vir-a-ser de uma autonomia de ação, de pensamento, em nossas escolhas de vida e em nosso modo de vida” (JOSSO, 2007, p.436). A invenção de si constitui uma das formas de articular existência e intencionalidade no cotidiano, como mulheres precisamos resgatar nossa autenticidade nas narrativas femininas.

Com base nesses referenciais, indicamos que a escolha pela pesquisa qualitativa ocorreu devido ao propósito do estudo de perceber as histórias das mulheres no cotidiano de suas famílias, pautando a interpretação das narrativas dos sujeitos. Sobre a natureza da pesquisa qualitativa Minayo (2001) aponta que a pesquisa qualitativa dimensiona uma realidade que não pode ser medida e quantificada, pois atua com o universo de significados, sentidos, motivações, desejos, crenças, valores e atitudes, por isso pode ser interpretada conforme as variáveis de análise.

Minayo (2001) explica que o ato de pesquisar envolve criatividade, proposições, métodos e técnicas iniciando com uma pergunta central de partida que aqui chamamos de questão geradora e se conclui com um produto provisório de inquietações e questionamentos para possíveis novos trabalhos. O início da pesquisa com a fase exploratória indica a compreensão do objeto de estudo, os sujeitos que nos propomos compreender. Essa fase

exige tempo para organizar o esquema de leituras, os roteiros para análises, as sínteses de estudo, a definição das categorias, a escolha das metodologias, métodos e técnicas para construção do projeto de investigação.

Na sequência, a etapa do trabalho de campo aponta o recorte empírico da pesquisa. Nesse momento utilizamos observações, levantamento do material bibliográfico, interação com as fontes de coleta de dados, para verificar a relação entre a construção de teorias e o foco de análise. Posteriormente, temos o estágio de analisar o material colhido em campo e associar com as reflexões iniciais e das teorias que embasam o estudo, percebendo a relação entre as proposições e os indicativos e achados. Esse movimento do ato de pesquisar para a referida autora consiste no formato em espiral, pois nesse processo de idas e vindas há sempre uma conexão como ponto de chegada e de partida abrindo novas possibilidades.

De acordo com Assis e Silva (2010) o grupo focal constitui uma técnica que possibilita o acolhimento do sujeito, possibilita um espaço de expressão dos sentimentos, de valorização da dimensão afetiva dos participantes. É uma modalidade de pesquisa e discussão que coleta dados em grupo, através de relatos e experiências sobre temas relacionados a interação aos participantes, essa troca permite a compreensão de insights. Os critérios para o grupo focal constituem: semelhanças de perfil dos participantes, aprofundamento do tema, média de 10 pessoas, tempo de 1 hora, o moderador deve conduzir para facilitar a expressão da fala.

Para Gondim (2003) os grupos focais são técnicas de investigação qualitativa comprometidas com abordagens compreensivas, localiza-se entre a observação participante e as entrevistas em profundidade, podem ser utilizados combinados com outras técnicas, como entrevistas, usados para compreender as percepções, atitudes e sentidos dos participantes. O pesquisador(a) coleta dados do próprio grupo de discussão e na produção de conteúdo. Deve-se garantir a privacidade dos participantes e observar a segurança do local durante a gravação dos encontros. Quanto a análise dos resultados indica a conscientização para a ação, o viés de transformação, devido a investigação de crenças, atitudes e valores.

Segundo Smeha (2009), os grupos focais são técnicas de pesquisa qualitativa com pressupostos éticos que embasam o pesquisador(a) na coleta de dados sobre os participantes. A coleta de dados ocorre na interação do grupo sobre um tema escolhido pelo pesquisador(a) que vise observação das percepções atitudes e representações sociais, permite aprofundamento de questões investigadas, o facilitador(a) conduz o processo de discussão observando a formação do grupo e a emergências de insights, pode ser usado com outras técnicas como observação participante e entrevista em profundidade. Sugere-se organizar

dois grupos de investigação, com número suficiente de participante. Promove a auto-reflexão e a reflexão crítica sobre subjetividade, deve ter ética e resguardar o sigilo das informações da identidade das falas dos participantes.

Kind (2004) define o grupo focal em práticas investigativas e educativas, como procedimento de coleta de dados, com uma natureza relacional, uma técnica com fundamentos teórico-metodológicos nas teorias de grupo, na Sociologia e na Psicologia Social Crítica. Os grupos focais surgiram na década de 1950, utilizam a interação grupal para produzir dados e insights, os dados obtidos consideram o processo do grupo, o pesquisador(a) tem a possibilidade de ouvir vários sujeitos e observar as interações características do processo grupal.

Outro ponto a destacar em nosso estudo é o reconhecimento mobilizador da escrita feminina e feminista. De acordo com Collings e Tedeschi (2019), no Brasil, em fins do século XX, constituiu-se a escrita feminina reconhecendo, desconstruindo, diferenciando e se encontrando com a escrita feminista. A escrita feminina como necessidade para combater a exclusão, a opressão, a subordinação das mulheres tornou-se uma prática social, cujo exercício reflete uma especificidade de ser elaborada por, para e sobre mulheres, “através das literaturas, artes e lutas sociais que elas criam ou recriam, como atos de escrita, como formas de combate social, com tinta e papel, com corpo e voz: em casa, na rua, na escola, na sociedade, na imprensa, na cidade e no campo” (COLLINGS E TEDESCHI, 2019, p. 214). A peculiaridade da escrita feminina evidencia as imagens e representações das mulheres, revelando a linguagem do corpo como memória, das expressões de existências singulares. “Nem toda escrita feminista é feminina, como nem toda escrita feminina é feminista” (COLLINGS E TEDESCHI, 2019, p. 215).

A escrita feminina expõe as relações históricas de desigualdade, expressa a participação das mulheres nos acontecimentos históricos e no cotidiano, refletem as contradições das relações de poder, rompem silêncios sobre as histórias de vida das mulheres, propõe a liberdade da submissão às normas sociais, culturais, políticas, religiosas. A escrita feminina brasileira revelou as contradições do processo de emancipação, do acesso à educação e do impulso para a literatura, tomou corpo estético, ressoou o discurso e expressou a linguagem feminina. Assim, constitui: “nuances, marcas, apelações e representações que procuram enunciar o tratamento dessa escrita: o seu timbre, a sua elocução, a sua formulação, o seu discurso, o seu perfil, silhueta, transparência, estética, linguística e linguagem” (COLLINGS E TEDESCHI, 2019, p. 217).

Compreendemos que as narrativas referem epistemologicamente a lógica do sensível,

com a experiência das escritas de si. Enquanto perspectiva metodológica esse procedimento diz respeito a movimentos socioeducativos de histórias de vida, propondo a ressignificação das experiências cotidianas. As narrativas das cenas cotidianas da própria história, tornam-se singulares, revelam os sentidos das experiências e os significados da própria existência. Nos estudos feministas e de gênero, apontamos a perspectiva da interseccionalidade e a abordagem pós-colonial. Na História das Mulheres é indispensável a contribuição do feminismo negro, uma vez que as articulações teóricas sugerem o reconhecimento histórico das mulheres negras e os impactos nas relações familiares. Consideramos que as opressões de gênero, etnicidade, classe, geração, a percepção simbólica do cotidiano, as experiências no trabalho, as contradições da condição de sobrevivência afetam as mulheres nas famílias.

Encerramos esse tópico com a mensagem de Milton Nascimento sobre *O cio da Terra*, porque nos inspiramos e reconhecemos o fazer individual e coletivo de nossas histórias. A força ancestral das mulheres conecta gerações, através dos vínculos afetivos, ensinaram o plantio, a colheita, o cuidado com a terra, com a mãe natureza, com a casa, com o lar, com a família. Esse fio que envolve nossas vidas femininas nos projeta além do conhecimento científico, as narrativas das vivências são laços que nos embalam em cada período. Sejamos horizontes para viver nossas próprias estações. Se os dias nos despertam, amadurecemos a cada ano em solo firme.

*Debulhar o trigo, recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão e se fartar de pão
Decepar a cana, recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel, se lambuzar de mel
Afagar a terra, conhecer os desejos da terra
Cio da terra, propícia estação e fecundar o chão
Música: O cio da da terra de Milton Nascimento,
Chico Buarque De Hollanda / Francisco Buarque De Holanda.*

2.2 Apresentação da Pesquisa de Campo: exposição dos sujeitos e da instituição

*Ontem um menino que brincava me falou
 que hoje é semente do amanhã
 Para não ter medo que este tempo vai passar
 Não se desespere não, nem pare de sonhar
 Nunca se entregue, nasça sempre com as manhãs
 Deixe a luz do sol brilhar no céu do seu olhar!
 Fé na vida, fé no homem, fé no que virá!
 nós podemos tudo, nós podemos mais
 Vamos lá fazer o que será.
 Música Sementes do Amanhã de Gonzaguinha.*

Percebendo a conexão nas músicas anteriores e articulando a dimensão espaço-tempo entre a forma como nos situamos nos dias e noites e no chão da terra, observamos nesse tópico a mensagem da música *Semestre do Amanhã*, para lembrar a esperança na humanidade, acreditando no processo transformador que as mulheres estão mobilizando a si mesmas em suas famílias. A dimensão espaço-tempo no cotidiano nos convida a sermos resistentes e resilientes sobre o que plantamos hoje e queremos colher amanhã. Precisamos crer, sonhar, fazer, mudar o que compartilhamos para conseguirmos novas práticas e vivências pautadas na igualdade, justiça e paz. Manter a fé, a crença, a confiança em um mundo melhor e realizar a transformação, a parte que nos cabe nesse mundo onde quer que estejamos. O tempo que perpassa a vida das mulheres demanda algo além do medo, requer tempos de paz, equidade e justiça social.

Consideramos que este estudo constitui um recorte da realidade brasileira, pois a perspectiva que escolhemos quanto aos referenciais teóricos, a metodologia da pesquisa, indica a forma como percebemos o contexto e conectamos as interações entre as abordagens teóricas e as articulações com as narrativas das mulheres. Compreendemos que o recorte temporal da pesquisa contempla a contemporaneidade, relativo ao século XXI. Todavia, para chegar ao presente em curso, precisamos olhar para o século XX, uma vez que observamos de forma surpreendente os avanços em relação aos direitos das mulheres no mundo e especialmente no Brasil.

Nosso marco cronológico propõe um recorte do contexto atual visando observar que mulheres de uma determinada realidade territorial na cidade de Fortaleza - Ceará manifestam suas narrativas sobre suas histórias, vinculadas inseparavelmente a perspectiva geracional,

pois o fio invisível, mas perceptível, do tempo perpassa suas histórias de vida e conecta suas trajetórias. Então ao falar de quem são no presente, reportam as suas ancestralidades, resgatam as suas origens, ressignificando a dimensão tempo-espaço e a conexão das relações pessoais, familiares, sociais e coletivas, pois ao revisitar quem são, retomam suas singularidades percursos existenciais.

Considerando os indicativos teóricos, apontamos neste tópico como ocorreu o processo de execução da pesquisa de campo. Na ocasião da elaboração do projeto de pesquisa para o Doutorado, devido à experiência de atuação no terceiro setor, com organizações da sociedade civil em Fortaleza - Ceará, enquanto profissional, foi possível conhecer uma quantidade expressiva de entidades que atuam com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Considerando a perspectiva que defendemos de que essas instituições que atuam com educação não formal possibilitam oportunidades para crianças e adolescentes em relação a novos projetos de vida, que refletem melhorias na qualidade de vida, das suas famílias, esse campo de atuação social foi escolhido.

Conhecemos o trabalho realizado pelo PROSSICA, a partir de uma experiência laboral anterior como mapeamento da rede de organizações da sociedade civil. Assim, foi feito contato com outras instituições localizadas nos bairros: Passaré, Henrique Jorge e Messejana. Mas, diante da impossibilidade de outras instituições aceitarem a pesquisa e consoante a abertura apresentada pela instituição em acolher o estudo, devido à necessidade de oferta de um serviço de acolhida e escuta para as mulheres das famílias das crianças e adolescentes atendidas, foi que essa instituição foi escolhida como campo para intervenção. A localização da entidade constituiu um critério favorável à escolha, devido a região contemplar altos índices de pobreza, situação de vulnerabilidade e risco social. O aspecto religioso da entidade não constituiu critério de exclusão, uma vez que não era finalidade inicial avaliar a questão da religião da entidade, mas realizar um grupo com as mulheres atendidas sobre sua subjetividade, posteriormente, com a coleta de dados a partir da intervenção e a análise das questões discutidas, buscamos observar sobre a influência desse aspecto nas proposições sobre o perfil das mulheres.

Apresentamos que a instituição escolhida para realização da pesquisa de campo - Projeto Social Sementes da ICA - PROSSICA é uma organização sem fins lucrativos que desempenha atividades para crianças, adolescentes e seus familiares que vivem em comunidades em situação de vulnerabilidade e risco social, oferecendo oportunidades de melhoria do bem-estar e a promoção de vida digna. A entidade desenvolve suas ações, com viés pautado na religião, atendendo aproximadamente 600 (seiscentos) crianças e adolescentes, e suas famílias que vivem próximos ao Castelão em Fortaleza – Ceará.

O PROSSICA visa desenvolver os aspectos da vida articulando as dimensões: social, cultural, ambiental, educacional e espiritual. Tem por missão: contribuir para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, por meio de ações integradas no âmbito cultural, sócio emocional, físico e espiritual, em áreas de vulnerabilidade social em Fortaleza. Apresenta a visão: ser uma instituição de referência, na melhoria de qualidade de vida de crianças e adolescentes, nas comunidades.

Conforme explicado pela Diretora da Instituição, e disposto no estatuto social da entidade, o PROSSICA teve sua origem vinculada ao Projeto Social da Igreja de Cristo na Aldeota, Fortaleza - Ceará, com inscrição em Regimento Social em 2005. Todavia, após revisões e atualizações, a última versão atualizada do Estatuto Social de 2021, com o nome fantasia PROSSICA, compreende as descrições abaixo.

De acordo com o Estatuto Social do PROSSICA, a denominação, duração, sede e finalidade da instituição, listado no capítulo 1 - correspondem: Artigo 1º - A Associação de Apoio às Crianças e Juventudes - PROSSICA, nova denominação do Projeto Social Sementes da ICA, é uma pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 07.814.896/0001-91, instituído em 18 de Agosto de 2005, registrado em 13 de Janeiro de 2006, no 3º Registro Civil das Pessoas Jurídicas Comarca de Fortaleza - CE sob o nº. 5004539, sem fins econômicos, criada para durar por tempo indeterminado, com área de atuação em todo o território nacional, com caráter beneficente de assistência social.

De acordo com o art o 3º do referido estatuto social, a instituição, como meio de implementar projetos relevantes nas áreas da saúde, educação e inclusão social, nos termos da

Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), possui os seguintes fins, dentre outros:

I-Desenvolver projetos na área sociocultural, aproveitando os costumes e tradições das comunidades, em atuação, usando como estratégias pedagógica o teatro, a música, a dança, o folclore e manifestações regionais.

II - Desenvolver, produzir, distribuir e manter materiais didáticos e publicações de caráter técnico educacional, necessários ao cumprimento de suas finalidades;

III -Desenvolver atividades nas áreas sócias educacional em educação infantil, ensino fundamental ensino e projetos alternativos que visam preparar a criança e ao adolescente na escola formal e a inserção na Universidade e no mercado de trabalho;

IV - Fornecer serviços básicos de saúde, alimentação e educação, voltados às pessoas carentes, além de executar ações educativas para crianças em creche, em atendimento integral e acompanhamento de suas famílias, numa relação de parceria;

V -Oferecer atividades na área de esporte e lazer, passeios e acompanhamentos, incentivando o convívio coletivo, o relacionamento solidário, entre os assistidos, das comunidades em atuação;

VI - Acompanhar as famílias através de cursos, palestras e reuniões promovendo conteúdos que despertem novos interesses concepções de cidadania, visando o bem-estar de todos;

VII-Incentivar entre as famílias o senso de responsabilidade na educação de seus filhos, preparando-os para fortalecer o processo educativo iniciado no PROSSICA;

VIII - Promoção de ações na área da saúde, alimentação, higiene, oficinas de reciclagem, sensibilizando os educandos da importância de se conservar o meio ambiente com Projetos que revitalize a própria comunidade;

IX - Desenvolvimento de projetos de geração de renda com as famílias, aproveitando o potencial das Comunidades em atuação, buscando intercambiar a produção com outras entidades com trabalhos similares;

X - Envolver os assistidos das Comunidades em atuação em ações que ampliem seus níveis de consciência no que se trata de direitos e deveres, tornando-os multiplicadores de trabalhos em favor da comunidade;

XI - Promover ações de pesquisa, produção de documentos sobre a história da Comunidade, Diagnóstico acerca dos contextos sociais em diversas áreas, enviando os trabalhos produzidos para os órgãos competentes na elaboração de políticas públicas para os bairros ou municípios onde o PROSSICA atuar;

XII - Desenvolver ações nas áreas morais e éticas, incentivando as crianças, adolescentes e suas famílias a viverem sua espiritualidade na perspectiva que observem a sustentabilidade do meio ambiente e os valores e princípios do homem solidário, livre e cidadão.

XIII - Desenvolver projetos de gestão voltados às microempresas, cooperativas, associações e outras organizações que representem oportunidades de liberação do potencial humano, através de atividades produtivas e prestação de serviços à sociedade;

XIV - Firmar e manter convênios, acordos e contratos com Instituições federais, estaduais ou municipais, nacionais e/ou estrangeiras, bem como pessoas de direito privado, visando potencializar o cumprimento de suas finalidades;

XV - Desenvolver projetos para crianças e adolescentes, sempre tangenciados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)”.

(Estatuto Social do PROSSICA, 2021).

Quanto ao Capítulo III que dispõe sobre os recursos e modo de aplicação do PROSSICA, percebemos o disposto no Artigo 13 a relevância e os objetivos da instituição, cujas fontes de recursos para a manutenção advirão de contribuições e doações de associados, subvenções e auxílios, rendimentos, patrimônios, captação de recursos.

Após o contato com o PROSSICA, consideramos que a instituição é uma referência para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidades, na cidade de Fortaleza. Constitui uma oportunidade para as mulheres de fronteiras que buscam a realização de outros projetos de vida para seus e seus filhos e filhas nos territórios onde vivem. Os grupos possibilitaram o encontro dessas mulheres com suas realidades.

A entidade foi acolhedora para execução da pesquisa, pois as profissionais indicaram que tanto elas quanto as famílias precisam de cuidado, apoio, acolhimento e compartilhamento de experiências sobre projetos e histórias de vida, precisavam ser vistas e ouvidas. Esse foi o principal motivo da aceitação da entidade para realização da pesquisa de campo: poder dialogar em seus territórios sobre suas vivências de suas famílias.

A decisão de iniciar com o grupo das profissionais que atuam no PROSSICA, surgiu de uma adequação do contexto da Pandemia da COVID 19, foi um pedido da entidade, como oferta de uma formação e da vivência, quanto a aproximação e experiência dos temas para o serviço; uma estratégia de cuidado com as essas trabalhadoras, que se dedicam a cuidar de outras mulheres; constituiu uma abordagem de sensibilização das profissionais para atuarem com as famílias, foi pensada diante da necessidade das mulheres demandarem um cenário de escuta, coerente com a proposta pedagógica da instituição.

Sobre a instituição PROSSICA, destacamos que as mulheres que trabalham apontaram o poder mobilizador simbólico, transformador no aspecto emocional, de experiência significativa e afetiva de aprendizagem, cujos valores sociais são referência no território de atuação. Na entidade, as mulheres que são atendidas relataram situação de perda e luto em relação aos filhos(as) acolhidos(as) durante a intervenção em grupo.

No trabalho realizado pelo PROSSICA, há uma demanda institucional de apoio e suporte para lidar com afetos e emoções, pois são mulheres cuidando de mulheres em situação de vulnerabilidade, risco, violência, essas dificuldades e diversidades afetam suas vidas. As situações de violações afetam a casa, que deveria ser ambiente de proteção, conforto, segurança, refúgio, amparo, alívio.

Quanto aos critérios de inclusão no grupo e o recorte do perfil das participantes da

pesquisa, em outras circunstâncias para além do cenário da Pandemia decorrente da Covid 19, outras mulheres no perfil do grupo poderiam ter participado dos grupos. Consideramos que as mulheres que foram mais expressivas nas atividades, as que mais se posicionaram foram aquelas mais afetadas pelos temas, mobilizando sentidos e significados sobre suas experiências familiares.

Diante do universo da pesquisa, as mulheres das famílias de crianças e adolescentes atendidas, o convite foi apresentado diante do perfil da pesquisa, dessas, consideramos a intervenção para 20 mulheres, como está previsto na metodologia do grupo focal, para os encontros. Todavia, o cenário da pandemia, o interesse pela intervenção, os dias e o horários dos grupos, dificultaram a quantidade de participantes aderirem, e implicou evasão. Considerando o tempo da pesquisa, caso fosse realizado novos grupos, haveria possibilidades da adesão de mais mulheres.

Apresentamos as indicações sobre cada etapa do processo interventivo. Após a adequação da metodologia diante do cenário da Pandemia decorrente da Covid 19 que acometeu o período da pesquisa, informamos que este cenário afetou a vida da população mundial, um cenário global que impactou os países de diferentes formas.

Na realidade do Brasil, o agravamento da condição da pandemia decorre principalmente da ausência de uma gestão nacional qualificada, sobrecarregando Estados e Municípios quanto às medidas de cuidado com a população. No Estado do Ceará, presenciamos ao longo do ano de 2020 a 2022, medidas preventivas e responsivas que previram isolamento social, distanciamento, vacinação e investimentos nas instituições de saúde para cuidado e tratamento. No contexto de Fortaleza, observamos variações da conduta da população que se divide entre as pessoas que seguem as regras e aquelas que descumprem; assim como sentimos ao olhar para o cotidiano da cidade, como os sujeitos lidaram de forma diversa com esse quadro; cada indivíduo em suas famílias atualizam suas próprias identidades e valores na condução da produção e reprodução de estigmas, estereótipos, preconceitos e discriminações.

Considerando esse aspecto da Pandemia, questionamos de que forma esse tema impactou o estudo. Apontamos que as medidas governamentais afetaram a execução da

pesquisa e analisamos a repercussão desses fatores na implementação, conforme os motivos a seguir. Discutimos a subjetividade feminina e as mulheres são as mais afetadas no contexto da pandemia, em todos os aspectos que influenciam sua identidade individual, familiar, laboral, social, pois durante o período de isolamento social a sobrecarga da rotina doméstica, familiar e de trabalho se intensificou, ao passo que as violências também se agravaram em muitos lares, impactando a percepção do grau de vulnerabilidades e riscos sociais para as mulheres em suas famílias.

Estudamos famílias e expomos que as dinâmicas familiares mudam em decorrência das exigências e demandas alocadas nesse momento, pois o isolamento realocou todos os membros no ambiente doméstico, fortalecendo a convivência; exigindo olhar para os laços e vínculos afetivos entre os participantes e grupos familiares. As famílias tiveram a oportunidade de ressignificar valores e reorganizar rotinas, fortalecendo vínculos e redes de apoio. Refletimos sobre a subjetivação e no contexto da pandemia esse campo foi um dos mais impactados, pois as medidas de isolamento exigiram a reconfiguração das formas de pensar a vida em si, o cotidiano das relações; os sujeitos se depararam com limitações e exigências, demandando novas formas de se relacionar com o outro, de perceber a própria existência diante do mundo, um processo que envolve o dimensionamento de si, do outro, do mundo, em articulação diária e indissociável de suas reflexões e práticas sociais.

A metodologia de encontros virtuais e presenciais com o público participante da pesquisa foi organizada no momento oportuno e adequado às especificações, dependendo dos decretos para organizar as intervenções na instituição. A exigência e a adequação do modelo virtual para o presencial implicou uma mudança no formato do grupo, os encontros com as mulheres seguiram as normas sobre o distanciamento social, isso demandou ajuste no cronograma da pesquisa de campo. Conforme a metodologia, a proposta original seria 1 grupo com vinte participantes, todavia, devido ao tipo de atividade fizemos a divisão de grupos, decidimos realizar a intervenção de forma separada com 02 grupos: o 1º grupo virtual, on line, com as 10 (dez) profissionais que trabalham na instituição; o 2º grupo presencial, com as mulheres das famílias atendidas na entidade.

O conteúdo programático dos grupos focais foi o mesmo quanto aos temas, com a realização de 16 (dezesesseis) encontros temáticos; a mudança ocorreu no formato e no público: primeiro virtual com profissionais; o segundo presencial com as usuárias. Com a quantidade de 10 participantes, a frequência do grupo contou com ausências, mantendo uma média de 7 mulheres nos grupos. Iniciamos com o grupo de profissionais devido às experiências que podem ser compartilhadas pelo olhar de mulheres cuidadoras da instituição, que seria importante posteriormente um grupo com as famílias para dialogar sobre as temáticas de estudo. Acordamos o cronograma de acordo com a agenda da instituição, pois a profissão dessas mulheres vinculadas aos cuidados, expressam a preocupação de acolher com valores significativos de suas experiências de projetos de vida.

A organização do grupo das mulheres usuárias foi feita em parceria com a instituição. No primeiro momento, solicitamos uma quantidade de mulheres que pudessem participar do grupo, perguntamos como poderia ocorrer a mobilização. Com a proposta de cronograma, a instituição divulgou entre as atendidas e indicou aquelas que manifestaram interesse e disponibilidade. Assim, houve a inscrição das mesmas, considerando o perfil da pesquisa, a demanda delas para a instituição devido ao histórico familiar, decorrente da condição de vulnerabilidade e risco social, a manifestação de interesse, disponibilidade e participação delas em atividades grupais institucionais. Antes do grupo, realizamos a mobilização das participantes para a pesquisa através do contato telefônico. Quando o grupo iniciou, foram feitos os ajustes para o acordo de convivência, explicações sobre o formato da pesquisa, as exigências éticas e normativas para segurança de acolhida e sigilo das participantes, assim como a criação de um grupo de whatsapp para informe semanal de lembrete sobre a data e horário do grupo.

Quanto ao perfil das mulheres escolhidas para participarem dos grupos, selecionamos os critérios: idade entre 18 e 60 anos; residentes em Fortaleza; beneficiárias atendidas, em situação de vulnerabilidade e risco social, e as profissionais que atendem esse público. Consideramos apenas uma amostra da quantidade das mulheres das famílias atendidas pelo PROSSICA, não era objetivo atender a todas, mas apenas realizar um grupo na instituição.

Sobre as mulheres não contempladas na pesquisa, pensamos em intervenções posteriores sobre as temáticas. Na demarcação dos grupos de mulheres, optamos pelo quantitativo indicado na literatura quanto ao grupo focal de até 20 participantes, sendo 10 em cada grupo.

Quando fizemos o contato com a instituição, avaliamos duas possibilidades de atividades: com as profissionais, a proposta foi ser para todas as mulheres que trabalham e mais 3 voluntárias, totalizando 10 participantes, todavia, as voluntárias não acompanharam, ficando apenas as sete; com as usuárias, foi avaliado que poderiam haver mais mulheres no perfil para os grupos. Usamos como critérios na seleção das mulheres: 1. Dentre as usuárias atendidas, o convite foi feito para as 20 mulheres, observando o aspecto da dificuldade de comparecimento devido as atividades ocorrem no período da tarde, portanto, prevendo uma evasão da metade, ficando o quantitativo de 10 participantes, por motivo de impossibilidade de comparecimento das mesmas, seja por interesse ou por uma questão cultural de não participação nos grupos ou de necessidade de ficar em casa cuidando dos filhos. 2. Haviam mulheres em situação de risco e vulnerabilidade social contempladas por atendimento em outras atividades, portanto, a instituição apontou que o convite seria feito as mulheres que estariam precisando de um processo de acolhida naquele momento. 3. O convite foi feito inicialmente pela entidade, a mobilização e a participação para o primeiro encontro ocorreu pela instituição, a partir do primeiro contato, com os nomes e os telefones das mulheres, foi criado um grupo de whatsapp para integrar e passar informações sobre o grupo. 4. Após a realização dos dois grupos, a instituição apontou o interesse de continuidade da proposta com outras mulheres, ficando o convite estendido para execução posterior, com um grupo de adolescentes, todavia, devido ao prazo de conclusão da pesquisa de campo, optamos por cumprir o cronograma da pesquisa, ficando a possibilidade de retorno a instituição para desenvolver outros grupos como voluntária.

Quanto aos encontros e ao método utilizado nos grupos, articulamos o conteúdo temático, destacando que a escolha desses temas emergiu a partir das leituras e da associação dos indicadores para pesquisa. Organizamos as temáticas do roteiro de 16 encontros dos grupos com as questões geradoras, trabalhadas de forma articulada com círculos de culturas e

vivências, conforme disposto no Roteiro para Pesquisa de Campo. Apontamos a seguir as temáticas utilizadas: 1. Início do grupo - apresentação; 2. Subjetividade feminina no cotidiano; 3. História de Mulheres; 4 - História de Famílias; 5 - Direitos das Mulheres; 6 - Autonomia, Empoderamento e Protagonismo; 7 - Amor e sexualidade; 8 - Casamento e Maternidade; 9 - Etnicidade; 10 - Cultura; 11 - Espiritualidade e religiosidade; 12 - Saúde; 13 - Educação; 14 - Trabalho; 15 - Violência; 16 - Encerramento do grupo - agradecimentos.

Consideramos a possibilidade de encontros virtuais para o primeiro grupo da intervenção, devido às condições sanitárias que não permitiram os encontros presenciais; após a vacinação do público atendido pela instituição, os encontros ocorreram presencialmente. Pensando na condição emergencial, projetamos outras alternativas quanto a mudança, pois as famílias da instituição não possuem acesso à internet para grupos on line, como a entidade manteve contato para fortalecer vínculos durante o período, as profissionais consideraram que as mulheres aderiram aos encontros presenciais. Antes dos grupos, houve aprovação quanto ao tema de estudo e as temáticas para os encontros e as entrevistas, sendo respondidas todas as dúvidas quanto aos recursos utilizados.

As mulheres da pesquisa queriam ser ouvidas, dizer quem eram e revelar suas histórias. Escolhemos para apresentação das narrativas o nome pela linhagem materna para viabilizar que nome é tudo que a gente tem, nomear é significar, portanto, afirmar a existência. As participantes ofereceram seu olhar, suas vivências, suas existências no cotidiano, elas revelaram a possibilidade de perceber a vida de inúmeras mulheres, algo subjetivo, íntimo, singular que outras formas de produção do conhecimento não acessam ou evidenciam. São as histórias reais e visíveis que tornam o cotidiano concreto, que fazem a história da humanidade acontecer, a sociedade se reproduzindo dia após dia.

Alguns dados sobre o perfil das mulheres que participaram da pesquisa: quanto a etnicidade se declararam: 80% pardas, 10% indígena e 10% preta. Embora a alta incidência do dado de mulheres pardas, não identificamos a compreensão sobre a questão do reconhecimento da questão racial entre as mulheres participantes quanto ao fortalecimento da identidade negra. Consideramos a necessidade de sensibilização sobre esse tema com as

mulheres atendidas.

Sobre a escolaridade definiram: 30% ensino superior; 20% fundamental; 10% ensino médio; 20% não alfabetizada; 20% não informado. Destacamos a preocupação das mulheres que não conseguiram concluir o ensino fundamental, médio e superior, em ofertar isso para seus filhos e filhas.

Em relação à localização, o bairro que residem: 50% Castelão, 10% Bom Jardim, 10% Parque Dois Irmãos, 10% José Walter, 10% Araturi (Caucaia), consideramos esta última devido a profissional trabalhar na instituição).

No que se refere à idade: no campo entre 18 - 30 anos: 40%; no item entre 31 - 60: 60%. Apesar da instituição atender crianças e adolescentes, nosso recorte foi com as famílias.

Referente a renda familiar: na categoria até 1 salário mínimo (incluindo beneficiárias de programas sociais): 50%. No aspecto de 1 a 2 salários mínimos: 30%; no dado de 2 a 4 salários mínimos: 20%. Informamos que houve relatos de famílias vivendo apenas com doações de alimentos pela instituição e pelos vizinhos para sustentar os filhos.

No que diz respeito à composição familiar no ambiente doméstico: no grupo entre 0 - 4 pessoas: 40%; no grupo entre 5 - 10 pessoas foram 60%. Há uma prevalência de famílias com expressivo número de participantes na composição familiar.

Quanto ao cenário da espiritualidade, indicamos sobre a religiosidade: 70% evangélicas; 30% católicas, nenhuma manifestação de outra religião de matriz africana.

Na realização do primeiro encontro, percebemos a necessidade de fala das mulheres sobre suas vidas. Sobre as impressões coletadas nos grupos indicamos: nos dois grupos, quando todas se apresentaram, notamos que era o começo da afirmação de quem eram e a percepção sobre suas histórias, indicando o poder transformador da narrativa. O primeiro grupo aderiu a proposta, o vínculo foi fortalecido à medida que os encontros evoluíram, o ritmo foi lento, como se as participantes buscassem entender o limite do que poderiam expor naquele espaço, tentaram conhecer e se adaptar ao espaço para se revelarem. Como os temas afetam as emoções das mulheres, ao falarem sobre suas histórias de vida e de suas famílias, as mesmas tiveram resistência no início, mas aos poucos foram confiando e expressando suas

narrativas. No segundo grupo, algumas mulheres, por terem vivência de espaços coletivos em grupos, já tinham um discurso de apresentação, enquanto outras afirmaram que não se sentiam à vontade em falar de suas vidas.

Com a seleção dos temas, após explicar sobre os objetivos da pesquisa, expressamos sobre a subjetividade e a história de vida de si e das mulheres de suas famílias. Essa temática foi um ponto de estranhamento, pois questionaram como falar delas se elas achavam que não teriam importância. Mostramos que a história de vida de quem eu sou possui um sentido e significado da vida de cada uma, isso é singular. Em suas exposições, houve relatos de violência na família, conectando vivência de sofrimento que sentiam naquele momento. Percebemos as histórias de vida dessas mulheres como um indicativo de como ocorre o processo de subjetivação feminina nas famílias quando relatam suas vivências sobre os acontecimentos cotidianos. O objetivo não foi descrever as biografias ou autobiografias ou as personagens do mundo real, mas que através dos relatos das mulheres fosse possível identificar as narrativas femininas singulares e também coletivas das famílias.

Na atividade de acolhida do primeiro grupo, as mulheres relataram que poderiam ter dificuldades em conciliar o tempo do grupo com as demandas institucionais, em alguns momentos poderiam faltar. Então acordamos o melhor horário para garantir a adesão delas. No segundo grupo, foram feitos os acordos sobre a ética de falar sobre os problemas, serem acolhidas, não criticadas, pediram para as colegas não exporem a vida delas fora da instituição. As mulheres relataram algumas semelhanças nas histórias de vida em comum: o desemprego, o luto, o adoecimento, as dificuldades de virem ao encontro diante de outros afazeres domésticos, a possível desistência por desinteresse ou falta de incentivo ou medo por nunca terem vivenciado essa experiência. Na vivência de encerramento da atividade, ao pedir para desejarem algo aos grupos que iniciava, deixaram sobretudo respeito e saúde.

Outro ponto importante foi a escolha dos nomes dos grupos. Pensar coletivamente sobre a proposta não foi a primeira opção, elas citaram individualmente o que gostariam. O primeiro grupo escolheu: A Casa das 7 mulheres, pela representatividade de serem 7 guerreiras, lutadoras; mesmo sendo pensado para 10 participantes, as sete profissionais e três

voluntárias, que não puderam comparecer, acordamos manter essa quantidade.

A sugestão de nomes para o segundo grupo foram: mulheres de fé, em ação, virtuosas, de aço e flor, de todos os tons e sons. Destas sugestões, o título escolhido foi: mulheres de todos os tons e sons. Observamos a referência da religiosidade e a imagem de fortes, lutadoras e guerreiras. Quanto à identificação do nome das mulheres, as participantes manifestaram que preferiam visibilizar seus nomes, não definir um termo fictício para as identificarem, pois afirmaram que se a proposta do grupo é valorizar suas histórias querem ser reconhecidas pelos sobrenomes. Decidimos que para manter a integridade e a ética dos dados, utilizaremos o sobrenome de linhagem materna para referir a cada participante.

O primeiro grupo foi composto por: mulheres residentes em Fortaleza, sendo apenas 1 de Caucaia; com idade entre 18 a 60 anos; com escolaridade de ensino médio a superior; com renda mensal entre 1 a 4 salários mínimos; que consideram a sua etnicidade: pretas, pardas e brancas; que afirmam a orientação sexual heterossexual; que enfatizam a religião evangélica. Quanto à saúde, não informaram adoecimentos ou perdas, decorrente da Covid 19, não informaram demandas de saúde mental.

Os encontros do primeiro grupo ocorreram virtualmente pela plataforma *meet*, às sextas feiras, com duração de 1 hora. Cada encontro seguiu o tema proposto no formato de tema gerador e questões geradoras. Durante os encontros, foram feitas anotações e transcrições das falas pela facilitadora. Todas as participantes se manifestaram e comentaram nos encontros, a depender do tema mobilizador. As participantes informaram que levaram as reflexões apresentadas nos grupos para seu cotidiano, questionando e mobilizando outras mulheres sobre questões percebidas em suas falas sobre suas vidas.

O segundo grupo iniciou com 10 participantes, mas em média a frequência permaneceu em 7 mulheres a cada dia. Quanto ao perfil desse grupo: estão na faixa etária de 18 a 60 anos; a maior parte das mulheres não concluíram os estudos quanto ao ensino básico, nenhuma tem ensino superior; boa parte são mães e avós; se definem “morenas” (pardas) e brancas, só uma afirmou ser negra. Economicamente, nenhuma trabalha com emprego formal, são trabalhadoras informais, ou aposentadas, ou beneficiárias de programas sociais,

ou dependem do sustento advindo da renda do esposo ou de doações e benefícios. Quanto à saúde, algumas apresentaram quadros de adoecimento da Covid 19, anteriores à pesquisa, com perdas e lutos na família; informaram que precisam de atendimento ou acompanhamento psicológico para si ou para seus(suas) filhos(as).

Os encontros do segundo grupo ocorreram às quintas-feiras, das 15hs às 16hs, na entidade. Em cada encontro foi discutida uma questão geradora, reflexiva, conforme o cronograma. Como este grupo tinha participantes não alfabetizadas, realizamos círculos de culturas e vivências sobre os temas. Cada encontro teve frequência, na avaliação dos momentos, as participantes relataram sobre suas mudanças e o quanto incentivaram outras mulheres em processos de transformação.

Com a realização dos dois grupos, observamos como semelhanças: as narrativas sobre as histórias de vida de suas famílias marcadas por violência doméstica, familiar e sexista; os relatos pessoais indicam como as mulheres vivenciaram, lidaram e puderam reagir e encontrar estratégias para superação da violência. Apontamos como diferenças entre os grupos: o perfil socioeconômico e a escolaridade, a percepção da etnicidade das mulheres. Mulheres relataram sobre ignorar o cuidado consigo em função dos filhos, marido e pais. Na pandemia decorrente da Covid 19, houve propagação dos excessos: compulsão ou diminuição da comida, consumo e higiene. Nenhuma das mulheres faz terapia, mas reconhecem ter sintomas de depressão ou ansiedade.

Há uma diferença na escolaridade entre os grupos: no primeiro, havia duas mulheres com ensino superior, com ensino médio; no segundo grupo, nenhuma das mulheres têm ensino superior, algumas tem o médio incompleto, outras tem o fundamental incompleto. Apenas uma mulher do segundo grupo afirmou querer terminar os estudos. Apenas uma relatou querer fazer graduação. Sobre a capacitação por aprendizagem de cursos técnicos com as áreas de estética, beleza, costura, artesanato, culinária, as mulheres do segundo grupo apontam interesse em montar seu próprio negócio. Defendem a importância do incentivo e estímulo aos filhos a estudarem e realizarem os sonhos. Reconhecem a representatividade de ver as mulheres em diversos espaços para reconhecer que podem ocupar esses lugares.

Entre as evidências do grupo, percebemos que o choro das mulheres foram manifestações de falas desde o primeiro encontro. As lágrimas guardadas, escondidas, foram inevitáveis, elas vieram como um bálsamo, um alívio para a angústia da dor. As falas trêmulas e resistentes a cada relato indicavam a força das percepções sobre suas vidas. Aqueles momentos de fragilidade demonstraram o quanto elas sustentaram a fortaleza de uma vida toda, sob o signo da dureza de que não podem chorar, porque seriam frágeis e só poderiam chorar escondidas. Consideramos que homens e mulheres podem, devem e choram! Mas naquele grupo, o choro funcionou como catarse, porque elas somente precisavam desabar, queriam acolhida, sem julgamento. Os abraços corporais não puderam ser feitos, mas o abraço com o olhar, a escuta e a energia as encobriu nos momentos de transformação.

Isso nos leva a compreender que mesmo diante da realidade perpassada por desigualdades de gênero, raciais, sociais, econômicas, culturais, a crítica ao processo de alienação diante das situações de opressão no contexto da sociedade capitalista pode não ter ocorrido devido a questão de lidar com a urgência da sobrevivência do cotidiano, perpassado por demandas recorrentes de situações de pobreza, miséria, violência e violações que afetam o cotidiano dessas famílias. A necessidade de atender as questões reais e objetivas, da vida concreta pulsam de forma emergente sobre as questões de ordem simbólica, espiritual e política. Sem aprofundar esse tema, apontamos que uma estratégia para esse cenário seria a oferta de formação continuada sobre feminismos e direitos das mulheres como estratégia de contribuição para a emancipação feminina com impacto nas vidas dessas mulheres. .

Identificamos como resultado desse estudo, o silêncio das mulheres que pouco participaram nos grupos, embora todas em algum momento tenham se manifestado, no grupo das profissionais, uma das mulheres se posicionou pouco, expressando suas contribuições no tema sobre cultura e religiosidade. No grupo das usuárias, todas as mulheres se apresentaram, todavia, uma delas reportou poucos exemplos, expondo seus argumentos apenas no tema sobre cultura e etnicidade. Podemos analisar que o silêncio das mulheres é uma manifestação de fala, pois mesmo aquelas que avisaram que eram tímidas e falavam pouco, nos encontros foram tocadas pelos temas que mobilizaram emoções, relataram seus exemplos de vida.

Apontamos nas análises que os silêncios vividos pelas mulheres ao longo dos anos sobre suas histórias constituiu uma justificativa para a escolha dessa metodologia da pesquisa de campo: ao fomentar o processo de fala das mulheres, buscamos evidenciar quem são, demarcando espaços e buscando reconhecimento para as suas histórias, tornando visível as suas vidas em suas famílias. Considerando a contribuição do pensamento feminista negro, indicamos que as mulheres negras que falam e se expressam mobilizam as estruturas da opressão e rompem com as dominações de silenciamentos.

Observamos em relação às novas configurações familiares, que os modelos das famílias pesquisadas ainda são considerados tradicionais, nucleares, burgueses, todavia, há avanços e mudanças, e configurações de formatos monoparentais femininos. Identificamos que a família é a instituição primária de desenvolvimento humano e socialização dos indivíduos, lugar de produção e reprodução dos valores e normas sociais. Compreendemos que na contemporaneidade, as famílias estão passando por reestruturação, em função da desintegração das estruturas tradicionais, emergindo novas interações e dinâmicas familiares.

Perguntamos sobre a influência das novas configurações familiares no processo de subjetivação feminina, isso pode ser percebido nas transformações contemporâneas vivenciadas em relação aos direitos das mulheres, as percepções sobre os aspectos culturais relacionados às famílias, tais como: casamento, divórcio, recasamentos, uniões afetivas, acesso a educação, ocupação de postos de trabalhos, enfrentamento a violência. Todos esses fatores e a percepção singular das mulheres sobre como podem tornar-se mulher, a partir das construções sociais, culturais e políticas, indicam transformações nos modelos de famílias e nas novas interações e dinâmicas familiares. Acrescentamos que as mudanças econômicas globais e locais demandam dos núcleos familiares ajustes, conexões e interfaces para atender a manutenção do sistema capitalista. Assim, percebemos as famílias ressignificando valores, reconstituindo e reinventando novas formas de existir.

Destacamos o poder mobilizador da intervenção grupal para a transformação da vida das mulheres, pois acreditamos que as mulheres ao se reconhecerem em suas histórias, se identificam com outras mulheres, valorizam suas histórias do cotidiano, observam as relações

de poder em suas famílias, percebem as a constituição de sua subjetivação e podem inspirar, ajudar outras mulheres e atuar num processo de transformação de si e do mundo.

Observamos que no relato das mulheres, elas percebiam as semelhanças entre as histórias delas e das suas famílias, as mudanças que as afetam por ser que são, quem se tornaram, criando um elo de narrativa, pois quando elas escutam a outra falando, elas vão elaborando, ressignificando as histórias com outras mulheres. Essa é a justificativa para a metodologia escolhida por esse estudo, possibilitar esse momento de transformação de si por meio das outras. Consideramos que a fala no grupo permite a percepção do insight, do que ocorre consigo, pensar o fato, os meios, recursos, as estratégias para solução. A narrativa conduz a elaboração dos relatos, torna a situação de sofrimento perceptível, viável, concreta.

Como pesquisadora, a atuação no grupo permitiu a condução da proposta e a participação atuante como mulher, que se transforma no processo formativo da prática de de cuidado e formação de si. Considerando os requisitos e critérios para realização de um trabalho científico, demarcamos o necessário distanciamento para análise das configurações. Nesse processo, o movimento de abertura, aproximação e deslocamento exige aprofundamento teórico, preparo técnico, desenvolvimento de habilidades, competências e capacidades quanto aos métodos elencados e propostos para o presente estudo. Acreditamos na metodologia e nos guiamos conforme a perspectiva de que podemos referenciar a escrita feminina e feminista para identificar, compreender e analisar o material da pesquisa.

Nas atividades de encerramento dos grupos, fizemos a avaliação dos encontros. No primeiro grupo, começamos com a vivência de acolhida perguntando: Eu sou, o que você é? Eu tenho, o que você tem? Eu vejo, o que você vê? A vivência de finalização consistiu em escrever uma Carta de si para si com a consigna: olhe o presente, lembre o passado, escreva o futuro; fale com a sua criança que foi e com a idosa que será, envie uma mensagem para elas. Na avaliação, as participantes falaram sobre: o que vivi, o que senti, o que compartilhei.

Das falas apontadas, destacamos a de Vinhas que autorizou a reprodução abaixo:

Eu vivi empoderamento no grupo; me sinto empoderada; esses momentos falaram muito comigo, consegui me ouvir; eu achava que essa palavra era algo da moda, sem sentido, até eu parar e perceber que eu posso; não pensei que viveria essa palavra, mas é o que eu sinto

hoje. Eu senti: reflexiva, alegre, um sentimento libertador nas pequenas coisas, penso que depois será nas grandes coisas. Eu compartilhei: sentimentos e pensamentos. O que eu levo: transformação de mim mesma com o que ouvi, falei, aprendi a falar e viver.

A carta de Vinhas de si para si, segue descrita a seguir:

Menina, seu sorriso é lindo! Você é cheia de alegria, quando tiver dúvida, pergunte. Quando tiver medo, peça ajuda. Quando estiver com dificuldade em fazer algo, qualquer coisa, continue no seu tempo, você consegue. Ah, lembre do seu sorriso, ele é importante! Senhora, quantas caminhadas! Seus traços que marcam o rosto ao longo do tempo dizem muitas coisas: o cansaço. Mas veja para além de toda essa história, a caminhada, a jornada de vivências que é uma senhora, essa menina sempre estará aí dentro. Agora é hora de te ouvir, pois sei que tens muito a compartilhar. Você é uma fortaleza!

No encerramento do segundo grupo foi diferente, ajustamos porque algumas mulheres não eram alfabetizadas e não podiam escrever a carta. A vivência de avaliação consistiu em apontar: o que trouxe, o que percebeu, o que compartilhou e levou da experiência. Utilizamos como recursos para as vivências a escolha de músicas, cujas letras estão expressas a cada início de nossos capítulos. Conduzimos rodas de embalo, concêntricas, círculos dançantes, ouvindo a letra, conversando sobre a música, conforme a Educação Biocêntrica.

As mulheres reportaram nas considerações, agradecimentos, sugestões, devolutivas as seguintes respostas: “agradeço a Deus ter tido em minha vida uma mãe maravilhosa que eu tinha e que Deus já o levou, foi e sempre será meu maior exemplo de vida”; “[esse momento] foi libertador e reflexivo participar”; “participar dos encontros foi extremamente enriquecedor e gratificante”; “propôs um ambiente muito acolhedor onde podemos conversar a partilhar nossas vivências umas com as outras”; “foi um momento de reflexão interior, muito agradável!”; “esses momentos foram revolucionários em minha caminhada”.

Para responder ao objetivo geral da pesquisa: compreender o processo de subjetivação das mulheres no contexto familiar, em relação à influência das novas configurações familiares expressas nas narrativas contemporâneas ao século XXI, a partir de grupos de mulheres de uma Organização da Sociedade Civil em Fortaleza – Ceará, apontamos a nossa tese de que as mulheres constituem sua subjetividade no âmbito de suas famílias porque é nesse espaço que elas aprendem a interagir, socializar, produzir e reproduzir valores sociais e culturais, e nesse contexto, transmitem normas, regras e funções às crianças que cuidam e

educam, essa condição da construção do vínculo possibilita mudança em suas vidas e transformação em suas famílias.

Defendemos que o processo de subjetivação envolve a produção dos discursos sobre a individuação, perpassado pelas relações de poder, que contrapõem a fixação e questionam a hegemonia da individualidade, demarcando a mudança do sujeito quanto às diferenças sociais e sexuais, culturais, econômicas e políticas. Acreditamos nas proposições descritas a seguir, conforme os objetivos específicos que nos propomos responder.

As mulheres são sujeitos, em um mundo que categoriza as identidades de gênero, que biologicamente valida a identidade masculina ou feminina a partir do sexo, questionamos esse modelo construído, esse padrão produzido e reproduzido como inadequado para conceituar papéis e funções sociais. A polarização e binarização entre homens de um lado e mulheres de outro e a conjunção necessária entre ambas para manutenção da espécie já não contempla a diversidade de manifestações sobre a sexualidade humana. É preciso sinalizar os corpos humanos, perceber as nuances e diversidades. A dimensão biológica não pode sobrepor as dimensões sociais e culturais, pois os sujeitos se constituem, desenvolvem e amadurecem por experiências com outros seres humanos e contato com o mundo. As mulheres possuem as condições para transformar a realidade, pois diante da sobrevivência a situações de violências, opressões, estigmas, preconceitos, discriminações, ainda há resistência, resiliência e podemos fomentar a solidariedade e a sororidade entre mulheres e compartilhar, disseminar essas práticas por toda a sociedade.

As famílias são o locus primário para socialização, dessa forma as primeiras e mais importantes experiências significativas de acolhidas do sujeito ao mundo, de aprendizado, de desenvolvimento e amadurecimento ocorrem nesse ambiente. O sexismo, o patriarcado, o machismo imprimiram marcas simbólicas cruéis, bárbaras e opressoras as mulheres durante anos. Esse modelo precisa ser superado, as mulheres merecem nascer, crescer, viver e morrer em ambientes saudáveis, seguros e protegidos. Essas novas experiências precisam ser ressignificadas, criadas, fomentadas, como oportunidades para vivências ensinadas, aprendidas, compartilhadas para meninos e meninas, de forma equânime, respeitosa,

protegida, segura. Para essa transformação ocorrer é necessário fomentar novos valores sociais e práticas culturais, nas quais deve-se fortalecer uma vida pautada no respeito, ensinar homens a não agredirem as mulheres e não ensinar as mulheres a se defenderem, ou a culpabilizar as mulheres, como ainda ocorre na atualidade. É necessário valorizar o processo de autonomia, empoderamento e protagonismo das mulheres.

O processo de subjetivação significa o processo pelo qual os seres humanos tornam-se sujeitos, isso implica reconhecer que para o indivíduo existir, sobreviver, desenvolver e amadurecer é necessário o suprimento orgânico, a nutrição ao corpo biológico, e as relações sociais, culturais e espirituais que permitem constituir o sujeito de forma integrada, complexa e articulada. A constituição do sujeito ocorrer pela compreensão, percepção e significação de que existe, que pertence a genericidade da espécie humana, que vivencia processos de agrupamentos coletivos, com assimilação de regras e normas de conduta a uma vida em sociedade, pois mesmo nas sociedades primitivas desde os primórdios da humanidade, no processo de civilização, os indivíduos criaram meios, recursos, instrumentos e estratégias para conviver com outros seres humanos. Dessa forma, a identidade do sujeito se constitui no cotidiano, com vínculos construídos e estabelecidos no aprendizado com seus pares e grupos. A subjetividade se faz, refaz, na dinamicidade e complexidade, não é estática, nem fixa, nem rígida, é móvel, ampla, abrangente, fluida, pois a dimensão subjetiva demanda e exige condições objetivas que permitam a existência, assim como a elaboração psíquica de situar e significar as experiências.

Essas mulheres representam a realidade de suas famílias no contexto brasileiro: são admiráveis mulheres de fronteiras porque estão nas linhas de frente e nos limites das mudanças em suas dinâmicas familiares. A forma como percebem quem são nos indicam a identidade e as representações que acessam, sua subjetividade é constituída nessas relações contraditórias que exigem que existam, resistam, compartilhem e ressignifiquem suas vidas. As mulheres silenciadas desses territórios esquecidos acolhem, amam, sofrem, acontecem. Se viver é um acontecimento histórico, elas fazem história ao viver todo dia.

Escolhemos essa música *Amor de Índio* para dialogar sobre as narrativas femininas,

porque consideramos que o amor é um sentimento sagrado, transmitido por gerações e estações no âmbito das famílias. Na caminhada de percepção do mundo em que vivemos, o movimento se faz constante, cada dia e todos os momentos constituem os vínculos primordiais são constituídos por laços de afeto e precisam ser cultivados nas relações igualitárias, fomentando novas formas de ser e de existir entre homens e mulheres. Cada estação desde o plantio, o cuidado, a colheita dos frutos, são metáforas de nossa vida ativa e criativa, somos e estamos vivas! O tempo dedicado a cada compromisso é reflexo da escolha de viver. Quanto tempo cabe em cada instante de nossas escolhas no ato de viver?

*Tudo que move é sagrado e remove as montanhas
 Com todo o cuidado, Meu amor
 Enquanto a chama arder, todo dia te ver passar
 Tudo viver a teu lado, com o arco da promessa do azul pintado pra durar
 Abelha fazendo o mel, vale o tempo que não voou
 A estrela caiu do céu, o pedido que se pensou
 O destino que se cumpriu, de sentir seu calor, e ser todo
 Todo dia é de viver, Para ser o que for, e ser tudo
 Sim, todo amor é sagrado e o fruto do trabalho
 É mais que sagrado, meu amor
 A massa que faz o pão vale a luz do seu suor
 Lembra que o sono é sagrado e alimenta de horizontes
 O tempo acordado de viver, no inverno te proteger
 No verão sair pra pescar no outono te conhecer
 Primavera poder gostar no estio me derreter
 Pra na chuva dançar e andar junto
 O destino que se cumpriu de sentir seu calor e ser todo.*

Música: Amor de índio. Compositores: Ribeiro Ronaldo Bastos / Guedes Alberto Castro

3. O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DAS MULHERES NO ÂMBITO DAS FAMÍLIAS

*Vem surgindo um novo tempo
Traz glórias do divino mais puros e atentos
Nos tornamos canais do infinito, Mãe divina eu quero ser um filho realizado
E é perante o seu poder; que me entrego pra se libertado
Como um rio que corre para o mar, correntezas carregam o medo
Confiança para atravessar, A fronteira do eu derradeiro. não há desculpas para se escorar
Já foi dito, e a hora é essa o tempo é de se integrar abraçando o que ainda resta
Eu estou morrendo para o passado, e nem anseio pelo futuro
Minha coroa tem brilho dourado provo o néctar do amor maduro
Música Recado da Mãe Divina Chandra Lacombe*

Começamos este capítulo narrando sobre mulheres motivadas e mobilizadas por uma força ancestral desconhecida, mas sentida pelo feminino. Nos conectando à Mãe Terra, à Mãe Natureza, Mãe Deusa Divina, nos perguntamos como, por que, de que forma e até quando as marcas do patriarcado e a opressão que silenciaram vozes femininas ainda vão persistir. Situamos a crença de que o feminino flui e dilui, e que os caminhos da feminilidade contornam nossas trajetórias, precisamos resgatar nossa capacidade de sentir, perceber e viver a mulher que nos tornarmos a cada dia, com o outro, com o todo. Há um tempo para mudança que não foi ontem e não será amanhã, é hoje, no aqui e agora, no presente que conecta tempo e espaço, memória e ação, discursos e práticas. Conectadas pelo amor, carinho, afeto e cuidado, confiamos que as mulheres em marcha, em ciclos, em círculos, pela oralidade, pela escrita, pelo movimento, estão mudando! A transformação em nossas vidas é o fio condutor da vida de todas nós! O coletivo não se faz uno, se faz múltiplo.

Buscamos nesse capítulo responder ao objetivo de analisar como ocorre o processo de subjetivação das mulheres no âmbito de suas respectivas famílias. No sentido de responder a essa questão geradora do capítulo, apontamos nossas reflexões com base nas falas das mulheres e nas referências dos autores escolhidos. Ao apresentar as narrativas femininas, reproduzimos as falas manifestas no grupo, pois o diálogo permitiu uma circulação dos pensamentos sem hierarquia. Escolhemos não apresentar as mulheres de forma descritiva, para evitar a visão da facilitadora sobre a personagem. Preferimos descrever os relatos que falam por si, como uma estratégia teórica, metodológica, de reconhecimento a perspectiva feminista e decolonial de visibilizar os sujeitos que se apresentam por si. No momento que elas falam de si elas afirmam sua existência no mundo.

3.1 É preciso olhar primeiro pra quem nós somos, nossa história de mulheres nas famílias

Dialogamos sobre o processo de constituição da subjetivação feminina em suas famílias, demarcando as reflexões sobre as subjetividades, a construção das identidades femininas e representações sociais. As teorizações da categoria gênero permitem a desnaturalização do discurso do determinismo biológico da sexualidade, presente no uso do termo sexo; a dimensão relacional das diferenças sexuais, o reconhecimento do caráter social e cultural das diferenças sexuais, das relações de poder e desigualdades entre homens e mulheres. A construção da identidade de gênero perpassa as experiências sociais, se constitui na impressão do simbólico, se manifesta feminilidade e masculinidade, nas representações culturais de papéis e funções masculinos e femininos.

A questão geradora do primeiro encontro com as mulheres foi sobre a subjetividade feminina no cotidiano: o que você considera que define mulheres? Na atividade sobre subjetividade, usamos uma atividade como acolhida chamada Canto do Nome, na qual as mulheres chamam as outras ao centro do círculo. Seguimos com a atividade chamada Roda Concêntrica: Cada mulher vai em volta da outra e pergunta: quem é você? Na atividade Canto do nome buscamos presentificar cada uma. Essa atividade permitiu as manifestações do reconhecimento, pertencimento e afirmação de si, além da percepção coletiva: nós por nós. O encerramento desta atividade permitiu às mulheres pensarem nos seus projetos de vida e afirmarem ao centro do círculo: eu quero, que posso, eu consigo.

Observemos as falas a seguir sobre elementos que afetam a subjetividade feminina nas famílias. Araújo assim se expressa sobre a percepção de si.

ARAÚJO: É preciso olhar primeiro pra gente, pra quem nós somos, nossa história de mulheres em nossas famílias, ver como estamos agora, se há diferença no âmbito de nossas famílias, nossas questões, nossas vidas, nossos interesses. Eu não sei sobre meu nascimento, eu não sei como nasci, a gente não demonstra amor com toque, não consigo abraçar minha mãe. Eu quero ser mãe de 12 crianças, gosto de famílias grandes, eu não quero ficar só, os outros precisam de apoio, de amor. Se posso ajudar adolescentes, eu quero. Eu escutei a vida toda que não podia fazer muitas coisas, minha identidade, minha sexualidade, a religiosidade, não era coisa de menina, não deveria ser quem eu sou, hoje eu sou livre.

A fala de Araújo nos leva a pensar sobre as gerações entre as famílias e sobre como é possível ressignificar as experiências da subjetividade, que a identidade é reflexo de uma construção. Assim como os desejos são norte para resiliência, como no caso da maternidade. Nessas histórias de famílias a gente vai se encontrando nos bordados, nas tranças, nos afetos, nas comidas, nos momentos de alegrias, compartilhar com os netos criados na casa da avó. As memórias de famílias apontam as lembranças de mulheres. Mulheres ajudam outras mulheres das famílias, com colaboração, solidariedade e sororidade, estabelecem cuidados e ajudam outras mulheres a criarem as crianças.

Por outro lado, Fernandes nos revela outras experiências de sua subjetividade na forma como foi sua vivência em sua família.

FERNANDES: *defino minha família com mulheres de medo. Hoje o emprego tá difícil, to desempregada, acho que é minha idade, só promessa de contratar, mas quando me veem não dá certo. Queria ter meu trabalho, minhas coisas. Eu sofri muito, meu pai metia a chibata na gente, dava peia e surra de foice na minha mãe. Lá em casa era assim: minha mãe dormia de rede ou no chão, e ele dormia na cama com a outra, a amante; e era porque minhã mãe era esposa, imagine se não fosse. Me pergunto por que minha mãe apanhava tanto e não fazia nada, ela fazia tudo certo, porque ele dava tanto nela se ela não fazia nada errado, a casa era limpa, os filhos limpos e ele batia nela. Ela sofreu por causa de outras mulheres. Ela me dizia: você tem que aguentar tudo por que ele é seu marido, eu disse: não quero isso pra mim. Um dia meu marido disse: você não quer não ficar comigo e eu com ela? Eu disse: não! me separei. Ele me agredia. Sou guerreira, mãe e pai dos meus filhos. Tenho medo de namorar alguém e morar lá em casa porque tenho uma filha, ela é nova e bonita e pode acontecer, [referindo-se ao estupro] não quero que nada aconteça com ela. Eu menstruei cedo ai dei logo [referindo-se a transar]; tive meu filho, não pude mais estudar. Hoje eu tenho um filho formado e só tenho a agradecer. Eu aprendi a ser independente e passo para minha filha essa independência.*

A vivência de Fernandes diante da violência em sua família aponta para um contexto de vulnerabilidades e ao constituir sua família, buscou uma experiência de vínculo significativa diferente. Ao educar sua filha, busca reproduzir outras formas de cuidado e independência. A dimensão geracional através da transformação das famílias está presente quando a mesma indica que a sua mãe teve uma vivência em relação ao casamento que a mesma não quer reproduzir e as suas filhas pela experiência de ruptura de sua mãe.

Essa história de uma manifestação sexista nas famílias aponta o quanto o cotidiano

das mulheres está imbricado de violações. A perspectiva da sensação de medo transmitido intergeracionalmente, demonstra os conflitos entre gerações, o quanto o feminino é afetado na cultura, perpassado por violações e violências no cotidiano, corpo que assimila dores e ao mesmo tempo reage diante das condições.

Observamos sobre o mesmo tema, as percepções foram diferentes em relação a como se percebem como mulheres e os lugares que ocupam em suas famílias. A indicação de dois relatos não é comparativa, é explicativa e interpretativa, no sentido de perceber como as singularidades das mulheres são constituídas diante das diferenças nos ambientes as quais estão inseridas, pois as experiências são gendradas pelo contexto familiar.

O contexto de desigualdades de gênero, classe e etnicidade que afetam as mulheres nas famílias brasileiras, no campo da educação, no âmbito da política, nos cenários sociais, econômicos e culturais indicam a necessidade de políticas públicas sociais afirmativas que incluam demandas para contemplar a centralidade nas famílias e as estratégias de promoção de recursos para promover a autonomia, o empoderamento e o protagonismo feminino.

Os estudos sobre a História das Mulheres, as teorias feministas e as abordagens de gênero demarcam a preocupação com o processo de subjetivação, a produção do conhecimento e as reflexões sobre os processos de produção dos saberes. Essas perspectivas evidenciam o lugar social, as reivindicações das mulheres por direitos ao longo da história. As mulheres foram silenciadas da Historiografia oficial, enquanto Grande Narrativa Histórica, hegemonicamente, masculina, rica, branca, heterossexual. A ausência, fragilidade, incompletude ou incoerência das informações sobre as mulheres nos documentos históricos nos instiga a desenvolver pesquisas sobre as histórias do cotidiano, visando evidenciar as histórias das mulheres.

Consideramos os apontamentos de Michel Foucault para indicar uma mudança de perspectivas sobre os discursos e práticas de poder que permeiam o domínio sobre a percepção das mulheres nas famílias.

Observamos a obra de Michel Foucault a partir de três etapas no que se refere à constituição do sujeito. A primeira fase corresponde à década de 1960, com a Arqueologia,

que investiga as formas epistemológicas que instituíram o sujeito como individualidade que possui linguagem. Nesse período, identificamos descontinuidades na história, diferentes perspectivas sobre a produção de discursos, que situam ao final do século XVIII as condições para o aparecimento do homem como sujeito e objeto, através do surgimento das ciências humanas, da biologia, da filologia e da economia política. O segundo estágio insere-se nos anos 1970, com a Genealogia, que indica a objetivação do sujeito, dicotomiza a sociedade e o conhecimento, os modos de ação e práticas discursivas, por estratégias de poder e saber. O terceiro momento constitui os anos 1980, onde investiga como os sujeitos se constituíram, definiram sua subjetividade por meio da sexualidade, sua identidade como indivíduo, um discurso despersonalizado sobre a vida cotidiana, evidenciando as amarras e projetando possibilidades ao indivíduo.

Consideramos a referência foucaultiana devido a perspectiva de olhar para o diferente, o estranho, o diverso em relação às mulheres, assim como pela referência em pautar o processo de disciplinarização do corpo feminino na sociedade ocidental moderna e os modos de subjetivação, nesse caso, os atravessamentos em relação ao feminino. Essa perspectiva nos permite perceber o processo de individuação do sujeito, a formação do indivíduo em meio ao coletivo, transpondo a dimensão do corpo as experiências sociais.

Foucault (1993) estuda o processo da genealogia do sujeito a constituição da subjetividade através da história, que resulta na sua teoria sobre a concepção do eu, definindo a historicidade do indivíduo. Expõe que “todas as práticas pelas quais o sujeito é definido e transformado são acompanhadas pela formação de certos tipos de conhecimento e, no Ocidente, o conhecimento foi organizado em torno de formas e de normas científicas” (FOUCAULT, 1993, p. 04). Informa que nas sociedades ocidentais existe uma demanda do sujeito conhecer a si próprio, a busca moral da verdade. Nomeia o método da arqueologia do conhecimento e o domínio da análise como tecnologias, que se referem a articulação de técnicas e discursos sobre o sujeito. Acredita no papel de uma filosofia crítica que procura as condições e as possibilidades de transformar o sujeito.

Ao analisar a história da experiência da sexualidade e Foucault (1993) constata que em todas

as sociedades existem as tecnologias do eu, que são técnicas que permitem aos indivíduos absorverem “um número de operações sobre os seus corpos, sobre as suas almas, sobre o seu pensamento, sobre a sua conduta, de tal maneira a transformarem-se a eles próprios, a modificarem-se, ou a agirem num estado de perfeição, de felicidade, de pureza, de poder sobrenatural” (FOUCAULT, 1993, p. 05). Considera que a genealogia do sujeito nas sociedades ocidentais situa as tecnologias do eu, além das técnicas de dominação, demonstra a interação entre estes dois tipos de técnicas, nas quais as tecnologias de dominação dos indivíduos são associadas às técnicas do eu, integradas em estruturas de coerção. As tecnologias do eu são articuladas às políticas de nós próprios, constituem a subjetividade.

Foucault (1966) analisa a constituição do corpo nas sociedades contemporâneas, indicando a existência do eu utópico. Relata que as utopias sobre o corpo possuem um modelo, um lugar de origem no próprio corpo, com as construções sociais. Comenta essas definições: “o corpo humano é o ator principal de todas as utopias, uma das mais velhas que os homens contaram a si mesmos” (FOUCAULT, 1996, p. 04). Explica que essa utopia se perpetuou nas crenças e valores ocidentais. Argumenta que o corpo conecta-se com todos os lugares, encontra-se além do mundo, pois referencia a construção das relações sociais, centraliza as perspectivas de organização espacial e temporal: “o corpo está no centro do mundo, onde os caminhos e os espaços se cruzam, o corpo não está em nenhuma parte: o coração do mundo” (FOUCAULT, 1966, p. 06). Considera que o corpo constitui o núcleo utópico, ponto de partida para sonhar, falar, expressar, imaginar, perceber, afirmar, negar, definir. Delimita: “O meu corpo é como a Cidade de Deus, não tem lugar, mas é de lá que se irradiam todos os lugares possíveis, reais ou utópicos” (FOUCAULT, 1966, p. 06).

Foucault (1966) situa os saberes sujeitados, analisa os acontecimentos históricos, os discursos. A genealogia significa a forma e a experiência, se refere a singularidade dos acontecimentos, demonstra as dinâmicas das relações de poder e saber na sociedade. As suas proposições indicam as práticas discursivas e os processos de subjetivação, acontecimentos históricos e discursos das histórias singulares e subjetivas. Foucault desenvolve o conceito sobre as técnicas de si /cuidado de si que se referem ao que indivíduo exerce sobre si, visando

a auto-transformação para sua autonomia, sua liberdade; essas técnicas são percebidas em ações voltadas para si, compreendem sua própria existência.

Pensamos sobre quem podemos ser, livres das amarras que aprisionam, para superar as prisões que definem a identidade, pois a subjetividade foi constituída e perpassada pelo outro, mediada pelas relações de poder. Ele nos convida a repensar o sujeito, que a Modernidade situou como um modelo de indivíduo. Compreende a subjetividade a partir de condições históricas, políticas e epistemológicas de sua constituição nas sociedades. O sujeito é o indivíduo em processo de sujeição dos corpos, entrelaçado a uma rede de saberes e poderes em movimentos, produzindo individualidades sujeitadas.

Colling e Todeschi (2019) diferenciam a filosofia feminista da filosofia contemporânea, e o feminismo filosófico da história da filosofia. Explicam que a filosofia feminista estuda a construção da definição de mulheres. A leitura feminista da filosofia critica a filosofia tradicional clássica. Os estudos de gênero no campo teórico feminista, substituíram o termo mulher, pela concepção de gênero, para diferenciar as relações de poder e as diferenças sexuais, contemplando as articulações de gênero, raça, etnia, classe, geração. Os estudos epistemológicos feministas sobre a família questionaram a imposição de padrões de feminilidade às mulheres, criticaram o trabalho e o modelo nuclear burguês, buscaram romper a privação e a domesticidade feminina que legitimava as funções familiares determinadamente biológicas, visaram fortalecer a alteridade feminina. Essa vertente teórica feminista é contrária ao modelo positivista de ciência, que pauta o essencialismo e o reducionismo das famílias. A compreensão do feminino designou características sociais e culturais reconhecidas como a natureza da mulher, implica uma negação ou oposição ao masculino. O conceito de feminilidade foi associado para contemplar características heteronormativas associadas à imagem de fragilidade; emoção; beleza, cuidado.

Para Colling e Todeschi (2019), Foucault segue a perspectiva da subjetividade de Deleuze e Guattari, compreendendo o sujeito, a partir dos modos de subjetivação, das construções do saber e dos dispositivos de poder: a subjetividade corresponde a experiência do sujeito sobre si mesmo. A compreensão sobre o sentido da subjetividade a partir do

pensamento de crítica realizado por Gilles Deleuze e Félix Guattari sugere novos modos de singularização e subjetivação além da identificação centrada. A subjetivação foi construída e representada como uma reconstrução de si mesma, padronizada, subordinada, reprodutora. Para os autores, a subjetivação e a singularização se conectam entre fluxos heterogêneos, efêmeros, transitórios na constituição do indivíduo, a singularidade está em composição contínua com diferentes arranjos, como indica o pensamento moderno. Eles criticam o privilégio da lógica da verdade, apresentam os conceitos de “identidade”, “unidade”, “fundamento”, da filosofia metafísica e representacional, indicam a ênfase no devir, no transitório, na multiplicidade, no diverso.

Foucault articula como central em sua obra a subjetividade, a formação histórica do sujeito, constituído nas relações de poder, discursos de saber, a forma como os seres humanos tornaram-se sujeitos sociais. Os modos de subjetivação, de assujeitamento, constitui a subjetividade por meio da submissão às estratégias de homogeneidade da individualidade. A contribuição de Foucault para os estudos sobre a subjetivação relaciona-se com a construção da subjetividade por meio de discursos, de abordagens teóricas sobre a consciência, a identidade e as instituições sociais: família, estado, trabalho e religião. Compreender essas elaborações possibilita desconstruções e transformações na subjetivação, mudanças nas singularidades, em cada contexto possibilita potencialidades e particularidades sobre ser e existir: “a subjetivação dos seres humanos é um processo simbólico de poder, a estrutura de produção dos signos, sentidos e significados indicam a diversidade do sujeito, constituído socialmente” (COLLINGS E TODESCHI, 2019, p. 500).

Segundo Colling e Todeschi (2019) Foucault apresenta contribuições para a História das Mulheres, com as compreensões sobre o dispositivo da sexualidade. Para as autoras, Foucault evidencia as técnicas e organização de espaços, as práticas sexuais, os discursos filosóficos, políticos, científicos, que descrevem a subordinação das mulheres, a dominação sobre o corpo feminino, a naturalização da essência feminina associada a identidade biológica, a determinação da mulher ao espaço doméstico, a definição da família como unidade primária da sociedade, crítica à hipótese repressiva do sexo.

A contribuição de Foucault para os estudos feministas relaciona-se com as possibilidades de compreensão dos modos de sujeição na modernidade, primando pela crítica à identidade essencial da mulher e pelos discursos masculinos socialmente construídos. Tais discursos reforçaram a heterossexualidade compulsória e a subordinação feminina, contrapostos por formas de resistência e contestação das mulheres aos padrões dominantes. Foucault contribui com a explanação sobre o constructo saber - poder, para a desconstrução da dominação masculina e subordinação da identidade feminina. Os feminismos pautam a definição de sujeito, a identidade feminina e da subjetividade das mulheres, contribuindo para a luta pela libertação das mulheres das opressões e subversões, localizando a participação feminina na vida pública, reconhecendo a transformação pessoal e coletiva, desconstruindo o lugar social para as mulheres.

O conceito de biopolítica de Foucault evidenciou as práticas sociais e as relações que regulam e determinam o corpo, as experiências, os domínios da consciência e a ideologia dos indivíduos. De acordo com Collings e Todeschi (2019), essa categoria demarca as contradições que perpassam as perspectivas de gênero sobre a constituição dos corpos, reconhecendo a normatização das disciplinas como educação e a regulação do gênero como construção histórica, social e cultural sobre as diferenças entre homens e mulheres. “Foucault contribui com a análise desses conceitos ao evidenciar o caráter histórico e biopolítico dos corpos. As análises sobre as instituições deram visibilidade ao poder que disciplina o corpo visando as práticas de docilidade e controle” (COLLINGS E TODESCHI, 2019, p. 143). Esse termo localiza os discursos sobre o corpo, a interface entre o genérico e o particular, o individual e o coletivo, a corporeidade e a subjetividade, a singularidade e a universalidade, a particularidade da feminilidade e masculinidade. “O corpo revela uma unidade biopolítica que, ao mesmo tempo em que é único, é partilhado porque semelhante a uma infinidade de outros corpos produzidos neste tempo e cultura” (COLLINGS E TODESCHI, 2019, p. 143).

Com base em Foucault, Colling e Todeschi (2019) afirmam que a construção do saber envolve o exercício de poder, pois a instituição do saber passa por vivências do poder. A produção e reprodução dos discursos dissemina relações de poder. Foucault, através de sua

genealogia, redescobre a forma de constituição de saberes, busca visibilizar os discursos de verdade e os temas que foram silenciados. Essa perspectiva contribuiu para os estudos feministas, pois criou espaços para outras formas de produção de saberes e a construção de poderes. As autoras consideram a necessidade de compreender os discursos que classificaram a opressão do masculino sobre a subordinação do feminino na cultura ocidental, revelar as narrativas que nomearam a desigualdade entre os sexos, que inviabiliza a libertação e emancipação feminina.

A partir de Colling e Todeschi (2019) consideramos que Foucault não desenvolveu obras específicas sobre as mulheres e as questões de gênero, mas suas contribuições abriram perspectivas para os feminismos, como os questionamentos ao patriarcado, ao sexismo, a misoginia, as hierarquias de gênero. Foucault chama a atenção para as resistências ao poder, revelando personagens femininas, com impacto no cotidiano, questionando a sociedade. Quando discute sobre o poder disciplinar e a biopolítica, critica a dominação masculina nas relações sociais, explica como as tecnologias disciplinares atravessam os corpos e as subjetividades. A contribuição histórica de Foucault para os estudos sobre gênero demarcam a essência do poder e do saber que é a produção da individualidade, as relações que determinam a produção das subjetividades. O reconhecimento sobre os discursos sobre o dispositivo da sexualidade, normatiza a produção das interações entre poder e saber sobre as relações sociais, lugar de controle, disciplina, reação e resistência.

Influenciadas por essa perspectiva de olhar as diferenças e diversidades apresentamos as contribuições de Judith Butler (1998) sobre a dimensão da subjetivação feminina. A autora informa que os feminismos assumem uma necessidade política de falar enquanto mulher e pelas mulheres, de enfatizar a política de identidade. As manifestações e movimentos radicais fizeram reivindicações em nome das mulheres. Ressalta as críticas feministas na década de 1980 sobre o sujeito feminista branco, caracterizado pelas mulheres negras, sobre a especificidade feminina da maternidade, pois esses aspectos produziram divergências sobre o processo de escolhas e as tentativas de definir a categoria mulheres, em sentido universal da identidade feminina. Aponta que as teorias feministas pressupõem que mulheres designa um

campo de diferenças impossível de redução por uma categoria de identidade descritiva, então o próprio termo demanda ressignificação.

Butler (1998) designa a necessidade de desconstruir o conceito de corpo, isso significa agir subversivamente, usar recursos para questionar o poder. “Problematizar a matéria dos corpos acarreta, em primeiro lugar, uma perda de certeza epistemológica, que não tem por resultado necessário o nihilismo político” (BUTLER, 1998, p.15). Sugere que desconstruir o sujeito do feminismo implica liberar significações, emancipar os discursos dominantes da categoria mulheres de uma fixação, significa desnormalizar, desmobilizar, ressignificar a subordinação e a disputa política ideológica. Explica que a categoria sexo impõe uma dualidade e uma uniformidade sobre os corpos, visando manter a sexualidade reprodutiva como uma ordem compulsória. Considera que essa ordenação e produção discursiva dos corpos constitui uma violência, com significação política. O uso da categoria sexo funciona como um princípio de formação e regulação do corpo e da sexualidade.

Butler (2002) conceitua o termo performance de gênero para referir-se a construção do sexo e a objeção dos corpos. Considera que a existência de corpos abjetos são contraditórios, pois estaria relacionado às diferenças de sobrevivência dos corpos, de forma que a abjeção de certos tipos de corpos relaciona-se a inaceitabilidade por códigos de inteligibilidade, manifestada em políticas, que compreendem a vivência dos corpos, definidas pelos códigos de legitimidade da ontologia. Conceitua que Foucault oferece uma contribuição sobre os questionamentos de discursos que produzem efeitos ontológicos, pois articula os discursos que operam através de argumentos ontológicos, produzindo um contra-imaginário à metafísica dominante. Defende que o uso da repetição e a ressignificação se relacionam com o seu modo de perceber a oposição que a própria configuração de poder elabora, condiciona, redimensiona, ressignifica o poder.

De acordo com Butler (2002) é impossível viver sem ser perpassado por discursos que afetam os corpos vividos, atenta para as construções discursivas sobre os corpos e as auto-representações das mulheres sobre o exercício do poder. As associações sobre a sexualidade feminina estão relacionadas as compreensões binárias sobre a heterossexualidade e a

homossexualidade. A noção de sujeito carrega uma duplicidade: “o sujeito é aquele que se presume ser a pressuposição do agenciamento, é também aquele que está submetido a um conjunto de regras que o precedem” (BUTLER, 2002, p. 167).

Para Butler (2003) a conceituação de problemas de gênero apresenta uma crítica às ameaças de poder, há uma conotação negativa desse termo. Infere as contradições e as hierarquias sexistas sobre a subjetividade, entende o poder na subjetivação na definição do sujeito. Situa as preocupações feministas contemporâneas como locus de emergência das categorias de análise e redimensionamento sobre gênero. Se preocupa com as identidades binárias e as relações de poder impregnadas de dualismos. Comenta sobre a verdade íntima do desejo feminino que constitui: “uma identidade sexual genuína ou autêntica que a repressão impede de ver” (BUTLER, 2003, p 09).

Segundo Butler (2003) as concepções que consideram feminino instável e o significado problemático de mulher são questionáveis. Relaciona a convergência política das perspectivas feministas com as teorias pós-estruturalistas em relação à concepção de sujeito. Adverte que a complexidade do conceito de gênero, foi construída e mantida pelas intersecções políticas e culturais, recusa a aceitação da crítica feminista de discursos universais sobre a categoria mulheres como sujeito do feminismo, situa o problema político de supor mulher como uma identidade comum para representar mulheres. Reflete sobre o feminismo atribuir um status universal ao patriarcado para fortalecer a representatividade das reivindicações femininas. Relata que a exclusão revela a coerção da regulação quando propõe a emancipação das mulheres. Informa que a fragmentação do feminismo indica a oposição sobre os limites da identidade. Localiza a conjuntura político-cultural pós feminista como momento de refletir sobre a perspectiva de construção de um sujeito feminista. Enfatiza a necessidade de construções ontológicas de identidade, sugere uma política feminista da construção da identidade como requisito metodológico, normativo e político.

3.2 Ela observou a trajetória de vida da sua família e decidiu não querer ser daquele jeito

Triste, louca ou má
Será qualificada ela quem recusar
Seguir receita tal, a receita cultural
Do marido, da família, cuida, cuida da rotina
Só mesmo, rejeita, bem conhecida receita
Quem não sem dores, aceita que tudo deve mudar
Que um homem não te define, sua casa não te define
Sua carne não te define, você é seu próprio lar
Ela desatinou, desatou nós, vai viver só
Eu não me vejo na palavra fêmea, alvo de caça Confirmada vítima
Prefiro queimar o mapa, traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas, e a vida reinventar
E um homem não me define, minha casa não me define
Minha carne não me define, eu sou meu próprio lar

*Música Triste louca e má, Francisco El hombre. Compositores: Andrei Martinez. Kozyreff /
 Juliana Strassacapa / Mateo Piracés-Ugarte / Rafael Gomes / Sebastián Piracés-Ugarte*

A canção potente descrita acima nos leva a refletir no cotidiano as marcas das opressões ditadas ao longo da humanidade. Impressionante perceber que em séculos de existência, por sermos mulheres fomos classificadas como tristes, loucas, más, vagabundas e feiticeiras e tantas outras denominações pejorativas que agregaram desprestígio e desqualificação a existência feminina. Mas, recusamos a vitimização e também as tentativas atuais de ainda nos classificarem, porque ninguém nos define, além de nós mesmas. Somos nosso próprio lar, em processo de desalinho e desatinação, desbravando e soltando correntes. Pensamos na ancestralidade e nas construções das mulheres nas famílias. Nós mulheres não estamos sozinhas, mas precisamos sentir e alcançar a força que une e nutre nossa resistência, resiliência e sororidade. A cultura, a religião, os discursos e as práticas afetam a identidade das mulheres nas famílias. As narrativas femininas apresentadas no grupo de mulheres sobre o tema História das Mulheres indicam uma imersão em suas vidas.

As referências apresentadas neste tópico nos sinalizam que o processo de subjetivação feminina ocorre perpassado e influenciado pelas dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas que afetam a realidade das famílias e conseqüentemente das mulheres em seu cotidiano. A percepção da subjetividade, da identidade, da representação e a forma como as

mulheres resistem às opressões contornam sua subjetivação de forma singular.

Quando usamos a questão geradora para o tema sobre a História das Mulheres: O que você fez ou deixou de fazer por ser mulher? As mulheres do grupo estranharam, algumas perguntaram como assim? Outras disseram: nada! E outras responderam: tudo! Mas ao pensar sobre a pergunta, perceberam que havia diferenças entre o que elas podiam fazer ou não por sua condição de serem mulheres nessa sociedade sexista. Essa pergunta permite perceber o conceito de identidade, como há descridibilidade nos papéis e funções desempenhados pelas mulheres em determinados lugares, como há resistência em falar sobre o trabalho das mulheres e a vida doméstica e privada. Buscamos ouvir a percepção das mulheres sobre a história em suas famílias e a compreensão sobre os direitos das mulheres no cotidiano, conforme descrito nos relatos abaixo de Maciel que se expressa:

MACIEL: Na minha história, eu vi os direitos das mulheres no meu cotidiano, passei preconceito e dificuldades em acessar esses direitos. Quando era adolescente não fui incentivada, fui impedida de estudar, tinha que trabalhar, diziam: por que vocês vão pra escola? Quando eu desisti de ir a escola, ninguém me estimulou a voltar. Depois eu adulta, quis estudar por conta própria, só terminei o ensino médio quando estava casada. Aí me diziam que pobre não precisava estudar: filho de pobre não se forma! Depois quis trabalhar por conta própria, me diziam que não precisava: por que você vai trabalhar? Seu marido não trabalha? porque era meu marido que devia pagar as contas. Mulher tem que tomar conta da casa. Tive que ser resistente. Eu aprendi na minha família que os homens podiam estudar ou trabalhar e as mulheres tinham que ajudar em casa. Eu queria e podia ser mais que isso, cuidar da casa, trabalhar fora, ter independência financeira, essa liberdade das mulheres precisa melhorar. Mas quando eu pude, eu escolhi estudar e trabalhar. Hoje os nossos filhos já saíram desse ciclo, já conseguimos mudar isso, eles já estudaram, já se formaram, já trabalharam. Eu pude ensinar, dar um futuro diferente aos meus filhos: minha filha queria estudar na universidade pública, fez mestrado e está fazendo doutorado na área de Humanas, tem 33 anos, é um exemplo, muito esforçada, tenho muito orgulho dela. Eu não pude fazer, mas minha filha nasceu livre, e por ser liberta nunca se deixou ser presa por nada e ninguém, decidiu ser assim, ela viu as histórias de vida da nossa família e quis diferente, conseguiu romper um ciclo e ir além, ela foi pra rua, nos movimentos, nas manifestações, lutava pelo que acreditava, pelas coisas que defendia. Eu dizia: se você levar uma pedrada, ela me respondia: não importa, eu vou mesmo assim. Ela observou a trajetória de vida da família e decidiu não querer ser daquele jeito e viu que pra ela não tinha barreiras, ela podia ir aproveitar as oportunidades que aparecem, e aproveitou todas. Hoje eles tem que aguentar a minha filha doutora. Eu me esforço pelos estudos dela, eu deixo minha folga e meu descanso pra ajudar quando ela precisa, eu arrumo a casa dela.

A história inspiradora de Maciel nos indica os recursos, instrumentos e estratégias que as mulheres buscam no âmbito de suas famílias para sobreviverem. As negações quanto à educação, ao trabalho, a uma vida digna nos permite questionar como a opressão sexista e patriarcal impede o desenvolvimento de uma vida saudável para as mulheres. E o quanto a promoção da resiliência e da resistência feminina diante do sexismo constitui um meio para a transformação, como ela sinaliza diante das conquistas de sua filha, com muito orgulho. A fala de Maciel nos conecta com o título do estudo, pois diante da impossibilidade de realizar seus desejos, ela projeta e reconhece na filha o caminho para superação das barreiras e dos limites. A trajetória de Maciel indica o percurso das mulheres de fronteiras.

Verificamos essa narrativa também na seguinte narrativa de Cunha, com destaque para compreensão da identidade feminina e dos papéis, a representatividade de se conectar a outras mulheres.

CUNHA: Me identifico como mulher parda, índia. Minha família sempre me disse que sou indígena, eu acreditei nisso, mas, minha família, meus irmãos são brancos, minha avó de criação chamava minha irmã de barbie, eu pensava: poxa! só ela é barbie! Então eu cresci e desenvolvi em mim uma insegurança: não sou bonita, meu cabelo e meu corpo não é bonito. Minha família cobra segurança de mim mesma, é difícil entender, eu tive que me trabalhar e entender que não preciso ser perfeita, ser a barbie branca, loira e bonita, por que eu preciso ser eu mesma, pensar dessa forma e não ser um ideal que as pessoas sejam. A vida me ensinou, a gente aprende na pele mesmo. Na adolescência eu sofri com isso: com o cabelo, o corpo, a vida da menina perfeita, e sofri muito, até dizer: eu não sou, não posso, não consigo ser perfeita, preciso seguir minha vida independente das outras pessoas, não suprir expectativas dos outros, tentar ser o que eles querem, ou vou acabar comigo ou com eles, ser quem eu sou não o que esperam que sejam. Hoje eu me sinto feliz por ser eu mesma, eles podem se orgulhar de mim, eles demonstram amor, carinho e respeito comigo por eu ser eu mesma. Tenho a minha colega como referência, no processo de aceitação, de se colocar no lugar: eu posso, eu consigo, eu vou. Participava como voluntária no projeto. Eu tive uma professora de literatura no ensino médio, e pensava: um dia eu vou chegar no nível dessa mulher!, ela me ajudava, dava dicas, orientou nos estudos, na profissão, uma referência na minha vida, é muito bom conversar com ela. Eu perguntava: como tem mulher com esse nível e as pessoas não enxergam? Eu amo demais essa mulher: Sra. Barroso”!

Como observamos no relato de Cunha sobre a sua identidade desejada e projetada por sua família e como precisou tentar se encaixar em padrões sociais para ser aceita, até entender que poderia ser livre para viver como era realmente. A referência de outras mulheres

para lhe inspirar a ajudaram a perceber sua autonomia, seu empoderamento e seu protagonismo, por isso pautamos a necessidade das famílias fomentarem nas meninas o respeito a si mesma, de aceitação de suas identidades e não a projeção ideal de uma imagem de mulher que não é real. Cunha, por ser mais jovem, lida com o contexto de precisar mudar a si, para ajudar outras mulheres a mudarem também, compreende que as oportunidades que alcança são essenciais para rompimento de padrões e construção de perspectivas.

Quando perguntamos às participantes dos grupos quais eram suas Histórias de Mulheres, elas articularam suas vivências às suas famílias, às construções ao longo dos anos, com impedimentos no acesso à educação, ao trabalho, à liberdade. Os relatos sobre suas histórias de vida foram semelhantes, apresentaram indícios de que não puderam estudar na infância porque precisavam trabalhar. Hoje, essas mulheres tentam ressignificar a História de suas famílias ajudando seus filhos a estudarem, trabalharem e realizarem seus sonhos. Todavia, alguns relatos indicam que as mulheres projetam e investem o desejo de realização para os filhos, ofertar o que não tiveram pra eles, mas não consideram como um processo de continuidade para elas mesmas, realizar seus desejos independente da idade.

Esses relatos na atualidade indicam o percurso das lutas das mulheres por direitos ao longo da história. As narrativas emocionadas das mulheres ao perceberem que suas histórias foram marcadas por negações poderia refletir em estagnação, decepção, frustração ou outros sentimentos depreciativos. Todavia, as mesmas identificam que as oportunidades que não tiveram podem se tornar possibilidades para suas filhas e filhos. Elas não condicionam esse acesso ao destino, elas percebem que precisam agir, mudar; reconhecem que os tempos são diferentes e que ainda há muito a ser feito, mas que a realidade das mulheres hoje contempla a liberdade das escolhas sobre os seus projetos de vida.

Considerando os aspectos de constituição das relações sociais e sexuais nas sociedades modernas, Enriquez (1983) considera que o século XIX se constituiu o século da esperança, da crença no progresso social, na fraternidade humana, enquanto o século XX se definiu o século da inquietude e das decepções. Consideramos essa base para analisar o século XXI como recomeços, avanços contra retrocessos. Analisa os discursos do sujeito

como construções dos grupos sociais, atravessado pelo imaginário, pela função simbólica individual e social. Desenvolve a teoria do vínculo social com o reconhecimento da reciprocidade, alteridade e solidariedade.

Enriquez (1983) desenvolve suas conceituações sobre a ordem dos sexos, a relação entre homens e mulheres enquanto a primeira forma de desigualdade e dominação. Essa condição expressa associações: no primeiro aspecto - a autoridade política e social, pertence aos homens, esta prioridade masculina representa um caráter constante, no modo de filiação patrilinear ou matrilinear nas sociedades primitivas, no modelo da vida social dos grupos desenvolvidos. O segundo fator corresponde a divisão do trabalho, que encontra suas raízes na brutalidade do sexo forte sobre o fraco. O terceiro elemento caracteriza-se pela inferioridade e dominação da mulher, a vinculação com a natureza x cultura. O quarto critério aponta o surgimento da caça para a dominação dos homens, as especializações técnicas e produção de tipos de alimentação. O quinto fator equivale a geração material simbólica da sociedade pelos homens através das mulheres. A sexta opção diz respeito ao simbólico, às representações sociais e culturais dos sujeitos.

Para Enriquez (1983) a ordem social funda-se sobre a simbolização e a repressão, que afetam as mulheres devido a ameaça com a relação dual com o corpo, as representações sobre feminilidade e masculinidade. As sociedades produziram e reproduziram fatos culturais, mitos e comportamentos sobre a malignidade das mulheres, expressões que indicam as projeções sobre a subjetividade feminina. Dentre essas construções, o autor destaca o termo mulher perigosa: “1. da paixão: Pedra Jocasta. 2. do domínio do enigma: a Esfinge, Turandot. 3. da amante canibal: Pantasiléa, a fêmea do louva-deus. 4. de imortalidade: (Ayesha). 5. do frio mortal: Herodíades. 6. da paixão mortüera: Salomé. 7. da transviada: La Traviata” (ENRIQUEZ, 1983, p 186).

A tese defendida por Enriquez (1993) define que a mulher foi compreendida como o outro em relação ao homem, devido a sua alteridade, “a mulher é definida como um elemento perigoso e antagonista, é associada à contra-sociedade, às atividades da magia agressiva e da bruxaria, às forças de transformação que corroem a sociedade estabelecida” (ENRIQUEZ,

1983, p 200). Explica que o desconforto das mulheres sobre as relações de amizade e os sentimentos de afeto e carinho relacionam-se com a evitação do encontro com seu corpo, de reconhecimento da alteridade, de pertencimento do amor, da identificação de solidariedade, das diferenças da criatividade.

Sobre essa perspectiva da subjetivação feminina, dialogamos com Zanello (2016) que em suas análises sobre os dispositivos que afetam o processo de subjetivação das mulheres no cotidiano nos informa que historicamente o capitalismo apresentou a possibilidade de mobilidade social para os homens, mas não contemplou as mulheres, pois a desigualdade de gênero justificada pelas diferenças físicas pautaram a construção e a justificativa das desigualdades no âmbito público, do trabalho, no espaço privado, familiar. As transformações sociais e econômicas destacaram as diferenças entre homens e mulheres, criaram um ideal de maternidade e naturalizaram o sentimento materno. Observamos a construção social desse sentimento e não a universalização dessa condição inata e universal das mulheres.

O sistema capitalista naturalizou as performances de gênero relacionando a capacidade de procriação e maternagem, uma construção histórica, social e cultural sobre a função da maternidade para as mulheres. No século XVIII a compreensão sobre a infância apresentou outras perspectivas sobre o lugar de mãe para as mulheres, indicando mudanças nos desejos e interesses femininos. As mulheres não usufruíram dos direitos civis, sociais e políticos igualmente aos homens. Os contextos demandaram novos papéis para as mulheres relacionados aos cuidados com as crianças, necessários à manutenção do Estado. Os discursos ideológicos, religiosos, científicos, visavam convencer as mães a amamentarem seus filhos, cuidarem e se responsabilizarem pela educação e formação das crianças. Explica que nesse processo as mulheres seriam funcionais ao sistema, pois o acesso à educação para as mulheres ocorreu pelo empoderamento como mães: “a preocupação não era com as mulheres, mas com as educadoras das crianças. As mulheres se afirmaram como função: de esposa e de mãe com instinto materno” (ZANELLO, 2016, p.106).

Sobre esse contexto, Zanello (2016) expõe que, historicamente, nas sociedades verifica-se a diversidade entre as mulheres, as funções sociais assumidas no âmbito

doméstico, familiar e do trabalho. As mulheres negras escravizadas foram alvejadas em seus corpos como objetos de desejo sexual do homem branco, eram consideradas como investimento, satisfação de prazer sexual, proporcionavam ampliação de bens, através da procriação para seus donos. As mulheres brancas ricas assumiam a função materna, de gerenciamento doméstico das casas, deviam ser boas mães, responsáveis por seus filhos. O amor aos filhos devia ser condição passível de ser sacralizada; vista como santa, em sua ausência, deveria ser responsabilizada, julgada, condenada. A produção de discursos a partir do século XIX, propagou o ideal da maternidade científica, na qual, o amor da mãe pelo filho persistia, mas precisava ser supervisionado pelos especialistas sobre a infância. Ocorre uma passagem do aprendizado da maternagem de um ambiente doméstico, familiar, tradicional e feminino para um ambiente público, científico, regulado pelos homens detentores do saber.

De acordo com Zanello (2016), os discursos e práticas historicamente construídas moldam a subjetivação, a institucionalização e a vivência do cotidiano imprimem formas de ser ao sujeito. Conceitua que o termo gênero assume diferentes sentidos: “primeiro, na década de 1960/70, como papel social construído sobre a existência inquestionável de diferenças sexuais; segundo, a partir do final da década de 1980, a palavra foi definida como performance(s) por Judith Butler” (ZANELLO, 2016, p. 109). Para a autora, Butler criticou a identidade de gênero, compreendida como uma entidade fixa, imutável, pois reconheceu que o gênero é fluido. Explica que nessa perspectiva, o acesso ao corpo seria interpretado pela linguagem e pela cultura. Defende que Butler destacou a diferença sexual como uma construção de gênero: “gênero seria uma repetição estilizada de performances, perpassadas desde o nascimento, devido a regulação da microfísica do poder, garante sua manutenção” (ZANELLO, 2016, p. 110). Complementa que um dos principais mecanismo das performances gendradas são as tecnologias de gênero, entre as quais: “a reprodução social, cultural, política, da mídia, sobre papeis e funções delimitados para as mulheres. As tecnologias de gênero incitam aspectos essenciais do lugar de realização da mulher: o amor (dispositivo amoroso) e a maternidade (dispositivo materno)” (ZANELLO, 2016, p. 111).

Esse discurso se evidencia na associação da escolha das mulheres para o casamento

como possibilidade para a maternidade. Para Zanello (2016) esses mecanismos constituem caminhos para subjetivação feminina existente na sociedade contemporânea. A influência desses dispositivos impactam a subjetivação das mulheres, pois o amor denota que as mulheres se subjetivam em uma relação consigo mesma pela mediação de um homem que as escolha, enquanto que a maternidade indica que elas se identificarão com sua condição por meio da maternagem. Reafirma que o dispositivo cultural regula o ideal estético, de perfeição, beleza, que afeta a visão das mulheres de si mesmas, vulnerabilizando, enfraquecendo suas perspectivas de reconhecimento feminino. Além disso, esses dispositivos impactam a subjetividade das mulheres ao dimensionar a concorrência feminina, na posição de rivalidade diante das opções de escolhas masculinas, quanto a forma de amar dos homens.

Segundo Zanello (2016), o dispositivo amoroso se construiu a partir do século XVIII, quando a capacidade de maternagem foi deslocada da capacidade de procriação. As mudanças culturais implicaram transformações na subjetivação feminina. Considera que Foucault apontou essa passagem de um poder repressivo a um poder constitutivo. Essa associação foi reforçada em discursos e práticas religiosas como as manifestações da Igreja ao incitar a relação de culpa das mães ao abandonarem seus filhos ou negligenciarem os cuidados com as crianças. As repressões dos afetos maternos, as performances impactam a subjetivação feminina pelo dispositivo materno.

As mulheres se culpam por sua função materna, por não compreenderem a produção do sentimento de culpa ao desejar ou não a gravidez, ao fazerem escolhas para si ou para os filhos, pelas mágoas, arrependimentos. A assimilação cultural da condição biológica das mulheres serem aptas à maternidade implicou a determinação da maternagem, as mulheres são vistas como potencialmente cuidadoras, tendo recebido a obrigação de proteger e cuidar de todos na família, naturalizando as tarefas domésticas. As mulheres que recusam esse papel são reconhecidas e julgadas em termos discriminatórios, preconceituosos e pejorativos. Explica que “a maternidade é pintada a partir de um ideal que não distingue a mulher real ao encontro de uma função que se delineou social e historicamente e que tem sido marcada por uma sobreposição de tarefas” (ZANELLO, 2016, p. 114).

Conforme Zanello (2016), os dispositivos das teorias científicas e as tecnologias de gênero naturalizam a maternidade e patologizam as mulheres que não querem ser mães, pautam a infelicidade e a insatisfação feminina a essa condição de estar a serviço da subjetividade das crianças. Nessa relação, a sobrecarga e a responsabilidade da criação e educação dos filhos recai sobre as mulheres, libera os homens de assumirem esse lugar, não se questiona os homens sobre o cuidado dos filhos, se culpa as mulheres quando elas não lidam com essa condição ou se recusam a serem apenas mães e esposas, personagens onipotentes na vida familiar, não se pergunta sobre suas posições ou desejos, se requiere que cumpram suas atividades sem reclamar.

Para além da perspectiva de dualidade, oposição, contradição, polarização sobre a maternidade, reconhece que esse lugar pode e deve ser vivenciado e experienciado de forma autêntica pelas mulheres e que a não realização ou insatisfação nesse campo deve ser expresso pelas mulheres como condição para libertação das amarras dos discursos de opressão. Ser ou não ser mãe, é uma escolha das mulheres sobre si e sobre seus filhos. Zanello (2019) discute o processo de subjetivação a partir das interseccionalidades de gênero, raça, classe, etnia, sexualidade, religião, região. Critica os modelos binários e hierárquicos de construção dos sujeitos; evidencia a liberdade, a resistência, as construções de si, a pluralidade do ser, engendradas em modos de existência que fogem a normativa da produção da subjetividade, perpassadas pelos modos históricos e peculiares de constituição do sujeito. Afirma que os valores culturais nas redes sociais discursivas determinam os modos de ser dos sujeitos, pois são subjetivados por representações produzidas e reproduzidas em práticas que disseminam as posições hierárquicas.

Destarte, Zanello (2019) explica que o agenciamento da subjetividade ocorre através dos discursos que determinam modelos normativos de masculinidades e feminilidades. Aponta os processos de subjetivação da cultura disciplinar, da regulamentação, da normatização, da dicotomização. Desmitifica as relações de poder hierárquicas, defende a desconstrução da identidade feminina e a busca de novos modos de existência entre as mulheres. Reconhece a pluralidade das significações do ser, questiona as redes discursivas de

poder, evidenciando as concepções sobre corpos, permitindo a expansão da vida, pautando a igualdade de gênero.

No Brasil, observamos na sociedade, a crise do modelo de família patriarcal, decorrente de novas representações para os sentimentos de amor, a sexualidade e o casamento. As mulheres foram objeto de trocas do casamento, como manutenção do poder das famílias, ou usadas para exploração do trabalho e do corpo. O sentimento de amor e o prazer sexual eram inacessíveis, impossíveis, inadequados para as mulheres, restando a possibilidade do casamento como salvação, impondo as mulheres o papel de mãe devotada e recolhida. As mulheres que não toleravam e se revoltavam a essa condição eram consideradas insubordinadas e devassas. A preocupação com a sexualidade, indicava as tentativas do Estado e da Igreja em controlar os corpos femininos, foram acusadas de feitiçarias por deterem saberes da terra, usarem recursos da natureza para os cuidados de si.

Com essas contribuições percebemos que o ato de reconhecer em uma mulher o que ressoa e reflete em nós, significa perceber, elaborar, movimentar, transcender, transformar a si mesma e as outras. Consideramos que um processo que contribui para essa transformação e transcendência é a educação. A Educação se constroi na relação entre ensinar e aprender dos sujeitos, a partir do manejo das linguagens, a constituição, a continuidade e as mudanças da perspectiva de gênero no contexto das culturas. Categorizar a educação perpassa uma compreensão histórica sobre seu sentido, significado, ato, processo e efeito de criar, nutrir, alimentar. Através da educação é possível acolher e socializar os indivíduos, para a realidade social, cultural e histórica: educar ou educar-se por meio do conhecimento e desenvolvimento, visa promover as potencialidades do indivíduo. Observamos uma transição, um enfraquecimento do patriarcado e a passagem da superação desse modelo, devido a pressões e mobilizações feministas. As mulheres sentem as consequências ao buscar superar as desigualdades, ocorre repressão e retrocesso de direitos conquistados, reforçando um ambiente de tensão e conflito. Precisamos compreender as origens históricas do patriarcado, as raízes do sexismo, os primórdios das desigualdades mediadas pelos discursos para questionar e desmistificar as justificativas da opressão e subordinação feminina.

3.3 Eu priorizo sempre meus filhos antes de mim, coloco meus filhos em primeiro lugar

*Sou a maldade em crise tendo que reconhecer
 As fraquezas de um lado que nem todo mundo vê
 Fiz em mim uma faxina encontrei no meu umbigo
 O meu próprio inimigo que adocece na rotina
 Eu quero me curar de mim
 O ser humano é esquisito, armadilha de si mesmo
 Fala de amor bonito, aponta o erro alheio
 Vim ao mundo em um só corpo, esse de um metro e sessenta
 Devo a ele estar atenta, não posso mudar o outro
 Vou pequena e pianinho, fazer minhas orações
 Eu me rendo da vaidade, que destrói as relações
 Pra me encher do que importa, preciso me esvaziar
 Minhas feras encarar, me reconhecer hipócrita
 Sou má, sou mentirosa, vaidosa e invejosa
 Sou mesquinha, grão de areia, boba e preconceituosa
 Sou carente, amostrada, dou sorriso e sou corrupta
 Malandra, fofoqueira, moralista, interesseira
 E dói, dói, dói me expor assim, dói, dói, dói despir-se assim
 Mas se eu não tiver coragem pra enfrentar os meus defeitos
 De que forma, de que jeito eu vou me curar de mim
 Se é que essa cura há de existir
 Não sei, só sei que a busco em mim
 Só sei que a busco Me curar de mim*

Música: Me curar de mim. Compositores: Flaira Fernanda Cardoso Ferro

Usamos essa música para exemplificar nossa necessidade de nos conhecermos, de perceber nossa identidade, nossas histórias, como forma de transcender apesar do sofrimento vivido. Embora as marcas da opressão ainda de façam presentes, nós, mulheres, não podemos nos limitar a ser quem somos pela dor, é preciso perceber, ressignificar, resistir e ter resiliência diante das adversidades. Curar de si implica reconhecer quem é, perceber o quanto a intimidade é necessária, devido a construção que o patriarcado afeta as mulheres, para distanciarem de si, entender a autenticidade revela um caminho assertivo nas escolhas.

No roteiro da pesquisa de campo, no item História das Famílias usamos como questão geradora: Qual a história de vida das mulheres de sua família? Perguntamos sobre as características culturais que definem as suas famílias e como esses aspectos se fizeram presentes ao longo de suas histórias.

Assunção assim relatou sobre a história de sua família:

ASSUNÇÃO: Na minha família meu pai não deixava a gente estudar, dizia que mulher não era pra trabalhar, porque se fosse pra onde tem homem, virava rapariga, só podia estudar e se formar para ser professora, se não fosse, não podia trabalhar fora porque não era coisa de mulher casada, não precisava trabalhar. Minha mãe ensinou diferente: dizia para não

ser submissa, nem depender e ser humilhada por homem. Se não desse certo, podia separar e ela sustentava. Meu pai dizia para se casar, para obedecer ao marido. Ele falava que se um homem fosse cozinheiro seria gay. Os homens da geração seguinte na minha família: meus irmãos, filhos e sobrinhos seguiram diferentes, estudaram, arrumam a casa, fazem serviços domésticos e não viraram gays; criamos diferente do meu pai; ele era preconceituoso, eu não sou preconceituosa, graças a Deus. Tenho vontade de terminar a minha cozinha, arrumar, encher de panela, olhar e sentar na cozinha e dizer é tudo meu, eu vou conseguir, mas eu dependo da ajuda do meu marido pra realizar meu desejo. Eu priorizo sempre meus filhos antes de mim, coloco meus filhos em primeiro lugar.

A história de Assunção nos indica que o quanto a privação das mulheres no acesso à educação e ao trabalho prejudicou sua vida, e a forma como a reprodução sexista das crenças, estereótipos e estigmas causam dissociações, discriminações, preconceitos e violações às mulheres. Apresenta o quanto o patriarcado definiu os caminhos das mulheres da família diante dos privilégios masculinos e impedimentos às mulheres sobre os direitos.

Já Oliveira aponta em relação as suas histórias familiares:

OLIVEIRA: Na minha família temos problemas com os homens com o alcoolismo: meus tios, meus irmãos, meus sobrinhos. O sofrimento era: os homens que não sabiam cuidar das mulheres e davam trabalho a elas. Minha avó teve muitos filhos, era analfabeta. Minha mãe teve uma vida sofrida. Hoje em dia não é mais assim. As meninas de hoje não aceitam mais ser como minha mãe era submissa, elas são atrevidas. Eu administro a minha casa, o dinheiro que entra e sai, cuido de tudo. Nós mulheres somos econômicas, pra dar conta de casa. Eu sou extrovertida; eu tenho muita fé; eu vejo muita destruição no mundo, falta muita justiça onde vivemos. Não lembro de nada ser proibido pra mim por ser mulher. Mas por ser mulher eu me apaixonei, quis casar cedo, ser dona de casa, não queria sair pra trabalhar, eu queria tomar conta dos meus filhos. Casei grávida aos 16 anos, tive meu primeiro filho aos 18 anos. Tem coisas que tem que ouvir pra segurar o casamento, ter muita paciência para manter a comunhão. Mas as meninas de hoje não querem mais fazer isso, estão empoderadas demais, chega a ser absurdo, não aceitam nada, hoje homens e mulheres traem, as mulheres estão muito atiradas, ai é difícil se relacionar.

Oliveira nos revela sua percepção sobre as diferenças entre homens e mulheres em sua família, com sofrimento feminino diante da situação de alcoolismo masculino. Aponta as dificuldades no cotidiano para criar os filhos e as mudanças para as famílias na atualidade.

As mulheres puderam rememorar suas experiências familiares com emoção. Nas narrativas das histórias de famílias, as mulheres vão se encontrando, ao relataram sobre os

bordados, as tranças, as comidas, as brincadeiras, entrelaçam os afetos, os momentos de alegrias, compartilham lembranças de mulheres, recordam as memórias de vida. Essa atitude permite olhar primeiro para si, para quem são, as semelhanças, as diferenças, os interesses no âmbito de suas famílias.

Nos relatos sobre as histórias das mulheres de suas famílias, um ponto apresentado refere-se aos efeitos do patriarcado sobre a vida das mulheres e homens. Com a divisão sexual do trabalho e a imposição da separação entre público e privado, observamos na prática a responsabilidade das mulheres ao lar e dos homens na vida pública, além do preconceito, discriminação e homofobia nas relações. Comum aos relatos foi a negação das mulheres aos estudos e ao trabalho, reforçando a violência no sentido da dependência econômica aos maridos. As mulheres dessa geração romperam os padrões de repetição enfrentado por suas mães e hoje tentam ensinar diferente as filhas, reforçando o indicativo de que são mulheres de fronteiras por estarem rompendo e mudando. O conservadorismo ainda se faz presente nos questionamentos sobre a autonomia das mulheres em não aceitar a imposição dos valores patriarcais e obediência aos homens nos relacionamentos.

Outro indicativo apontado pelas mulheres diz respeito à criação dos(as) netos(as) pelas avós. As participantes relataram sobre a ajuda recebida de outras mulheres das famílias, principalmente nos primeiros dias de maternidade, em momentos de dificuldades da conciliação com o trabalho. São avós, irmãs, tias que demonstram colaboração, solidariedade e sororidade. Mulheres estabelecem cuidados e ajudam outras mulheres das famílias na criação das crianças.

As mulheres comentam que embora em suas infâncias não tenham sido tão unidas com os irmãos, na atualidade, elas tentam manter um padrão de união entre os filhos nas famílias, como opção de parceria e companheirismo. Buscamos a seguir caracterizar esse contexto da sociedade capitalista, sexista, racista que ainda se manifesta na sociedade.

No que se refere às novas configurações familiares e aos novos modelos das famílias, observamos que embora a presente pesquisa tenha buscado identificar as novas configurações familiares, quanto aos modelos de famílias apresentados pelas participantes, indicamos como

análise que os modelos de famílias correspondem: nuclear (pai, mãe, filhos); monoparentais femininas (composto por mães e filhos); avosidade (famílias compostas por avós e netos); mosaico reconstituída (união de membros com filhos de outras uniões); não constam evidências entre as participantes de famílias compostas por pessoas com uniões afetivas do mesmo gênero (mulheres ou homens).

Analisando os dados coletados, indicamos uma prevalência do modelo de família nuclear, ainda sob bases de padrões conservadores tradicionais, embora haja expressiva manifestação do fenômeno conhecido por recasamentos, decorrente da situação de viuvez, de divórcio, de uniões estáveis e também de adiamento das uniões matrimoniais, confirmando análises contemporâneas sobre o perfil das famílias na realidade brasileira.

Quando identificamos as mudanças que afetam as famílias na contemporaneidade, observamos que prevalece o modelo patriarcal nas relações conjugais, legitimando as desigualdades de gênero na história da humanidade. Para compreender como esse modelo afeta as famílias, identificamos o conceito de poder, como fenômeno social, político, cultural. Compreendemos por subjetividade as características que pertencem ao sujeito, pessoal, individual, particular, singular, as atividades psíquicas e emocionais do indivíduo.

Considerando as referências sobre as origens das famílias, abordadas acima, questionamos a hegemonia das teorias clássicas tais como o Marxismo, a Antropologia, a História, o Direito, que abordam a constituição dos grupos primordiais. A antropóloga Laura Segato (2006) discorre sobre o processo de constituição das famílias visando compreender as influências sobre a realidade brasileira. Para Segato (2006), a Antropologia discute a diferença, prevista no Direito Romano, com a divisão de três tipos de paternidade: a do pater ou pai jurídico; a do cônjuge da mãe; e a do genitor, pai biológico.

Segato (2006) explica que Bronislaw Malinowski em 1920 analisou as duas formas de paternidade existentes entre os habitantes das Ilhas Trobriand (Kiriwina), no arquipélago melanésio do Pacífico Ocidental. Nessa sociedade, os vínculos eram de origem matrilineal e patrilocal, dos trobriandeses, “com a separação das posições do *kadagu*, o irmão da mãe - de quem a criança irá herdar a terra, o nome, o pertencimento a uma aldeia e as regras do seu

clan -, do *tama*, o cônjuge da mãe - colega de jogos, figura amorosa, objeto do apego filial na vida cotidiana. Enquanto o *kadagu* encarna a autoridade patriarcal, o *tama* prodiga o afeto paterno” (SEGATO, 2006, p.02). Ressalta que os estudos de Malinowski apontaram como descoberta os sistemas de parentesco nos quais a figura do pai se desdobra, sendo que na comunidade Trobriands, devido ao princípio genealógico matrilineal, “a linhagem ocorre através da linha materna, a patria potestas se encarna no tio materno, enquanto a habitação é definida pelo princípio da patrilocalidade, fazendo com que a criança e a mãe morem na aldeia do pai (SEGATO, 2006, p.02)”.

Para Segato (2006) a dupla maternidade na realidade brasileira se configurou com a divisão entre mães genitoras e de criação: as mulheres mães pobres que doavam seu afeto e cuidado às crianças das famílias ricas brancas. Comenta que os julgamentos masculinos sobre a amamentação das conhecidas amas de leite que alimentou as crianças foram alvos de políticas higienistas, questionando a função das mães e das babás. Problematisa que no período colonial e escravocrata, ocorreu com a representação das criadeiras e com a maternidade transferida, com as relações ambíguas entre as mães favorecidas pelo serviço e as mulheres que doavam o corpo para o cuidado materno. A relação entre a configuração das famílias e o trabalho doméstico se evidencia no Brasil com a substituição de mulheres por meninas, com a passagem do trabalho não pago da escrava para as meninas como mãe substituta, para manutenção da precarização do trabalho, reprodução de desigualdades sociais, permanência da economia reprodutiva de cuidado.

Para Segato (2006) o discurso político do mito enuncia a mentira da fundação da sociedade, suas leis religiosas, pois a “mãe legítima” faz referência a três temas nucleares para a tradição: “a separação dos vínculos de parentesco dos laços biológicos; o papel do mar na separação da África originária; a indiferença e a traição do estado”. A descrição hegemônica da duplicação das mães na nação brasileira foi permeada pelo “registro simbólico de uma fala branca e uma fala negra nos documentos, nas vozes do discurso higienista e da marca inconfundível e contrastante das duas posições sobre o perfil das mães” (SEGATO, 2006, p. 08).

Segundo a autora, esta metáfora indica a ausência de reconhecimento histórica da figura da babá, cujo caráter duplo foi permeado pela vinculação amorosa da maternidade: o erotismo materno-infantil. A autora explica, com base nas referências psicanalíticas, o direito de propriedade territorial sobre o corpo da mãe é o sentimento edípico de toda criança com relação ao seu próprio corpo, território indiscriminado do corpo materno-infantil. Questiona o silenciamento da subjetividade da babá, sua inserção social e sua presença na criação das crianças, a tarefa materna, delegada pelas mães legítimas.

Segato (2006) explica que no Brasil Colonial, ocorreram as práticas da maternidade transferida, os casos do aluguel das amas brancas, mucamas escravas ou mulheres livres pagas pelas famílias proprietárias. “A objectificação do corpo materno - escravo ou livre, negro ou branco - foi delineada: escravidão e maternidade confundem-se, no mercado do leite, onde o seio livre oferece-se como objeto de aluguel”. A procura das crianças por amas de leite brancas revelou uma superposição: a da herança do leite e do sangue. As crianças amamentadas ou cuidada, por amas negras escravizadas incorporam esta imagem como própria, assim: “uma criança branca, será também negra, por impregnação da origem fusional com um corpo materno percebido como parte do território próprio, rastros de uma miscigenação em sua genealogia”. O discurso higienista racista da modernização julgou a oposição ao leite mercenário e contaminador ao leite gratuito da mãe biológica.

Segato (2006) explica que o discurso modernizador racista no Brasil ocorreu o comprometimento mútuo entre a maternidade, feminilidade e a racialidade, configura o vínculo edípico da relação de leite e sangue entre mãe e filho. Comenta que no processo histórico de subjetivação do sujeito, ocorre a influência do parentesco de seio e mamadeira, pela ancestralidade negra: os laços de leite e a intimidade do colo, a inscrição simbólica da perda do corpo materno, a castração simbólica no sentido lacaniano, vincula a relação materna com a relação racial, a negação da mãe com a negação da raça. Afirma que “o racismo e a misoginia, no Brasil, estão entrelaçados num gesto psíquico só: a criação mútua do branco pela mãe preta, um convívio inter-racial íntimo” (SEGATO, 2006, p. 18). A postura higienista, moderna, ocidental, masculina e misógina produziu no Brasil uma

situação de externalidade de contaminação afetiva e cultural pela África: a raça encarnada na mãe preta babá escravizada, e a outra mãe legítima, cívica, hegemônica, burguesa, da modernidade, com a função paterna, de incorporação e interdição da lei.

Em outra obra, Segato (2012) destaca que no processo da colonialidade de poder, ocorrem mudanças históricas que a desarticulam; avalia a relação entre colonialidade de gênero e patriarcado colonial moderno, o colonialismo reproduzido pela matriz estatal republicana. Destaca sua participação no feminismo e na luta indígena, definindo uma “antropologia por demanda” em oposição à perspectiva clássica, afirmou seu compromisso com a construção descolonial, destacou sua disponibilidade para compreender os sujeitos, situados nas relações da colonialidade.

Segato (2012) aponta as devastações do feminino a partir da destruição, da barbarie, de tráfico e comercialização dos corpos femininos ou feminizados, a crueldade e o desamparo das mulheres, conhecido como genocídio de gênero na modernidade. Aponta que os direitos das mulheres foram reconhecidos pelo Estado que leis que defendem as mulheres da violência gerada pelo próprio Estado que destrói as instituições de proteção. Defende que o povo é o projeto de ser coletivo, uma história construída coletivamente. Informa que a colonialidade é uma matriz que organiza hierarquicamente o mundo: uma história que instala a classificação epistêmica do poder, da raça e do gênero, atendendo ao Estado modernizador e ao mercado capitalista.

Conforme Segato (2012) o gênero na crítica descolonial como um aspecto da dominação na colonialidade, assume o estatuto teórico e epistêmico como categoria central para transformação das comunidades na nova ordem colonial/moderna. Acrescenta que os dados documentais, históricos e etnográficos do mundo tribal mostram a existência de estruturas semelhantes às relações de gênero na modernidade, que incluem hierarquias entre a masculinidade e a feminilidade. As posições de gênero no mundo moderno ocidental colonial, advém do mundo pré-intrusão, a construção da masculinidade na pré-história patriarcal da humanidade, a construção de um sujeito e status.

Segundo Segato (2012) o sujeito masculino reproduziu habilidades de resistência,

agressividade, capacidade de domínio sexual, bélica, política, intelectual, econômica e moral que reconhecem o sujeito masculino e desqualificam o sujeito feminino. Indica que o gênero existe, como esfera pública em oposição ao espaço privado, que a colonialidade/modernidade modifica a aldeia. A aldeia foi organizada pelo status, dividida em espaços próprios caracterizados com regras, com prestígios e hierárquicas que define papéis para homens e mulheres; o discurso da colonialidade / modernidade, esconde em seu interior, a hierarquia, devido totalização progressiva da esfera pública do processo colonizador.

Segato (2012) contextualiza que a compreensão do gênero no período anterior a intrusão moderna visava o bem comum, participação coletiva, os vínculos de reciprocidade, solidariedade e colaboração entre as mulheres, com a colonialidade/modernidade ocorreu a expropriação política, a organização da esfera pública republicana, a privatização do espaço doméstico, a expansão da “outrificação”, a separação das tarefas produtivas e reprodutivas. Com as invasões as consequências geraram ruptura dos vínculos entre as mulheres, ocasionaram o fim das alianças políticas, a insegurança e as vulnerabilidades para as mulheres. Para a autora, a modernidade/colonialidade ocasionou um extermínio das mulheres, relacionada à privatização do espaço doméstico. Explica: “o gênero regulado constitui no mundo-aldeia uma dualidade hierárquica, na qual ambos os termos que a compõem, têm plenitude ontológica e política. Na modernidade não há dualidade, há binarismo. Na dualidade a relação é de complementaridade, a relação binária é suplementar, um termo suplementa o outro, e não o complementa” (SEGATO, 2012, p. 122).

Para Segato (2012) o binarismo, próprio da colonialidade/modernidade, resulta da episteme da exterioridade. A transformação do dualismo variante do múltiplo em binarismo do Um universal e seu outro a margem, apresenta a transição entre as posições colonizadas pelo binarismo. A vertente ocidental transformou o gênero em matriz heterossexual, convertendo o espaço doméstico em vulnerabilidades para as mulheres em suas famílias, com perda da autoridade feminina, reconhecimento das mulheres.

Quanto à produção do trabalho e a reprodução da educação passava pelas mulheres a ideologia patriarcal e sexista. Pelas mãos femininas se desenvolvia o trabalho comunitário,

coletivo, de ensinamentos pela oralidade sobre os cuidados familiares. O patriarcado evidenciou as questões das mulheres em relação à sexualidade, ao corpo e à desigualdade de gênero. A cultura cristã ocidental construiu diferenças entre as funções de mulheres e homens, demarcando ocupações e posições construídas socialmente.

Observamos que os discursos religiosos perpassam e interferem na compreensão sobre as mulheres. Desde o período das sociedades pagãs tradicionais, quando houve identificação da imagem divinizada da mulher no culto à Deusa Mãe, no mundo do ocidental cristão medieval, quando o feminino foi associado ao maligno. Com o Cristianismo, com a Reforma Gregoriana, com a criação do celibato clerical, estabeleceu-se a dicotomia entre Eva e Maria, teve início o processo de diabolização da mulher, ocorreu o culto à Virgem Maria.

Para Collings e Tedeschi (2019) o conceito de corpo assume uma dimensão cultural, nega a associação biológica, delimita o campo da identidade e das hierarquias entre os sujeitos sociais. O corpo pode ser conceituado com origem polissêmica, o seu surgimento no âmbito das ciências sociais e humanas decorre de referências epistemológicas do movimento feminista. O corpo constitui o físico e o seu entorno, as intervenções em si, o reflexo da sua imagem, os acessórios assimilados, os sentidos evidenciados, os silêncios reproduzidos, a educação dos ritmos e controle dos gestos, definidos por significados culturais e sociais.

Essa compreensão diverge da concepção tradicional, o corpo é produto de uma construção cultural, social e histórica, sobre ele são “conferidas diferentes marcas, tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos; é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções, consoante o desenvolvimento científico e tecnológico, suas leis, seus códigos morais e sua linguagem, construído por discursos” (COLLINGS E TOSDECHI, 2019, p. 141). As autoras compreendem que o corpo revela o ser; ao situar o corpo, invoca a subjetividade, a identidade. Essa perspectiva indica que “o corpo resulta de um processo pedagógico, que define modos de ser e de se comportar, a disciplina do corpo ocorre através das instituições, dos espaços e das práticas de socialização, perpassados pelos referenciais teóricos e políticos” (COLLING E TODESCHI, 2019, p. 141).

Collings e Todeschi (2019) denominam de condição feminina a identidade por ter

nascido biologicamente mulheres. O termo condição feminina foi utilizado pelo movimento de mulheres na segunda onda feminista, para argumentar sobre a situação de inferioridade das mulheres e a luta pela igualdade, para criticar as categorias teóricas de análise da centralidade dos corpos das mulheres nas discussões sobre o conceito gênero. A discussão sobre a condição feminina apareceu nos registros e relatos históricos, com narrativas sobre as categorias: mulher, mulheres, gênero, com depoimentos sobre a aplicação teórica, prática e política na sociedade. A compreensão sobre condição feminina revelava a condição vivida pelas mulheres ao longo da história diante da opressão, contudo a adjetivação feminina foi questionada no campo feminista, por associar a natureza das mulheres, como uma característica essencial, imutável.

Os estudos de gênero revelam as históricas condições violentas de privações que afetam a vida das mulheres. As trajetórias das militâncias feministas revelam à sociedade as práticas e ideologias intolerantes, machistas e sexistas. Na perspectiva de gênero, as mulheres foram afetadas pela dominação masculina e heteronormativa, pois aos homens foi dada uma supremacia social e sexual de direitos e privilégios, enquanto à condição feminina coube os deveres e obrigações.

A história da humanidade foi construída por homens e mulheres, todavia, a escrita dos relatos e acontecimentos foi feita por homens, são trajetórias masculinas que normatizam, definem as mulheres, consideradas indefesas, frágeis e vulneráveis, objetos e não sujeitos. A libertação das mulheres de sua subordinação e a reivindicação por igualdade de direitos, perpassa pela conscientização que as mulheres foram afetadas por violências na sociedade e na família. A luta por equidade de gênero implica superar a dicotomia e a marginalização das mulheres para o despertar de sua subjetividade.

As feministas argumentaram que esse modelo não atendia ao conceito central de uma teoria política que incluísse todas as mulheres, desmistificando abordagens que a consideravam a criação dos filhos e a domesticidade ligada à mulher como naturais. Na crítica política, as feministas apontaram que a divisão doméstica do trabalho e a prevalência da mulher na criação dos filhos, são referências socialmente construídas com relevância

política, são centrais na estrutura de gênero da sociedade, devido a discriminação sexual no trabalho, a escassez de mulheres na política. A partir dessas referências compreendemos que a divisão sexual do trabalho impacta a vida das mulheres quanto a relação entre trabalho, maternidade e família.

A diversidade das dinâmicas familiares resultam do ordenamento da maternidade na divisão sexual do trabalho. Nas sociedades modernas, para Foucault, no século XVI a função do poder estava associada à morte; a partir do século XVII, a função do poder foi direcionada para a vida. No século XIX, a sexualidade foi regida pelo “dispositivo da sexualidade”. Quando o sexo tornou-se objeto de uma tecnologia, complexa, positiva, vinculado a concepção de biopoder, a organização do poder sobre a vida. A maternidade passou pelo processo de normatização, o corpo feminino como objeto privilegiado da disciplinarização e da regulação da população. A sexualidade feminina assumiu interesse político, no processo de modernização do ocidente, com controle dos processos biológicos, ou da bio-política da população. Quanto ao casamento, ocorreram contradições sobre o controle, vigilância das mulheres, esposas, mães.

Para compreendermos as famílias na contemporaneidade, observamos diferentes modelos de famílias nas sociedades industrializadas: monoparentais femininas ou masculinas, monoparentais com alternância da residência da criança entre a mãe e o pai, recompostas, homoafetivas, mosaicos, com ou sem laços sanguíneos. Questionamos sobre a vida das mães de família da classe trabalhadora, pois ocorre na realidade social uma disciplinarização e censura quanto a maternidade, comportamentos de cuidados ou negligência das crianças. A função social da maternidade incluiu papel das pessoas cuidadoras dos membros da família, se tornaram objeto de mobilização moral e funcional: as relações sociais construídas nas famílias, os projetos públicos, as ações privadas.

Com a diversidade dos tipos de famílias ocorre deslocamento do papel de cuidadoras das famílias, a resignificação da maternidade com desigualdade nas relações entre a pessoa que exerce a função e aquela que cumpre o papel de provedor do lar. A dupla função de trabalho e família sob responsabilidade de uma só pessoa, no caso das famílias

monoparentais, é uma reprodução da divisão sexual do trabalho, independentemente do sexo dos seus integrantes. A partir dos anos 1970, nos países industrializados ocorre um aumento da presença das mulheres na esfera pública em espaços ocupados pelos homens. A desqualificação das mulheres em relação aos homens tem origem em condições sociais do corpo feminino, transformadas em elementos de (des)qualificação social para o trabalho.

O corpo feminino é deslocado do espaço privado para o espaço público. Novas formas de hierarquização e de discriminação têm se consolidado na atualidade na sociedade, resultado da reação dos estabelecidos contra as mulheres. A análise sobre a divisão sexual do trabalho e interseccionalidade demonstra que as lógicas de ordenamento de sexo, gênero e raça no processo de modernização capitalista são uteis para compreender os mecanismos de produção e de reprodução da subjugação feminina no espaço público e no privado na contemporaneidade. Na esfera privada, a maternidade aponta a vocação do cuidado dos filhos, disseminada pela funcionalização feminina.

Consideramos a necessidade de exercer a função da educação com as crianças sem diferenças e desigualdade de gênero, para superar o sexismo. Precisamos viver livremente de forma segura, construir formas educativas que renovem os valores de equidade, superando posturas sexistas. Não podemos ensinar as meninas como elas devem se portar na sociedade, para evitar serem violadas, precisamos ensinar que elas façam suas escolhas e tomem suas decisões de forma segura, bem como ensinar os meninos que se tornarão homens a não violar as mulheres. Destacamos que as tentativas de classificação das mulheres são prejudiciais porque não englobam suas subjetividades.

3.4 Eu quero que minha filha seja corajosa e atrevida, porque fazer escolhas é ser livre

*Ótima. Eu me sinto ótima
 Forte, firme e sólida solidária ao mundo
 Com a paz no peito Dessas que dão jeito
 Nas causas do medo hoje me aceito
 Tenho mil defeitos fiz deles piada
 Abaixei a guarda virei minha amiga
 Tirei a armadura das mágoas antigas
 Tô de peito aberto e te quero perto
 Que nada nos distraia do amor, nem mesmo as vitórias da vida
 nem mesmo confetes e serpentinas, nem mesmo os picos de adrenalina
 Que nada nos distraia do amor, que tudo nos atraia ao amor
 Otimista e cósmica Conectada ao pulso
 Natural da terra livre da agonia
 De chegar primeiro Grande é ser inteiro
 Confiar na fonte Tesselando instinto
 Ter a companhia De quem se observa
 Ser por excelência mapa e tesouro
 Dessa inteligência que é cantar em coro
 Que tudo nos atraia ao amor
 Compositores: Flaira Ferro*

Essa canção foi escolhida porque entendemos que a percepção de si conduz a uma vida saudável e a uma forma de mudança nas famílias. Sentir-se bem com a mulher que se tornou é condição de rompimento das opressões, indica a possibilidade de transformação dos ambientes familiares, pois uma vez que há recusa da violência, o passo seguinte é fomentar novas práticas do bem viver. Que a vivência do amor, do afeto e do vínculo sejam condição de respeito, liberdade, autonomia, empoderamento e protagonismo.

Para discutir esse tópico dialogamos sobre a temática Direitos das Mulheres, porque essa perspectiva teórica aponta características do perfil das mulheres que reflete a realidade, sendo afetadas por construções de formas de resistência no cotidiano e criação de resiliência diante da realidade. A questão geradora desse tema foi: Você observa a expressão dos direitos das mulheres no cotidiano? Perguntamos às mulheres participantes da pesquisa como elas percebem os direitos das mulheres no cotidiano.

Observemos os relatos abaixo de Dantas.

DANTAS: Eu percebo a mulher como sujeito, mas no caminhar da sociedade para maturidade, ainda não está bom, precisa melhorar. Vejo a conquista dos direitos das mulheres, principalmente aqui no Brasil, com a criação da Lei Maria da Penha que evoluiu ao proteger as mulheres da violência. Também observo conquista no cotidiano em relação ao mercado de trabalho, mas agregou mais atividade, a mulher saiu de casa, mas as suas competências domésticas permaneceram, aumentou a jornada de trabalho, nos dividimos. Eu lembro que nossa mãe trabalhava o dia todo, isso afetou minha relação com ela. Então

me pergunto que conquista foi essa que tirou o direito da minha mãe conviver com quem ela ama, o desejo de estar com seus filhos, devido a necessidade de trabalho. Foram conquistas maquiadas? Vejo avanço na participação política partidária, das eleições, dos votos. Mas as mulheres também são atacadas nesse espaço. Na cultura, eu vejo também: eu brinquei de jogos de meninos. Eu brincava na rua, como os meninos, meus pais possibilitaram que eu não tivesse diferença. Não houve a discussão sobre impedimentos do que eu e meus irmãos poderíamos ou não fazer. Hoje, eu quero que minha filha seja livre, feliz, corajosa e atrevida, tenha opções de escolhas, por que fazer escolhas é ser livre. A gente possibilita vivências para a minha filha, de forma que ela escolha e conquiste o que ela quer. É muito cansativo ser mãe, mas é um gosto ver as conquistas dela. É lindo o desenvolvimento de uma criança livre. Minha filha não terá os impedimentos que tive, por que ela vai quebrar na porrada. Eu reconheço o símbolo do feminismo; mas minha mãe era referência porque mostrava no cotidiano o papel da mulher mesmo sem a teoria feminista, ela era uma mulher forte, meu maior ícone, minha heroína. Hoje eu tento fazer com eles o que eu aprendi com ela. Na minha casa são mulheres, com características semelhantes: mulheres que cuidam.

Dantas manifestou durante os encontros uma consciência de si, uma percepção de ser como sujeito, e de como ocorreu o processo de sua subjetivação em sua família permeado por construções diversas relacionadas aos direitos das mulheres no Brasil. Ao conseguir fazer suas próprias escolhas, afirma ter encontrado a felicidade. Dantas conta que por ser mulher, se sentiu incomodada em não poder fazer coisas que os homens fazem naturalmente. Se sentiu mal quando os homens olharam e fizeram cantadas por seu corpo, na rua, publicamente, independente da roupa usada, não respeitaram e a constrangeram. Sentiu o peso da discriminação quando os homens consideraram que ela não podia fazer algo do trabalho por não saber, se sentiu boba, e incapaz. Sentiu durante sua gestação, as pessoas, principalmente outras mulheres, disseram para se recolher e não trabalhar porque estava grávida, como se a gravidez fosse doença ou incapacidade.

Já Odorico nos aponta outra percepção sobre os direitos das mulheres.

ODORICO: Eu penso que o mundo está cheio de violência, estamos precisando de paz e harmonia, ter segurança e educação para nossos filhos, precisa de saúde, de esporte, de estudo, cursos para nossos filhos estudar e fazer profissão dentro da escola, ganhar dinheiro pra comprar suas coisas. Os pais que tem muitos filhos, não podem dar o que eles querem. Eu vejo que evoluiu muito o direito das mulheres, tem mulheres em várias profissões. Nossos valores estão reconhecidos até fora. Já conquistamos muita coisa. Da minha mãe pra mim mudou muita coisa, elas tinham medo de denunciar os maridos, hoje as mulheres ainda têm, mas tem coragem de denunciar. As mulheres não podiam usar roupa

curta, hoje a gente gosta e usa. Pra traz era melhor que agora porque não tinha tanta violência na rua, mas poucos estudava, hoje a gente tem medo do futuro. Na profissão da saúde você vê que tem mais mulheres trabalhando, antes a gente pensava: que quero ser atendida por um homem, e hoje tem muitas mulheres atendendo.

Odorico nos informa sua preocupação com a violência no cotidiano das mulheres para criar os(as) filhos(as) com dignidade. Observa que o acesso das mulheres aos direitos e as políticas públicas melhorou mas considera que os índices de violência e insegurança também aumentaram.

Destacamos que a cada encontro, realizamos uma atividade de acolhida, com a questão geradora e uma vivência de encerramento. Articulamos os termos e conversamos sobre uma atividade de completar as frases: 1- Eu sempre gostei de; 2- sinto-me bem quando; 3 -quando criança, os meus pais gostariam que eu; 4 - quando criança, eu queria; 5 - quando comecei a pensar no futuro, me imagino fazendo; 6 - os meus amigos pensam quem eu; 7- prefiro isso, do que aquilo; 8 - a minha família; 9 - uma pessoa que admiro muito é; 10 - se eu fosse isso, seria aquilo; 11- quanto ao mercado de trabalho; 12- o mais importante na vida; 13- tenho mais habilidades para isso do que aquilo; 14- acho que poderei ser feliz se; 15. Eu... Nessa atividade, os relatos das mulheres indicaram as construções sociais absorvidas pela cultura sobre quem são, conectando com a sua realidade.

Na atividade foi possível abordar a temática do feminismo e a percepção da personalidade, através de questões sobre: o que percebo, o que penso; o que vejo, o que sinto, o que faço. Buscamos identificar a percepção, o acesso e a vivência dos direitos das mulheres no dia a dia. Foram apontados como direitos: a liberdade e o acesso às políticas públicas, principalmente, saúde, educação e trabalho. As participantes observam os direitos das mulheres na saúde com o planejamento familiar, os métodos contraceptivos, o enfrentamento à violência, na política, com o direito ao voto e a candidatura partidária, na educação com a possibilidade de estudar, o acesso é melhor na atualidade.

Essas narrativas nos indicam como as mulheres percebem que as mudanças culturais e sociais são sentidas no âmbito das famílias. Elas percebem as conquistas dos direitos, mas identificam que é preciso avançar. As mulheres percebem a realidade marcada por

contradições, complexidades, dificuldades e vulnerabilidades. Reconhecem a importância da representatividade de ter mulheres ocupando vários espaços e da necessidade de fomentar uma educação não sexista para as crianças, como forma de contribuir para o processo de liberdade, autonomia, empoderamento e protagonismo das mulheres. Perceber quem são e os atravessamentos das influências de suas histórias significa identificar sua subjetivação.

Apontamos como achado da pesquisa que mesmo com os avanços em relação aos direitos das mulheres, as conquistas feministas, ainda prevalece significativo percentual de famílias que seguem um padrão de manutenção da família nuclear e sob padrões patriarcais, cujo modelo de família contempla as mulheres abrem as janelas para o mundo, mas fecham as portas para o interior de suas casas, com a preocupação e a responsabilidade em manter a existência, o convívio, as dinâmicas e rotinas familiares, a forma como se constituíram nesses espaços as mantém nesses lugares, um reflexo das contradições reais e simbólicas da sociedade sexista e patriarcal presente.

No que diz respeito a análise sobre a questão política do país, esse tema da participação das mulheres na política foi discutido com o tema sobre os direitos das mulheres, sendo apontado como uma conquista as mulheres poderem votar e serem votadas. Todavia, apenas uma participante reportou sobre a preocupação com a situação da classe trabalhadora e da perda de direitos na atualidade, possivelmente pela sua formação acadêmica crítica propositiva. Quanto a polarização política vivida atualmente no Brasil, as participantes não se manifestaram sobre esquerda e direita, embora em alguns relatos fosse possível identificar posturas conservadoras.

A história dos direitos das mulheres se fez por conquistas, avanços, resistência e resiliência. A principal referência é ter o direito de escolher. As mulheres foram impedidas de fazer atividades, de ocuparem funções e exercerem papéis na sociedade. É preciso romper esses impedimentos, ver a luta das outras mulheres para inspirar, potencializar e mobilizar outras mulheres. O maior legado a alcançar é o que fazer com o que foi recebido, o que pode ser feito além dessas conquistas, resgatar quem foram, quem são, quem podem ser.

Destacamos a importância de reconhecer, saudar e validar as conquistas das mulheres.

É necessário aproveitar as oportunidades em seu tempo, fazer escolhas, quebrar barreiras sobre impedimentos para as mulheres. O ensino de um ofício, a transmissão da cultura, a referência dos valores sociais e morais. O acesso à educação formal feminina foi tardia para as mulheres, principalmente as pobres que residiam no interior ou na zona rural. Elas vivenciaram a desigualdade no acesso à educação e ao trabalho.

A partir dessas referências, questionamos a realidade das mulheres no Brasil em relação aos impactos da violência no cotidiano, em suas famílias, com perseguições, ameaças, insultos agressões, vivenciando estado constante de alerta quanto a posturas, vestimentas, comportamentos, imprimindo gestos diários de defesa, fuga, evitação, preocupações contínuas e constantes, temor sentido na pele, nos passos, no coração feminino. As mulheres sentem as investidas masculinas, reclamam das ofensas e termos pejorativos, são cobradas a agradecer os elogios sobre seus corpos, nos incômodos em qualquer lugar. As mulheres imprimem no corpo, as vivências das marcas da violência, são afetadas por vergonha, medo, impotência, incapacidade.

Nicoli e Ramos (2017) afirmam que o cuidado foi associado essencialmente ao feminino. As normatizações sustentam um dever primordial da existência feminina para cuidar de outrem: filhas, esposas, mães, trabalhadoras do *care* e posições sociais e jurídicas incorporam a normativa do cuidado como uma obrigação socialmente imposta à mulher. Outros dispositivos como a religião, moral e o Direito reforçam as funções femininas do cuidado com a ideia do amor maternal, ignoram os direitos e deveres, as repercussões sociais e jurídicas sobre a igualdade de gênero, as relações de sujeição e sexismo, obstáculos à emancipação feminina. As formatações sobre o cuidado como obrigação feminina e sua função nos papéis de gênero são construções sociais. Ocorre um investimento da energia intelectual e manual feminina empregada no cuidado.

O modelo sexista da Modernidade, de relações sociais do homem provedor e a mulher cuidadora reforçam a desigualdade de gênero. Comentam sobre o trabalho doméstico, reprodutivo, remunerado ou no próprio ambiente familiar, como uma problemática na contemporaneidade, constitui a sustentação da sujeição social e inferioridade jurídica pelo

dever de cuidado como condição relegado às mulheres. Os fundamentos dos papéis de gênero, o desprezo pelo cuidado e pela reprodução social, silêncios jurídicos para a manutenção de padrões de opressão de gênero e divisão de trabalho e poder, refletem o sexismo que ignora a centralidade para a vida humana, que desconsidera que o trabalho reprodutivo indispensável para a sociedade.

Nicoli e Ramos (2017) o sexismo consiste na ideologia de dominação masculina que esvazia a mulher do sentido humano, que a objetifica, que a condena à servidão de sua própria natureza, reforçando suas incapacidades, afastando da emancipação. O homem define o processo de sua própria natureza masculina, como criador de sua existência, livre para projetar seus projetos. Classifica o feminino a partir da natureza da mulher, define seu destino servil. É nessa lógica dual de papéis de homens e mulheres que se constroem as violências, a partir da hostilidade, da rejeição do feminino desviante da norma, dos tratamentos normativos diferenciados aos domínios do cuidado atribuídos às mulheres, como o trabalho doméstico e reprodutivo no lar.

De acordo com Nicoli e Ramos (2017), o sexismo jurídico atribui às mulheres estatutos inferiorizados, regimes de capacidades civis e políticas limitadas, submissão à autoridade masculina e obrigações específicas às mulheres. As normatizações jurídicas dos países ocidentais no século XX, devido às reivindicações, pressões e conquistas dos feminismos impactaram as regulações e práticas conforme o gênero. O sexismo impacta as relações de trabalho, reforça as desigualdades de gênero. Os ordenamentos jurídicos impõe negativas e privações as mulheres quanto às funções ou benefícios trabalhistas. O conceito de cuidado expõe uma natureza multidimensional e transversal relacionada ao gênero feminino: ocorre prevalência feminina nos deveres de cuidado. As profissões e ocupações apontam obrigações naturalizadas às mulheres, abrange as tarefas domésticas, engloba os cuidados familiares, das crianças, dos idosos, dos dependentes, dos deficientes.

Para Nicoli e Ramos (2017), ocorre sexismo na compreensão da relação entre trabalho e cuidado, as condições que envolvem o cuidado familiar e do lar não são reconhecidas como trabalho. o conceito de cuidado está associado ao amor e poder no campo privado, reproduz

expectativas e padrões de vulnerabilidade social feminina, reforçada pelas desigualdades jurídicas e trabalhistas. Na esfera do cuidado se perpetuam duas condições: a primeira é a sua indispensabilidade para a vida humana. “Sem o cuidado de outrem, nenhuma construção material ou ética, produtiva ou política, artística ou econômica que caracterizam socialmente um sentido próprio à existência humana seriam possíveis, implicaria numa aproximação entre o cuidado e os sentidos mais íntimos do próprio conceito de humano” (NICOLI E RAMOS, 2017, p. 141). A segunda percebe a amplitude da primeira e constrói as relações de dominação. “O cuidado é uma atribuição historicamente associada ao universo feminino, relegado à esfera do concreto, do natural, do corpóreo, do místico, do familiar, torna-se um destino definidor inescapável, elemento que caracterizará mulheres para fins privados e públicos, para a vida relacional e social, para a ordem familiar e política” (NICOLI E RAMOS, 2017, p. 141)

Amazonas, Vieira e Pinto (2011) ao estudarem o processo de subjetivação feminina articulam os impactos da divisão social do trabalho e as relações de gênero. Os feminismos criticaram a visão conservadora essencialista, baseada na natureza biológica, que situa o homem no espaço público e demarca a mulher no espaço privado, considera uma essência ligada ao sexo e/ou ao gênero, de forma biológica. A perspectiva cultural define que ser mulher envolve formações específicas de poder, é um ato performativo, corresponde a uma prática reiterativa, a repetição de uma norma que se torna autoritária quando valida essa regra, reforça um discurso que produz os efeitos daquilo que define.

Para Amazonas, Vieira e Pinto (2011) a Modernidade definiu um sujeito autônomo, independente, empoderado, protagonista, todavia, as mulheres se defrontam com papéis femininos tradicionais que definem seus comportamentos contraditórios a partir da educação sexista. A identidade feminina foi relacionada à maternidade como condição indissociável da natureza feminina, uma construção reproduzida como inquestionável. A repetição e transmissão da representação social sobre maternidade e paternidade são discursos. Consideram que as famílias na atualidade precisam de instrumentos, equipamentos e redes de apoio, para cumprir as tarefas que eram executadas pelas mulheres, como as creches e a

escola, que permitem aos pais, trabalharem sem prejuízos para os cuidados com as crianças. As mulheres tem investido na profissão e tentado conciliar com os companheiros a vida doméstica, desejam parceiros independentes, que respeitem e sua carreira profissional, que dividam a responsabilidade com a criação dos filhos e com o lar.

Amazonas, Vieira e Pinto (2011) explicam que a lógica do binarismo, da polarização, da fragmentação determinam os gêneros masculino/feminino, é preciso superar essa divisão paradoxal das identidades. Para as autoras, as mulheres na contemporaneidade estão divididas entre as escolhas profissionais e a função da maternidade. Informam que as mulheres sentem ameaça quando os homens participam do mundo doméstico e dividem o cuidado com os filhos, pois eles afetam seu campo de poder. Consideram que as mulheres desejam dividir a sobrecarga de trabalho, mas não querem perder o poder que dominam, a crença do cuidado com as crianças como uma naturalização da maternidade. Outro aspecto é a procriação retardada, o adiamento da decisão de ter filhos devido à carreira profissional.

De acordo com Amazonas, Vieira e Pinto (2011), a subjetividade inclui as dimensões que constituem a identidade relacional, o investimento pessoal, as práticas discursivas, os modos de ser femininos. Consideram que as identificações acontecem no contexto de relações de diferença do eu com o outro, no limite da subjetividade, na fronteira dos discursos, referenciando o ponto de partida das mulheres, a constituição do gênero diversificada, das feminilidades e masculinidades. Consideram que as identidades são relacionais, complexas, construções dos discursos e práticas históricas, que validam sujeitos autônomos, livres, através do trabalho, da maternidade, do casamento. Esses discursos legitimam espaços para redes de apoio social constituída por parceiros, profissionais e/ou familiares. A multiplicidade de discursos indica as possibilidades de subjetivação, as identidades de gênero transformam possibilidades do sujeito.

As novas configurações familiares são impactadas pela parentalidade, pela vida profissional, pela independência dos cônjuges sobre a decisão de ter ou não filhos. Nas novas dinâmicas familiares, homens e mulheres assumem e compartilham diferentes papéis e funções, dependem dos contextos em que os casais se constituem, significa sujeitos que

questionam normas indiscutíveis.

Nessa perspectiva sobre a constituição da subjetividade, compreendemos o papel da educação no processo de subjetivação, pois os saberes e as práticas educativas padronizaram modelos, construíram autoridades representativas, hierarquias educativas, forjaram um modelo que perpassa pela linearidade, pelo ajustamento individual e coletivo. A educação como controle, baseada na reprodução de identidades, nega aos sujeitos construir seus caminhos, percursos autênticos e diferentes, singulares e diversos.

Por esse viés, os movimentos feministas suscitararam as pesquisas sobre História das Mulheres reivindicando a memória coletiva e as conquistas femininas, potencializando a construção de uma consciência identitária, questionou os conhecimentos históricos, os fundamentos epistemológicos da ciência, especificando o carácter político e subversivo das práticas. As teorias que abordam a subjetividade encontram contribuições pós-estruturalistas com compreensões sobre a identidade do sujeito, construída por identificações transitórias e simbólicas. Os autores pós-estruturalistas criticaram a subjetividade, individualizada; propondo uma alternativa radical, diversa, multidimensional sobre a subjetividade. A individualidade contempla a relação consigo, com o outro, o mundo, interação dinâmica.

Reconhecemos que a subjetivação é socialmente construída, resulta da interação da cultura sobre o indivíduo, constituindo a singularidade corporificada. Pautamos a necessidade de observar as fontes sobre a escrita feminina, perpassada pelas relações sociais, culturais, econômicas, intelectuais, linguísticas e políticas, para revelar as relações de poder que afetaram a vida das mulheres. Precisamos assumir o controle, vivenciar a própria vida, entender as projeções, compreender os papéis e funções sociais perpassadas pelo outro, despedir-se do desejo do outro, pois as definições implicam impedimentos e proibições.

3.5 É preciso questionar a prisão, o processo de autonomia de construção como mulher

Quando pensamos na forma como as mulheres se percebem e identificam sua subjetividade, através da identidade, da representação dos papéis e funções que assumem ao longo da vida, percebemos a influência das relações familiares em suas vidas. Dialogamos com as mulheres sobre Autonomia, Empoderamento e Protagonismo explicando sobre como podem viabilizar esse processo em suas vidas. Usamos como questão geradora para esse tema: Como você observa a autonomia para desenvolver os seus projetos de vida?

Assim, se posiciona Dantas sobre a questão.

DANTAS: Aos 50 anos quero realizar minha vida de ser livre, concretizar meus sonhos: queria ter pulsos livres. Sinto que preciso estabelecer limite do tempo. Questionar as regras que dizem que família é assim mesmo, quando os padrões familiares forem violentos. Questão do não aceitar que alguém defina sua vida, se posicionar contra os mandos. É um processo de construção, questionar os condicionamentos da prisão. Entendi que as pessoas não podem decidir por mim, eu preciso fazer minhas escolhas, minha autonomia de construção como mulher. Eu fui atendida por projeto social, e hoje sou profissional em projeto social, é difícil superar as barreiras e perceber o ponto de mudança. O meu projeto de quem sou, eu quero chegar aos 50 anos, é meu, não dos outros, não permito que outro sujeito faça isso em meu lugar; quero me orgulhar que essa história eu fiz, e não deixo alguém pegar no meu pulso e dizer meu caminho, eu quero realizar o que estou construindo e festejar minha realização. Eu sinto necessidade, por segurança, de andar com canivete na bolsa, em relação a andar na rua, pegar um ônibus ou um uber. Queria poder usar roupas sem ser incomodada, me sinto presa, percebo meu corpo como um pedaço de carne, não posso viver e ser livre devido ao uso das roupas, quanta vulnerabilidades devido a minha imagem e ao meu corpo.

Dantas conta que por ser mulher, se sentiu incomodada em não poder fazer coisas que os homens fazem naturalmente. Se sentiu mal quando os homens olharam e fizeram cantadas por seu corpo, na rua, publicamente, independente da roupa usada, não respeitaram e a constrangeram. Sentiu o peso da discriminação quando os homens consideraram que ela não podia fazer algo do trabalho por não saber, se sentiu boba, e incapaz. Sentiu durante sua gestação, as pessoas, principalmente outras mulheres, disseram para se recolher e não trabalhar porque estava grávida, como se a gravidez fosse doença ou incapacidade. Ao fazer suas próprias escolhas, afirma que encontrou a felicidade.

Outra postura diferente é apontada por Vieira a seguir.

VIEIRA: *Eu tenho vontade de estudar de novo a noite, quero e vou estudar; me dizem: mulher você não estudou quando era nova e não aprendeu quando era jovem, tu não vai aprender agora não, abestada!; ai eu respondo: eu vou estudar por que eu quero. Colega, sua história é a minha história, mas eu não tenho de que reclamar, só agradecer, eu lutei muito, mas sou o que faço. Não dou satisfação a ninguém. Minha mãe me ensinou a fazer as coisas de casa, fazer comida, arrumar a casa; antigamente os homens eram machistas, os filhos não podiam falar com os pais, a mãe que fazia esse papel de mediar pro filho pra conversar com o pai, a gente não falava direto, a gente pedia a mãe pra falar com o pai. Meu sonho é estudar, tenho fé em Deus que vou voltar a estudar, porque não pude escolher, ou trabalhava ou estudava, tive que trabalhar. Eu parei de estudar e me arrependo muito. Tudo que não pude fazer quero que minhas filhas façam, eu incentivo minhas filhas a estudarem. Eu fiz curso técnico na área da beleza, de cosméticos, para salão. Minha vó dizia: a única coisa que posso lhe dar é estudo, eu não posso te dar dinheiro, então estude, estude, estude. Eu aprendi a ser uma mulher corajosa e determinada, eu agradeço por isso. Trabalho pra mim é realização, eu adoro trabalhar, gosto, faço por prazer, com amor, tem que ser perfeito, não penso no dinheiro, penso na satisfação. Se eu for cozinhar, aquela comida tem que ser a melhor, faço com carinho. Eu queria montar um restaurante pra mim. O que prejudicou pra mim era que eu trabalhava e precisava deixar minha filha com alguém, as vezes, precisava pagar ai quando ela tinha 10 anos ela ja ficava sozinha e fazia as coisas em casa, às vezes pedia alguma vizinha pra olhar ela lá em casa. Criei a menina da casa que trabalhava, ela só dormia se fosse comigo e a mãe dela não entendia o que eu fazia pra ela gostar tanto de mim. Eu dizia: nada! eu cuidava dela, colocava pra dormir, cantava pra ninar.*

Vieira nos demonstrou sua resistência e resiliência ao pensar no futuro. Foi a única participante que informou que ainda é tempo para ela estudar e recuperar o tempo de investimento na educação. Ao pensar nas perspectivas do futuro deseja recompensar o tempo que foi proibida e não incentiva aos estudos. Ela cuida da educação de suas filhas como prioridade e que ensina para terem autonomia.

Esse determinado lugar afetou historicamente a subjetividade, a identidade feminina, pois impacta na possibilidade de escolha, autonomia, empoderamento e protagonismo das mulheres. O lugar do simbólico no cotidiano afeta a subjetividade feminina porque ser mulher demanda estar viva, presente, atuante. O lugar de pertencimento das mulheres é por excelência o lugar em si; as narrativas femininas indicam a possibilidade de um encontro consigo, pois possibilitam um perceber-se, reencontrar-se, onde e quando existem por si mesma, pois quem são depende de como se vêem, se percebem, se reconhecem e não como

são definidas, classificadas e julgadas pelo outro.

A percepção das mulheres sobre seus direitos no cotidiano está relacionada à autonomia e responsabilidade nas escolhas dos projetos de vida, para assumir os próprios lugares no mundo. O processo de empoderamento está relacionado à percepção de sentir o poder em si, que pode fazer algo por si, para si, por meio de si. Ser protagonista e dona da própria vida demanda pensar o caminho percorrido e a trajetória a ser alcançada. Empoderamento é perceber que pode, que quer, que fez, que vai fazer, que está fazendo, que conduziu. Protagonismo significa assumir a própria vida, perceber o próprio lugar no mundo. A subjetivação das mulheres depende da construção de suas identidades no seu desenvolvimento. Quem são e se tornam como mulheres depende da história de suas famílias, informa a potência, e as possibilidades de existência.

A partir dessa temática, em nossa busca por outras referências anticoloniais encontramos o teórico Abdullah Öcalan (2016) que em tempo histórico e espaço geográfico diferente da realidade brasileira nos possibilita conectar vivências e experiências contemporâneas para as mulheres. As principais proposições deste autor coadunam com o estudo, diz respeito à libertação das mulheres, a qual acredita que a escravidão da mulher abriu caminho para toda e qualquer escravidão. Defende uma luta emancipatória, como essencial para uma mudança contra a opressão patriarcal. Defende a emancipação das mulheres e a liberdade como elemento central na história da humanidade.

Abdullah Öcalan (2016) narra a história do povo curdo numa perspectiva revolucionária, analisa a dominação ideológica, coercitiva e econômica do capitalismo. Remonta à era neolítica, anterior à civilização estatal, para explicar as sociedades matriarcais, regidas por uma produção humanitária com a natureza, um cenário de vida em comunidade, sem hierarquias, em que a mulher era a deusa criadora. Explica que na acumulação do capital em torno do produto excedente e na ideia da propriedade privada no estabelecimento da sociedade patriarcal, ocorreram rupturas: a primeira sexual, que converteu a mulher em dona de casa, restrita ao espaço privado; a segunda sexual com o surgimento e predominância das religiões monoteístas; a terceira ruptura sexual foi a derrota do macho dominante. A

multiplicidade de deuses (as) cedeu lugar para um único deus monoteísta, todo poderoso universal e tornou divina a inferioridade das mulheres.

De acordo com Abdullah Öcalan (2016), as construções sociais sobre estereótipos e identidades de gênero indicou uma ética singular feminina e uma inteligência emocional ligada à vida. Defende a igualdade entre homens e mulheres indissociável da luta pelo socialismo, compreende a opressão masculina como um aspecto da dominação burguesa, considera o feminismo um movimento essencial para a libertação das mulheres, para a luta contra a opressão da sociedade. Indica novos modelos que superam a divisão geopolítica de Estados nacionais, ressalta a luta anti-imperialista e anticolonial, a democratização radical a partir do empoderamento das mulheres, destaca o protagonismo prático feminino para as lutas emancipatórias. A aproximação com o socialismo utópico e um comunismo primitivo apontam a primeira desigualdade pela divisão de gênero, há necessidade de superar a opressão ao patriarcado como caminho para outra sociedade.

As obras de Abdullah Öcalan (2016) apresentam discursos sobre sexo e gênero, inspiraram lemas populares e palavras de ordem entre os curdos, tais como: “um país não pode ser livre se as mulheres não o são”; isso redefiniu a libertação nacional em primeiro lugar com a libertação das mulheres. Considera que a liberdade que foi retirada da mulher implica uma perda e uma queda para toda a sociedade, a escravidão das mulheres foi a origem de todas as outras formas de opressão. As mulheres foram fundadoras do sistema matriarcal neolítico. Considerava que a escravidão das mulheres resultava do atraso feudal, mas revisitou e concluiu que o problema da história da civilização é essencialmente a história da escravidão da mulher: a história da perda de liberdade é a história de como a mulher perdeu sua posição, foi ocultada e desapareceu, de como o macho dominante conseguiu o poder. A escravidão de gênero se diferencia em questões de classe, de raça e de nação. Só é possível a liberdade da mulher com a luta contra o patriarcado, o capitalismo, o sexismo e o machismo. A civilização ocidental dominante disseminou a escravidão em três níveis: ideológica com coerção; uso da força com a escravidão; a apropriação da economia com a acumulação de capital e de poder; sustenta a opressão do sistema, aliena com instrumentos de

poder hierárquico e dominação, aumenta o capital, amplia a pobreza e a violência.

Para Abdullah Öcalan (2016) o poder dominante masculino proibiu a presença das mulheres na esfera pública devido à religião, e a participação nas atividades políticas, sociais e econômicas assumidas pelos homens, institucionalizou as desigualdades de gênero. “O fracasso de qualquer luta, leva a marca arquetípica pela relação de poder, a relação entre mulher e homem. Dessa relação surgem todas as outras formas que fomentam a desigualdade, a escravidão, o despotismo, o fascismo e o militarismo” (OCALAN, 2016, p. 29). Defende que a questão promissora no sistema capitalista é a denúncia do status das mulheres, reivindica que a liberdade das mulheres resulte no sucesso da crise contemporânea, para isso é necessário investir em teoria, ações, organização e implementação dos mecanismos e instrumentos para acabar com a escravidão das mulheres.

Aponta que o século XXI indica a era do despertar, da revolução das mulheres liberadas e emancipadas, da civilização democrática, pois a liberdade das mulheres desempenhará um papel estabilizador e de nivelamento na formação da nova civilização, essa condição permitirá o respeito e igualdade para todos. A realidade das mulheres é um fenômeno concreto para analisar os conceitos de proletariado e nação, pois a transformação da sociedade só é possível pela transformação das mulheres para garantir a democratização e a revolução, pois mulher renascida e livre adicionará a justiça e buscará a paz nas instituições, elas são a força mais enérgica, lideranças ativa nos movimentos, são agentes sociais confiáveis para transformação. Para alcançar esse status, é preciso criar instituições permanentes, partidos políticos específicos para a liberdade da mulher, círculos ideológicos políticos e econômicos, movimentos sociais populares, organizações não governamentais políticas democráticas; “posicionando-se à esquerda da civilização democrática, as mulheres têm valor autêntico, pois devido às características de dominação de classe das civilizações, isso coloca as mulheres na posição de antítese necessária, adquire o valor de uma nova síntese para a superação de classes da superioridade masculina (OCALAN, 2016, p. 75).

Abdullah Öcalan (2016) afirma que seu trabalho mais importante como lutador pela liberdade foi priorizar a libertação das mulheres, dos pátrias e do trabalho: a libertação das

mulheres é uma revolução dentro da revolução. “A missão fundamental da nova liderança é fornecer o poder intelectual e a vontade necessária para conseguir os três aspectos cruciais ao alcance de um sistema de modernidade democrática: uma sociedade democrática, ética econômica e ecologicamente” (OCALAN, 2016, p. 75). A luta pela liberdade é intrínseca à história da escravização, da exploração da humanidade, o anseio de liberdade é da própria natureza humana, contra a civilização dominante, por uma sociedade democrática.

Defende uma alternativa ao capitalismo moderno, através de uma mudança radical no pensamento, nas práticas apropriadas, na realidade material. “As melhores mulheres são capazes de escapar das garras da dominação masculina da sociedade, serão capazes de viver e de agir de acordo com a sua iniciativa independente, quanto mais estiverem capacitadas, mais recuperarão a sua personalidade e identidade livres”. Acrescenta que o apoio a raiva das mulheres e o movimento de conhecimento e da liberdade é a maior demonstração de camaradagem e suporte dos homens e uma prova de humanidade para construção de uma sociedade justa, igualitária, democrática. “Estou confiante de que as mulheres, independentemente das suas diferenças culturais e étnicas, todas as que foram excluídas do sistema, terão sucesso. O século XXI será o século da libertação das mulheres” (OCALAN, 2016, p. 76). Concordamos com essa proposição do autor.

A partir dessas reflexões temos o desafio de construir novos discursos e práticas sobre a feminilidade positiva, a compreensão do feminino de forma qualificada e benéfica para as mulheres. Para dialogar sobre os processos de autonomia, empoderamento e protagonismo que influenciam a subjetivação das mulheres, convocamos Chimamanda Ngozi Adichie para pensar como educar crianças para um mundo com equidade de gênero.

Ngozi Adichie (2019) considera que os feminismos estão relacionados aos contextos. Aponta duas ferramentas feministas necessárias para as mulheres: “a primeira é a premissa feminista, a convicção firme e inabalável da qual partimos: eu tenho igualmente valor. A segunda é uma pergunta: a gente pode inverter X e ter os mesmos resultados?” (ADICHIE, 2019, p. 07). Informa que o primeiro passo no processo de transformação é confiar nos seus próprios instintos e acreditar no amor pelos filhos, ensinar as meninas a confiar nelas.

Adichie (2019) aponta uma série de sugestões para combater o sexismo e criar uma cultura de promoção da equidade de gênero. A primeira afirma: “Seja uma pessoa completa”. Indica que a maternidade é uma dádiva, mas não pode definir as mulheres, isso preserva a autonomia da mãe e dos filhos. Lembra que as mães trabalham muito enquanto os filhos crescem, que elas precisam viver a maternidade e serem cuidadas de si, que podem pedir e aceitar ajuda quando precisarem, ignorem a imagem de supermulher, para serem mulheres reais, não precisam ser insubstituíveis. Aponta que a cultura valida a representação das mulheres incansáveis, mas ignoram os prejuízos desse posicionamento. Repudia a ideia que o trabalho de cuidado com a casa e os filhos é uma obrigação feminina, pois essa ação não tem gênero, deve ser responsabilidade compartilhada dos homens e mulheres quanto a mediação entre trabalho e casa/família/lar.

Para Adichie (2019) sua segunda sugestão sobre as famílias aponta: “Façam juntos”. Ressalta que os pais devem agir com os filhos sem diferenciação. A terceira se refere ao cuidado com a filha: “Ensine a ela que papéis de gênero são totalmente absurdos”. Solicita que não ensinem as meninas que elas não podem fazer algo porque são mulheres, que não existem funções relacionadas a vagina, os papéis são ensinados, as tarefas são aprendidas ao longo da vida, depende de como as pessoas reproduzem os ensinamentos, as habilidades, competências e atribuições. A quarta significa a atenção aos feminismos: “Cuidado com o perigo do Feminismo Leve”. Explica que deve-se acreditar e exercer a igualdade feminina, na possibilidade das mulheres serem o que desejam, inclusive assumir a posição de poder. A quinta está relacionada a ensinar o gosto pela leitura: “Ensine-lhe o gosto pelos livros”: pela vivência do exemplo das mulheres se habituarem a rotina da leitura e transmitirem isso às filhas, preocuparem com a instrução e a educação das meninas, com o apoio dos livros para os questionamentos dos padrões, para a expressão dos desejos profissionais.

A sexta sugestão de Adichie (2019) indica olhar para a comunicação: “Ensine a questionar a linguagem”: a transmissão dos pensamentos podem questionar ou validar preconceitos, discriminações, estigmas, crenças, valores, pressupostos. Informa que as mulheres precisam questionar sua própria linguagem, quanto aos padrões sexistas, de papéis

sociais de feminilidade fragilizada. Pede que ensinem a reconhecer outras mulheres, respeitar as ações e valorizar suas conquistas. A sétima sugestão diz respeito ao matrimônio: “Nunca fale do casamento como uma realização”: sugere que as mulheres pensem meios de contar que o casamento não deve ser uma projeção ou aspiração, pode ser uma expectativa de felicidade ou decepção, não deve ensinar o comportamento agradável ao marido, mas a se expressar como realmente é sua personalidade. Afirma que a oitava sugestão se relaciona com: “Ensine as filhas a serem autênticas sem pressão”, de serem boa, agradável, recatada, dócil, pois não se ensina esses comportamentos aos filhos. Deve-se ensinar aos meninos e meninas o respeito, a honestidade, a bondade, a coragem, a autonomia, a sinceridade. Pode-se elogiar quando fizerem algo representativo e importante. Deve-se compartilhar a defesa do que é próprio, cuidar de seus objetos e sentimentos, que as pessoas precisam pedir permissão e ter consentimento para algo seu, principalmente, quando algo inconveniente ou incômodo ocorrer, saber pedir ajuda.

A nona sugestão indicada por Adichie (2019) aponta: “um senso de identidade”. Explica que deve-se ensinar as meninas a sentirem orgulho delas mesmas, de sua família, de sua cultura que pertence. A décima sugestão informa: “Esteja atenta às atividades e à aparência dela”. Justifica que deve-se incentivar a prática ativa de esportes, movimento, dança, música, artes, para exercitar os benefícios à saúde, os aspectos cognitivos, motores e emocionais. A décima primeira sugestão compreende: “Ensine a questionar o uso seletivo da biologia como razão para normas sociais”. Comenta que deve-se questionar os padrões culturais que oprimem. A décima segunda sugestão equivale: “Converse com ela sobre sexo”: mesmo que considere estranho ou difícil é um tema que precisa ser dialogado em casa, pois os prejuízos sobre a vivência prazerosa da sexualidade feminina advém dos tabus, a vergonha, a culpa quanto ao controle do corpo das mulheres. A décima terceira sugestão aponta: “Romances irão acontecer, então dê apoio”: conta que é preciso dialogar sobre os relacionamentos afetivos. Destaca que deve-se ensinar sobre o uso compartilhado do dinheiro pelo casal, mantendo a individualidade, sem a obrigação do homem ser provedor, pois as finanças devem ser divididas por ambos. A décima quarta sugestão demonstra: “Ao lhe

ensinar sobre opressão, tenha o cuidado de não converter os oprimidos em santos”: alerta para perceber a dignidade e não a santidade das pessoas. Por fim, a décima quinta sugestão dedica: “Ensine-lhe sobre a diferença”: considerar a diferença como diversidade, corresponde a realidade da vida em sociedade.

A inspiração para pesquisar as narrativas femininas contemporâneas surgiu da observação das raízes históricas de gerações de mulheres silenciadas em lugares, mas refletidas em caminhos, linhas, curvas, sons, suores, cores do cotidiano. A origem dessa temática está relacionada a curiosidade em revelar relatos que representam lutas, conquistas, construções afetivas e conexões intergeracionais da feminilidade reprimida e da resistência feminina em percursos e trajetórias compartilhadas pelos traçados, trajetos, gritos de amor e de dor que embalam redes de apoio entre mulheres. Questionamos nossa vivência como mulheres quando nos percebemos perpassadas pela dimensão de etnicidade e classe, sentimos a necessidade de entender a subjetivação feminina, marcadas por experiências diversas, complexas que precisam ser ditas, ouvidas, ecoadas.

Nos inspiramos em mulheres que lutaram e resistiram, sobreviveram e incentivaram outras mulheres no processo de estudo, ensino e escrita, mediando a educação como forma de transformação social e contribuindo para a autonomia, o empoderamento e protagonismo das mulheres. As reflexões sobre a história da vida das mulheres no Brasil remontam à ancestralidade feminina da realidade social no cotidiano, ignoradas na Historiografia oficial, de onde advém a necessidade de revelar a história não contada, para evidenciar a memória, dar visibilidade, reconhecer o esforço individual e coletivo das mulheres brasileiras, sobre suas condições e revoltas às situações as quais foram submetidas. Mulheres indígenas, negras, brancas, pobres, ricas, resistiram aos colonizadores, patriarcais, opressores, lutaram pela transformação das regras impostas ao feminino. As mulheres se posicionaram contra as subordinações, foram as responsáveis por conquistas dos direitos civis, sociais e políticos.

O processo de autonomia, empoderamento e protagonismo demanda reconhecer, aceitar, vivenciar, revisar, agir, buscar sensação de transformação, expressar o seu lugar que são capazes de fazer. Saber quem são individual e no coletivo, conseguir se ouvir, ser dona da

própria vida, não de várias coisas ou pessoas, alguém que toma as rédeas da situação. Implica perceber que a história da outra é semelhante à sua; ajudar outras mulheres a construírem seus projetos de vida. Nesse processo, é necessário as mulheres perceberem os limites, reconhecerem suas atividades: o que eu quero, posso, devo, lido, dou conta, o que é meu e ninguém tira. Situar o processo de mudança diante da própria história, ver de dentro para fora, perguntar se está seguindo o fluxo ou vivendo. Viver a vida, sendo, acontecendo, escrevendo versos, cantando estrofes, ocupando lugares, dançando, rindo, existindo e resistindo. Diante desse lugar e condições, as mulheres reagiram e enfrentaram um sistema social, ideológico, político, jurídico e religioso de opressões, violações, ameaças e abandonos. É preciso continuar essa trajetória de lutas e resistência.

O processo de subjetivação feminina ocorre permeado pela percepção da identidade, de quem somos quando buscamos nos encontrar. Dentre tantas perdas movidas por definições, negações, e violações, a resistência e a resiliência perpassam o caminho em busca do autocuidado e dos limites ao outro. Cada uma e todas nós precisamos achar o equilíbrio na condução das próprias histórias, ser Dona de Mim, como nos diz Iza, na música acima, nos indica que podemos ser quem quisermos, é nosso processo de autonomia, empoderamento e protagonismo de ser dona da própria vida.

*Já me perdi tentando me encontrar, já fui embora querendo nem voltar
 Penso duas vezes antes de falar, porque a vida é louca, mano, a vida é louca
 Sempre fiquei quieta, agora vou falar, se você tem boca, aprende a usar
 Sei do meu valor e a cotação é dólar, me perdi pelo caminho, mas não paro não
 Já chorei mares e rios, mas não afogo,
 Sempre dou o meu jeitinho, é bruto, mas é com carinho
 Porque Deus me fez assim, dona de mim
 Deixo a minha fê guiar, sei que um dia chego lá
 Já não me importa a sua opinião, o seu conceito não altera a minha visão
 Foi tanto sim que agora digo não
 Quero saber sobre o que me faz bem papo furado não me entretém
 Não dê limite que eu quero ir além, porque a vida é louca, mano, a vida é louca
 Música Dona de Mim - Iza*

4 PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO FEMININA E A HISTÓRIA DAS MULHERES

*Drão, o amor da gente é como um grão, uma semente de ilusão
 Tem que morrer pra germinar plantar n'algum lugar
 Ressuscitar no chão nossa semente
 Quem poderá fazer aquele amor morrer nossa caminhada?
 Dura caminhada pela estrada escura
 Drão, não pense na separação
 Não despedace o coração, o verdadeiro amor é vão
 Estende-se infinito, imenso monolito, nossa arquitetura
 Cama de tatame Pela vida afora
 Drão, os meninos são todos são
 Os pecados são todos meus
 Deus sabe a minha confissão, não há o que perdoar
 Por isso mesmo é que há de haver mais compaixão
 Quem poderá fazer aquele amor morrer
 Se o amor é como um grão?
 Morre e nasce trigo, vive e morre pão
 Música Drão -compositor Gilberto Gil*

Escolhemos nesse tópico essa música para inspirar a caminhada da escrita solitária e solidária de nascer e renascer a cada dia, melhor, mais forte e resistente, viva como semente, como grão que germina e floresce. Das narrativas que compartilhamos, questionamos sobre a incorporação dos simbolismos de construções inculcadas nas mulheres, das negativas do corpo, da sexualidade, da maternidade, do casamento, dos divórcios e separações. Compreendemos que é o sentimento de amor o que impacta a vivência afetiva dos relacionamentos. Consideramos que a condição para o amor livre, a ser compartilhado com o outro é a percepção de amor a si mesma, posterior a isso observamos discursos e práticas ofensivas e violentas que perpassam a subjetividade feminina.

Neste capítulo visamos responder ao objetivo de explicar a influência do processo de subjetivação das mulheres, os modos de produção do feminino e as formas de resistência feminina em suas famílias. Buscando responder a questão geradora deste capítulo apontamos a seguir algumas reflexões a partir da História das Mulheres, das teorias feministas, do pensamento feminista negro, da interseccionalidade e da Colonialidade/Modernidade. A escolha por esses referenciais seguiu o próprio percurso de aproximação com essas perspectivas, portanto, a definição dessa trajetória investigativa representa o próprio processo de conhecimento e discussão das abordagens como forma de responder aos objetivos. Assim, ao nos perguntarmos sobre quais autores(as) explicam os fenômenos ora estudados, foram os(as) escolhidos que consideramos uma coerência de pensamentos.

4.1 O amor está ligado a tudo, amar é uma decisão, é uma escolha

Ao dialogarmos com as mulheres percebemos a conexão entre as compreensões de amor e sexualidade, casamento e maternidade. Associamos a discussão pautando como questão geradora: O que significa o sentimento de amor? Como você observa sua sexualidade? Apresentaremos a seguir os relatos sobre esses conceitos que perpassam as identidades femininas e representações sociais.

Apontamos a definição de amor para elas com o relato de Oliveira.

OLIVEIRA: Eu amo meu marido, to com ele até hoje, desde o 16 anos, não tive outros homens, foi amor à primeira vista, me apaixonei pelas pernas cambota dele, eu vi e gostei porque era perna de jogador, meu marido jogava bola, eu não sabia o rosto, nem nada, mas me apaixonei. Eu tava sentada, ele contou que falaram pra ele de uma menina na casa de fulana, para ele passar lá pra ve. Na época ele tem tinha 20 anos, estava saindo de uma separação, ele tava paquerando comigo, mas eu não quis, a gente começou a ficar, namoramos. Teve um dia ele disse que meu pai não queria que eu namorasse, porque ele era namorador, ele me proibiu, se eu ao meno chegasse perto, dele ver eu com ele, eu ia ver o peso da mão dele. Minha mãe foi mediar, meu pai viu nós dois, me deu um tapa, foi a primeira vez que me bateu, eu enfrentei, eu disse que não ia deixar ele. Meu pai saiu com uma arma atrás dele, me prendeu no quarto, eu disse pode me matar porque se não eu vou atrás dele. Meu pai teve que aceitar calado, ele não sabia que eu tava grávida. Eu casei, e quem cuidou do meu pai doente foi meu marido. Então, o que fez isso foi o amor, eu sinto amor pelo meu marido, paixão, desde a adolescência, eu namoro com ele, as vezes demora porque não tem tempo, as coisas são difíceis, mas somos felizes. A mãe dele falou pra mim assim: como não quero pra minhas filhas não quero pra você, pra filha dos outros. Ele era namorador, mas foi um conquistar, se gostando, se amando, estamos até hoje. Não tem sentimento melhor do que você saber que é amada, eu sou mais brincalhona, extrovertida, ele é mais calado, na dele. Na minha doença de covid, minha filha disse que ele desabou no choro, pro meu marido chorar é muito grave, eu chorei quando soube disso: ah você chora por que seu marido chorou por você? Sim. Quando me internei o chão dele desabou, se eu fizer algo e não avisar ele já fica irritado. Eu acho que é possível se relacionar sem casar, mas eu preciso de casa. Quando a mulher não se ajeita, o homem vai arrumar outra fora de casa. O homem pode ter tudo dentro de casa, a casa arrumada unha feita e o homem procura fora de casa. A mulher trai quando é rejeitada e excluída pelo homem e quando não se sente amada, ela vai atrás de outro. Eu sou mais simples, não é caipira, sou eu mesma, não gosto de me arrumar.

Oliveira narrou com muita emoção sobre como ainda se sente apaixonada por seu esposo, namorado, amigo. Fizemos uma atividade em que as mulheres levaram as fotos

delas jovens, e Oliveira foi a única que representou com as fotografias as imagens de sua juventude, das festas de ritos de passagens como batismo, primeira comunhão, casamento. Afirmou que não conseguia se imaginar sem o seu marido.

Já Araújo nos revela outra perspectiva sobre o amor.

ARAÚJO: O amor está ligado a tudo, eu vejo o amor em tudo, eu li e entendi o livro: As 5 linguagens do amor. Ele fala sobre a forma de ver e perceber o amor. Eu aprendi a identificar isso ao longo da vida. Eu não era tão próxima da minha mãe, a gente se aproximou com o trabalho, eu não entendia a linguagem de amor, nossa linguagem de amor é presentear, é diferente e indireta, não é de falar, mas é amor, ela me amava apesar de não ser senso comum. Eu sinto amor por amigos: eu tenho um amigo que ele me abraça; eu acho estranho. O amor é duro, não é da forma como a gente quer, amar é uma decisão, amar não é fácil. Meu relacionamento com meu pai é difícil, a gente não se bate, eu não gosto dele, mas eu o amo, a gente não se dá bem, mas apesar de tudo, eu sou capaz de tudo por eles. É uma escolha. Amor próprio é diferente; tem que se perguntar se vale a pena investir, de abrir mão de si pelo outro. O amor é muito avassalador, tudo ou nada, 8 ou 80, eu não percebia isso, abria mão de tudo, hoje eu penso diferente, eu to aprendendo isso, a me colocar em primeiro lugar, o amor é necessário para viver, se você não ama as coisas, não tem graça. O amor faz você chorar, a gente aprende e a gente vivi, é bom chorar de amor, chorar de tristeza e aprender com o amor. Eu preciso sentir desejo, vínculo para me relacionar. Mas tem pessoas que se relacionam por outros motivos: pressão social, aparência, status, mostrar algo para alguém, preencher vazios, carência, material. Tive um relacionamento que me sufocava, mas demorou pra eu perceber isso.

Araújo nos apresenta uma visão diferente sobre o amor, fala no amor incondicional e no sentimento vivenciado de outras formas, não platônico, mas sagrado em sua concepção e real nas atitudes, ampliando o amor aos amigos e a família também. Quando falamos sobre o tema do amor, foram associadas às perspectivas de sexualidade.

Um termo comum usado pelas mulheres foi o ajuntamento para designar a união estável, quando moram juntos mas não se casam. Outro tema recorrente foi a traição dos homens e as justificativas de responsabilização das mulheres pela traição masculina apontando que o homem não está satisfeito em casa, ele busca interesse e prazer fora do lar, na rua. Discordamos dessa visão naturalizada pelo senso comum apontada, pois acreditamos que reflete o sexismo, o machismo e o patriarcado.

Realizamos a vivência da posição do poder para as mulheres: fazer a pose da

personagem mulher maravilha como possibilidade de assumir o controle das situações. Percebemos uma diferença na percepção do amor entre as gerações. As mulheres casadas associam a dimensão de encontrar o grande amor e casar, manter o ideal pra vida toda, exceto em situação de violência, que precisem separar. As participantes mais jovens veem esse aspecto real, podem amar e se relacionar sem precisar casar.

Entre as proibições e limites do amor, há chance de viver uma paixão. Vieira nos indica em suas narrativas como entende a sexualidade.

VIEIRA: O amor é consideração, respeito, eu casei aos 17 anos, com meu primeiro marido; hoje eu amo meu marido atual, gosto dele, mas sinto que tem coisas que não faço mais, só tive um amor na vida, ele gosta de mim mais do que eu dele. Ele é muito bom. Deixo ele gostar mais de mim do que eu dele, deixo ele a vontade, a gente conversa muito. Não tem coisa melhor do mundo do que amanhecer o dia e alguém perguntar o que você quer, apesar de eu ser muito azeda com ele. Eu digo que ele tem que aprender a se virar sem mim, fazer comida, ele chega em casa e eu digo: amor, a comidinha ta feita, vá comer sem mim, não me espere não. Eu me ajeito, me depilo, faço unhas, eu ajeito meu marido todim, depilo ele, faço unhas, cuido dele direitinho. Eu sou linda e gostosa. Eu sou feliz no meu casamento atual. A gente se dá muito bem.

Vieira nos contou feliz sua história de superação em relação ao amor e a sua sexualidade. Sua primeira experiência de relacionamento foi sofrida e apenas na segunda conseguiu viver uma relação amorosa com respeito e prazer, todavia ainda se coloca na posição e função de cuidado com o esposo.

Odorico nos aponta também a ressignificação da experiência da sexualidade.

ODORICO: O amor significa respeito e confiança, para um relacionamento mais profundo, se vai ter uma relação longa como um casamento. Eu já senti esse amor por alguém, mas eu amei ele mais do que ele me amou, o amor foi acabando por desconfiança e mentira, quando perde a confiança o amor acaba. Eles me amaram do jeito deles, eu já amei vários homens, mas amor mesmo de verdade eu senti por dois. Sentir amada é bom demais, você se sente mais jovem, mais alegre, mais leve, tudo ta bom. Casar e constituir família, ser companheiro, dividir o problema, crescer os dois juntos, o bem querer, a paixão. Não sou casada, nem nunca fui, a pessoa que mexeu comigo queria casar mas eu não quis. Quando a mulher se arruma já diz: tem homem ai, a mulher acochadinha, arrumadinha, o homem não olha, a mulher dele desarrumada, ele olha a mulher arrumada do outro. Eu me enfeito é pra mim, me arrumo é pra mim. Eu gosto de andar cheirosa e gosto de homem cheiroso também, não importa se é bonito, mas se é cheiroso. Eu sou linda, gostosa, maravilhosa.

Odorico nos revela sua percepção sobre o amor a partir do fomento ao respeito e do

cultivo da confiança como condição para se sentir realizada e satisfeita. Considera que tem muito amor para doar, que não quer ser presa à estrutura do casamento, mas quer se relacionar com as pessoas de forma livre. Afirma se que valoriza, se cuida e se ama.

Quanto ao aspecto da sexualidade feminina, esse foi o tema mais inacessível. Houve conexão com a vivência do amor e do casamento, mas as mulheres não falaram sobre sua sexualidade abertamente. Permeadas por valores, por discursos, por práticas, a vivência significativa de sua sexualidade é perpassada por construções sociais e culturais e a percepção da presença do outro. Questionamos por que existe a dificuldade de perceber a vivência de suas sexualidades. Ao mesmo tempo elas se percebem comumente como desejadas sexualmente.

Sobre o tema da sexualidade feminina, essa temática apareceu permeada aos temas de amor e casamento. Analisamos que a atitude das mulheres ao não expressarem diretamente sobre sua sexualidade indica um dado sobre a dificuldade que pode estar relacionado às próprias vivências em suas famílias. Embora as participantes mais jovens tenham reportado sobre a importância de reconhecimentos dos próprios desejos e sentimentos, observamos um possível fator cultural religioso geracional quanto a dificuldade das falas. As mulheres mais maduras associaram as experiências sexuais ao matrimônio, enquanto outras que já casaram e separaram, indicam a relevância de percepção de viver o prazer sexual associado aos relacionamentos afetivos. Houve prevalência da sexualidade e da caracterização da orientação sexual como cisgênero heterossexual, não houve manifestação quanto a sexualidade lésbica, bissexual, transsexual, bissexual, queer, intersexo, assexual, pan/polissexual ou não-binárias. Ressaltamos que esse dado constitui um recorte e não revela por completo a totalidade da realidade das mulheres que vivem no território analisado.

Acrescentamos a essas pontuações, a perspectiva desenvolvida por Giddens (1993) sobre a sexualidade, tema com relevância pública que inclui componente biológico, domínio da revolução sexual, devido ao potencial para liberdade, a reivindicação da igualdade de gênero. Aponta que as mulheres comuns da vida cotidiana e os grupos feministas, foram pioneiras em mudanças das potencialidades dos relacionamentos, diante da igualdade sexual

e emocional, das relações de sexo. Informa que o amor romântico está na origem do relacionamento puro, afetou as mulheres, ao criar e colocar um lugar, induzir um compromisso com o machismo da sociedade moderna.

Giddens (1993) apresenta o termo sexualidade plástica que significa a sexualidade descentralizada, liberta das necessidades de reprodução. Teve origem no século XVIII, com a dimensão da família, a difusão da contracepção moderna das tecnologias reprodutivas, foi liberta da regra do falo, da experiência sexual masculina, trouxe a reivindicação da mulher ao prazer sexual. Contextualiza a história das sociedades modernas destacando as buscas emocionais sexuais dos homens, separada das identidades públicas; evidencia o controle sexual dos homens sobre a vida social das mulheres; explica que a falha do controle indica o caráter compulsivo da sexualidade masculina, gera violência dos homens sobre as mulheres. Relata que a transformação da intimidade ocasiona uma influência subversiva sobre as instituições modernas; indica as mudanças revolucionárias de realização nas práticas sexuais.

De acordo com Giddens (1993), Foucault desenvolve uma teoria sobre os dispositivos da sexualidade, essa categoria corresponde a ponto de transferência para as relações de poder, indica o “controle social da energia de poder que gera; o sexo é produzido por conhecimento, discutido e investigado; luta pela liberação sexual, produz o mecanismo de poder que denuncia, a sexualidade foi tratada como tabu, fortalecendo os discursos que a criaram” (GIDDENS, 1993, p. 28).

Para Giddens (1993) as culturas e civilizações tradicionais fomentaram as artes de sensibilidade erótica, a sociedade ocidental moderna desenvolveu a ciência da sexualidade, esta surgiu do princípio da confissão e do conhecimento sobre sexo. A sexualidade é fundamental ao regime da verdade característico da modernidade. No século XIX, com a criação de discursos sobre sexo, contexto de poder e conhecimento sobre as mulheres, a sexualidade feminina foi reconhecida e reprimida, a descoberta da sexualidade das crianças, o casamento e a família, o sexo controlado, a disciplina do prazer. A invenção da sexualidade ocasionou a formação das instituições sociais modernas; a consolidação do estado, o controle da população, tecnologias de controle do corpo humano.

Apresentamos essas proposições como norte para discorrer sobre as categorias teóricas em relação a História das Mulheres e as teorias feministas, buscando localizar nas leituras como relacionar as demandas apresentadas pelas mulheres. Utilizaremos o diálogo com as pensadoras feministas para apontar a construção do processo de visibilidade da luta pelos direitos das mulheres.

As interlocuções entre História das Mulheres e estudos de gênero pautaram a representatividade das mulheres nas fontes historiográficas, evidenciando a escassez dos testemunhos, a crítica das representações ideológicas femininas. A História das Mulheres possui um sentido político, que inclui o reconhecimento público das mulheres na história, das narrativas com representatividade feminina nos acontecimentos. Foi articulada à História da Família, aos estudos demográficos, das representações femininas sobre a família e a vida privada. Utilizamos o termo representação para reconhecer a construção social do simbólico, sobre o individual e o coletivo, a realidade social e o contexto cultural. Esse conceito articula a dimensão da subjetividade, a construção da identidade e da diferença, demarca singularidades, universalidades e particularidades.

As conceituações da História das Mulheres sobre as relações de gênero e poder permitiu revisitar a história, a memória, a sociedade, o cotidiano, repensar a visão androcêntrica e colonialista da historiografia, trazendo explicações sobre os sujeitos invisibilizados pela historiografia oficial. A História das Mulheres buscou a legitimidade para o conceito de gênero, da distinção entre os *women's studies* e os *gender's studies*. A ampliação das conquistas feministas, nos discursos e práticas na sociedade contemporânea, articulou-se o movimento "*women's liberation*", com reivindicações contemplando o movimento de mulheres negras, contra a opressão patriarcal, sexista e racista.

As posições teóricas feministas, conceituada na Europa e nos Estados Unidos dialogam com os movimentos *Black Feminism* e a *Radicalesbians*, com críticas ao heterossexismo, ao sexismo étnico, ao patriarcado, pautando a subjetividade feminina. Os feminismos correspondem a um fenômeno social e cultural sobre a luta em defesa dos direitos das mulheres, se desenvolveram conforme os períodos históricos; remontam às lutas

das mulheres pelos direitos femininos por voto, educação, trabalho, igualdade, contra os discursos dominantes da vida social na sociedade capitalista, patriarcal, sexista.

As pensadoras feministas quebraram silêncios ao registrar as suas experiências de vida. A escrita feminina foi oprimida, apagada, desviada, excluída de sua originalidade pelo machismo e sexismo presentes na historiografia oficial. As escritoras feministas visibilizaram a oralidade e a escrita feminina, contribuindo para a manifestação das perspectivas transgeracionais, éticas, teóricas e políticas. Reconhecemos na História das Mulheres, a contribuição das pioneiras militantes que pautaram a luta do feminismo e do pensamento negro, cada uma em seu modo, seu campo, seu lugar, sua atuação nos períodos históricos.

Nas Ciências Humanas e Sociais, os estudos feministas e de gênero dialogam com a História das Mulheres, diferenciando os termos sexo, gênero e sexualidade. Os estudos sobre famílias se ampliaram no século XX, com as contribuições teóricas da Filosofia e da Antropologia, rompendo as representações dominantes da família como uma instituição natural e generalizada e compreendendo como instituição social e histórica. Autores como Henry Morgan, Jakob Bachofen, Friedrich Engels, Sigmund Freud, definiram a família como objeto de estudo da Ciência. As análises das relações familiares no contexto histórico brasileiro indicam contribuições: da teoria freudiana; sociológica, da corrente funcionalista.

Os estudos de gênero consideram as contribuições da Filosofia da Diferença, abordagem histórica, cuja teoria sobre o conceito de subjetividade é desenvolvido por Gilles Deleuze, Felix Guattari e Michel Foucault. Em relação aos modelos de famílias, os teóricos da Escola de Frankfurt, especialmente Adorno e Horkheimer, buscaram compreender a construção da subjetividade e da personalidade no âmbito da família. Conceituaram os tipos de família como o lugar para a adequação social. Denunciaram a família como instituição reprodutora de ideologias conservadoras e dominantes, de subordinação à autoridade paterna. Consideraram a família como o lugar de autonomia dos indivíduos. Em relação aos aspectos epistemológicos, os estudos feministas das mulheres ressoam com os filósofos da diferença. Compreendemos as contribuições de Foucault sobre o processo de subjetivação, que resulta das práticas discursivas e das tecnologias disciplinadoras que normatizam.

Os Estudos Feministas e os Estudos Culturais compreendem que os sujeitos possuem identidades plurais, múltiplas, que se transformam, que são contraditórias. A apropriação do gênero possibilita a compreensão sobre a identidade dos sujeitos, uma temática recorrente nas reflexões sobre histórias pessoais e coletivas das sociedades. O uso do termo gênero, no âmbito dos paradigmas teóricos, tem por base as formulações feministas produzidas pelas articulações entre as teorizações pós-estruturalistas, constituídos no contexto social e político. As feministas e pós-estruturalistas criticam os sistemas explicativos da sociedade, problematizam os modos de organização social central.

Dentre as principais correntes filosóficas e perspectivas teóricas sobre a constituição do sujeito, a formação da subjetividade, consideramos os apontamentos de Foucault sobre a sexualidade, as relações de poder entre homens e mulheres. Os estudos de gênero indicam a complexidade sobre a vida das mulheres, problematizam as perspectivas sobre a subjetividade, pautando a intersecção com as dimensões social e cultural, os discursos, ideologias e relações de poder. O termo gênero emergiu nos anos 1960, na área das ciências sociais e das ciências humanas nos Estados Unidos, com trabalhos de Robert Stoller. O feminismo buscava um afastamento do determinismo biológico do conceito de gênero, através de autoras como Margaret Mead e Simone de Beauvoir. Nos anos 1960, pautaram-se a desigualdade de gênero, a sexualidade das mulheres, a família, os direitos reprodutivos e as condições de trabalho, as preocupações sociais e políticas, as construções teóricas e intervenções práticas, sobre o conceito de gênero, as lutas pelos direitos civis, sexuais e reprodutivos das mulheres.

Na década de 1970, a crítica ao etnocentrismo, as lutas anti-colonialistas, a emergência das feministas negras, os estudos de gênero dialogaram com os estudos feministas, pautando a visibilidade das mulheres, questionando a universalidade da categoria mulher. Com o pós-feminismo dos EUA, emergiram as teorias pós-coloniais, como os estudos transgênero. Os estudos das relações de poder articularam questionamentos sobre a dominação de classe, raça/etnia, de geração e de orientação sexual. Com o pós-modernismo, as construções sobre história do sexo e do gênero foram propostas pela filósofa Judith Butler,

que problematizou a categoria de gênero, descaracterizou o binarismo e o dualismo da relação sexo-gênero, definiu a performatividade do gênero, possibilitando as críticas da cultura, com as elaborações das Teorias Queer.

Nos anos 1980, as feministas atuaram junto aos partidos políticos, como campo de reivindicações, e com a participação nas instâncias governamentais. Nesse período, ocorreu a introdução do conceito de gênero no país, nas instituições do Estado, na academia, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil. Com a reivindicação por afirmação da identidade, ocorreu a reorganização das categorias mulheres, sexo-gênero, raça-etnia e classe social, dos conceitos de papéis, funções e configurações do feminino na vida biológica, política e social.

Os estudos de gênero dialogam com os estudos de raça e etnicidade, classe, geração, deficiências, a depender do contexto histórico, cultural, social. O termo etnia ou grupos étnicos possui uma aceitação acadêmica em relação a crítica de análise dos conceitos de raça. Etnia corresponde as características culturais comuns a um determinado grupo social. Um dos temas associados aos estudos de mulheres é a definição de identidade de gênero, que dialoga com etnia e classe, como estruturantes da vida social humana. No Brasil, os movimentos feministas reivindicavam a igualdade das mulheres, a anistia e a abertura democrática, ampliaram espaços sociais e políticos através das publicações acadêmicas e produções culturais, grupos de estudos, diálogos transdisciplinares, a criação das organizações políticas governamentais e não-governamentais.

Nos anos 1990, os estudos feministas pautaram a diversidade da categoria mulher, indicando a relação com as questões culturais, étnicas, sociais; os modos de subjetivação, o feminino, a feminilidade. Nessa fase, a epistemologia pós-estruturalista, pós-feminista, questiona o naturalismo e essencialismo, de sexo e gênero, ressignifica a sexualidade das mulheres, pontua a política do desejo, as mulheres como sujeito político e a apropriação das subjetividades, questiona as dimensões do corpo. As lutas feministas visibilizam o ocultamento da contribuição das mulheres no percurso histórico da humanidade, a segregação social e política sobre a invisibilidade do sujeito mulheres. Demarcam o caráter político dos

pensamentos e posicionamentos, problematizam a subversão, a transgressão, recorreram às histórias de vida; origem do lugar social das mulheres. Diferenciam o determinismo biológico das categorias de análise gênero e sexo e acentua o caráter social dessas conceituações analíticas e ferramentas políticas sobre gênero.

Os estudos de gênero possibilitaram as pesquisas interdisciplinares de desconstrução das relações sexo-gênero, pontuando as relações históricas e hierarquias de poder. Influenciadas pelo pós-estruturalismo e por Foucault, as feministas pautaram a diferença entre os sexos e as relações de poder, contrariando as afirmações da ciência, da política, da história sobre a natureza biológica do sexo, dos corpos e identidades heteronormativas. As referências autobiográficas defenderam as questões identitárias, cresceram as perspectivas sobre a ressignificação da experiência das narrativas da própria vida. As pesquisas no campo epistemológico das ciências humanas e da educação, cujos domínios das narrativas contribuem para as relações de gênero, refletem a desigualdade entre homens e mulheres na sociedade, criticam as práticas sociais e as relações sociais de sexo.

Após esse breve percurso dos estudos sobre a História das Mulheres, sobre gênero e teorias feministas, em caráter informativo, apresentamos que existem várias categorizações sobre os feminismos.

Hollanda (2019) na obra *Pensamento feminista: conceitos fundamentais* faz uma retrospectiva do histórico de emergência das discussões sobre gênero, destacando as autoras clássicas e as discussões emergentes na atualidade. Aponta as mudanças nas últimas décadas sobre essa construção dos conceitos de gênero, tanto na academia quanto nas lutas ativistas dos movimentos sociais e políticos. Infere que na década de 1960, ocorreu a passagem do conceito de identidade para a questão de gênero, de caráter relacional e cultural. Nos anos 1980 o avanço desse pensamento se consolida com a terceira onda feminista. Nessa época, as tendências teóricas refletiram a formação nas universidades e centros de pesquisa, como campo de produção do conhecimento. Informa que na construção das teorias de gênero, as feministas pautaram os conflitos, as possibilidades e perspectivas enquanto categoria de análise. No século XXI, no campo dos estudos feministas, ocorre a transformação das

vertentes, da lógica binária e da sexualidade. Discorre sobre o feminismo negro para explicitar os principais conceitos e romper com o separatismo do feminismo branco. Nesse cenário, considera as opressões de raça, classe e gênero, critica a hierarquia das opressões, busca romper a separação criada numa sociedade desigual, apontando marcos civilizatórios e modelo de sociedade.

Hollanda (2018) na obra *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*, narra sua história para representar e visibilizar as autoras feministas. Recordando que rompeu barreiras, desafiou posturas, enfrentou obstáculos na academia e no cotidiano das ruas. Destaca sua paixão interpretativa e instrumentos analíticos com as relações de poder entre homens e mulheres e o interesse pelas figuras matriarcais nordestinas. Contribuiu para a revista estudos feministas, um canal para veicular os discursos sobre identidade e estudos de gênero. Se considera uma feminista de 3ª onda, cujas preocupações nesse período eram: definição de mulheres, interseccionalidade, opressão feminina. Informa que foi militante acadêmica, visava descolonizar a universidade, sua missão intelectual era dialogar com novas vozes e saberes, políticas e o trabalho com mulheres.

Participou na década de 1960 como militante dos movimentos sociais, da UNE, dos CPCs, da oposição a ditadura militar, da luta feminista com defesa do direito ao corpo, ao aborto, a liberdade sexual, ao fim das desigualdades no trabalho e nas famílias. Aponta que os feminismos concentraram as lutas nas creches, no trabalho, contra a violência, no enfrentamento das desigualdades sociais, com a cultura de resistência, a mobilização pelas diretas já, criando ferramentas institucionais para aprovar as políticas públicas para as mulheres, a implantação do conselho nacional dos direitos das mulheres, as delegacias especializadas para mulheres. Em 1988 com o lobby do batom, ocorreram mobilizações e conquistas para as mulheres; na academia houve a institucionalização dos estudos feministas

Hollanda (1994) na obra *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*, estuda sobre os Feminismos em tempos pós-modernos, destacando que a epistemologia é perpassada por crises, instabilidade, desprestígio das narrativas. Identifica que a tendência teórica inovadora e o potencial crítico e político do pluralismo neoliberal pauta a

desqualificação do trabalho feminista. Já a cultura pós-moderna apresenta vozes feministas. Na década de 1970 os movimentos anticoloniais, étnicos, raciais, de mulheres, homossexuais, ecológicos, emergentes, desenvolveram preocupações com a alteridade; questões de identidade e diferença; os estudos das teorias críticas feministas apresentaram a categoria de gênero substituindo a de identidades.

Com base nas contribuições de Hollanda (2019), sobre estudos feministas globais e nacionais, descrevemos brevemente a caracterização da sequência das etapas do movimento feminista a seguir.

A Primeira Onda Feminista: faz referência ao período no final do século XIX e início do século XX, desenvolveu-se em países como França, Reino Unido, Canadá, Países Baixos e Estados Unidos. A defesa por igualdade entre os sexos, de direitos entre homens e mulheres nos âmbitos intelectual, filosófico e político, a luta contra padrões tradicionais, conservadores, opressores e sexistas. O movimento se consolidou com protestos e campanhas contra as diferenças contratuais, de propriedades, contra os casamentos arranjados, pelo poder político, o direito ao voto, os direitos sexuais e reprodutivos, pelo próprio corpo, pela igualdade jurídica, o acesso à instrução e às profissões. Nesse período, defendeu o fim do colonialismo europeu na África, no Caribe, na América Latina e no Sudeste Asiático.

A Segunda Onda Feminista: diz respeito ao período entre a década de 1960 a 1980, apresentou uma perspectiva de continuidade da primeira etapa, as mulheres reivindicaram direitos de igualdade e contra a discriminação, assumiu o slogan: “O pessoal é político”, criado por Carol Hanisch. Apontou problemas culturais e políticos, o combate às estruturas sexistas de poder. Ganhou evidência com o slogan “Liberação das Mulheres” nos Estados Unidos. Criticou a associação que limitava as mulheres à maternidade e a função de donas de casa e dos filhos. Questionou a oportunidades para o trabalho para as mulheres. Expandiu os movimentos sociais, as manifestações hippies e estudantis, os manifestos contra a guerra do Vietnã e os movimentos de resistência contra as Ditaduras Militares na América Latina. Questionou a discriminação de gênero, a política de respeito às diferenças e de igualdade de direitos entre os sexos, visibilizou o machismo, apontou a revolução sexual com o

surgimento do primeiro anticoncepcional, pautou a superação da isenção conjugal nas leis de estupro. As mulheres das antigas colônias criticaram o feminismo ocidental tradicional eurocêntrico e etnocêntrico, e defenderam os feminismos pós-coloniais. Os slogans das manifestações foram “diferentes, mas não desiguais”. Ocorreram protestos célebres como a queima dos sutiãs, nos EUA. A ONU declarou o ano de 1975 como o ano internacional da mulher e a década até 1985, como década da mulher.

A terceira Onda Feminista: compreende o período a partir da década de 1990 com tensionamentos e questionamentos dos direitos, fortalecendo as conquistas e disseminando as práticas sociais e culturais de garantia e ampliação dos direitos para as mulheres. A Quarta Onda feminista: com repercussão no século XXI, compreende a nova geração política de outras feministas, estratégias, organização, autonomia das mulheres de forma horizontal, sem liderança e com protagonismo, baseada na narrativa de si, experiência pessoal e coletiva, valorizando a as vozes das ruas e das redes sociais.

Os feminismos contribuem para mudanças na cultura, na vida social, na produção de formas de subjetividade para as mulheres, criaram “estéticas feministas da existência”, a noção de “cuidado de si”. A feminização cultural, resultante dos movimentos feministas, possibilita novas formas de existência feminina, opondo-se às forças misóginas, sexistas, racistas, capitalistas, patriarcalistas, sugerindo uma forma de viver solidária, feminista, individual e coletiva. A necessidade de inclusão das mulheres no campo da historiografia revela a presença feminina nos acontecimentos históricos, amplia as perspectivas discursivas sobre o sujeito, desconstruindo a universalidade masculina. As realidades sociais e culturais, as vivências no cotidiano interferem em como as mulheres se tornam quem são, por isso a importância de encontrar referências e representatividade para serem vistas e acolhidas com solidariedade, companheirismo e sororidade. Pautamos o sentimento das mulheres fomentarem entre si a sororidade como acolhida, empatia, união, superando a lógica sexista e patriarcal de concorrência entre si. Se reconhecer em outras histórias, ajuda a inspirar outras mulheres, dar visibilidade para constituir as referências de outras mulheres.

4.2 O processo é construção, eu estou construindo a pessoa que quero ser

*Como esta noite findará e o sol então rebrilhará
 Estou pensando em você
 Onde estará o meu amor ? Será que vela como eu?
 Será que chama como eu ? Será que pergunta por mim?
 Onde estará o meu amor ? Se a voz da noite responder
 Onde estou eu, onde está você, estamos cá dentro de nós, Sós.
 Se a voz da noite silenciar
 Raio de sol vai me levar, raio de sol vai lhe trazer
 Onde estará o meu amor?
 Música: Onde estará o Meu Amor, de Chico César.*

Escolhemos começar esse tópico com a letra dessa música para compreender o tema da subjetivação, porque pensamos sobre como manifestamos nossos sentimentos e pensamentos sobre as relações afetivas, visando romper padrões sexistas, discriminatórios, preconceituosos, violentos. Nos perguntamos quem somos, quem é o outro que nos relacionamos, ser nós em pares, sem perder a individualidade, a singularidade, compartilhar experiências, vivências e afetos, o amor a si e ao próximo.

Observamos a partir da vivência dos grupos com as mulheres que a percepção do amor está vinculada aos relacionamentos afetivos formais como a preocupação com o casamento. Apesar de verem as experiências negativas das mulheres das famílias quanto ao casamento, ou vivenciado relacionamentos abusivos quanto eram casadas, as mulheres não desistiram do casamento, elas consideram uma experiência que todas as mulheres podem ter. Usamos a questão geradora sobre Casamento: Como você compreende o casamento?

Observemos a resposta sobre o casamento, conforme o relato de Assunção.

ASSUNÇÃO: pra mim, o casamento significa a liberdade. Minha mãe deixou de passar fome quando casou. Na família da minha mãe as mulheres casaram por necessidade. Meu pai me obrigou a casar. Eu casei não sei nem porque, por que eu casei? Era assim doída, maluca, não era mais virgem. Meu namorado fez eu dizer para meu pai, eu contei, ele me expulsou de casa, eu fugi, fiquei junta, com 27 dias, eu casei. Não aconselho isso a ninguém, namorar pouco tempo, não conhecer e já casar. Hoje eu vejo que não aprovo, e se eu conhecesse ele antes, eu não teria casado, ele não gosta de muitas coisas eu gosto, mas eu saio sem ele, ele fica zangado, mas eu aprendi a me respeitar. Eu achava que tinha que respeitar pai e mãe, mas eu aprendi que deveria ter respeito a ele e não fazer o que fazia antes. Se um dia eu ficasse viúva, seria um triste fim, eu viveria muitas coisas que não vivi, que fizeram pra traz, que com ele não posso fazer, eu chamo, ele não quer, não gosta, não vai. Só posso fazer depois que não tiver mais com ele, tipo: viajar, andar de avião, esquecer que preciso voltar pra casa, sair, ir pra festa, conhecer pessoas, ir pro gera, botar pra gerar! Um conselho que

eu dou: case minha filha, tem que viver a experiência do casamento, um não é igual ao outro, viva e seja feliz! Algo que consegui mudar: quando eu me casei, eu mudei a dependência do meu marido, eu servia ele, ele era dependente de mim, queria que eu fizesse tudo pra ele: comida feita, roupa lavada, controle na mão, pasta na escola, toalha na mão, ai eu disse: nao sou sua mãe, não sou sua empregada e você faça suas coisas. As comparações nas famílias sobre as mulheres, não são saudáveis, família não é assim, mesmo que seja mal e ruim, precisa se sentir bem, não é normal uma família que faz mal, as definições prejudicam: namorar, casar, ter filho; o processo é construção; dizem que tem prazo de validade nas relações, no casamento, na maternidade, ser velha demais, mas eu estou construindo a pessoa que quero ser.

Assunção nos conta sobre sua experiência do casamento como promessa para liberdade diante da opressão patriarcal vivenciada em sua família, o seu desejo de desbravar o mundo demandava coragem e atitude e o seu pai não permitia que ela pudesse vivenciar essas experiências. Todavia, passou por dificuldades em seu primeiro casamento até entender que podia ser feliz convivendo com alguém que amasse. Hoje tenta explicar essa diferença para outras mulheres.

A experiência do casamento para Maciel foi diferente, conforme o exposto.

MACIEL: o casamento é difícil, já casei 2 vezes, a convivência é difícil, às vezes pessoas casam e diz: se não der certo a gente separa, mas as vezes isso não é possível, principalmente quando tem filhos, numa separação quem mais sofre são os filhos, a gente quer arrumar a vida, estão infelizes e não pensam nos filhos. Meu primeiro casamento foi muito difícil, eu tive que enfrentar a separação e o divórcio, eu vivi naquele momento que não podia fazer de uma hora pra outra devido aos 4 filhos. Ele era violento, foi difícil mas um dia deu certo, ele arrumou outra pessoa e foi embora, nos deixou livre. Eu fui viver minha vida. Hoje ele já faleceu, depois conheci outra pessoa e arrisquei de novo e casei, esse outro eu posso dizer que tenho um marido, e um relacionamento bem melhor, existe mais compreensão, entendimento, tudo que precisa no casamento: amizade, companheirismo, ainda tem dificuldades, tem que ter maturidade pra aceitar as diferenças. Eu diria que realmente é difícil, mas que a gente não deve pensar que vai encontrar alguém legal, que o amor seja recíproco e ser feliz com alguém, que casem, aquelas que querem, que decidem não casar, é uma escolha, sempre pensando no melhor, não pensando que não vai dar certo, acreditar e ter sabedoria pra viver com o outro. As pessoas tem que casar no momento certo com a vida mais equilibrada, ter dias melhores. Minha mãe dizia: a união vem do fogão, mas nem sempre a união vem do fogão. O amor não enche barriga. Precisa ter o amor e alguma coisa a mais, mais esforço para enfrentar a vida melhor. Na minha família: todas estão casadas, algumas viúvas, casaram e só a morte separou, ou ainda permanecem casadas, era a perspectiva que tinham e passaram pra gente, hoje não está tão

forte, mas antes era uma cobrança da sociedade, hoje meus filhos não são casados, eles vivem com pessoas que gostam, minha filha casou e separou, eles vivem bem e felizes, as mulheres não precisam viver presas a relação que não traz felicidade, segurança, as mulheres sofriam muito, viviam presas, eu vi, aprendi, eu separei, mas demorou, vivia presa mas eu consegui mudar. Elas não percebem porque pra ela esse é o padrão certo. Eles não me cobraram nada, mas eu sempre me vi com um olhar diferente que casei, separei e depois casei de novo. Minha família é muito apegada aos ensinamentos que ele acredita que são verdades que não pode casar de novo, que é pecado, que a pessoa vive infeliz, não pensaram isso, quando minha filha casou e sofreu violência e quis vir embora, eu fui buscar, eu vivi aquilo a vida toda e ajudei a ele na hora a mudar isso, fui cobrada por isso, eu acho que o tempo que saí, fui trabalhar conhecer outras pessoas, ver a vida de outra forma, não precisava passar a vida naquela situação poderia me libertar não posso permitir que um filho meu passar pelo que passei, a dor que sinto pela minha filha eu sinto pela minha nora e pelos meus filhos serem bons maridos, eu digo a minha nora que se meu filho agredir fisicamente é porque já ocorreu muita coisa, chegou ao extremo, eu digo chame a polícia e venha pra dentro da minha casa, se não tiver pra onde ir venha pra cá, que aqui não te agride, se não der certo saia, deixe ele, não viva infeliz!

Maciel apresenta uma história de superação da violência doméstica e a ressignificação do casamento, o cuidado com a sobrevivência e criação dos filhos(as). Considera que o amor não se resume a casar e ter comida, exige respeito entre os pares, e que aprendeu mesmo com a experiência de sofrimento, a amar novamente. Hoje ensina seus filhos a não maltratarem as suas companheiras, se isso ocorrer ela vai ajudar as mulheres.

Quanto ao fenômeno do casamento, destacamos como achado da pesquisa o indicativo da viuvez. Algumas participantes relataram sobre os primeiros casamentos, a situação de desfecho decorrente de mortes dos maridos, de divórcios e separação, e de recasamentos. Ao falarem sobre os casamentos atuais, apontam que encontraram companheiros que apresentam uma forma de relacionamento afetivo pautado no respeito e no amor.

Ao longo dos séculos as mulheres criaram formas históricas de ser, estar, existir, resistir, reinventar, desejar, fazer, buscar respeito, autonomia, empoderamento, protagonismo. Precisamos dialogar com as mulheres sobre a superação da negatividade constante na definição das mulheres, precisamos superar as marcas simbólicas do negativo, para reconhecer e potencializar as possibilidades afirmativas, encontrar formas de superar a dor em busca da realização plena. Atuar no presente, revisitar o passado para mudar o futuro.

A História das Mulheres, no Brasil, nasceu no interior de uma historiografia do trabalho, afirmou-se como interesse na academia sobre a educação feminina, e consolidou-se como condição para uma cultura das mulheres. As reivindicações das mulheres perpassaram os movimentos sociais, os partidos políticos, sindicatos, instituições e associações. Essas condições permitiram a desconstrução da noção abstrata, essencialista, a-histórica, biologicista, metafísica, permitindo pensar as mulheres enquanto diversidade e historicidade. A crítica à história das mulheres decorre do uso das identidades universais, que desconsideram as construções culturais cotidianas.

Na mesma linha de análise crítica da centralidade do referenciamento europeu na produção de conhecimento sobre gênero, raça e etnia, recorremos a Rago (1996) para compreender que as mulheres foram sub-representadas na História, com o silêncio e a desvalorização. “O feminismo aponta para a crítica da grande narrativa da História, mostrando as malhas de poder que sustentam as redes discursivas universalizantes” (RAGO, 1996, p 15). Os feminismos denunciaram “o conservadorismo e a misoginia do pensamento científico do século XX, ao construir uma determinada referência de feminilidade e um ideal de identidade feminina” (RAGO, 1996, p. 16). Para a autora, os feminismos contribuíram para denunciar o sexismo na academia, literatura, ciência, permitindo o estudo sobre o universo feminino, a cultura da feminilidade, as relações entre os sexos/gêneros. Explica que os feminismos foram responsáveis pela visibilidade às mulheres nos espaços da vida social, política e cultural, no âmbito acadêmico, buscando a presença, as práticas e construções nos acontecimentos históricos, impulsionaram a compreensão da produção discursiva e os impactos no imaginário social sobre a construção da identidade feminina. As críticas feministas evidenciaram a alienação nas perspectivas das mulheres sobre as condições de vida, apontando as desigualdades e diferenças.

Sobre essas perspectivas e críticas, Rago (1996) explica as feministas liberais generalizaram ao definirem a mulher como símbolo da regeneração moral, como lugar do futuro promissor, focando as mulheres da elite e das camadas médias, com acesso à cultura e à política, as responsáveis pelo reerguimento moral da sociedade. A autora afirma que as

feministas libertárias negavam-se a apoiar alternativa de negociação com as instituições burguesas. Explica que o debate sobre a importância da educação servia para “denúncia das péssimas condições de trabalho, a ausência de assistência pública, os baixos salários, para indicar às trabalhadoras a importância de se unirem e fundarem sociedades de resistência e sindicatos” (RAGO, 1996, p. 21).

Rago (1996) pontua que as feministas liberais e anarquistas utilizavam os discursos sobre a mulher enquanto símbolo da regeneração moral para promoção da igualdade. “Valorizando o ideal da mãe civilizadora, procuravam dignificar e politizar a maternidade, considerando a formação do cidadão da pátria, para as primeiras, e do novo homem da sociedade libertária, para as segundas” (RAGO, 1996, p. 21). Explica que essa dicotomia se expressava no debate: “de um lado as feministas liberais propunham que a mulher no lar se anulasse pelo marido, de outro o modelo de feminilidade que construíam valorizava-a como fundamento da família” (RAGO, 1996, p. 22).

As práticas feministas demonstravam que as mulheres precisavam romper com as construções discursivas sobre as impossibilidades femininas na vida pública e as caracterizações como mulheres, insistiam em legitimar um discurso valorizador da igualdade, da esfera privada e da função da mãe. Rago (1996) enuncia as críticas das feministas ao modelo feminino de “mulher-esposa-mãe” cuidadora, dedicada, delicada, devota ao lar, promovido pelas feministas liberais, que passaram a reivindicar bandeiras libertárias do amor livre, do direito à maternidade voluntária, do divórcio e do aborto. Evidencia que as feministas intelectualizadas renunciaram o modelo de feminilidade das suas antecessoras liberais, propagando o discurso das anarquistas que formulavam uma proposta: de moral sexual e de reorganização da sociedade, de abolição da propriedade privada e a justiça social; criticavam a moral burguesa como utilitária e apontavam para os rumos de sua superação, as relações sociais e sexuais vigentes” (RAGO, 1996, p. 26).

De acordo com Rago (1996) as transformações ao longo do século XX, tais como o crescimento urbano e industrial, a modernização das cidades, os ideais democráticos de constituição do indivíduo promoveram uma preocupação com o corpo: aparência, estética,

subjetividade, sociabilidade. Explica que o campo discursivo sobre a sexualidade e a identidade de gênero é permeado por contradições, as reflexões pautavam a valorização do corpo feminino e os questionamentos sobre a anarquia sexual, as contradições dominantes e hegemônicas equivocadas apontavam divergências das funções maternas e domésticas, de que a emancipação da mulher implicaria o abandono da maternidade.

A evolução histórica feminista aponta para as conquistas do direito de voto, para as críticas aos padrões normativos de sexualidade e da cristalização da ideologia da domesticidade, do modelo de feminilidade e de família. Sob esse cenário, Rago (1996) afirma que a industrialização e modernização no período da ditadura militar, nos anos 1970, “desestabilizou os vínculos tradicionais estabelecidos entre indivíduos e grupos, abalando crenças e comportamentos estruturados” (RAGO, 1996, p. 31). Comenta sobre a transformação da família nuclear: “à medida em que as mulheres entraram massivamente no mercado de trabalho e voltaram a proclamar o direito à cidadania, denunciando as múltiplas formas da dominação patriarcal” (RAGO, 1996, p. 31). Informa que na década de 1970 emergiram outras frentes de lutas sobre a sexualidade humana, contra a ditadura militar e o patriarcado, movimentos sociais e políticos reivindicavam o direito à diferença e questionavam os padrões dominantes da masculinidade e da feminilidade. O processo de desconstrução de padrões e a construção de modelos gerou crise sobre a subjetividade.

Segundo Rago (1996) no cenário das organizações políticas de esquerda, as feministas questionaram o poder masculino, que dificultava a participação feminina em condições de igualdade. As primeiras organizadoras dos grupos feministas recusaram os padrões sexuais e o modelo da feminilidade de suas antecessoras. As feministas denunciaram a dominação sexista, seguiram na luta em defesa da redemocratização do país, questionaram as relações de poder entre os sexos, constituindo a vanguarda revolucionária do movimento das mulheres. Nos anos 1980, os grupos feministas, marxistas e de esquerda, junto aos novos movimentos sociais, considerados minorias, buscavam ressignificar a linguagem e autonomia feminina, criticavam a sociedade burguesa, tentavam romper com o machismo, potencializar a transformadora cultura feminina, ampliando a participação na vida pública, além da vida

privada. Defendiam as bandeiras de luta feminista: reivindicavam creches, transportes urbanos, melhores condições de vida, moral sexual, corpo e saúde, participação política; mas não pautava o direito à maternidade, o divórcio, o aborto e a violência contra as mulheres, direitos sexuais e reprodutivos, a desigualdade de gênero. Estabeleceram-se dois movimentos: o de mulheres e o feminista, que se ampliava e disseminava na sociedade, iniciando diálogo com o Estado para criação de políticas públicas.

Nos anos 1990, ocorreram avanços quanto aos direitos sociais, políticos, de cidadania e a participação no mercado de trabalho das mulheres. Rago (1996) comenta que emergiram as produções acadêmicas das mulheres com estudos históricos sobre as mulheres no cotidiano, na realidade social, rompendo perspectivas masculinas e classistas, reconhecendo as mulheres como sujeitos e as suas condições. Esse fenômeno potencializou iniciativas para dar visibilidade às mulheres pobres, marginalizadas, trabalhadoras, como agentes da transformação, questionadoras de discursos e desconstruindo práticas misóginas, científicas, místicas, religiosas, políticas que versavam sobre a inferioridade feminina. Buscava-se construir outro campo de análise sobre o universo feminino, apontando incoerências nas imagens tradicionais sobre os papéis das mulheres como inferiores. Criticava as feministas anteriores que pautaram a busca por igualdade de gênero e a construção de uma identidade feminina única, apontaram posteriormente a necessidade de considerar as mulheres como sujeitos sociais.

No século XXI, as mulheres passaram a questionar e denunciar a jornada do trabalho feminino, a competição e concorrência no mundo masculino, o acúmulo de funções de mãe, doméstica, cuidadora, profissional. O pensamento feminista discute: “a liberdade individual, cidadania sexualizada, aceitação da decisão pela maternidade, expansão das práticas sexuais e aos cuidados com o corpo e a saúde” (RAGO, 1996, p. 42). Rago (1996) enfatiza que o feminismo enquanto teoria e prática social e política contribui para construção das configurações ideológicas, conceituais, políticas, sociais e sexuais, dá visibilidade às mulheres e às questões femininas, propõe alternativas de organização social e sexual fundamentais para a construção de relações de igualdade de gênero. Afirma que os

feminismos questionaram os modelos de feminilidade impostos às mulheres e apontaram para a necessidade de se criarem espaços sociais e condições subjetivas para si mesmas, recusaram a identidade definida pelo dispositivo do saber-poder, lutaram para alterar as condições normalizadoras das mulheres, os direitos ao voto, a igualdade de salários.

Conforme Rago (1996), as bases de Foucault sobre a produção dos modos de subjetivação indica formas de compreender as marcas do racismo, do sexismo, do classicismo e do patriarcado. Comenta que Foucault teoriza sobre o poder, a liberdade, o sujeito, a sexualidade e o corpo, em uma linguagem conceitual que categoriza a produção da subjetividade, fornecendo às feministas os mecanismos para pensar as práticas políticas de visibilidade das práticas sociais. Aponta que Foucault criticou a concepção do sujeito, fruto das teorias revolucionárias, uma imagem de homem pleno e ideal, e apresentou a subjetividade articulada à política. Informa que o diálogo entre Foucault e os feminismos possibilitou as problematizações e apropriações dos mecanismos para denunciar as relações de poder que constituem as relações de gênero, para dar visibilidade às formas da dominação masculina, para justificar as interpretações do imaginário social e cultural são atravessadas por relações de poder. Permitiu os questionamentos sobre o sujeito, a liberdade e a ética, possibilitando as estratégias e práticas desenvolvidas pelos feminismos, enquanto produção de conhecimento e movimento social. Expõe que Foucault criou os conceitos de biopoder, biopolítica, para compreender a ótica de governamentalidade racional neoliberal.

Rago (1996) sugere que as feministas visibilizem a experimentação subjetiva da lógica normativa sobre as mulheres, que opera nas instituições e práticas sociais. Comenta como os discursos são absorvidos pelas condutas das mulheres, revelando os desejos das mulheres por poder, riqueza e sucesso, para além do espaço doméstico e a noção privada do lar; reconhecem a liberdade de escolha e decisões autônomas. Os feminismos apontam para possibilidades de contra-discursos das mulheres diante do regime neoliberal, destacando o reconhecimento de si, lutaram para a conquista de direitos das mulheres, contribuíram para as políticas públicas, para transformações no imaginário cultural feminino sobre identidade, criticaram a medicalização do corpo feminino, impulsionaram a liberdade, propuseram as

políticas da subjetividade, a compreensão da feminilidade. Explicita que a emancipação feminina passa por transformações estruturais, além dos sistemas políticos e econômicos, atuando sobre a cultura, sobre o simbólico, sobre a subjetivação. Discorre que as mulheres aprenderam a interpretar o mundo sob códigos de significação masculinos, exigindo compreensão sobre a descolonização do corpo e a psique feminina, a historicização dos discursos instituintes das identidades e de realidades opressivas para as mulheres.

Rago (1998) informa que a epistemologia feminista corresponde a um projeto feminista de ciência. O feminismo produziu uma crítica ao modo dominante de produção do conhecimento científico, propôs um modo alternativo de operação e articulação nesse campo. As mulheres possuem uma experiência histórica e cultural diferente da masculina, caracterizada como marginalizada, detalhista, uma linguagem como contra-discurso ao conhecimento científico. A aproximação entre problematização pós-estruturalista dos sistemas de representação indica a existência de um sujeito difuso e descentrado feminino. O compromisso feminista com a subjetividade feminina, critica o sistema de poder que legitima as representações, a hegemonia da identidade e da legitimidade dos sentidos absolutos, essenciais e universais. A construção da abordagem teórica e metodológica da categoria mulher demanda uma revisão sistemática, particularizada, especificada e localizada, a recusa discursiva e alternativa concreta para prática política e para estratégias da identificação e significação do feminino como discurso do outro.

De acordo com Rago (1998) dois pontos são essenciais a contribuição das mulheres na produção do conhecimento científico: “o primeiro relaciona-se a participação do feminismo na crítica cultural, teórica, epistemológica, ao lado da Psicanálise, da Hermenêutica, da Teoria Crítica Marxista, do Desconstrutivismo e do Pós Modernismo” (RAGO, 1998,p.04). Explica que essa crítica revela o caráter particular de categorias dominantes, universais, da racionalidade burguesa, ocidental, que ignora a dimensão sexualizada das relações, pois é uma criação masculina, excludente. As teorias feministas denunciam a racionalidade e a lógica da identidade sem a diferença, alinhando-se ao pensamento pós-moderno, com a crítica do sujeito, especialmente com as formulações dos

teóricos da diferença, como Derrida, Deleuze e Foucault.

O segundo fator refere-se a “produção do conhecimento do projeto feminista de ciência alternativa, que se quer potencialmente emancipador” (RAGO, 1998, p. 04). Denuncia o caráter particularista, ideológico, racista e sexista do conhecimento ocidental, da lógica da identidade, com categorias reflexivas, que não incorporam a diferença, os conceitos das Ciências Humanas são identitários e excludentes. Incide sobre o caráter universal de homem ocidental branco burgues heterossexual civilizado, ignorando referências de sujeito e a hierarquização sobre o feminino.

Para Rago (1998) a crítica feminista evidencia as relações de poder constitutivas da produção dos saberes, como aponta Michel Foucault, que questionou as representações que orientavam a produção do conhecimento científico, das Ciências Humanas, e criticou a concepção dominante na cultura ocidental sobre a produção da verdade. Aponta a convergência entre a crítica feminista e as formulações da filosofia pós-moderna, que propõe, novas relações e outros modos de produção do conhecimento: “a descrição das dispersões revela o processo artificial de construção das unidades conceituais, temáticas supostamente naturais: a desconstrução das sínteses, das unidades e das identidades naturais; postula a noção de que o discurso é produtor e instituinte de reais” (RAGO, 1998, p. 05). Indica a aproximação entre as teorias feministas e o pós-modernismo e a História Cultural, enfatizando a cultura, a linguagem, as representações sociais culturalmente constituídas, os significados, o discurso como prática.

Segundo Rago (1998) as propostas de epistemologias alternativas (feministas, classistas, anti-racistas, diversidade sexual) dos grupos excluídos reivindicam a hegemonia na interpretação do conhecimento, questionando as dimensões absolutizadoras, totalizadoras, autoritárias e hierarquizantes. O pensamento feminista rompe com os modelos hierárquicos de funcionamento da pesquisa científica, busca um projeto, um sistema, uma teoria, um objeto, uma linguagem, um argumento, a partir de sua própria perspectiva epistemológica, possui uma marca especificamente feminina, libertária, emancipadora. Afirma que há uma construção cultural da identidade feminina, da subjetividade, que se evidencia quanto às

mulheres que atuam em diversos campos, práticas e saberes, mudando a cultura e as relações, transformando lugares, questionando imposições, rompendo regras, normas e valores sexistas. Os feminismos sugerem uma nova relação entre teoria e prática, um novo agente epistêmico, subjetivo, particular para a produção do conhecimento, construído em interação, em diálogo crítico sobre discursos e saberes.

Rago (1998) comenta sobre a visibilidade às mulheres enquanto agentes históricos, que teve início com a denúncia do padrão masculino pela História Social, preocupada com as questões da resistência social e a dominação política. Posteriormente, com a Nova História ou História Cultural, os temas femininos ganharam evidência. A emergência de novos estudos e as narrativas das experiências históricas, das práticas sociais, culturais, religiosas, que foram silenciadas, os novos sujeitos femininos foram incluídos no discurso histórico, houve ampliação do conceito de direito à história e à memória, incorporados na produção do conhecimento. Defende que as mulheres inovam “na reorganização dos espaços físicos, sociais, culturais, intelectuais e científicos, abrindo o campo das possibilidades interpretativas, propondo múltiplos temas de investigação, formulando novas problematizações, incorporando inúmeros sujeitos sociais, construindo novas formas de pensar e viver” (RAGO, 1998, p. 17).

Essas contribuições sobre a subjetivação feminina nos auxiliam a perceber o simbolismo presente no cotidiano das mulheres diante de invasões e inversões ao ser feminino: agressões ao corpo, justificado pela satisfação de um desejo incontrolável dos homens de dominar as mulheres. A condição na qual o sentido do limite extrapola a percepção de normalidade, a aceitação de incoerência das relações sociais, a acumulação das frustrações, a naturalização da violência sexista, racista, misógina, patriarcal, diante de argumentos infundados que tenta justificar a agressividade e a brutalidade contra as mulheres. Destacamos os efeitos e agravos sobre a condição de vida, especialmente das mulheres negras, que foram violentadas de diversas formas em sua constituição de sujeito, que resistem e lutam contra as diversas formas de opressão no cotidiano.

4.3 A gente não demonstra amor, mas ama, não consigo dimensionar a maternidade

*Uma tigresa de unhas negras e íris cor de mel
 Uma mulher, uma beleza que me aconteceu
 Esfregando a pele de ouro marrom do seu corpo contra o meu
 Me falou que o mau é bom e o bem cruel
 Enquanto os pelos dessa deusa tremem ao vento ateu
 Ela me conta, sem certeza, tudo o que viveu
 Que gostava de política em 1966, e hoje dança no Frenetic Dancing Days
 Ela me conta que era atriz e trabalhou no Hair
 Com alguns homens foi feliz, com outros, foi mulher
 Que tem muito ódio no coração, que tem dado muito amor
 E espalhado muito prazer e muita dor
 Mas ela ao mesmo tempo diz que tudo vai mudar
 Porque ela vai ser o que quis, inventando um lugar
 Onde a gente e a natureza feliz vivam sempre em comunhão
 E a tigresa possa mais do que o leão
 As garras da felina me marcaram o coração
 Mas as besteiras de menina que ela disse não
 E eu corri pro violão num lamento, e a manhã nasceu azul
 Música Tigresa - Caetano Veloso.*

Usamos a letra dessa música para pensar sobre séculos de opressão, nos perguntamos por que tanta desigualdade de gênero, raça/etnia e classe social? Questionamos por que não poderíamos fomentar uma humanidade com justiça e equidade? As construções sobre as mulheres perpassadas pela sexualidade e uso do corpo como servidão ao patriarcado e ao capitalismo não definem a completude e complexidade feminina. A subjetividade advém pela existência, por suas escolhas, por sua autonomia, pra ser quem quiser, inventar seu caminho, ocupar seu lugar e ser feliz.

Nossa questão geradora sobre a maternidade foi: Como você identifica a maternidade? Por que as mulheres se tornam mães? Observamos nas falas, o sentimento materno contraditório de alegria e realização x abandono e rejeição. Identificamos o fenômeno de crianças cuidando de outras crianças nas suas famílias, como seus irmãos, ou na condição de adolescentes trabalhando de babás, cuidando dos filhos das patroas. As mulheres aprenderam cedo que deveriam ter filhos, e tiveram.

As mulheres apontaram a ausência da responsabilidade dos homens no cuidado com os filhos, na distância delas no cotidiano após a gestação, parto e puerpério. Relatam a vivência solo da maternidade, mesmo com marido em casa. Observamos também a dimensão da avosidade: mães das mães criando filhos, netos, bisnetos. Destacam o apoio de outras

mulheres na maternagem.

Observemos as narrativas abaixo indicada por Vinhas.

VINHAS: *Na minha juventude eu não queria casar, não queria ter filhos, eu tinha muito medo por que eu era pequena e não poder gerar um filho, não tenho memórias e lembranças de minha mãe, vínculo materno, um dia eu perguntei como nasci, meu pai que me contou, somos 6 filhos, meu pai achava que eu não ia sobreviver, de todos era mais delicada, vivia doente eles são vivos, moram em Pacajus, minha família se ama, mas não demonstra; eu me assustei quando vi que tava grávida, eu engravidei e fiquei com medo, com minha filha foi diferente, tive a mais velha, depois o menino, depois fiz ligação, foi cesárea, tinha 27 anos. A gente não demonstra amor, mas a gente ama. Não consigo dimensionar a maternidade: amor, responsabilidade, tive pouco tempo com meus filhos pq sempre trabalhei, igual minha mãe, ela teve 6 filhos ela trabalhava, avó cuidava dos meus filhos. Minha avó e minha tia cuidar de mim. Eu lembrei da minha sogra que me ensina as coisas, me ajudou até com exagero, os primeiros desejos, ela planejou o desejo dela pra mim: comer tripa assada, queria que no meu tempo que tivesse essa experiência com doulas. Eu diria para mulheres grávidas: tire tempo com seus filhos. Quando minha nasceu eu lembrei: poxa! ela não ta mais na minha barriga, uma senhora na maternidade veio e pegou ela no colo, me ajudou, ela cuidava como se fosse filha dela, me ensinou a dar o peito. Era um anjo que Deus colocou. Sempre tive alguém que cuidava dos meus filhos. Não me ensinaram a dar banho nos meus filhos. Eu tinha medo. Amamenteei até os dois anos, me ensinaram a dar borra de café no peito para encerrar a amamentação.*

Vinhas nos relata sobre a construção da maternidade, o quanto as famílias em gerações anteriores a sua, como de sua avó e mãe não falavam abertamente sobre a maternidade. Informa que a maternidade não cabe na definição de uso de algumas palavras, porque é a experiência real que a constitui, reconhece o apoio e a função da maternidade exercida por outras mulheres ao seu redor.

Enquanto Maciel nos revela outro ângulo de análise sobre a maternidade a seguir.

MACIEL: *o sentimento de ser avó é ser mãe de novo. Não pretendo cuidar dos meus netos, ajudo quando precisa, eu quero que eles cuidem dos filhos deles, criaria, numa situação extrema, disse para meu filho que quando meu neto vier pra minha casa, ele deve cuidar, é o dia dele ficar e ter responsabilidade. Minha relação com minha mãe sempre foi muito boa, ele fez tudo que podia por nós, com as limitações, cultural, costumes e regras de famílias, isso foi tão forte, que me peguei sendo mãe fazendo como ela fazia. Depois percebi que precisava mudar e melhorar a relação com meus filhos, o momento era outro, o mundo tava mudando, eu tinha que agir de forma diferente, isso foi bom porque minha relação com meus filhos é muito boa, eles demonstram afeto por mim, eu abraço, eu cheiro, ninguém me ensinou nada, era guardado a 7 chaves, a gente via e tinha que aprender aquilo, no meu*

tempo, era assim, a gente fazia assim. Casei com 16 anos, muito nova, até hoje é absurdo casar com essa idade, sem conhecimento nenhum do que eu ia enfrentar e, isso me trouxe problemas porque tive que aprender sozinha, não tive a experiência de ter ajuda do companheiro, quando eu engravidava eu não ficava feliz, eu amava a criança, mas não tinha felicidade, era mais trabalho pra mim, eu tinha que fazer em dobro, nunca tive ajuda no cuidado, a manutenção, o sustento e alimentação tinha, era muito difícil. Eu lembro do meu parto, eu não gosto de falar sobre esse assunto, foi muito difícil, eu passei sozinha, eu tive ajuda da minha mãe, foi a única ajuda, foram 4 filhos, tive 1 aborto, o pai estava lá presente, mas sem ajuda.

Maciel nos relata sobre a maternidade na função associada à avosidade. Informa que ama seus netos como avó, pois considera que seus filhos e filhas devem ser responsáveis e ocupar esse lugar e não transferir esse papel e responsabilidade. Comenta que não teve apoio e ajuda de seu companheiro e teve que aprender fazendo ou com ajuda de outras mulheres.

Outro aspecto a considerar é a preocupação com a questão geracional e os limites biológicos e a utilidade de ser produtivas na sociedade capitalista. Perguntamos sobre a noção de tempo cronológico para as realizações dos desejos das mulheres e a coerência com suas idades; percebemos o peso da cobrança e controle sobre o tempo biológico de seus corpos quanto a maternidade e a sexualidade. Pautamos sobre a necessidade de reconhecer suas possibilidades de existência, de fazer pausas para descanso e evitar o julgamento de que não podem fazer algo por que já estão velhas demais.

Na discussão sobre maternidade, um tema não previsto mas que emergiu foi a adoção e o cuidado com os filhos de outras mulheres da família. Todavia, ressaltamos com surpresa a frequência do tema do aborto das mulheres, pois algumas delas passaram por essa experiência. Comentaram sobre a reação das mulheres diante da perda da gestação, o imaginário popular que induz a pensar e querer o conforto espiritual, além da necessidade de se recuperar, ser forte e resistente para ter outros filhos (as).

Observemos os relatos de Barbosa, abaixo:

BARBOSA: Eu ficava e cuidava dos filhos da minha irmã, ela tinha que trabalhar. Eu casei e veio a filha mais velha. Eu não sabia que tava grávida, ai um dia me abaixei e saiu a criança, escorregou, ai sangrei, eu tomei o remédio, água da limpeza, ai nem fui pro hospital, fiquei só em casa, ai pronto, passou, depois peguei a outra, eu dançava na zumba, e nesse negócio de dançar; o povo dizia que ia pegar outro, ai tive eles: 17, 13, 11 anos de

idade. Eu tinha medo de arrancar os pontos da cesárea. Minha irmã também me ajudou a cuidar, fazia as coisas em casa. Eu sofri violência no hospital, deixaram a secreção, aí eu fui pro hospital, o médico viu e disse: quem fez isso com essa mãezinha, a enfermeira disse: foi o senhor; aí ele tinha atendido uma mulher, que morreu perto de mim, ela tinha 17 anos, era muito sangue, eles ficavam tirando as coisas de dentro dela e muito sangue no chão. Eu nasci no hospital. Minha mãe dizia pra nós que a gente tinha que ser mãe, pra saber o que ela passava. Minha mãe dava banho nos meus meninos porque eu tinha medo, porque era mole, podia escorregar. Tinha uns cuidados assim: passar álcool no algodão, no imbigo. Hoje é tudo diferente.

Barbosa relatou a surpresa e o desconhecimento sobre o fenômeno do aborto que lhe ocorreu, devido à inexperiência em falar sobre o assunto com outras mulheres. Também informa sobre a ausência de diálogos sobre os cuidados maternos no período da gestação. Relatou assustada ter visto situação de violência obstétrica com outras mulheres próximas.

Outra evidência foi indicada por Nascimento no seguinte relato.

NASCIMENTO: Por ser mulher eu sou mãe, tive muitos irmãos, achava lindo a minha mãe cuidar da gente, ela teve 12 filhos. Eu ajudava minha mãe e irmãs a cuidar dos filhos delas. Me sinto realizada, eu amo ser mãe, eu amo meus filhos, eu amo cuidar dos meus filhos, eu tive 5 filhos, queria ter mais filho, mas não pude, porque é difícil educar, eu cuido dos meus filhos. Só o mais velho que me dá trabalho por conta que se envolveu com coisa ruim, eu não castigo ele, mas às vezes é bom castigar porque evita que ele arrume amizade ruim. A escola me dizia, mas não resolveu, eu levei ele pro psicólogo, ele queria era aquilo mesmo, quando quer não tem jeito, ele faz mesmo, ele mora lá em casa e não teve jeito. Tenho 5 filhos. Mesmo o mais desobediente, eu cuido mais dele. Parto normal é melhor por que você tem e já fica boa. Na cesárea não, demora recuperar, aí não pode fazer as coisas porque tem os pontos. Minha irmã me ajudou a cuidar, é muito bom quando tem alguém perto. Eu sofri com o parto da filha do meio, sai toda doída, tinha uns 5 médicos, aí cada um ia e olhava, metia o dedo, e doía muito. Eu nasci em casa. Eu ensino meus filhos a ajudarem a arrumar a casa. Cada gravidez é como se fosse a primeira. Eu perdi uma, o quarto tava todo arrumado, eu passei um ano pra me recuperar do que perdi, eu não conseguia arrumar o quarto. Aí depois veio outro filho e preencheu o vazio, mas quando eu lembro eu fico triste de perder alguém que a gente ama. Meu pai mandou a gente trabalhar cedo, a gente vinha pra casa dos outros aqui em Fortaleza, os patrões judiavam da gente, batiam na gente, não podia fazer nada. Meu sonho era estudar e ser arquiteta! Hoje eu quero e posso dar para meus filhos a educação, não pude realizar meu sonho, mas eles podem realizar os sonhos deles. O que eu não fiz por ser mulher foi estudar. Sou uma pessoa corajosa, tenho uma família, minha casa, tenho fé, vejo mulheres corajosas.

Nascimento narra suas experiências de maternidade apontando a dor da experiência

de sofrimento nas gestações, com acontecimentos de violência obstétrica e também de ausência de suporte e cuidados pelo seu companheiro. Nos perguntamos como é possível a perpetuação de formas tão angustiantes de violência as mulheres em relação ao momento da maternidade, da gestação, do puerpério e como podemos reverter essa lógica e criar outras formas de existência com respeito a essa condição.

Um achado como surpresa nas narrativas sobre o tema da maternidade foram os relatos de violência obstétrica, pois embora seja uma realidade que afeta as mulheres, há um tabu, medo, receio, vergonha ou dificuldade em falar sobre o assunto. Apontamos os relatos como uma necessidade de dar visibilidade ao problema e fomentar políticas públicas.

A dor vivenciada pelas mulheres é angustiante como podemos perceber abaixo no depoimento de Sousa.

SOUSA: Eu engravidei cedo, não sabia de nada, aconteceu, eu aprendo a ser mãe todo dia. Amo meus filhos. Eu criei minha filha sozinha, o pai dela não ajudou e depois morreu, quando ela tinha 2 anos quando mataram ele. Minha bolsa estourou e fui pro hospital, tava muito fraca, a doutora disse que tava perto de nascer e viram que não tinha condição de colocar força, eu disse que não queria normal, queria cesárea, eles subiram na minha barriga pra criança nascer e descer, eles queria porque queria que tivesse normal, sem condições, eles empurraram meu filho sem eu querer e meu filho nasceu com inchaço e ficou internado. Outra doutora viu e disse que ele nasceu com o parto de risco de perder ele, quebrar o pescoço, eu sentia sangramento, eles não me atendiam, eu passei 24hs em trabalho de parto, eles não faziam meu parto, eu sofria e pedia pra ter, eles não queria fazer pra não ter trabalho, até chegar o momento que se demorasse mais uns minutos eu ia perder minha filha, ia nascer morta, eu pedia pra ter e eles não atendiam. Minha primeira filha, eu tinha medo de tudo, minha segunda filha, eu queria ser mãe e fazer as coisas pra ela. Meu companheiro hoje é muito bom, a cozinha é minha, a casa é dele, minha filha tem uma figura masculina que faz os serviços em casa. Meu trabalho de ser mãe todo dia tá dando certo quando vejo a educação deles.

Sousa informa em detalhes a situação de violência obstétrica ocorrida e percebemos o sofrimento dessa experiência como uma marca simbólica na construção da maternidade. Perguntamos como ressignificar as experiências de sofrimento e violência em um momento de fragilidade como esse da capacidade de gestação feminina. Ressaltamos a crueldade do sistema de misoginia que afeta as mulheres no cotidiano em todos os espaços, incluindo a saúde, conforme observado por Vieira na narrativa adiante.

VIEIRA: *Quando tive elas eu sofri demais, tive muita dor, não tinha ajuda. Eu nunca esqueci aquela dor, ainda hoje lembro, eu nem me sentava de tanta dor, ainda vejo os pontos do parto normal, aquela coisa feia, me rasgaram todinha, me cortaram, sem precisar e depois costuraram. Na segunda filha, foi ótimo, foi cesárea, tive ajuda nos cuidados também. É muito ruim quando não tem alguém pra ajudar. Eu nasci em casa. Toda mulher tem vontade e sonho de ser mãe, é a natureza dela, se uma mulher não quer ser mãe ela não é normal, ela tem que aprender tudo que uma mãe passa. Eu cuidava dos filhos das minhas patroas, eu não sabia, mas fui aprendendo, elas diziam assim: se vira ai, faz ai. Quando uma mulher perde um filho e Deus dá outro depois é bom, porque alivia a dor, mas quando não consegue dar, é muito ruim pra mulher conviver com aquilo.*

Vieira comenta suas experiências da gestação também marcadas pelo sofrimento e pela violência obstétrica. Pontuamos como as mulheres podem reconhecer seu corpo invadido e abusado por tanto descuido e maus tratos, nas expressões mais densas de rasgar a carne na experiência do parto. Como se perceber como mãe de forma amorosa após episódios de tanta violência.

No que se refere à percepção do corpo e as funções sociais como a maternidade, há uma introeção sobre as decisões quanto: a vivência da sexualidade, o planejamento familiar, a escolha de ter filhos, os direitos sexuais e reprodutivos. Ressaltamos que emergiu o fenômeno das relações familiares, são mulheres que criaram seus filhos e agora criam seus netos para as filhas trabalharem, há uma aceitação cultural dessa condição, mas há também resistência quanto a ocupação desse espaço legitimado socialmente: ser mãe duas vezes. Isso se fez presente também na discussão sobre os serviços domésticos e a relação com cuidados familiares, com reconhecimento das obrigações das mulheres nos afazeres domésticos, são elas que organizam a casa, e essa responsabilidade precisa ser apontada como divisão entre homens e mulheres.

Apresentamos a abordagem do feminismo negro em nossas reflexões, por compreender que esse referencial teórico contempla os questionamentos sobre a sociedade atual e sobre as categorias de análise desse estudo: mulheres, famílias, subjetivação. As ideias conservadoras permeiam o imaginário masculino em relação às representações sexuais sobre as mulheres. Observamos no percurso da história que ocorre uma vigilância sobre corpo feminino e a função social para reprodução sexual, as mulheres foram definidas como objeto

e não como sujeito.

Para sustentar teoricamente e compreender emocionalmente a força dessas mulheres do cotidiano, recorreremos as autoras do pensamento feminista negro para perceber a resiliência e resistência feminina.

Expomos um depoimento de Lorde Audre, mulher, negra, lésbica, feminista, sobrevivente da sociedade patriarcal, racista, sexista. Nos deparamos com Lorde Audre (2009) em *A transformação do silêncio em linguagem e ação*, dialogamos brevemente com essa autêntica e inspiradora autora em interlocuções descritas a seguir.

Lorde Audre (2009) nos conta sua história, como um ato de coragem, visibilidade e reconhecimento. Comenta sobre sua vida: “ao tomar forçadamente consciência de minha própria mortalidade, do que desejava e queria de minha vida, as prioridades e as omissões brilharam sob uma luz impiedosa, do que mais me arrependi foi de meus silêncios” (AUDRE, 2009, p. 10). Se questiona sobre seus medos e receios em dizer o que pensava, pois esta atitude poderia provocar dor ou a morte a si e as outras. Aponta que todas nós mulheres sofremos de diversas formas e não superamos essa dor. Adverte sobre a solidariedade e sororidade feminina: “as mulheres que me ajudaram durante essa etapa foram negras e brancas, velhas e jovens, lésbicas, bissexuais e heterossexuais, mas todas compartilhamos a luta da tirania do silêncio” (AUDRE, 2009. p 11).

De acordo com Lorde Audre (2009), há uma força em se identificar entre mulheres, corresponde a um exercício de companhia para caminhar, resistir, aprender, ensinar, sobreviver. Quando sentia medo despertou que não era apenas vítima, era sobretudo uma guerreira. “No silêncio, cada uma de nós desvia o olhar de seus próprios medos – desprezo, censura, julgamento, reconhecimento, desafio, aniquilamento. Acredito que tememos a visibilidade, sem a qual não podemos viver verdadeiramente” (AUDRE, 2009. p 12). Sobre lutas, afirma que lutou pela visibilidade das mulheres negras vulneráveis, sobreviventes, consideradas “não seres humanos”. Supõe a necessidade de existir e de falar: “essa visibilidade que nos faz tão vulneráveis, é também a fonte de nossa maior fortaleza. Podemos nos sentar num canto e emudecer para sempre enquanto nossas irmãs e nossas iguais são

desprezadas, enquanto nossos filhos são deformados e destruídos” (AUDRE, 2009, p 13).

Para Lorde Audre (2009), as mulheres precisam convidar outras mulheres a pensarem sobre suas existências e compartilharem o compromisso com o seu poder. “Na transformação do silêncio em linguagem e em ação, é de uma necessidade vital para nós estabelecer e examinar a função dessa transformação e reconhecer seu papel igualmente vital dentro dessa transformação” (AUDRE, 2009, p 14). Destaca a potencialidade da escrita feminina quanto ao público destinatário, o conteúdo do discurso, os significados e sentidos das palavras para as mulheres: ensinar com a vida essas verdades que acreditamos. Apresenta o fluxo da conexão feminina intergeracional necessária para sobrevivência das mulheres: “porque só sobreviveremos, participando num processo de vida criativo, contínuo e em crescimento. E sempre se fará com medo da visibilidade, da dura luz da análise, do julgamento, da dor, da morte” (LORDE AUDRE, 2009, p. 15).

Segundo Lorde Audre (2009), as mulheres vivenciam os processos em silêncio, esta condição de silenciamento fragiliza, por isso é preciso agir para não sucumbir. “E quando as palavras das mulheres clamam por serem ouvidas, cada uma de nós deve reconhecer sua responsabilidade de tirar essas palavras para fora, lê-las, compartilhá-las e examiná-las em sua pertinência à vida” (AUDRE, 2009, p. 16). Convida as mulheres a emergir, expor, revelar, romper imposições. Afirma sua existência como resistência e sobrevivência, mas é a vivência que permitiu a consciência de sua história de vida: “O fato de estarmos aqui e dizendo essas palavras, é uma tentativa de quebrar o silêncio e estender uma ponte sobre nossas diferenças, porque não são as diferenças que nos imobilizam, mas o silêncio. E restam tantos silêncios para romper!” (LORDE AUDRE, 2009, p. 17).

Conforme Lorde Audre (2009), a necessidade e o desejo das mulheres ajudarem outras mulheres é uma atitude que possibilita a descoberta do real poder feminino. “Essa é a conexão real temida por um mundo patriarcal. Somente dentro de uma estrutura patriarcal é que a maternidade pode ser o único poder social acessível às mulheres. A interdependência entre mulheres é o caminho para uma liberdade que permita ao Eu que seja criativo” (AUDRE, 2009, p.18). Ao fortalecer a condição feminina diferencia a ação ativa e não

passiva das mulheres. Explica que, como mulheres, fomos ensinadas a ignorar as diferenças, vê-las como separação, e não como mudança: “sem comunidade não há libertação. Só há o mais vulnerável e temporário armistício entre uma pessoa e sua opressão” (LORDE AUDRE, 2009, p. 19). A comunidade significa reconhecimento das diferenças e das possibilidades para a ação política.

Lorde Audre (2009) critica as feministas acadêmicas devido ao fracasso de reconhecer a diferença como uma força para transcender o patriarcado. Explica a necessidade de transformar, conquistar, empoderar. “As mulheres de hoje ainda estão sendo chamadas a atravessar a fenda da ignorância masculina e educar os homens sobre nossas existências e nossas necessidades. Essa é uma ferramenta velha e arcaica usada por todos os opressores para manter as oprimidas ocupadas com as preocupações do senhor” (LORDE AUDRE, 2009, p. 20). Apresenta outra perspectiva para as mulheres negras: “temos ouvido que é tarefa das mulheres de cor educar mulheres brancas sobre nossa existência e resistência, nossas diferenças, nossos respectivos papéis em nossa sobrevivência conjunta. Isso é um desvio de energias e uma trágica repetição do pensamento racista patriarcal” (LORDE AUDRE, 2009, p. 21). Afirma que o racismo e a homofobia são manifestações contemporâneas às mulheres: “Eu conclamo cada uma de nós a mergulhar naquele lugar profundo de conhecimento dentro de si mesma, e alcançar o terror e qualquer diferença que ali reside. Então o pessoal e o político podem começar a iluminar as nossas diferenças” (LORDE AUDRE, 2009, p. 22).

Em outra obra, *Não há hierarquias sem opressão*, Lorde Audre (2009) nos revela o seu processo de aproximação e construção da sua identidade, questiona o lugar que lhe foi atribuído socialmente como negra e mulher: “Como uma negra, lésbica, feminista, socialista, poeta, mãe de duas crianças, membra de um casal interracial, eu acho a mim mesma parte de algum grupo no qual a majoritariedade define-me como desviante, difícil, inferior ou apenas sendo errada” (AUDRE, 2009, p. 02). Pondera que seu pertencimento aos grupos sociais mostrou que a opressão e intolerância da diferença se manifesta nas sexualidades e luta por libertação, para futuro diferente para as crianças, sem hierarquias de opressão: “Eu aprendi que sexismo (a crença em superioridade inerente de um sexo sobre todos outros e seu direito

a dominância) e heterossexismo (a crença na superioridade inerente de um modelo de amor sobre todos outros e seu direito a dominância) ambos nascidos da mesma fonte como racismo (a crença em superioridade inerente de uma raça sobre todas outras e seu direito a dominância)” (LORDE AUDRE, 2009, p. 04).

Mobilizadas por essas reflexões sobre autonomia, empoderamento e protagonismo, buscamos aprofundar os estudos sobre a História das Mulheres destacando a contribuição de Patricia Hill Collins (2019) que demarca o pensamento feminista negro. Aponta as contradições de opressão vivenciadas pelas mulheres negras, de onde advém as estratégias criadas para o alcance da consciência sobre o processo de dominação, subordinação, inferioridade, submissão e objetificação. Expõe sobre essa condição de desigualdade, discriminação e violência para dar voz às sobreviventes, considerando que toda condição de opressão envolve também a oposição de resistência e uma consciência coletiva. Ao evidenciar esse sistema de opressões vivido pelas mulheres negras, busca romper com essa estrutura, criar outras possibilidades de existência, nas quais o discurso e a incorporação do simbólico seja sentido e compreendido como realidade e como tentativa de ampliar a representatividade. Informa que os lugares institucionais que as mulheres negras constroem auto definições independentes indicam a dialética da opressão e do ativismo.

Collins (2019) descreve que as mulheres negras dos Estados Unidos desenvolveram estratégias para construir vozes de sua existência, individuais ou coletivas, disseminadas em lugares próprios: o relacionamento entre si, a relação com elas e com outras mulheres, compartilham a humanidade e a autoafirmação no contexto das comunidades, tornando-se inspiração de resistência feminina. Constata que o fato das mulheres negras serem as únicas a ouvirem umas às outras é significativo, para dar voz e reconhecer a si mesmas. Acrescenta a perspectiva da sororidade feminina, ao afirmar que “as escritoras negras lideraram o caminho para o reconhecimento da importância das amigas das mulheres negras entre si” (COLLINS, 2019, p. 11).

Apontamos a importância da representatividade das mulheres negras na tradição da cultura, das artes, do trabalho e da educação. Historicamente, esses espaços foram

demarcados pela negação da existência das mulheres negras, o que demanda a expansão das tradições orais sobre as narrativas femininas. As mulheres negras buscaram ocupar lugares seguros, nos quais pudessem analisar assuntos que as preocupavam, tais espaços “constituem um mecanismo para promover o empoderamento das mulheres negras e aumentar a habilidade de participar de projetos de justiça social, como estratégia, tem o propósito geral de uma sociedade mais justa e inclusiva” (COLLINS, 2019, p. 19). A autora aponta a perspectiva das relações antagônicas entre mulheres negras nas famílias e nas organizações da comunidade, caracterizada por uma segregação racial, de gênero e de classe. Essas expressões buscam alternativas às dominações da condição de mulher negra, com a construção de ideias e experiências com novos significados na vida cotidiana.

De acordo com Collins (2019), as autodefinições das mulheres negras permitem questionar a tese do matriarcado negro, reforçam a dinâmica de poder subjacente ao próprio processo de definição em si, problematizam os discursos sobre as mulheres afro-americanas e a credibilidade das definições. Ressalta: “quando nós, mulheres negras, nos definimos, rejeitamos o pressuposto de e a posição de autoridade, interpretamos nossa realidade com legitimidade” (COLLINS, 2019, p. 26). Acrescenta que essa postura denota: “o ato de insistir na autodefinição da mulher negra valida o poder das mulheres negras como sujeitos humanos” (COLLINS, 2019, p. 26). O processo de autodefinição implica a dinâmica de poder do controle da condição de mulher negra. A autovalorização das mulheres negras implica a condição de respeito, consciência, autoconfiança, independência e empoderamento. Acrescenta que independente da opressão da mulher, o poder de si, o self encontra-se no próprio eu. Complementa sobre a perspectiva da sororidade das mulheres negras que “podem ajudar outra mulher negra na jornada rumo ao empoderamento pessoal, mas a responsabilidade sobre as autodefinições e autoavaliações está dentro da própria mulher” (COLLINS, 2019, p. 32).

Segundo Collins (2019), as ideias marcantes do pensamento feminista negro sobre a consciência destacam os critérios: a importância da autodefinição, o significado da autovalorização e respeito, a necessidade de autoconfiança e independência, a centralidade de um

self transformado para o empoderamento pessoal. A autora acredita que as lutas individuais para desenvolver uma consciência transformada ou a persistência de grupo para transformar as instituições sociais são ações que realizam mudanças que empoderam as mulheres negras. No percurso da autodefinição, as mulheres negras se transformam como sujeitos, quando elas atuam no grupo, atribuem novos significados individuais que mudam o mundo e o cotidiano. Comenta que esse aspecto contribuiu para as mulheres negras persistirem, encontrarem caminhos reconhecendo o poder da autodefinição.

Conforme Collins (2019) as articulações teóricas sob a perspectiva da interseccionalidade envolve: raça, gênero, classe. Conceitua o termo *outsider within*, o qual explica que não tem uma correspondência em português, mas pode ser traduzido por “forasteiras ou estrangeiras de dentro”. Afirmo que as mulheres negras, nessas posições buscam criar perspectivas sobre os paradigmas sociológicos existentes. O pensamento e movimento negro feminista evidenciam a literatura multidisciplinar, a marginalidade, a criatividade, o pertencimento da cultura negra. Considera que as mulheres negras intelectuais ocuparam posições marginais em ambientes acadêmicos, essa condição do status de *outsider within* é útil para produzir um pensamento feminista negro que reflita a compreensão do self, da família e da sociedade. A autora explica o significado sociológico de três temas do pensamento negro: “1. a autodefinição e a auto-avaliação das mulheres negras; 2. a natureza interligada da opressão; e 3. a importância da cultura das mulheres afro-americanas” (COLLINS, 2016. p.99).

Para Collins (2016), as mulheres negras americanas participaram da sociedade, compartilhando as vidas íntimas e privadas das famílias brancas ricas. A percepção feminina das mulheres negras ocasionou um lugar de compreensão única ao participar de fora das vivências, pois embora estivesse cuidando, elas não pertenciam, mesmo estando dentro do ambiente, permaneciam externas e marginalizadas.

O trabalho das mulheres negras foi restrito ao trabalho doméstico e familiar. Aponta os benefícios do status de *outsider within* para estudos e pesquisas ao informar: “1. a definição de objetividade como uma peculiar composição de proximidade e distância; 2. a

tendência das pessoas se abrirem para estranhos; 3. a habilidade de ver padrões que dificilmente podem ser percebidos por aqueles imersos nas situações” (COLLINS, 2016, p. 100). Afirma que o pensamento feminista negro consiste em ideias elucidadas de, por e para mulheres negras. Compreende sobre essas definições que: “primeiro, é impossível separar estrutura e conteúdo temático de pensamento das condições materiais e históricas que moldam as vidas; segundo, as mulheres negras defendem uma perspectiva singular sobre suas experiências; terceiro, o fato de se viver como mulher negra possa produzir visões compartilhadas” (COLLINS, 2016, p. 101).

Com base em Collins (2016), compreendemos que o pensamento feminista negro preocupa-se com as mulheres negras criarem, fortalecerem, reproduzirem os próprios padrões de tradição oral, a avaliação da condição feminina e dos papéis sociais. A autora afirma que a autodefinição desafia “o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas, substituindo imagens definidas com imagens autênticas de mulheres negras” (COLLINS, 2016, p. 102).

As mulheres negras buscam valorizar os aspectos da condição feminina que são estereotipados, ridicularizados e criticados na academia e mídia, insistem na autodefinição, na autoavaliação, na valorização da consciência própria, visando as estratégias de resistência aos sistemas de dominação. Destaca que a autodefinição e a autoavaliação das mulheres negras afro-americanas permite recusar a opressão psicológica incorporada. Considera que as mulheres negras percebem a opressão e a desigualdade; enquanto sujeito, são compreendidas como outro objetificado, cuja singular dimensão de poder reforça a oposição dicotômica, a dualidade, a diferença, a oposição, à dominação. Expõe que as feministas negras revelam a opressão das mulheres negras, perpassadas pela condição de raça, gênero e classe. Aponta a busca de uma alternativa holística e a perspectiva humanista para pensamento feminista negro, uma abordagem das interpretações teóricas sobre a sociedade.

A partir de Collins (2016), consideramos os temas centrais ao pensamento feminista negro: o significado de autodefinição e de autoavaliação e a cultura, visando determinar a importância da cultura da mulher negra, evidenciar a opressão e tornar referência ideológica,

de sua condição e vivência; a maternidade negra e a relação com seus filhos(as) de outras famílias; a consciência e o ativismo do reconhecimento e da busca de alteração das estruturas opressivas. Pontua que ocorre uma relação de interdependência entre as ações das mulheres negras no contexto das escolhas e as oportunidades que moldam suas vidas, pois as estruturas de opressão moldam o comportamento das mulheres negras, somente a consciência de si e da sociedade permite compreender a relação entre o mecanismo da opressão e a ação.

O significado sociológico do pensamento feminista negro se refere ao conteúdo das ideias e a influência do status de *outsider within* das mulheres negras na academia. Collins (2005) pondera que as mulheres negras apresentam suas próprias condições de análise que desafiam a dominância masculina, mas precisam ampliar a perspectiva para mudar o pensamento contraditório de tradição por um pensamento amplo, organizado e questionador. A percepção das mulheres negras acadêmicas advém de sua condição: “as *outsiders within* ocupam um lugar especial – suas diferenças sensibilizam a padrões difíceis de serem vistos pelos *insiders* sociológicos, aproximam-se de si mesmas e associam suas disciplinas à visão humanista de seus trabalhos – a liberdade de ser diferente e fazer parte da solidariedade humana” (COLLINS, 2005, p 123).

A partir dessa perspectiva do feminismo negro, das contribuições de *outsider within*, conduzimos esses estudos, ao considerar que na realidade brasileira, mulheres negras, pardas, indígenas, pobres, lésbicas, ainda são afetadas pela lógica patriarcal, sexista, capitalista, racista que impacta as famílias brasileiras. Apontamos a necessidade de romper com lógica de invisibilidade e indicar histórias de lutas, conquistas e desafios, com narrativas de mulheres no cotidiano.

Dialogando com essa perspectiva, destacamos a contribuição de Bell Hooks (2014), codinome definido pela própria autora para uso acadêmico, uma expoente na história americana sobre as mulheres negras, que enfoca a luta pela igualdade social, buscando o reconhecimento do impacto do sexismo sobre o status social, revelando o silêncio das oprimidas, ato de resignação, solidariedade e emancipação.

Bell Hooks (2014) pontua na História das Mulheres e nas lutas feministas as

divergências das mulheres brancas e as mulheres negras. O protagonismo feminino negro atua na defesa dos direitos, reconhece a natureza feminina como condição favorável. Explica que a socialização racista e sexista condicionou a desvalorização da feminilidade, pautando a identificação feminina negra sob aspectos pejorativos, de negação das próprias histórias. Defende que o movimento de mulheres brancas levantou a questão da opressão sexista, e o movimento das mulheres negras apresentaram o racismo opressor que reconhece a libertação como uma ilusão, diante da condição de submissão, de inferiorização e silêncio. Aponta que as mulheres americanas negras do século XIX reconheciam a necessidade de libertação da ordem social sexista e racista que oprimia as mulheres; pautaram as lutas pela igualdade racial e pela igualdade de gênero, como essencial para todos(as).

No século XX, Bell Hooks (2014) explica que as mulheres negras norte americanas se depararam com um duplo dilema nas lutas anti-sexismo e anti-racismo pelo sufrágio feminino, pois precisavam decidir sobre apoiar as mulheres brancas ou os homens negros: implicava se aliarem às mulheres brancas ativistas que manifestavam o seu racismo, ou apoiarem o sufrágio do homem negro implicava manter a ordem social patriarcal opressora. As mulheres negras de espírito revolucionário radical lutavam pela sobrevivência, se depararam com mudanças nas relações culturais políticas e sociais do povo negro, que levou ao declínio da luta para a revolução radical e forçou adaptação as reformas sexistas. Nos anos 1950, fortaleceram o movimento dos direitos civis junto aos homens negros pela igualdade racial. Nos anos 1960, pautaram a libertação negra e a luta de resistência ao racismo e a desigualdade de gênero. As mulheres negras foram direcionadas da luta pública para o espaço doméstico: “dito que deviam cuidar das necessidades da casa e criar os guerreiros para a revolução” (HOOKS, 2014, p.05). As ativistas negras resistiram às tentativas de coação, de opressão e submissão das exigências masculinas. “O que começou como um movimento de liberdade de todo o povo negro da opressão racista tornou-se num movimento cujo primeiro objetivo foi o estabelecimento do patriarcado negro masculino” (HOOKS, 2014, p. 05).

Esse lugar de subserviência que as mulheres negras foram colocadas exige reconhecer a força e a resistência de sobrevivência e submissão aos padrões sexistas e racistas. Bell

Hooks (2014) ressalta as divergências do movimento de mulheres brancas e o movimento das mulheres negras, pois estas eram afetadas pela dupla opressão sexista e racista. Reforça que as feministas brancas amenizavam a experiência feminina negra oprimida, quando reconheceram a dupla submissão (sexismo e racismo) suavizaram a subordinação negra. Quando o sexismo evidenciou que a sexualidade é a única característica auto-definidora das mulheres, houve recusa à identidade racial. “As mulheres liberacionistas brancas não desafiaram esta prática sexista–racista, o seu apoio à exclusão das mulheres negras foi revelado quando esboçaram analogias entre mulheres e negros, compararam o status social das mulheres brancas com o povo negro” (HOOKS, 2014, p. 07).

Esses relatos ajudam a compreender a dimensão segregacionista e discriminatória. A autora revela que desde quando se envolveu com o movimento de mulheres se incomodou com a insistência das mulheres brancas liberacionistas que separavam a raça e o sexo. “A minha experiência de vida mostrou-me que as duas questões são inseparáveis, que no momento do meu nascimento, dois fatores determinaram o meu destino, ter nascido negra e ter nascido mulher” (HOOKS, 2014, p 12). Acrescenta sobre a luta das mulheres negras: “a nossa luta pela libertação tem significado apenas se tiver lugar com o movimento feminista que tem o seu fundamental objetivo na libertação de todo o povo” (HOOKS, 2014, p 12).

Para Bell Hooks (2014) a experiência das mulheres negras escravizadas nos Estados Unidos reforça a presença do sexismo e do racismo. Explica que o sexismo institucionalizado – o patriarcado – constituiu a base do imperialismo social e racial. “O sexismo era uma parte integral da ordem social e política que os colonizadores brancos trouxeram das suas terras da Europa e teve um impacto grave no destino das mulheres negras escravizadas” (HOOKS, 2014, p. 14). Explicita que a mulher africana foi induzida à educação da obediência, da autoridade patriarcal, da tradição conservadora, como um sujeito ideal para a escravatura. As mulheres foram alvos de captura, tinham habilidades na agricultura, nos serviços de campo pesado e nos serviços domésticos de cuidado; na sua condição feminina também atenderiam aos serviços sexuais. Ocorria um rebaixamento, desagregação e exploração das mulheres negras na escravatura, pois elas assumiam funções subjugadas, desumanizadas,

desmoralizantes. A autora acrescenta que o sexismo colonial, enquanto sistema social, dos homens brancos patriarcais protegeu a sexualidade dos homens negros escravizados da violação homossexual, reforçou as humilhações, legitimou as violações e exploração das mulheres negras: “a escrava negra viveu em constante consciência da sua vulnerabilidade sexual e em perpétuo receio que algum homem, branco ou negro, tivesse o direito sobre ela de lhe assaltar e vitimizar” (HOOKS, 2014, p. 19).

De acordo com Bell Hooks (2014) a gravidade da violência às mulheres negras está impregnada na subjetividade e massacrada nos corpos: “o tratamento brutal das mulheres negras escravizadas pelos homens brancos expôs a profundidade do ódio masculino ao corpo das mulheres, consequência direta de atitudes misóginas em relação às mulheres que prevaleceu na sociedade americana colonial” (HOOKS, 2014, p. 23). Outra marca pode ser observada no fundamentalismo cristão, no qual as mulheres eram retratadas como sedutoras sexuais. Comenta que a socialização do homem branco em caracterizar a mulher como declínio moral possibilitou o sentimento anti-mulher. Os homens brancos proclamavam que a mulher era uma criatura pecadora, cuja fraqueza só poderia ser corrigida em nome de Deus; para julgar a virtude da mulher criaram leis que controlavam o comportamento sexual da mulher branca, para garantir que elas não perdessem o controle pela tentação da sedução. “Castigos eram distribuídos às mulheres que pisavam fora das fronteiras que os homens brancos tinham definido como o local das mulheres” (HOOKS, 2014, p. 23).

A divergência das representações das mulheres brancas e negras revela a transformação da mudança da imagem da mulher branca como pecadora e sensual para a senhora virtuosa; em paralelo, se consolidou a exploração sexual das mulheres negras escravizadas. Os discursos da mulher como mãe e companheira subserviente aconteceu em paralelo com a prostituição. Bell Hooks (2014) explica como essa distinção racismo – sexismo afetou a subjetividade das mulheres, pois enquanto os homens americanos idealizaram a natureza feminina branca, assediavam e brutalizavam sexualmente as mulheres negras. “O racismo foi a única causa dos cruéis atos sádicos de violência perpetrados pelos homens brancos sobre as mulheres negras escravizadas” (HOOKS, 2014, p. 25). Informa a

repercussão da misoginia: “o ódio profundo das mulheres que estava enterrado na mente dos colonizadores brancos pela ideologia patriarcal e os ensinamentos religiosos anti-mulher, motivaram e aprovaram a brutalidade masculina branca contra as mulheres negras” (HOOKS, 2014, p. 25). A autora ressalta que nas colônias americanas, os colonizadores brancos desejavam caracterizar a identidade e rotular o povo negro como selvagens sexuais.

Segundo Bell Hooks (2014) a associação do uso do corpo feminino para lascívia masculina perpetrou a condição feminina das mulheres. Aponta que “a mulher foi designada como a causadora do pecado original, as mulheres negras eram naturalmente vistas como a personificação da maldade e da luxúria sexual” (HOOKS, 2014, p.25). Os títulos e estigmas em relação às mulheres negras afetaram a constituição de sua subjetividade, elas foram rotuladas como sedutoras sexuais e acusadas de induzir os homens brancos aos pecados, pois distantes da pureza espiritual, eles sucumbiram à tentação sexual feminina. Os homens brancos foram moralmente responsáveis pela violência sexual sobre as mulheres negras. As doutrinas religiosas acometeram as mulheres negras à satisfação sexual masculina.

Explica que o histórico de violação da condição humana e da dignidade das mulheres negras representam as situações de terror e tragédias com humilhações, castigos dos corpos femininos, nos espetáculos públicos, para a misoginia patriarcal escravocrata. Observa que a procriação foi um método socialmente legitimado de exploração sexual das mulheres negras, pois o processo social e cultural enlaçado a esse fato aponta que os homens brancos americanos colonizadores definiram a procriação como primeira função das mulheres escravizadas. “Nas comunidades tradicionais africanas as mulheres negras amamentavam os seus filhos com o seu leite até a idade de dois anos, nesse período, não tinham relações sexuais e espaçavam a suas gravidezes, permitia tempo para recuperarem fisicamente” (HOOKS, 2014, p. 29). Por não concordar com essa prática cultural e social, os colonos violentavam as mulheres escravizadas.

Conforme Bell Hooks (2014) a exploração sexual das mulheres negras escravizadas constituiu uma consequência da política sexista patriarcal colonial nos Estados Unidos. O racismo foi expresso na escravização do povo negro, o sexismo determinou o destino de

exploração das mulheres negras, potencializando uma sub-cultura entre as relações de reprodução de homens escravizados e mulheres negras, possibilitando uma política sexual que obrigava as mulheres escravizadas a procriarem constantemente. Todavia, essa prática não disseminou, devido à resistência negra ao acasalamento forçado, ocorreram insurreições sociais que resultaram na permissão da escolha dos próprios parceiros sexuais entre os(as) escravizados(as). “Enquanto os deslocados africanos assimilaram os valores americanos, desejaram a eclesiástica e cerimônia civil que os seus donos e donas tinham; eles desejavam o reconhecimento público da sua união” (HOOKS, 2014, p. 32).

O povo negro escravizado foi induzido as definições patriarcais dos papéis sexuais masculino–feminino, sendo a função social da mulher cuidar da casa doméstica, criar as crianças e satisfazer as vontades dos maridos. A exploração das mulheres negras escravizadas para o trabalho forçado como homens não possibilitou uma consciência feminina sobre a igualdade social entre os sexos, elas sentiram a amargura e os ressentimentos do não reconhecimento pela cultura dominante, pois não usufruíram privilégios das mulheres brancas. Ressalta: “modéstia, pureza sexual, inocência e modos submissos eram qualidades associadas à natureza feminina e feminilidade que as mulheres negras escravizadas tentavam adquirir apesar das condições sobre as quais continuamente viviam” (HOOKS, 2014, p. 36).

Com base em Bell Hooks (2014), apontamos o condicionamento racista-sexista do povo americano, que expressou a desvalorização da condição humana das mulheres negras. As feministas brancas minimizaram a opressão sexual das mulheres negras, ignoraram o assédio sexual, a violação da invisibilidade como sujeitos, da exploração sexual pelos homens como sexualmente permissivas, disponíveis, depravadas, imorais, pervertidas, desejosas dos assédios sexuais. São resquícios desse pensamento: “o estereótipo das mulheres negras como sexualmente selvagens, em termos sexuais, uma não-humano” (HOOKS, 2014, p. 39). Afirma que o povo branco estabeleceu uma hierarquia social baseada na raça e no sexo: “homens brancos em primeiro, as mulheres brancas em segundo, homens negros eram classificados em terceiro e as mulheres negras em último” (HOOKS, 2014, p.40). Essa representação cultural, ideológica, simbólica da exploração sexual racial significa a

afirmação da política sexual de violação que incide sobre a mulher negra.

A partir de Bell Hooks (2014) afirmamos que no final da escravidão americana, as mulheres e os homens se depararam com a noção de liberdade individual sobre a sexualidade, uma emancipação sem a regulação social sobre as relações sexuais, as escolhas de parceiros(as), a expressão do desejo. Afirma que durante os anos da *Black Reconstruction*, as mulheres negras lutaram para alterar as imagens negativas da natureza feminina negra perpetuadas pelos brancos. “Tentando dissipar o mito de que as mulheres negras eram sexualmente perdidas, elas copiaram a conduta e os maneirismos das mulheres brancas” (HOOKS, 2014, p.41). Diante desse contexto cultural, explica que quando o povo negro tentou mudar as imagens estereotipadas da sexualidade das mulheres negras, a sociedade branca resistiu. As mulheres negras foram rechaçadas publicamente, sofriam abusos físicos e sexuais, violência, discriminação: “Uma mulher negra bem vestida e limpa, conduzindo-se a si mesma de uma maneira apropriada, era alvo de lama atirada por homens brancos que ridicularizavam e vaiavam os seus esforços de melhoramento” (HOOKS, 2014, p. 42).

Tomando por referência Bell Hooks (2014) consideramos a desvalorização da natureza feminina negra, reflexo da inexistência de proteção das mulheres negras pelo povo branco, a discriminação cultural e satisfação sexual, dos papéis sociais decorrentes dos discursos racistas e sexistas sobre o povo negro. As relações sexuais eram objeto de preconceitos entre as mulheres negras e os homens brancos, sendo permitido o sexo interracial, desde que não conduzisse ao casamento. Ressalta que os estigmas do mito das mulheres negras serem infiéis e moralmente perdidas permite aos homens brancos as desvalorizarem e evitarem casamentos, aqueles que respeitavam as mulheres negras foram perseguidos, desaprovados publicamente. Perpetuaram as imagens negativas da natureza feminina negra, reforçando um status de inferioridade nas relações afetivas. As discriminações, os preconceitos, os estereótipos de desvalorização sistemática das mulheres negras conduziu à degradação da participação na sociedade.

Informa sobre a mobilização das mulheres quanto ao culto da verdadeira natureza feminina, que alcançou o ápice nos EUA no início do século XX: as mulheres negras

buscaram validar seu mérito nas famílias, trabalhavam para prover economicamente os seus filhos e demonstravam o seu amor através de auto-sacrifícios. Este reconhecimento social reforçou a atitude dos homens brancos que rotularam o trabalho duro das mulheres negras que estavam preocupadas em gerar um ambiente amoroso e compreensivo para as suas famílias como estereótipos negativos da natureza feminina” (HOOKS, 2014, p.51).

Para Bell Hooks (2014), as construções sociais sobre matriarcado repercutiram com estereótipos sobre a mulher negra, através de mitos e crenças que desacreditavam suas contribuições, as tornavam sub-humanas, mesmo diante do esforço no trabalho, suportando adversidades, violências, privações, realizando as tarefas de cuidar da casa, cozinhar e criar as crianças. Essa representação da força feminina matriarcal ameaçava o patriarcado, que exercita a opressão sobre a submissão feminina, pois as características de superioridade masculina sobressaem à inferioridade feminina, o referencial era o homem, a mulher era marginalizada, incapaz de viver igualdade social e racial. A consciência sobre a solidariedade política entre as mulheres permitiu questionar o patriarcado, mas não superou.

Reconhecendo a teoria do matriarcado, Bell Hooks (2014) informa que buscava a identidade feminina na família negra, com representação de visibilidade, orgulho, honra e pertencimento. A suposição de sociedades matriarcais representava uma possibilidade para conservação da cultura africana e substituição dos termos pejorativos ofensivos às mulheres negras. Explica que os homens brancos usaram o mito das mulheres negras serem sexualmente perdidas para desvalorizar a natureza feminina negra, usaram o mito da matriarcalidade para afirmar que as mulheres negras eram destruidoras da confiança dos homens. As mulheres negras foram afetadas e rotularam-se como matriarcas porque se perceberam privilegiadas. Os colonizadores afetaram os colonizados com táticas opressivas, estratégias escravagistas para prevenir as revoltas, na ordem do simbólico, indicando caminhos para conter rebeliões, para aceitarem a liberdade dada pelo seu dono, que seria melhor do que rompimento da escravatura e a ruptura do sistema. “Os colonizadores brancos encorajavam as mulheres negras, que eram oprimidas economicamente e vitimizadas pelo sexismo e pelo racismo, em acreditarem que eram matriarcas, que exerciam controle social e

político sobre as suas vidas” (HOOKS, 2014, p.58).

Considerando os apontamentos de Bell Hooks (2014) o mito da matriarcalidade negra que disseminou a imagem da mulher negra como masculinizada, dominadora, que expressava a habilidade em suportar a adversidade, possuindo uma força animalesca sub-humana, era uma fantasia coerente e compatível com a crença da natureza feminina negra. Em relação ao mundo do trabalho, a participação das mulheres negras foi afetada por medo, insegurança, repressão, submissão, elas foram desencorajadas a potencializar suas carreiras, impactadas ideologicamente pela noção de superioridade e autoridade masculina. O estereótipo das mulheres negras como fortes e poderosas dominou o imaginário, conformando as noções sexistas de feminilidade e passividade para resistente, dominadora e forte. Enfatiza o fato histórico do feminismo branco não ter reconhecido o impacto do sexismo sobre o estatuto social das mulheres negras. As mulheres brancas burguesas não reconheceram a dominação masculina sobre as mulheres, pautaram o poder patriarcal, a desigualdade de classe, mas ignoraram a desigualdade racial.

O reconhecimento de que as mulheres negras trabalhavam fora de casa por uma questão de sua sobrevivência e de suas famílias era estranho às mulheres brancas. Diferente dos homens brancos patriarcas, os homens negros não abarcavam as despesas de casa, as mulheres negras tinham que se reinventar para garantir o sustento das famílias. Bell Hooks (2014) afirma que a mitologia sexista e a misoginia caracterizaram a natureza feminina negra de forma pejorativa, desvalorizada, desqualificada, evidenciando uma identidade sob o olhar masculino, machista, patriarcal, silenciando a construção da própria identidade positiva, a auto-afirmação pelas mulheres negras. A opressão, a discriminação, o preconceito, o estereótipo incidiram marcas simbólicas na construção da subjetividade feminina negra. O patriarcado promove a violência masculina contra as mulheres, os homens são incentivados a agredir e abusar dos seus subordinados: as mulheres e as crianças. A brutalidade doméstica e familiar é incentivada e apoiada pelo domínio masculino. No campo da sexualidade e das relações afetivas da hierarquia sexual, socialmente construída, culturalmente legitimada, as mulheres negras são rejeitadas e as brancas são desejadas por homens brancos e negros.

Quando se observa a escrita feminista, Bell Hooks (2014) expressa que as mulheres denotaram amargura, raiva, ódio sobre os opressores masculinos, visando desconstruir a romantização dos modelos de papéis sexuais que negam a humanidade às mulheres. Ressalta que o patriarcado mantém a opressão, dissemina a violência, separa homens e mulheres, fragmenta a vida humana. Contudo, a ideia conservadora do patriarcado vem se dissipando na sociedade contemporânea. “Desde que o patriarcado se tornou um sub-tema debaixo do dominante sistema do imperialismo e capitalismo, os homens patriarcas não servem as suas famílias e comunidades mas servem os interesses do Estado” (HOOKS, 2014, p. 83). A luta contra o imperialismo racial expressa a polarização da opressão/subordinação, reforça a desigualdade. Sobre esse princípio, comenta que a libertação só é possível sem patriarcado, sem racismo, sem sexismo, sem fascismo. “A liberdade como igualdade social positiva que garante a todos os humanos a oportunidade de modelar o seu destino na riqueza e produtividade comum, só pode ser uma realidade completa quando o nosso mundo não for mais racista e sexista” (HOOKS, 2014, p. 85).

Bell Hooks (2014) compreende o racismo como discriminação e preconceito contra as pessoas negras. Considera que o primeiro reconhecimento da opressão racista institucionalizada é causado por uma experiência pessoal direta ou através de informação coletada por discursos culturais ao longo da vida. A compreensão das mulheres sobre o racismo como uma ferramenta política do colonialismo e imperialismo é limitada diante da experiência de ódio racial ou testemunho da dor, que impossibilita a compreensão da origem, a evolução e o impacto mundial.

Bell Hooks (2014) critica as feministas brancas sobre a ausência da consciência de opressão da política racial e patriarcal. O feminismo como ideologia política contribuiu para pensar as desigualdades, a primeira defesa dos direitos das mulheres brancas não defendeu a igualdade para todos e todas. No início do século XX, houve tensionamentos na luta dos movimentos por direitos das mulheres brancas e negras, pois o feminismo branco não renunciou seu apoio à supremacia branca para apoiar as mulheres. O movimento negro focou o racismo e os direitos das mulheres quanto ao trabalho. Nos EUA, a ideologia racista

reconhecia as mulheres brancas e as não brancas, consideradas as outras. O patriarcado reforçou a identidade racial branca, pois o sujeito da raça se constitui político. Os modelos racistas e sexistas reforçam a exclusão das mulheres negras. Acrescenta que embora as mulheres brancas expressassem o desejo de irmandade, solidariedade, generosidade, não aceitaram as mulheres negras nos seus grupos; as mulheres negras rejeitaram as propostas das brancas, pois afirmavam que elas não vivenciaram a opressão, o sexismo, o racismo. Acreditavam que as mulheres brancas liberacionistas enfatizaram o trabalho como o caminho para a libertação, mas não perceberam a dimensão de classe, sobre as mulheres negras.

Referenciando Bell Hooks (2014) entendemos que o movimento das mulheres negras aceitaram os feminismos, mas reconheceram que não foram contempladas nas lutas anti-racismo e anti-sexismo. Apontam que nessa disputa, competição e concorrências, as mulheres perdem porque fragmenta a política sexual que privilegia o masculino. Explica que o surgimento dos grupos de feministas negras polarizou a luta entre as liberacionistas negras e brancas. As mulheres brancas criaram grupos separados porque não reconheciam o racismo e o sexismo. Essa polaridade fragmentou a participação feminina, reforçando os “estereótipos negativos das mulheres brancas como passiva, parasita, ser privilegiado que vive a partir do trabalho dos outros como um modo de ridicularizar as mulheres brancas liberacionistas” (HOOKS, 2014, p 109).

A estranheza entre as mulheres negras e brancas ocorreu devido ao desacordo sobre o racismo dentro do movimento de mulheres resultando em divergências nos dois grupos. Os conflitos entre as mulheres negras e brancas começaram durante a escravatura do povo africano na América colonizada, que marcou o início da mudança do status social da mulher branca. Antes da escravatura, a lei patriarcal decretou as mulheres brancas como os seres inferiores. Bell Hooks (2014) conclama: “se as mulheres querem uma revolução feminista temos que assumir a responsabilidade de trazer as mulheres juntas numa solidariedade política, eliminar todas as forças que dividem as mulheres” (HOOKS, 2014, p 113). Considera que as mulheres são responsáveis pela divisão entre si, por isso a responsabilidade em eliminar o racismo que fragmenta o radicalismo feminista, para superar sentimentos de

culpa, vitimização, vergonha, raiva, para alcançar atitudes de solidariedade feminina, da realização pessoal, intelectual.

Considerando Bell Hooks (2014) informamos que houve o desprezo e desrespeito pela natureza feminina negra no século XIX: “a mulher negra era uma criatura sem valor para o título de mulher; era meramente a propriedade de alguém, uma coisa, um animal” (HOOKS, 2014, p. 115). As mulheres negras expuseram a opressão racista, a discriminação sexista, a segregação racial, lutavam por medidas reformistas e revolucionárias sobre suas condições de vida. No século XX, as mulheres brancas apoiaram o imperialismo racial branco, repudiaram os sentimentos de empatia e solidariedade política com o povo negro, traíram a crença feminista do voto para as mulheres. O comprometimento dos princípios feministas permitiu à estrutura de poder patriarcal cooptar a energia das mulheres sufragistas e usar os votos das mulheres para fortalecer a estrutura política anti-mulher. As mulheres brancas não usaram os seus privilégios de voto para apoiar as questões das mulheres, votaram como os homens. As sufragistas brancas militantes tinham esperança que as mulheres usassem o voto para formar o seu próprio partido. Os privilégios de voto nas mulheres não modificaram o destino da mulher na sociedade, tornaram as mulheres capazes de manter o imperialismo racista branco patriarcal social.

As divergências entre os movimentos das mulheres brancas e das mulheres negras passavam pela igualdade social, racial, sexual na aceitação do imperialismo racial branco e as políticas racistas. Bell Hooks (2014) explica que apesar das mulheres brancas do *Woman's Party* continuarem a luta feminista, as mulheres negras não eram participantes ativas. As suas energias estavam focadas em resistir à opressão racial. Enquanto as mulheres brancas lutavam por direitos iguais, as mulheres negras lutavam para sobreviver, para melhorar as condições das massas de povo negro pobre e para prover oportunidades educacionais. Nos anos 1920 – 1940, as mulheres negras ativistas apelaram às massas para impedir o sexismo na luta de libertação do povo negro e a segregação racial. Nos anos 1950 prevaleceu a socialização das mulheres negras e brancas trabalhadoras para reagirem aos prejuízos da guerra com as atividades masculinas e femininas. As mulheres negras questionavam a

feminilidade idealizada. Homens e mulheres negras divergiram sobre sua condição de raça e tentavam adequar os padrões sociais dominantes brancos.

Bell Hooks (2014) comenta que o povo dos EUA considerava a imagem das mulheres negras como forte, impetuosa, independente. As mulheres negras contemporâneas questionaram o domínio patriarcal, a passividade da feminilidade, a submissão ao *status quo* e a política racial. As mulheres negras competiram com as mulheres brancas pela atenção masculina, aceitaram o sexismo dos homens negros porque tinham medo da solidão. “O receio de ficar sozinha, de não ser amada, foi o motivo pelo qual as mulheres de todas as raças passivamente aceitaram o sexismo e a opressão sexista, o papel feminino definido” (HOOKS, 2014, p. 131). A autora expõe as divergências quanto ao sexismo e ao racismo. A sua visão e posição periférica permitiu reconhecer que o potencial radicalismo da ideologia feminista foi afetado por mulheres que discursavam objetivos revolucionários mas que desejavam a estrutura de poder capitalista e patriarcal. Ela critica as feministas brancas que usaram a libertação das mulheres como caminho para participação no sistema sexista.

Bell Hooks (2014) considera que o movimento contemporâneo feminista foi influenciado pelo desejo das mulheres em eliminar a opressão sexista, tornou-se um sistema cultural que possibilitou as mulheres e os homens o desejo de mudança coletiva. Pontua que o feminismo foi afetado pelo narcisismo, ganância e o oportunismo, pautou mas não eliminou a discriminação e opressão sexista. A ideologia feminista esvaziou-se em discursos, sobre resistência e revolução enquanto se enfraquecia no sistema capitalista patriarcal. Comenta que “exigir o fim da institucionalização do sexismo não assegura o fim da opressão sexista” (HOOKS, 2014, p 136). Expressa que a luta feminista não alterou a desigualdade social e o sistema capitalista patriarcal, imperialista, racista, sexista e opressivo, não libertou as mulheres nem as desvinculou da responsabilidade pela mudança.

As mulheres negras consideravam que a mudança ocorre quando há ação, movimento, revolução. “O seu sofrimento, a severidade do seu destino num mundo racista, sexista e a sua preocupação com o destino dos outros motivaram-nas a juntar-se à luta feminista” (HOOKS, 2014, p.137). Considera a contradição das mulheres brancas e o movimento de libertação de

mulheres ser racista. Usa o termo feminismo para focar a libertação dos padrões dos papéis sexistas, de dominação e de opressão. Afirma que as mulheres negras nos Estados Unidos recusam reconhecer a luta feminista, temem o movimento da mudança, o confronto com o racismo e sexismo. “Apenas poucas mulheres negras reacenderam o espírito da luta feminista que agitou os corações e as mentes das nossas irmãs do século XIX” (HOOKS, 2014, p. 139).

Diante das interdições sociais, defendemos a garantia da existência livre das mulheres. Sistemas de opressões desde o surgimento do patriarcado, a emergência do cristianismo, a expansão capitalista, expressam os discursos e práticas de sujeição das mulheres, o controle dos corpos femininos, a punição pela expressão de sua sexualidade, construções simbólicas, reproduzidas em autoridades, disseminadas em proibições que impactam a subjetividade feminina, com a regulação dos desejos, normatização das representações, disciplinam as práticas de liberdade. O conhecimento científico foi escrito por homens emergindo um discurso masculino que desqualifica as mulheres, a ausência da escrita feminina compromete a compreensão da História das Mulheres.

4.4 Hoje eu sou livre, se puder ajudo outra mulher, a gente precisa tá é com a gente

Nascemos imensidão perdemos a conexão
 Pela doença de ouvir a voz da falsa razão
 Abrindo os olhos sem acordar fechando o olho da intuição
 Abrimos mão de enxergar o desabrochar da vida
 Obedecer, entristecer, procrastinar, sem tempo de ser
 O que a nossa alma pede, dentro de nós acumulamos pesos cruéis
 Acreditando que é assim que a vida é o que a nossa alma pede
 Dentro de nós acumulamos pesos cruéis, acreditando que é assim que a vida é
 Tá na hora de reagir, entender que somos gigantes
 Ocupar o nosso lugar, acolher nossas almas
 Nunca é tarde pra replantar nossa terra é de amor infindo
 A semente vai germinar é assim que a vida é
 Compositores: Flaira Ferro / Ylana Queiroga

Usamos essa letra pra nos lembrar que o momento da mudança se faz presente, mas é preciso plantar novas praticas para colher novas posturas. É necessário agir para transformar, buscar alternativas e estratégias. Superar a lógica dos aprisionamentos e ter tempo para ser as mulheres que buscamos nos tornar, ocupando lugares, rompendo barreiras, superando limites,

Para discutir o termo interseccionalidade, abordamos sobre o tema da etnicidade com as mulheres, buscando identificar a percepção delas sobre as intersecções entre gênero, raça/etnia e classe social. Pensamos sobre as origens étnicas, as mudanças e formas de resistência das mulheres em suas famílias. A questão geradora sobre esse tema foi: Como você se define em relação à etnicidade?

Conforme os relatos de Araújo adiante entendemos a percepção dessas mulheres.

ARAÚJO: Eu sou parda, escutei preconceito sobre o meu cabelo a vida toda na escola, perguntando se molha, se penteia. Um dia no instagram um cara queria sair comigo e eu não quis, ele disse: só podia ser mulata com esse cabelo! Fiquei muito chateada, ele agiu assim devido a uma rejeição minha por ele. Antes eu ficava calada, hoje eu falo e me posiciono, é naturalizada a discriminação, as formas de falar sobre as pessoas, não deveria existir isso. Acho que tem mudado a atualidade a representação, por exemplo: a Maju (apresentadora) se tornou âncora, uma repórter negra como referência de jornalismo. As pessoas tem percebido mais essa problemática, não ficar calado em relação a isso, precisam falar, é difícil, mas é necessário falar sobre as vivências, ajudar outras pessoas, acolher, tá junto. As pessoas naturalizam esse achar que pode se meter e falar do corpo das outras mulheres. Não devemos ficar caladas diante de injustiças. Eu escuto a vida toda que não posso fazer muitas coisas, minha identidade, minha sexualidade, minha religiosidade, tudo que fazia não era coisa menina, não deveria ser quem eu era. Hoje eu sou livre, se eu pudesse ajudar alguém, outra mulher, eu abraçaria muito forte, diria: tenha calma, tenha coragem, tenha paciência,

vai ficar tudo bem. O mundo pode ser menos cruel, a gente precisa tá com a gente. Eu renuncie muito de mim ao me calar para ser outra pessoa, deixei de ser quem eu era, perdi minha infância e adolescência pensando no que o outro ia achar, tento fazer melhor.

Araújo relata seu processo de descoberta em relação a sua percepção da identidade e representação social como mulher negra. Em sua trajetória aponta as violências sofridas pela cor da pele e pelo seu cabelo. Informa a crueldade do racismo, do sexismo e do classicismo com as crianças e aponta que nós precisamos mudar essa realidade construindo formas de existir e transmitir novos valores com respeito às meninas.

Por outro ângulo, Odorico se manifesta.

ODORICO: A gente cuida de tudo, do marido, dos filhos, do neto da casa, e esquece da gente, fica por último, esquece de nos amar. Eu me amo. A gente acorda cedo pelos nossos filhos, primeiro eles, depois o marido e divide o pão de cada dia. A história da minha mãe: ela era da roça, mas não queria ficar lá no interior, veio pra Fortaleza. Ela teve uma origem muito sofrida, perdeu marido muito nova, criou os filhos com dificuldade, casou de novo. Meu sobrenome materno tem origem em Itapajé e o paterno é de Amontada. Minha família era indígena, minha avó era descendente de índio. Considero que sagrado é o amor. Deus está comigo toda hora que preciso na alegria e na tristeza, eu vou na igreja quando me sinto à vontade, vou à missa quando quero.

Odorico comenta sobre sua história de respeito e percepção do amor a si mesma. Aponta o quanto as mulheres abdicam de si para cuidar do outro e se afasta de suas raízes e suas origens. Conta sobre a necessidade de valorização de reconhecer suas famílias.

Destacamos sobre essa temática, a percepção sobre a representatividade, como um indicativo de resultado. As mulheres percebem quem são como pardas, mas não reconhecem a origem negra e indígena de suas famílias. Relacionam a necessidade de ter mulheres ocupando diversos espaços como forma de potencializar a representatividade.

Embora os relatos das mulheres apontassem discriminação étnico-racial, apenas duas mulheres jovens falaram sobre a desigualdade de raça, gênero e classe articuladas, identificando que a situação das mulheres negras e pobres é singular na realidade. Buscamos olhar as tradições das famílias, perceber as mulheres do cotidiano, que encontram na rotina os desafios de viverem de forma digna. Observamos que o preconceito racial e a desigualdade

de gênero estavam presentes na formação das famílias, quando elas relatam a dificuldade do acesso à educação, ao trabalho, as limitações e apontamentos por serem mulheres negras ou pardas e pobres.

O relato de percepção dessa condição permite a construção de estratégias para mudar essa realidade de negação e possibilitar apoio a mulheres com a construção de um mundo sem sexismo, racismo e classicismo. Observamos o privilégio de entender as próprias origens, afirmar o nome e sobrenome que as define em suas famílias. O nome é uma afirmação para a existência no mundo, um chamado, para uma raiz ancestral, para a história das gerações contadas através da oralidade.

Articulamos os estudos feministas aos estudos da História das Mulheres, reconhecendo a diversidade das interlocuções feministas. Nesse percurso, identificamos na contemporaneidade duas perspectivas que corroboram as abordagens que consideramos coerentes com nosso trabalho. Aliadas a perspectiva histórica do pensamento feminista negro, enfatizamos a Interseccionalidade e a Anticolonialidade. Descreveremos a seguir aproximações com essas perspectivas.

Os estudos sobre os direitos das mulheres demarcam os aspectos normativos a partir da legislação sobre o princípio da igualdade de gênero, expresso no âmbito dos direitos humanos. A desigualdade de gênero é uma afronta à proposta da Declaração Universal dos Direitos Humanos, pois implica o poder e o domínio sobre as mulheres. A reivindicação de Direitos Humanos para as mulheres ocorre devido ao silenciamento das mulheres como sujeitos independentes da condição e autoridade masculina. A história dos Direitos Humanos é afirmada por meio de documentos legais fundamentais: a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789); a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas - ONU (1948); Carta das Nações Unidas; Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulheres, Conferências Mundiais: de Cairo, de Viena, de Beijin, de Durban.

No Brasil, acompanhando esses instrumentos formais, acrescenta-se em relação aos direitos humanos: Constituição Federal de 1988, a Lei Maria da Penha de 2006, a Lei sobre

Feminicídio. Ao longo do século XX ocorreram mudanças significativas quanto à relevância da desigualdade de gênero em relação aos direitos humanos das mulheres. Com a criação dos dispositivos, a perspectiva de gênero e raça passou a orientar os direitos quanto às violações, discriminações e preconceitos contra as mulheres.

Em relação a discriminação racial e desigualdade de gênero, a jurista negra, Kimberlé Crenshaw que se consagrou como a teórica da interseccionalidade, ao defender as mulheres negras contra a discriminação de raça, de sexo e de classe. Crenshaw (2002) considera que as mulheres vivenciam discriminações, intolerâncias e violações dos direitos humanos, afirma a necessidade de compreender a interseccionalidade entre gênero e identidades, para analisar as vulnerabilidades, os riscos, a subordinação e a opressão femininas. Explica que a interseccionalidade é uma forma de conceituar os problemas analisando as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre eixos da subordinação: “trata da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes” (CRENSHAW, 2002, p.175). A interseccionalidade se refere às ações e políticas específicas que geram opressões a partir do desempoderamento.

Crenshaw (2002) discorre que a opressão interseccional evidencia a violência contra as mulheres baseada na raça ou na etnia e no gênero, compreendida como uma subordinação interseccional afetadas pelo racismo e o sexismo, expressando violações que refletem um recorte de gênero, racial ou étnico das mulheres. Explicita que mulheres de comunidades marginalizadas racial, cultural ou economicamente, buscam se organizar para mudar suas condições de vida, defendendo direitos contra as classes dominantes. Ressalta que a análise dominante dificulta a identificação da vulnerabilidade interseccional das discriminações sexistas e racistas. Reitera que a visibilidade da subordinação interseccional demanda metodologias que desvendem as origens das estruturas de subordinação, uma vez que as mulheres tiveram suas vidas perpassadas pelos laços sociais dos direitos humanos.

Crenshaw (2002) apresenta o conceito de interseccionalidade como ponte entre instituições e as questões de gênero e de raça, presente nos discursos sobre os direitos

humanos. Identifica a interface entre a discriminação racial e a discriminação de gênero que afeta as mulheres negras. Expõe que os mecanismos legais e institucionais não reconhecem a conexão mútua de exclusão entre mulheres negras. Observa a interação entre os direitos humanos e os direitos das mulheres, pautados na desigualdade de gênero, atentando para o reconhecimento e proteção das mulheres quanto ao gênero e raça. Sugere que a interseccionalidade apreende grupos sobrepostos, considerando outros aspectos de discriminação: classe, geração, deficiência, sexualidade. Destaca que as mulheres negras são afetadas em decorrência de diversos tipos de discriminação. Propõe a interseccionalidade como forma de interação das questões de gênero e raça para compreensão sobre a desigualdade e discriminação que afeta as mulheres, decorrente do sexismo e racismo, não separando os tipos de proteção que garante os direitos das mulheres. Reafirma: “a interseccionalidade oferece uma oportunidade de fazermos com que todas as nossas políticas e práticas sejam, efetivamente, inclusivas e produtivas” (CRENSHAW, 2002, p. 16).

Nessa mesma linha de articulação, Arruzza et al. (2017) demarcam que o século XXI será feminino. No novo milênio, é importante percebermos as transformações sociais, econômicas, culturais e políticas e as mudanças sobre a vida das mulheres. As autoras consideram que mesmo com avanços, ainda há resquícios do patriarcado, de crises social, econômica, política, ética, ambiental, cultural, que afetam a identidade, o pertencimento e as condições de vida das mulheres. Afirmam que a luta feminista se expressa de forma “combativa, anticapitalista, ecossocialista, antirracista, internacionalista”.

Arruzza et al (2017) explicam que só é possível a libertação e a emancipação das mulheres se a liberdade for para todos e todas. Pontuam que diante das relações de poder desiguais é necessário rever, subverter, transformar e não paralisar a luta, reconhecendo os públicos vulneráveis, invisíveis, subalternizados, viabilizando espaços de convívio sem opressão, exploração, pautando a colaboração, a solidariedade. As autoras defendem um feminismo que pauta diferentes e complexas propostas em relação as mulheres negras, contra a militarização da vida e o genocídio dos corpos negros, pelas ações do Estado. Defendem que o feminismo das 99% é antirracista, ecossocialista, antiLGBTfóbico. Explicam que o 1%

restante corresponde a classe dominante que detém mais da metade da riqueza mundial.

Em termos epistemológicos, Arruzza et al (2017) afirmam que o feminismo das 99% articula raça e etnia, gênero e classe, possui uma dimensão teórica e prática acessível e concreta para as mulheres brasileiras e do mundo alcançarem popularidade e emancipação. Assumem um compromisso ideológico, político e ético em pautar demandas sociais, econômicas, culturais, políticas questionando os valores dominantes e hegemônicos que expressam desigualdades sociais, étnico raciais: reflexos do patriarcado, da escravidão, da elite masculina branca colonizadora, burguesa, agrária, proprietária, hetero-sexista, cristã, que disseminou violências para as mulheres brancas, negras e indígenas. “Nosso feminismo é sobre mulheres indígenas, caiçaras, camponesas, ribeirinhas, quilombolas, trabalhadoras domésticas, não prescinde de lutar pelo bem viver, pela justiça ecológica e pela superação da separação, que remete aos tempos coloniais no Sul global, entre homens, mulheres e natureza” (ARRUZZA et al, 2017, p. 13). Ressaltam que essa perspectiva é inseparável da percepção ecológica do bem viver.

Arruzza et al (2017) ressaltam que esse feminismo questiona a concepção universalista de mulher, reconhece o termo mulheres para nomear as diferenças de segregação, opressão que afetam as negras e indígenas, latino-americana. Expressam o enfrentamento à banalização militarizada de vida que afeta, explora e enquadra a população negra e pobre, que ocupam os postos de trabalhos informais, terceirizados e precarizados. Esse feminismo exprime resistência a todas as formas de opressão e exploração. Reconhecem a necessidade de fortalecer um público oprimido com perfis: mulheres, negras, indígenas, brancas, migrantes, cis, trans, hétero, domésticas, cuidadoras, trabalhadoras sexuais; remuneradas, assalariadas, desempregadas, subempregadas; jovens ou idosas. Pontuam o efeito do sistema capitalista: “o capitalismo é a barbárie. Transforma tudo em mercadoria” (ARRUZZA et al, 2017, p.14).

As famílias também são impactadas por essa diversidade, etnicidade, nacionalidade, religião, migração, pelo trabalho remunerado excessivo ou a ausência dele que afeta os rendimentos familiares, levando ao limite a unidade e equilíbrio das dinâmicas familiares

para produção e reprodução social. Os modelos de família na atualidade refletem as dinâmicas sociais contraditórias da vida pessoal e coletiva na sociedade capitalista perpassada pela divisão da produção material e reprodução social. Uma das mudanças que afetam as famílias ocorreu com a passagem das famílias patriarcais estendidas baseadas no parentesco, para a família burguesa nuclear heterossexual e restrita da modernidade.

Na atualidade, a manifestação capitalista de modelo neoliberal aprofunda a exploração do mercado para o lucro, ganha o apoio internacional da extrema direita neoliberal, reacionária, conservadora, populista. Desse contexto, apontam Arruzza et al (2017) que emerge a defesa da luta feminista “anticapitalista, ecossocialista, antirracista, internacionalista, antineoliberal”, a defesa do direito à vida, o bem viver, a liberdade, a responsabilidade consigo, com o outro e com a natureza, a preocupação com a humanidade.

Arruzza et al (2017) explicam que os debates sobre a sexualidade humana e as lutas sexuais expressam posicionamentos opostos e contraditórios: o reacionarismo sexual versus o liberalismo sexual. “As forças reacionárias buscam criminalizar práticas sexuais que alegam violar leis divinas ou valores familiares duradouros” (ARRUZZA et al, 2017, p. 47). Essas abordagens conservadoras, buscam “preservar esses princípios supostamente atemporais, essas forças poderiam apedrejar adúlteras, dar chibatadas em lésbicas ou submeter pessoas gays à terapia de conversão” (ARRUZZA et al, 2017, p. 47). Por outro lado, “as forças liberais lutam pelos direitos legais das dissidências e das minorias sexuais” (ARRUZZA et al, 2017, p. 47). Essas vertentes liberais reforçam o reconhecimento de relacionamentos e de identidades menosprezadas, “apoiam a igualdade matrimonial e o acesso de pessoas LGBTQ+ a posições hierárquicas nas Forças Armadas” (ARRUZZA et al, 2017, p. 47). Enquanto os primeiros procuram reforçar o patriarcado, a homofobia, a repressão sexual, os segundos afirmam a liberdade individual, e diversidade sexual.

Para Arruzza et. al. (2017) os movimentos de libertação sexual encontram-se em conflito: de um lado a dominação religiosa e patriarcal, de outro a dominação do capital. As feministas para os 99% recusam essas propostas, rejeitam a cooptação neoliberal, a homofobia e a misoginia neotradicionais. “Lutamos para libertar a sexualidade das formas de

família procriadora e normativa, das restrições de gênero, classe e raça e das deformações do estatismo e do consumismo” (ARRUZZA et al, 2017, p. 51). Afirmam o compromisso de construir uma nova sociedade: “não capitalista, que assegure as bases materiais da liberação sexual, o suporte público à reprodução social, redesenhada para as famílias e uniões afetivas” (ARRUZZA et al, 2017, p. 51).

Arruzza et al (2017) explicam que ocorre uma nova onda de ativismo feminista combativo no mundo no século XXI. Exemplificam as greves feministas feitas por mulheres na década de 2010 e os movimentos organizados que convidam e inspiram novas gerações de mulheres a luta feminista. As autoras escrevem um manifesto para servir como um instrumento radical e recurso à luta das mulheres que são impactadas pelo sistema capitalista, que buscam a própria sobrevivência e a dignidade de suas famílias. Reconhecem a importância da fala e da expressão como estratégia de articulação e mobilização para o protagonismo das mulheres, visando a construção de outro modelo de sociedade pautado pela igualdade entre gêneros, raça e classe, pela liberdade e justiça social. O Manifesto Feminista para os 99% defendido por Arruzza et al (2017) constitui uma alternativa a luta social atual, uma estratégia à crise capitalista, uma possibilidade de emancipação protagonizada por mulheres. “O feminismo para os 99% é anticapitalista inquieto e insatisfeito” com: equivalência, para ter igualdade; com direitos legais, para acessar a justiça; com a democracia, para alcançar a liberdade para todas as pessoas.

A discriminação contra as mulheres na sociedade capitalista está imbricada a formação do sistema, construída sobre diferenças sexuais e as funções sociais. A política feminista demarca que as mulheres são impactadas com menos poder social em relação devido ao trabalho doméstico não remunerado, base da produção capitalista, proclamam emancipação das mulheres por meio do trabalho assalariado, a libertação das mulheres com condições de igualdade no trabalho, pois a subordinação decorre do trabalho não remunerado e da natureza improdutiva do trabalho.

Consideramos a noção de resistência diante da situação de opressão às mulheres, através das estratégias de forças e exercício do poder que manifestam a oposição à

dominação de gênero. Entendemos que o termo sexo significa características biológicas anátomo-fisiológicas sexuais, uma diferenciação binária de homens e mulheres, a partir do conceito macho e fêmea, que classificam masculino e feminino; constitui uma categoria biológica, física, corporal. O conceito de gênero remete a possibilidades não binárias, da dicotomia feminino/masculino, refere-se aos conceitos, valores, costumes, representações. Reconhecemos a construção dos papéis e funções sociais articuladas ao gênero como uma organização social, cultural e historicamente construídas.

Um aspecto a destacar nesse sentido com base nos relatos das mulheres, é a necessidade de superar a justificativa das mulheres em relação a outras pessoas. Parte dos homens não foram habituados e não estão preocupados em justificar seus papéis, funções, decisões e escolhas, não precisam explicar seus projetos pessoais, apenas agem por si, para si, por meio de si. Parte das mulheres não agem assim, mesmo que não sejam obrigadas a responder, elas socialmente explicam sobre suas escolhas e decisões para outras pessoas. É preciso perceber essa marca de opressão e questionar por que não realizam o que deseja sem avisar ou justificar as outras pessoas.

Consideramos que as mulheres precisam reconhecer e parar de pedir desculpas por sua existência, de justificarem suas ações e pedirem permissão para o que desejam fazer. Precisam perceber essa culpa que impregnou o corpo e a subjetividade, superar essa necessidade de pedir ajuda para viver ou de se defender das amarras constantes e das defesas da violência. As violações às mulheres foram incorporadas, se presentificaram nas ideias, nas imagens, nos corpos, nos desejos, nas ações, isso impacta na sua subjetividade.

Essa culpa foi incutida nas obrigações de um padrão de perfeição, na angústia de ter preocupações constantes, isso é uma forma de controle da subjetividade, pois enquanto as mulheres estão atentas em estado de tensão e alerta cuidando de tudo e de todos, não cuidam de si. Observamos a condição difícil para as mulheres quanto ao exercício de impor limites e afirmar a negatividade: o poder do não, efetivar a castração, a imposição da lei, estabelecer o limite, a renúncia, o desapego, principalmente, quanto aos filhos e filhas.

Essas definições impactam na subjetividade feminina, pois reduzem a capacidade de

percepção de quem são e a construção de suas identidades, com base nas escolhas autênticas e saudáveis. Consideramos que os discursos que explicam essas inconsistências também se transformam em construções sobre o papel das mulheres. Precisamos atuar com as mulheres para elaborar o sentimento de culpa que carregam e não percebem a origem desse sentimento, mas sentem, reproduzem essas introjeções, repetem padrões. É preciso estabelecer metas e limites alcançáveis de mudanças e desafios a si mesmas. Visamos nos desprender do assujeitamento, refletir e mudar as raízes e aprisionamentos.

4.5 Eu renunciei de mim ao me calar para ser outra pessoa, hoje tento fazer melhor

Quando falamos sobre cultura, buscamos compreender as características presentes em cada realidade familiar. Articularmos esse tópico sobre Colonialidade/Modernidade porque essas reflexões questionam a forma como no Brasil, incorporamos os discursos coloniais e eurocêntricos, perspectiva dominante na configuração das famílias brasileiras. Percebemos o quanto é difícil inverter a lógica de percepção dos sujeitos, diante da assimilação dos conceitos eurocêntricos. Por isso, nos questionamos de que forma poderíamos reconhecer como a incorporação dos valores culturais são reproduzidos nas falas das mulheres ao descreverem quem elas são. A questão geradora sobre a temática cultura foi: Como você avalia as características culturais que definem sua família?

Destacamos as falas de Cunha a seguir sobre a cultura familiar.

CUNHA: Era costume da minha família materna ir pro interior, em Palmácia; reunia toda família para curtir o carnaval: mela mela, o bloco haja álcool. A família paterna, culturalmente foi construída a regra de estar à mesa, sentar junto para comer, reunir os filhos para tomar o café, fazer a visita da tarde, sentar e conversar, levar algo, como fatia, cuscuz, pão com patê, tomar café com pão. A gente também ia ver as quadrilhas na pracinha. Meu pai se tornou adventista, ele tomava cevada, a gente não gostava, mas fazia para agradar ele. Esse senso comum era forte no interior, a gente não podia tomar manga com leite, porque fazia mal, pra crescer tinha que pular, eu dava pulinhos fazia por mim e pelo meu irmão. Também tinha o ritual de queimar castanha de caju com os outros meninos. Minha vó é cozinheira, chefe de cozinha, faz comida pra família inteira no fim de semana, ela colocava os netos pra ajudar, ela ensinava e queria que as filhas e netas aprendessem a cozinhar, mas a gente nunca aprendeu, quando era festa, ela fazia questão de fazer o bolo de aniversário. A gente brincava na rua até a tarde, de esconde-esconde, jogo americano, amarelinha, jogo dos sete pecados, carimba, o time é uma pessoa contra todos, todos juntos, meu grupo de amigos era só meninos, foi difícil ser aceita por eles, eu levava carão por ser do grupo dos meninos; brincava de bila, cordão, pipa, de elástico; eu nunca gostei de brincar de boneca, de casinha, não me interessava, eu queria correr, ficar suada, me divertir, hoje é diferente.

Cunha lembra com alegria das memórias afetivas da cultura de sua família, perpassada pela vida interiorana do Ceará, quando podia vivenciar os costumes tradicionais de sua região. A assimilação dos valores familiares advém dessa relação com a cultura de um povo de um lugar, do pertencimento ao seu território, valorização das origens.

Vieira nos indica outra abordagem e vertente.

VIEIRA: Fui mãe muito nova, cuidava muito de criança, nunca gostei de bater nas minhas filhas, gosto de conversar. Tive duas filhas e a experiência de mãe foi diferente, a mais velha me ajuda a cuidar da mais nova. Elas são muito unidas. Eu digo a minha filha assim: pra ela conversar comigo, eu falo dos amigos da escola pra ela não cair na conversa deles, porque ela é mocinha. Eu batia na mais velha, mas na mais nova eu não bato mais. Meu pai batia muito nos meus irmãos, batia tanto, e às vezes mandava por água com sal nas costas dele, eu não apanhei porque fui morar na casa da minha tia. Eu pergunto tudo às minhas filhas. Minha mãe trabalhava na roça cuidando dos meus irmãos, o pai dela botava ela pra trabalhar como um homem, tudo que homem fazia, ainda hoje tem problema de saúde, lavava roupa pra sustentar a gente. Uma irmã trabalhava na roça e as outras vieram pra Fortaleza pra trabalhar aqui.

Vieira afirma sobre o impacto da cultura em sua família relatando o fomento a novas formas de relações familiares, o que não vivenciou no cotidiano da dinâmica familiar tenta agora reproduzir com suas filhas apontando novos caminhos e diretrizes para uma cultura não sexista para as mulheres.

No encontro sobre cultura, escolhemos dialogar sobre as relações de afeto e vínculo. Quanto ao aspecto cultural, destacamos os ciclos geracionais nas famílias marcados pelos ritos de passagem e celebrações que envolvem as mulheres: batizado, festa e alfabetização, primeira eucaristia, primeira menstruação, festa de quinze anos, conclusão do ensino médio, festa de casamento, chegada do primeiro filho.

Observamos nesses relatos como a cultura da sociedade é absorvida nas relações familiares. Uma semelhança entre as mulheres foi a origem vinculada a vida do interior, muitas migraram em busca de oportunidade, é notável a referência e obediência aos pais, o respeito, o medo, a obediência a figura paterna. Também é perceptível a forma como elas aprenderam, absorveram as características e as reproduziram em suas famílias. Todavia, destacamos que elas também mudaram hábitos e rotinas relacionadas a violência e aos impedimentos que tiveram. Essa característica demonstra a possibilidade de mudança.

As tentativas de controle ao feminino demonstram que a feminilidade não pode ser moldada e moldurada. As mulheres podem ocupar diferentes espaços e funções, adaptar-se sem subjugar-se. Isso se manifesta no cuidado em si, nas técnicas de si, nas práticas para si,

na percepção do ser individual, na identificação coletiva. A visão das mulheres sobre si, sobre o outro, sobre a família, sobre a comunidade, sobre a sociedade, torna a luta das mulheres o ato de resistência e o potencial para a mudança. As mulheres são múltiplas e diversas, encontram no ambiente a condição para sobreviver. Essa condição de olhar de dentro e perceber fora constitui o potencial feminino de transformação, isso foi absorvido em suas subjetividades, como meio de sobrevivência, gestado, transmitido por gerações.

As mulheres se conectam com outras mulheres pelo vínculo geracional das vivências e experiências femininas. As teorias conservadoras tradicionais não abarcam essa construção porque olharam as mulheres de longe, como o Outro, como o diferente, o estranho, e não como o em si próprio. As normas e crenças sociais foram construídas olhando sobre as mulheres e não sob as mulheres, a percepção interna, sem as demarcações, constitui o elo de mudança de perspectiva para compreensão da subjetivação feminina. Perguntar pela identidade feminina e representação dos papéis das mulheres demanda olhar para essas delimitações, como ser ponto de partida e não de chegada, questionar as definições das manifestações femininas, problematizar a vivência real e sentida pelas mulheres.

O feminino dilui, se expande, sobressai dos aprisionamentos, é esse o fio condutor da transformação em curso, da revolução nos padrões. Não se trata de medir forças pela opressão, mas de reconhecer as próprias habilidades, capacidades, competências e diversidade que as mulheres trazem em suas histórias. Não cabe padronizar as mulheres, diante da heterogeneidade das vivências, é preciso deslocar a forma de as mulheres se perceberem, a partir de si e não do outro, para então valorizar, reconhecer e referenciar as mulheres. A responsabilidade das mulheres encontra-se nesse aspecto de mudar a si para mudar o mundo, não se responsabilizar pelo cuidado do outro, mas compartilhar o autocuidado e o cuidado coletivo. Olhar o espelho pelo reflexo de si, questionar a origem dos discursos corporificados e romper com as projeções de quem moldou um caminho para as mulheres, reconstruir outros percursos e trajetórias.

As mulheres silenciadas projetaram em outras mulheres um novo caminho, ao ajudar as semelhantes constroem outros percursos, com próprios recursos e diversos cenários. Uma

revolução nos padrões sociais de opressão é possível, encontra-se em curso, nos questionamentos, nas atitudes, nos rompimentos com as opressões e silenciamentos. Esse processo inicia-se com as mulheres para outras mulheres, mas não pára entre elas, pois seria uma postura sexista, precisa alcançar os homens, como uma mudança para toda sociedade, como uma transformação para toda humanidade. As mulheres não são obrigadas a salvar ou curar ninguém, mas é uma responsabilidade feminina ser cuidadora de si, respeitar seus próprios limites, construir estratégias que superem os silenciamentos e as negações, isso já muda a estrutura social.

As transformações ocorridas nas famílias estão relacionadas à cultura, a desintegração do patriarcado, a fragmentação do sexismo, à escolarização de mulheres, a entrada no mercado de trabalho; à liberação sexual. As famílias enquanto instituição primária de socialização acompanham o desenvolvimento dos sujeitos, criam esse lugar de produção e reprodução dos valores e normas sociais, são reflexo da sociedade, de cada período histórico, traduzem anseios, preocupações, teorias. As famílias são locais de mudanças, criam cenários de elaboração da subjetividade, permitem o vínculo entre mulheres, perpassados pela limitação, mas também por resistências, por mobilizações, furos, brechas e rupturas ao processo de dominação.

A partir dessas narrativas, dos estudos feministas e da interseccionalidade apresentados anteriormente, buscamos nos aproximar dos estudos sobre a Colonialidade para situar o período histórico da Modernidade.

Escolhemos a perspectiva da Colonialidade/Modernidade porque representa a visão contemporânea, falar de si por si e não o outro europeu explicando quem somos, os subalternos, subalternizados, submissos e oprimidos; nós existimos e precisamos falar de um lugar não polarizado, binário, hierárquico, é preciso romper a invisibilidade e nós falarmos por nós e não o Outro nos representando ou definindo. Tentaremos compreender como ocorre a incorporação dos discursos no cotidiano das famílias.

Essa referência nos possibilita compreender a dimensão da cultura em relação às mulheres em suas famílias, pois perpassa pelas relações sociais, de classe, gênero, etnicidade,

geração, diversidade sexual, que permeiam a vida na sociedade capitalista atual. Escolhemos dialogar com o pensamento decolonial por entender que as referências sobre quem somos precisa expandir para além dos discursos eurocêntricos.

Recorremos aos estudos do Pós-colonialismo, precursor do desenvolvimento do argumento pós-colonialidade, levado adiante pelo Grupo Modernidade/Colonialidade. Os estudos anticoloniais tem como vertentes: pós-colonialidade, neocolonialidade e decolonialidade, que deram origem ao feminismo pós-colonial, neocolonial e decolonial.

Ballestrin (2013) explica que o termo pós-colonialismo tem duas definições: a primeira refere-se ao tempo histórico posterior aos processos de descolonização do terceiro mundo, a partir da metade do século XX, à independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo nos continentes asiático e africano. A segunda diz respeito ao conjunto de contribuições teóricas oriundas dos estudos culturais, que a partir dos anos 1980 se expandiram em universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra. Os estudos pós-coloniais convergem com os estudos culturais e multiculturais.

Para Ballestrin (2013) o termo pós-colonialismo como movimento epistêmico intelectual e político, compartilha o caráter discursivo do social, do descentramento das narrativas e dos sujeitos contemporâneos, do método da desconstrução dos essencialismos e da proposta de uma epistemologia crítica às concepções dominantes de modernidade. Argumenta que a expressão colonial implica a situações de opressão, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais. O pós-colonialismo foi associado aos estudos pós-estruturais, desconstrutivistas e pós-modernos, classificando a relação colonial como antagonica entre a formação do eu e o outro. O argumento pós-colonial: “tem alcance histórico, temporal, geográfico, disciplinar, pontuou a diferença colonial e defendeu o colonizado, comprometido com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade” (BALLESTRIN, 2013, p. 91).

Ballestrin (2013) comenta que na década de 1970, criou-se no sul asiático o Grupo de Estudos Subalternos que visava analisar a historiografia nacionalista colonial da Índia feita por ocidentais europeus a partir do marxismo ortodoxo. Na década de 1980, os estudos

subalternos expandiram para o mundo, o debate pós-colonial foi difundido no campo da crítica literária e dos estudos culturais na Inglaterra e nos Estados Unidos. O local da cultura, da diáspora e do Atlântico negro repercutiram nas ciências sociais brasileiras, emergindo como categorias fundamentais: globalização, cultura, identidade, migração para analisar as lógicas coloniais modernas.

De acordo com Ballestrin (2013), em 1992, teve origem nos Estados Unidos, o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, cujo representante crítico e radical foi Walter Mignolo, que divergiu dos estudos subalternos originais. Nos anos 1990, Mignolo foi um dos fundadores do Grupo Modernidade/Colonialidade, cuja formação do pensamento foi constituída por intelectuais latino-americanos de universidades da América latina, que realizou um movimento epistemológico para a renovação crítica das ciências sociais no século XXI. Esse coletivo pautou a radicalização do conceito pós-colonial. Rompeu com os estudos subalternos latino-americanos expoentes, questionou a tradição crítica de pensamento latino-americano, trouxe releituras históricas, problematizou o continente a partir da visão de quem o constitui.

Essa noção de giro decolonial implica uma revisão “epistêmica, teórica e política para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva” (BALLESTRIN, 2013, p.89). Quijano, Wallerstein e Mignolo definiriam o nome do grupo devido à colonialidade ser constitutiva da modernidade, seu lado obscuro, oculto e necessário. O coletivo foi estruturado por seminários, diálogos, publicações e leituras sobre os problemas latino-americanos, recusa sua vinculação ao pós-colonialismo, assume a vertente das influências decoloniais.

Em 1998, ocorreu um encontro apoiado pela CLACSO, na Universidad Central de Venezuela, que reuniu: Edgardo Lander, Arturo Escobar, Walter Mignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Fernando Coronil. Houve um congresso internacional em Binghamton, com a presença de: Ramon Grosfoguel e Agustín Lao-Montes, Enrique Dussel, Walter Mignolo, Aníbal Quijano e Immanuel Wallerstein. Em 2000, foi publicada uma obra coletiva marcante do grupo: *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*.

O pensamento anticolonial se originou no contexto do período colonial, como reação a história do colonialismo ocidental. Para Mendonza (2021), a história do termo Colonial na literatura contemporânea remonta à década de 1990, com o uso no campo das teorias social, cultural e política. Existem escolas de pensamento anticolonial, que se manifestam através das teorias: pós-colonial, decolonial, neocolonial. A teoria pós-colonial implica um programa teórico e político com críticas ao capitalismo, à modernidade, ao nacionalismo, ao colonialismo ocidental. Os pensadores pós-coloniais criaram a historiografia alternativa às teorias dominantes ocidentais, referências para a história colonial. Os estudos neocoloniais apresentam pesquisas sobre práticas coloniais da Europa Setentrional. As teorias anticoloniais definem critérios ligados a projetos políticos que levam à decolonização. As perspectivas anticoloniais emergiram nos diálogos com o pós-modernismo e do pós-estruturalismo, com o questionamento das epistemologias contemporâneas.

De acordo com Mendonza (2021), o conceito de Colonialismo vem do termo colônia, originado do latim, que significa terras novas para o cultivo. A expressão provém das práticas e teorias relacionadas ao império e significa o estabelecimento e manutenção das relações sociais, perpassadas pela dominação de poder entre colonizadores e colonizados. Em 1492, a lógica de raça e de gênero implantada nas Américas estruturou o domínio da colonização, estabeleceu formas de pensamento e ação que definiram as relações sociais e políticas. O processo de globalização da contemporaneidade iniciou-se no Renascimento, com o fenômeno das Grandes Navegações. As terras continentais das Américas, da Ásia, da África foram invadidas, dominadas e exploradas pelos europeus. A categoria de raça representa uma construção eurocentrada do poder mundial expressa as experiências da dominação colonial.

Segundo Mendonza (2021), o projeto político da decolonização adveio com a escola de pensamento Modernidade/Colonialidade da América Latina, que afirmou a modernidade e o capitalismo são consequências históricas do colonialismo. As perspectivas decoloniais iniciaram como Grupo reinterpretando a relação entre capitalismo e raça, as relações de poder, a conquista das Américas, a colonialidade de gênero. Os teóricos desse coletivo analisam a colonização espanhola e portuguesa das Américas. O pensamento decolonial

considera o colonialismo espanhol e português separado do colonialismo britânico e francês.

Para Mendonza (2021), na primeira fase da expansão colonial europeia, as primeiras universidades coloniais foram fundadas em Lima - Peru em 1538 e na Cidade do México (México), em 1551. Esses centros acadêmicos se tornaram referência sobre a epistemologia e historiografia eurocêntricas, os intelectuais demonstraram que o conhecimento europeu não validou as diferenças culturais dos povos colonizados. A teoria decolonial é influente na América Latina e no Caribe, defende sua principal característica da fala do subalterno.

Conforme Mendonza (2021), o conceito de Colonialidade se refere ao conjunto de discursos e atitudes, que evidenciam a subalternização dos povos colonizados e a permanência da hegemonia da nação colonizadora. A colonialidade se articula com a cultura, o senso comum, o cotidiano, o comportamento, as crenças, o trabalho, o pensamento. O conceito de colonialidade foi estendido e se reproduz em outros âmbitos: poder, saber, ser. A analítica da colonialidade - subjetividade se manifesta nessas três vias: 1. do poder: estrutura e cultura; 2. do saber: objetividade, metodologia; 3. do ser: tempo e espaço.

A delimitação da raça como instrumento de classificação social e o desenvolvimento do capitalismo, instituiu a colonialidade do poder. O estabelecimento e fixação de uma hierarquia racializada produziu a colonialidade do ser, por meio das categorias binárias legitimadoras da condição de superioridade/inferioridade. A colonialidade do saber pressupõe o eurocentrismo como perspectiva hegemônica entre europeus e não-europeus. A colonialidade cosmogônica nega as cosmovisões, filosofias, religiosidades, princípios e sistema de vida do Outro não-europeu.

Mendonza (2021) afirma que as teorias feministas anticoloniais, pós-coloniais, neocoloniais, decoloniais, oferecem críticas ao colonialismo, à modernidade, ao Eurocentrismo, ao capitalismo, ao nacionalismo, ao racismo, as hierarquias de raça e gênero. Tradicionalmente, as lutas anticoloniais foram associadas aos movimentos de libertação que defendiam a independência e a defesa da justiça social após o Colonialismo. O objetivo da teoria feminista anticolonial é analisar o imperialismo e a colonização nas teorias feministas dominantes, articulando a interseccionalidade e o projeto de decolonização. As feministas

anticoloniais investigam raça, gênero, colonização e o Estado-nação moderno.

A teoria decolonial é mais recente e ampla no contexto anticolonial, dialoga com as feministas interseccionais, pós-estruturalistas, indígenas, afro-latino-americanas e mestizas. Com base em Mendonza (2021), os feminismos decoloniais são associados ao estudo de feministas americanas, chicanas, africanas; constitui um projeto teórico e político que desafia práticas imperialistas e colonizadoras. Evidenciam como o sistema moderno colonial de gênero é correlativo ao regime heterossexual, ao racismo e ao capitalismo na colonização da América Latina, ao incorporarem a opressão e subordinação, a subalternidade e a violência epistêmica. Os feminismos decoloniais consideram uma geopolítica do conhecimento do Sul global, dos saberes e questionamentos produzidos por mulheres em seus contextos tradicionais, em novas comunidades, nas memórias das lutas de mulheres indígenas, quilombolas, negras, mestiças, trabalhadoras urbanas, camponesas, sem terra. Defendem um feminismo que desafie a sociedade quanto a violências de gênero, com referências epistêmicas e genealógicas da memória pós-colonial.

Os Feminismos descoloniais implicam a tentativa de superação e subversão do processo de dominação colonial europeia, capitalista, racista, sexista, heteronormativa; tem por fundamento o conceito de colonialidade de gênero de Maria Lugones, que questiona a Modernidade Ocidental Eurocêntrica, a racialização e a sexualização das relações sociais. Reconhecem os processos de descolonização que emergiram com os movimentos de luta pela independência que possibilitaram o surgimento dos países latino-americanos, posteriormente, nos continentes africano, asiáticos, bem como no Caribe. Os estudos sobre a dominação colonial, a descolonização interagem com os Estudos Culturais, os pós-coloniais e os subalternos. Nessa linha, a epistemologia feminista indica a compreensão sobre o impacto do gênero na produção do conhecimento, critica o sexismo na ciência, denuncia a desigualdade de gênero na academia.

Dentre esses autores anti-coloniais, destacamos a seguir o pensamento daqueles que apresentam a relevância para nosso estudo: Aníbal Quijano, Maria Lugones, Gloria Anzaldúa.

Dialogando com os estudos anti-coloniais em relação ao capitalismo, ao racismo, ao

sexismo, Aníbal Quijano criou o conceito da colonialidade do poder: teorizou o processo de racialização à colonização. Explica que a colonização começou em 1492, com a invasão das Américas, quando os europeus se definiram dominadores, superiores, soberanos, hegemônicos, sobre os povos dominados, subalternos, inferiores; classificaram o mundo hierarquizando as populações, conforme as doutrinas religiosas, mitológicas, científicas, violências, violações. Afirmando a centralidade eurocêntrica, classificaram os seres humanos europeus, e os seres sem humanidade, definiram direitos, determinaram as inferioridades biológica e cultural. Através do constructo raça, justificaram o sistema social e cultural de hierarquia e controle, organizaram a vida, o sexo, o trabalho, a autoridade, a subjetividade, designaram o escravo, o trabalhador servil, o assalariado livre, determinaram a política, a cidadania, o conhecimento.

Para Quijano (2005), a colonialidade é a classificação dos povos em termos de raça, as racializações das relações coloniais de poder do sistema capitalista na modernidade. A sua análise fornece uma compreensão histórica da indissociabilidade da racialização e da exploração capitalista global como constitutiva do sistema de poder que colonizou as Américas. Reflete sobre a contemporaneidade a partir da globalização, que culmina de um processo que iniciou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno eurocêntrico. Essa perspectiva de poder mundial constitui um dos eixos fundamentais da classificação social da população, considerando os aspectos de raça, como uma construção da experiência da dominação colonial e que permeia as dimensões do poder eurocentrado. Essa abordagem tem origem e caráter colonial, duradouro e estável, hegemônico e dominante.

Quijano (2005) usa o termo *id-entidade* para denominar a forma que os homens brancos, colonizadores, europeus, cristãos, heterossexuais, sujeitos, agentes, classificaram os ameríndios e africanos, como passivos, seres sem civilização, sem razão, sem direitos humanos, sem referências coletivas. É preciso rever a lógica de referencialidade eurocêntrica sobre a produção de conhecimento: “a América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder mundial, como a primeira *id-entidade* da modernidade” (QUIJANO, 2005, p.01). Esse fenômeno decorre de dois processos históricos relacionados ao novo padrão

de poder: “Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, uma distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros” (QUIJANO, 2005, p.01). Explica que esses eixos fundamentais de idealização dos conquistadores consistiu no principal elemento fundamentado das relações de dominação para a conquista dos povos da América e a classificação do restante do mundo. Argumenta por outro lado, “a articulação das formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial” (QUIJANO, 2005, p.01)

De acordo com Quijano (2005) a modernidade e a racionalidade constituíram-se como experiências exclusivamente europeias, a partir da categoria raça. As relações intersubjetivas e culturais entre a Europa Ocidental, e o restante do mundo, foram pautadas em binarismo, dualismo, dicotomias, polarizações, hierarquias e hegemonia. Nessa divisão, demarcou-se o eurocentrismo como a base e os Outros da Europa Ocidental foram subjugados, dominados, considerados primitivos e selvagens. A expansão do domínio colonial da Europa sobre o mundo, a perspectiva hegemônica de conhecimento eurocêntrico da modernidade pautou-se em dois mitos nucleares que tem por fundamento o evolucionismo e o dualismo: “1. a ideia-imagem da história da civilização humana como trajetória que parte do estado de natureza e culmina na Europa; 2. outorgar sentido às diferenças entre Europa e não-Europa como diferenças de natureza e não de história do poder” (QUIJANO, 2005, p. 07).

Segundo Quijano (2005) a europeização das relações sociais, culturais, econômicas com exclusividade na produção e protagonismo da modernidade, indica um desrespeito etnocêntrico às populações não-europeias. Significa que o conceito de modernidade refere-se à racionalidade, à ciência, à tecnologia, à experiência histórica do etnocentrismo europeu. A compreensão sobre a origem da modernidade amplia e contempla as diferenças, as relações sociais, materiais e intersubjetivas, da libertação e emancipação humana das sociedades. A modernidade envolve a história da população mundial, define o padrão global de poder, que constitui as relações, precisa ser historicizado e abranger o diferente, as experiências singulares de cada povo em seu lugar. Questiona o conceito eurocêntrico de modernidade por

que este desconsidera a relevância histórica das populações do mundo.

O dualismo eurocentrista da modernidade afetou as relações raciais e sexuais, configuradas pela dominação. Explica que o lugar das mulheres e das raças consideradas inferiores foi estereotipado e estigmatizado em relação aos corpos, perpassados pela dimensão de gênero e raça. Afirmo que na modernidade esse dualismo configurou o ideal de progresso para as civilizações, fundado em mitos evolucionistas, considerando os povos europeus civilizados, racionais, modernos, científicos versus povos não-europeus primitivos, irracionais, tradicionais, mágico – mítico.

Maria Lugones (2014) informa que a modernidade organiza o mundo ontologicamente quanto às categorias homogêneas, binárias, polarizadas, hierárquica. Afirmo que a crítica contemporânea ao universalismo feminista feita por mulheres de cor e do terceiro mundo centra-se na reivindicação de que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero supera as categorias da modernidade. Declara que a intersecção das categorias de raça e gênero demonstra a ausência das mulheres negras, no pensamento capitalista colonial moderno, por isso a necessidade de enfatizar a lógica de raça, gênero e sexualidade. Propõe “o sistema moderno colonial de gênero como uma lente através da qual aprofunda a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas e de lógica categorial” (LUGONES, 2021, p.935).

Lugones (2014) comenta que a colonização das Américas e do Caribe impôs a distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano, entre colonizadores ocidentais europeus e os/as colonizados/as, entre homens e mulheres. A colonização manifestou essa distinção da marca do humano e da civilização, pois somente as pessoas civilizadas eram homens ou mulheres, machos ou fêmeas, os povos indígenas, os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como não humanas. Compreende “a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano como a dicotomia central da modernidade colonial” (LUGONES, 2014, p. 936).

Para Lugones (2014) a Civilização das Américas incluiu um aparato ideológico, religioso, que julgava e justificava as crueldades aos/as colonizados/as. Interpreta, através da

perspectiva civilizadora de normatização do homem branco europeu cristão, que os machos colonizados eram considerados não humanos e que as fêmeas colonizadas eram julgadas como mulheres. Propõe nomear o termo *colonialidade como*: “uma classificação de povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos” (LUGONES, 2014, p. 939).

De acordo com Lugones (2014), a subjetividade se manifesta na legitimidade, autoridade, voz, sentido, visibilidade, resistência rumo à libertação. Conceitua o termo infrapolítica para caracterizar “o potencial que as comunidades dos/as oprimidos/as têm, entre si, de constituir significados que recusam os significados e a organização social, estruturados pelo poder, em nossas existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos diferentes daquilo que o hegemônico nos torna” (LUGONES, 2014, p. 940). Reitera que descolonizar o gênero é uma práxis: “é decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social” (LUGONES, 2014, p.941). Revela o conceito de descolonização do gênero, que localiza uma compreensão histórica de quem teoriza a relação dos sistemas de opressão, as subjetividades e intersubjetividades.

Segundo Lugones (2014), os feminismos possibilitam uma narrativa da opressão de mulheres, fornecem recursos que permitem às mulheres compreender sua situação de subordinação com resistência. Oferece uma compreensão “da opressão de mulheres subalternizadas através de processos combinados de racialização, colonização, exploração capitalista, heterossexualismo” (LUGONES, 2014, p.941). Enfoca a subjetividade/intersubjetividade para revelar que a desagregação das opressões leva à desagregação das fontes subjetivas e intersubjetivas das mulheres colonizadas. Destaca: “Chamo a análise da opressão de gênero racializada capitalista de *colonialidade do gênero*. Chamo a possibilidade de superar a colonialidade do gênero de *feminismo descolonial*” (LUGONES, 2014, p.942).

Para Lugones (2014), a colonialidade do gênero permite compreender a opressão

como “uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados, na qual cada pessoa no encontro colonial pode ser vista como um ser vivo, histórico, plenamente caracterizado” (LUGONES, 2012, p.943). Destaca a resistência dos povos oprimidos colonizados como resistência situado/a na diferença colonial. O sistema de gênero caracteriza a hierarquia racialmente diferenciada que nega humanidade. O processo de subjetificação dos/as colonizados/as foi afetado pela internalização da dicotomia homens/mulheres como construção normativa do social, como marco civilizatório, denota oposições, resistências e alternativas as socialidades coloniais.

Lugones (2014) demarca que a modernidade controla e nega a existência de outros mundos com diferentes pressuposições ontológicas e temporais além do eurocentrismo. Essa negação da modernidade constitui a colonialidade e a metodologia da descolonialidade. Recomenda o giro de mudança para leitura do gênero relacional, para compreender a organização do social com a ruptura da imposição do gênero. Sua teoria contempla as diferenças coloniais, que constituem a epistemologia de fronteira feminista. Sua proposta de trabalho do feminismo descolonial enfatiza a resistência à colonialidade do gênero na diferença colonial: “a tarefa da feminista descolonial inicia-se vendo a diferença colonial e resistindo ao seu hábito epistemológico de apagá-la; ela vê o mundo renovado e exige de si mesma largar seu encantamento com mulher, o universal, para começar a aprender sobre as outras que resistem à diferença colonial” (LUGONES, 2014, p. 948). Para a autora, “não se resiste sozinha à colonialidade do gênero, resiste-se desde dentro, de uma forma de compreender o mundo e de viver nele que é compartilhada e que pode compreender os atos de alguém, permitindo o reconhecimento” (LUGONES, 2014, p. 949).

Anzaldúa (2000) revela em sua trajetória a incorporação do próprio conceito e experiência de viver entre fronteiras Estados Unidos-México. Essa localização geográfica contextualiza dificuldades vivenciadas por mulheres no mundo todo, evidenciando conflitos e tensões em torno do sujeito feminino. O pensamento de fronteira expõem hierarquias dicotômicas da noção de fronteira como a metáfora para o escritor (a) chicano (a), pois constitui o espaço móvel, polifônico, híbrido, marcado por caminhos e trajetórias de

identidades e vivências na contemporaneidade, a constituição da subjetividade das mulheres transita por esse percurso de defesa de sua identidade. Discute a reconstrução identitária mestiça na literatura escrita por mulheres, avaliando os impactos para a formação das subjetividades femininas emergentes, que se reconhecem entre-lugares, no local dos discursos fronteiriços, construídas na invisibilidade das relações de poder.

Anzaldúa (2000) utiliza o termo hibridismo cultural para compreender as origens de fronteira e as subjetividades negativadas: pretas, índias, hispânicas, mestiças, mulheres nascidas em contexto cultural e social marcado pelo “entre lugar”. Resignifica os conceitos de gênero, etnia e opção sexual, determinados pelo poder hegemônico, através da valorização da voz triplamente diferente da mulher, mestiça e lésbica. Sua narrativa situa-se nos paradigmas da contemporaneidade, pois a compreensão de fronteira supera o espaço físico, contempla o invisível, um espaço amplo e complexo das relações de poder que questiona a opressão da cultura hegemônica que afeta os sujeitos.

Anzaldúa (2000) utiliza as contradições de sua própria experiência de vida como mestiça marcada pela colonização das Américas, para questionar a definição de mestiçagem como subalternidade, o significado de sujeito fronteiriço como inferioridade, compreende a particularidade da identidade de chicana e mestiça que desafia o padrão dominante anglouropeu que caracteriza a identidade hegemônica colonizadora resultante do patriarcado. Analisa as relações de poder de gênero que impactam as escritoras latino-americanas contemporâneas. Enfatiza as diferenças étnicas, raciais, sexuais e classistas com relação às mulheres, através da ressignificação das origens da cultura dominante angloamericana, destacando a existência de cultura chicana. A cultura de fronteira denuncia os padrões de dominação, disseminados por julgamentos, sob o olhar do homem branco, burguês, cristão, heterossexual. Descreve a miscigenação com as contribuições da existência, evita reproduzir a opressão que constituiu sua identidade.

Anzaldúa (2000) evita fragmentar e hierarquizar as culturas e etnias que compõem a subjetividade chicana, ignora o padrão dominante que renega as contribuições periféricas. Reconhece a interação das culturas sem diminuir sua relevância para a construção identitária

do sujeito fronteiriço: sujeito que se encontra no entre-lugares por não pertencer a lugar nenhum ou o “não-lugar”. Consideramos que o lugar de pertencimento constitui o sujeito em sua subjetividade, por isso a constituição da identidade do sujeito que não pertence a nenhum lugar constitui-se fragmentada, diluída em deslocamento, devido às imposições e ao não reconhecimento dos papéis e funções sociais atribuídas. A identidade do sujeito colonizado, como exemplo do mestiço chicano, ao ser menosprezado pelo outro hegemônico, indica que não há reflexo da alteridade, evidencia quando o sujeito não reconhece seus semelhantes em sua história e não percebe a si mesmo.

Ao perceber a crueldade da fragmentação das identidades criadas e mantidas pelos padrões dominantes, Anzaldúa (2000) parte dos desdobramentos e do silenciamento, do esquecimento das subjetividades estigmatizadas para criar novas identidades. Defende a constituição de identidades que extrapolam os espaços geográficos, que superem a exclusão dos parâmetros discriminatórios do conceito de mestiça e chicana, e reforcem a perspectiva de gênero, etnia e orientação sexual. Ressalta a constituição da identidade que valorize o ser feminino, subalterno, chicano, mestiço, lésbica, queer, de forma que a mulher reconheça a sua condição de sua alteridade. Acrescenta que a metáfora de viver entre-fronteiras indica o lugar que personifica o espaço de transição, de passagem, de conflito, de tensões.

A sua trajetória indica a experiência da fronteira, inspira outras mulheres que assumem o papel de reconhecer com resistência e resiliência as origens da opressão. Ao articular às questões de gênero, de sexualidade, de raça e etnia, defende a escrita como uma forma de resistência e sobrevivência para subverter as relações de poder que perpassam os caminhos de suas vidas, como mulheres que não sucumbiram a subordinação feminina, refizeram trajetórias. A noção de fronteira geográfica e identitária reconhece o ser humano como pessoa, além das limitações de raça, etnia, orientação sexual, origem, identidade, como lugar ou não lugar no mundo real, concreto, simbólico, metafórico, dinâmico.

Anzaldúa (2000) postula o pensamento de fronteira como resistência, ruptura, e oportunidade de criação de novas identidades, visando transgredir e transpor concepções fixadas, binárias, ambíguas da cultura. Desenvolve a característica marcante de sua obra: a

existência entre-fronteiras; utilizou os recursos discursivos da escrita para dar voz a sua existência, através das narrativas poéticas, dos relatos autobiográficos, das expressões em vários idiomas. Ensina que além de existir, é preciso dar voz e visibilidade às mulheres, traduzindo sentimentos em ações como resistência e resiliência. Convida a inspiração, ao reconhecimento e à ação: “minhas queridas hermanas, os perigos que enfrentamos como mulheres de cor não são os mesmos das mulheres brancas, embora tenhamos em comum. Não temos a perder — nunca tivemos nenhum privilégio” (ANZALDÚA, 2000, p.229).

Anzaldúa (2000) questiona a dificuldade das mulheres escolherem, decidirem, serem escritoras e perceberem que podem contribuir com outras mulheres, mesmo diante dos condicionamentos impostos e espaços limitados. Informa que a mulher do terceiro mundo se revoltou contra as formas de opressão, anulando, apagando, confrontando as impressões do homem branco burguês: “Quando você vier bater em nossas portas e carimbar nossas faces com estúpida, histérica, puta, passiva, pervertida, quando chegar com seus ferretes e marcar propriedade privada em nossas nádegas, nós vomitaremos de volta na sua boca a culpa, a auto-recusa e o ódio racial que nos fez engolir à força” (ANZALDÚA, 2000, p.231). A autora radicaliza: “não seremos mais suporte para seus medos projetados. Estamos cansadas do papel de cordeiros sacrificiais e bodes expiatórios” (ANZALDÚA, 2000, p.231). Concordamos com a perspectiva da autora sobre a necessidade de mudança.

Em relação ao poder da escrita feminina, Anzaldúa (2000) se questionou sobre os motivos de escrever, reconhecendo que a escrita salva da complacência, encoraja e não amedronta. Essa escolha mantém vivo o espírito de sua revolta, compensa o mundo real que não acessa, reorganiza e controla o mundo real. “Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia”. A escrita é resistência e reconhecimento: “para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias.

Escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever” (ANZALDÚA, 2000, p.232). Validamos o pensamento da autora quanto a identidade.

Anzaldúa (2000) reitera que escrever é um ato de alquimia, do criar e recriar a alma, buscar um eu, no centro dentro de nós, para reconciliar consigo, pois nós mulheres somos intencionalmente conduzidas a pensar como o outro feminino, marcadas pelo desejo do outro. Para a autora, ao perceber a estrangeira dentro de nós, entre nós, encontrar o eu além do outro, perceber as outras. Reconhece esse movimento como espirais pois não há retorno para a infância onde o exílio aconteceu nas famílias. Considera a escrita como ferramenta para sobrevivência diante dos discursos opressores da loucura, da fé e do Estado. Convida as mulheres à mudança: “Mulher mágica, se esvazie. Choque você mesma com novas formas de perceber o mundo, choque seus leitores” (ANZALDÚA, 2000, p.234). Chama as mulheres a perpetuar a escrita: “Escrevam com seus olhos como pintoras, com seus ouvidos como músicas, com seus pés como dançarinas. Vocês são as profetisas com penas e tochas, com suas línguas de fogo. Não deixem as mordanças abafar suas vozes” (ANZALDÚA, 2000, p. 235). Nos guiamos pela força da referida autora quanto a romper os silêncios.

Para finalizar esse tópico, olhemos para as outras perspectivas de ser e ocupar espaços na realidade brasileira. Que a força de Larissa Luz na música *Descolonizada*, nos inspire, motive e nos conduza: liberdade é não ter medo. Uma vez que reconhecemos um percurso de questionamento das opressões iniciamos um caminho sem volta e buscamos outras mulheres nessa jornada, é nosso desejo de nos revelar ao mundo que nos torna resistentes e resilientes.

*Uma onça braba com olhar já me dizia Eu hoje estou arredia!
 Ansiedade é tanto assunto, uma agonia, mas podemos conversar
 Eu sou sua mente, prazer! Me olhe de frente!
 A gente pode se entender negociar um equilíbrio, um bom lugar
 Se aproxime, me olhe de frente! Eu sei que emito uns rugidos de repente
 É o meu desejo de gritar! Não deixe que a corrida maluca da vida louca
 Te jogue num precipício de emoções. Garota! Ninguém nos disse que seria fácil
 Segurar a onda, dá na cara e continuar. Não deixe que tentem te colonizar
 Te converter, te doutrinar, te alienar. Eu quero voar. Escrever o meu enredo
 Liberdade é não ter medo! Eu não vou entrar nessa jaula
 Eu não nasci pra ser adestrada Me deixa correr no espaço
 Deixa eu exhibir a minha pele pintada
 Descolonizada - Larissa Luz, Pedro Itan.*

5 O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES DAS FAMÍLIAS

*Estrela que brilha, clareia a trilha, ilumina e guia o meu caminhar
 Alumeia um pouquinho esse meu caminho, me dê uma luz, tá difícil enxergar
 Quanto mais eu ando, mais escuro fica me dê uma dica pra poder seguir, não sei o que faço
 Se ando, se paro, se corro, se sigo, se fico aqui
 Tome minha boca pra que eu só fale aquilo que eu deveria dizer
 A caneta, a folha, o lápis, agora que eu comecei a escrever
 Que eu nunca me cale, O jogo só vale quando todas as partes puderem jogar
 Sou mulher, sou preta, essa é minha treta, me deram um palco e eu vou cantar
 Canto pela tia que é silenciada, dizem que só a pia é seu lugar
 Pela mina que é de quebrada, que é violentada e não pode estudar
 Canto pela preta objetificada, gostosa, sarada, que tem que sambar
 Dona de casa limpa, lava e passa, mas fora do lar não pode trabalhar
 A dona de casa limpa, lava e passa. Não precisa ser Amélia pra ser de verdade
 Você tem a liberdade pra ser quem você quiser
 Seja preta, indígena, trans, nordestina, não se nasce feminina, torna-se mulher
 Menos preta, indígena, não se apropria, quer ser preta dia a dia, pra polícia cê num é.
 Não precisa ser Amélia. - Bia Ferreira.*

Começamos esse capítulo com a música para refletir sobre as famílias brasileiras nos revelam a dureza do cotidiano das mulheres pretas e pobres para garantirem sua sobrevivência e a de seus familiares. Defendemos que a vida das mulheres não deve, não pode e não precisa ser de sofrimento, nós merecemos uma vida livre. A negação ao acesso de direitos e a cultura que produziu as Amélias podem ser ressignificadas nas Marias e tantas outras que reconhecem sua liberdade de existir.

A missão neste capítulo é responder ao objetivo de explicitar a relação entre o processo de subjetivação das mulheres e as transformações contemporâneas das novas configurações familiares. Ao definirmos a categoria famílias nesse estudo, buscamos caracterizar que na contemporaneidade observamos novas configurações e dinâmicas familiares e que esses novos modelos ou formatos diferentes e padrões distintos de famílias que conferem possibilidades diversas para as mulheres constituírem sua subjetivação.

Destacamos que as mudanças nas configurações familiares ocorrem progressivamente, na vida cotidiana, na contraditória realidade social. As mulheres são protagonistas, existem, resistem, constroem e reconstroem seus poderes. As transformações nas dinâmicas familiares no Brasil na atualidade tem relação com o processo histórico, social, cultural, político e econômico do país. Consideramos que o processo de mudanças das famílias brasileiras está conectado ao processo de autonomia, empoderamento e protagonismo das mulheres, através da educação, do trabalho e da participação política.

5.1 Minha espiritualidade veio da experiência da essência da palavra

Refletimos com as mulheres sobre o processo de subjetivação feminina perguntando sobre a subjetividade das mulheres, elas informaram sobre como percebem sua identidade e representação social, as funções que assumem e assimilaram. Consideramos as influências culturais relacionadas ao tema da espiritualidade e religiosidade nas famílias. Apesar de perguntar pela espiritualidade de forma ampla, as mulheres dos grupos associaram essa perspectiva ao tema religiosidade, portanto, de forma a ficar compreensível o tema observado, perguntamos pela temática da religião. Associamos esse tema às discussões deste estudo porque reconhecemos que nossa perspectiva questiona os discursos institucionais que envolvem a religião. Nossa questão geradora foi: qual sua relação com a religião e com a história de sua família?

Como percebemos o impacto da religião na vida das mulheres é relatado por Vinhas.

VINHAS: Eu conheci e pude participar da igreja católica e evangélica, porque meu pai era de uma e minha mãe era de outra; eu participei dos grupos; eu tenho a lembrança de lugares sacros. Lembro da rigidez da igreja evangélica, levava muito carão, porque tudo era pecado, era errado, eu andava em muitas igrejas evangélicas; a igreja que me identifiquei em confiança e crédito, foi a Igreja de Cristo, Petencostal. Eu conheci as igrejas tradicionais, eu escolhi a minha pelo local, pelo estudo da palavra na essência, me cativou, sou do caminho de Jesus de Nazaré. Antes as pessoas passavam na rua com a bíblia, e as pessoas respeitavam, hoje é deturpado. Minha espiritualidade veio da experiência da essência da palavra, me identifico muito com as pessoas, tento me colocar no lugar do outro e ajudar ao próximo, alguém semelhante a mim, o líder religioso não impede a minha crença e eu respeito a crença das outras pessoas. Eu consigo conviver com outras religiões, dialogar com pessoas de outros espaços. Na minha casa tivemos esse momento de presença da igreja, mas a minha filha ia para uma igreja diferente, ela ia para onde ela queria, eu queria ela na minha, mas ela ia pra outra. Na igreja tem a confissão de fé e a concessão, o líder espiritual é o pastor, em casa, a gente faz o culto do lar e a leitura da palavra. É uma atitude, eu senti um chamado. Quando a gente é mãe a gente interfere mesmo. Na pandemia a gente faz uma ceia do pão com o vinho em casa. Na igreja existe o batizado na água com o pastor. Existe o ritual da oração, antes de dormir, antes da refeição, mas não conseguimos fazer aqui em casa porque é muito espiritual. Deus fala comigo através dos sonhos, os sonhos acontecem, pela vida espiritual eu tenho o dom de reconhecer a mensagem e revelação dos sonhos, eu conto pras pessoas como intuição.

Vinhas relata seu processo de descoberta e aproximação com a Igreja. Relata que recebeu influência da sua família em relação à qual religião e igreja tradicionais e a seguir e

fez sua escolha. Aponta sobre a importância do respeito e de diálogo com outras religiões e principalmente de entender a palavra e aplicar os ensinamentos e aprendizados na prática.

Oliveira nos aponta outro ângulo de percepção.

OLIVEIRA: Precisamos perceber o tempo, o cansaço, às vezes a gente não percebe o dia e a noite, sinto essa falta de parar pra respirar e agradecer a Deus, me sinto miserável em não agradecer. Tenho 3 filhas. Eu penso que se não fosse o pai delas, não teria uma família, primeiro veio o esposo pra depois eu ter elas, pra ter filha precisa ter companheiro, primeiro veio o amor dele, depois o amor a elas. Minhas coisas é tudo em favor deles, ele veio primeiro, foi meu primeiro namorado, eu vivo pra ele, em função dele; o amor das filhas é diferente, mas não tem família sem meu marido. As mulheres de hoje pensam diferente, são elas primeiro. Se quero ser amada, tenho que amar meu marido e meus filhos. Mas eu considero que o amor sagrado pra mim é o de Deus. Desde criança eu vou à igreja, fiz o sacramento da primeira eucaristia, mas não fiz o crisma. A pandemia fez as pessoas se afastarem da Igreja, quando precisei de Deus ele me ajudou, as pessoas não tem que se afastar de Deus, eu passei pelo vale, pelo calvário. Sou católica. Aprendi a ter um tempo pra mim, o respeito entre nós, poder compartilhar a vida e sentir segura, nos encontrar e reconhecer, não perder o afeto pelos outros.

Oliveira indica que percebe a dimensão do sagrado em relação a sua conexão com a espiritualidade. Informa que é necessária a aproximação com Deus e manifestar o respeito com as pessoas e compartilhar as experiências para ajudar ao próximo.

Apontamos essas narrativas identificando a influência cultural nas dinâmicas familiares. Sobre a dimensão da espiritualidade e da religiosidade, pautamos a reflexão sobre a religião. Embora tivessem mulheres religiosas católicas e evangélicas, elas apontaram a referência do amor a Deus como sagrado. Informaram a necessidade de se conectarem com uma instituição religiosa para vivenciar essa interação.

No momento sobre espiritualidade usamos o sentido da vida, o que é sagrado, místico. Na percepção do amor sagrado, elas dimensionam o sentimento diferente entre a religião, a família e o amor romântico. Destacamos que a percepção delas sobre o amor recebe as influências das instituições que socializam e participaram, como a família, a escola, a igreja. Ressaltamos o aspecto da transcendência como um destaque que elas buscam alcançar.

Acreditamos que as mulheres podem reconhecer que elas são a pessoa mais importante na vida delas mesmas, em oposição a fala de que as pessoas mais importantes na

vida delas são os filhos ou os maridos ou Deus. É preciso reconhecer quem somos, existir primeiro, para depois cuidar do outro, perceber a si, revelar-se. Ter sonhos, realizar desejos, ver as narrativas, pois o sofrimento existe, mas podem encontrar apoio, amor, felicidade, solidariedade, sororidade e resiliência. Podem cuidar de si, confiar e ajudar outras mulheres.

Essas temáticas especificamente conectaram as falas das mulheres aos territórios onde vivem. Refletimos o pensamento de que não estamos só, estamos juntas, e que para mudar a si e ao mundo é preciso atuar de forma coletiva, pois não conseguimos fazer sozinhas, precisamos atuar ajudando as outras mulheres. Conectar a si às outras, em rede, demanda uma apropriação do lugar de si, essa condição não permite o outro definir e dominar, controlar a própria subjetividade, esse é o ponto de ruptura e as brechas na história, as mulheres precisam reconhecer quem são, ao perceber suas identidades e histórias, podem desconstruir e reconstruir ou construir algo novo, a transformação pautada no amor, a partir do afeto, através do vínculo, com as redes de apoio coletivas.

Usamos o exemplo da normatização do feminino pela religião para perceber que as construções sociais e culturais sobre a feminilidade percorreram âmbitos familiares e contextos sociais, portanto, se fez presente no cotidiano das instituições. Escrever sobre a História das Mulheres e os impactos nas famílias no capitalismo significa perceber a história das transformações na divisão sexual e social do trabalho, o patriarcado, a acumulação primitiva, a luta de classes, na reprodução da vida e na produção da força de trabalho, a exploração da natureza, a colonização, o imperialismo, a globalização, a violência. Isso demonstra as contradições do sistema capitalista que para manter sua existência, precisa da expansão e degradação, que recai sobre as mulheres e famílias.

Para identificar esses aspectos, dialogaremos sobre as formas de constituição dos modelos de famílias na história da humanidade a seguir. Apontaremos os acontecimentos históricos que mudaram as definições sobre as mulheres: de deusa, sacerdotisa, sagrada, para desqualificações como profana, pecadora, e a associação de termos pejorativos como curandeira, feiticeira, bruxa.

Regina Navarro Lins (2012) contextualiza a *História do Amor* e a relação social e

cultural entre os sujeitos, afirmando a condição de vínculo afetivo inerente aos seres humanos. Desenvolve pesquisas apontando as mudanças nas relações afetivas entre homens e mulheres, na vivência do amor romântico, normatizado, reprimido, violentado, e a vida privada na sociedade capitalista, da obrigação da exclusividade, na proposição da amizade, de vínculos profissionais, companheirismo nas relações, da simultaneidade dos desejos. Contextualiza a pré-história da civilização ocidental até o século XXI, apresentando a contribuição da História das Mentalidades que evoca os sentimentos e comportamentos coletivos na Historiografia oficial. Apresenta a interação entre natureza e cultura na definição da subjetividade, demarcando a conceituação do sexo, as crenças, os valores, expectativas que determinam a identidade de homens e mulheres.

No século XVI, ocorreram transformações sociais, culturais e políticas na Europa. Lins (2012) contextualiza que as cidades ampliaram-se, o comércio e a indústria se desenvolveram; a nobreza fez aliança com os burgueses, comerciantes e banqueiros. Houve avanços nas táticas de guerra, na indústria, na imprensa, na ciência, na expansão marítima que possibilitou o imperialismo e a colonização, a globalização. As teorias científicas mudaram a centralidade para o homem, iniciou-se um movimento cultural, social e político: o Humanismo renascentista, que transformou a visão do homem em relação a Deus, ao afirmar o homem como o centro do universo. O casamento afetava o status da mulher que continuava sendo condição para proteção, segurança e salvação. A instituição casamento era disseminada, os homens definiam os ideais da mulher para posse: “esposa casta, fecunda, mãe nutridora generosa, capaz de sacrifício, em contraposição, imaginam a diaba, a que se entrega aos vícios da natureza feminina, ao insaciável desejo sexual” (LINS, 2012, p. 208).

No século XVI, na Europa Ocidental, segundo Lins (2012), predominava os discursos religiosos de obediência a Deus e extermínio da bruxaria demoníaca, praticada pelas mulheres feiticeiras. A racionalidade impunha padrões sobre a superstição, a crença da inquisição explicava que as mulheres eram inferiores, fracas, frágeis e suscetíveis ao desejo carnal, alvos de desejos diabólicos e que após a devoção ao Diabo poderiam usufruir de poderes místicos e mágicos. Essas justificativas do terror e crueldades feitas às mulheres sob

as acusações de bruxarias. As mulheres nessas condições não tinham opção de defesas, nem esperança, apenas o julgamento religioso.

A Modernidade (séculos XV e XVI) consistiu no período marcado pelo Renascimento, que modificou as dimensões culturais, rompendo valores da Antigüidade Clássica (greco-romana). Com a Revolução Industrial, nasce a classe social burguesa, (comerciantes, profissionais liberais), diferente da aristocracia. As revoluções burguesas ocidentais contribuíram para a passagem do feudalismo para o capitalismo. O sistema capitalista se constituiu como sistema dominante nas configurações da sociedade ocidental europeia, que modificou as relações econômicas, políticas e sociais do mundo todo. A Época Contemporânea, teve início após a Revolução Francesa (1789) com a decadência do absolutismo europeu e o Estado monárquico, se estende à atualidade.

A Renascença era predominantemente masculina, nas artes, na ciência, na política, valorizava o homem predestinado, nobre, romântico, herói, egoísta, narcísico, cavalheiro. Enquanto a mulher era associada a fragilidade e submissão, produzida por Deus, ser imperfeito, inacabado, inconstante, inútil, insolente, lenta, mentirosa, supersticiosa, orgulhosa, preguiçosa, associada a origem do mal natural no mundo, necessário a sociedade. Essas teorias foram reforçadas e atualizadas por discursos dualistas, sexistas e misóginos de aversão às mulheres: dama ou feiticeira, virgem abençoada ou Eva pecadora, objeto de adoração ou de luxúria, atestando a inferioridade feminina por vontade divina. Era inevitável falar sobre o sexo, as mulheres continuavam sendo reprimidas por sua sexualidade, a Igreja disseminava o medo aos fiéis. O casamento não era sinônimo de amor, tinha como função a manutenção da casa, de riquezas.

Lins (2012) explica que a Igreja Católica começou a apresentar sinais de crise diante dos abusos e absurdos do clero, discursos religiosos incompatíveis com a filosofia cristã, das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais na Europa. A Reforma Protestante dividiu o mundo cristão ocidental em dois: os Estados católicos versus os protestantes. Com o êxito da Reforma, a Igreja Católica perdeu posto de religião oficial de Estados europeus, buscou reestruturar a Igreja para evitar o avanço protestante. Em 1536, o clero se reuniu na

cidade italiana de Trento para tentar reverter as heresias protestantes, reafirmou os dogmas católicos e instituiu reformas no catolicismo. As sessões do Concílio de Trento foram uma defesa das leis tradicionais do casamento e do patriarcado.

No século XVII, conforme Lins (2012), ocorre uma dessexualização, uma degradação do prazer, em oposição à procriação, começa-se a disciplinar as práticas sexuais. O direito canônico proclamou o casamento um contrato baseado no consentimento do casal para diminuir as uniões ilícitas, fomentando a oficialização das uniões, reforçando o consenso dentro da Igreja. O casamento romântico renascentista expandiu-se. A burguesia demandava a moral cristã, descartava o amor cortês. A monarquia absolutista justificava o soberano direito natural à autoridade do rei, ligado à de Deus e ao pai de família. Deus representa o modelo da paternidade. O monarca era o pai dos seus súditos, representava a imagem de Deus sobre a Terra. As mulheres eram afetadas pela cobrança da maternidade e o julgamento moral da amamentação diante foi ridicularizada e repugnada. As famílias aristocráticas criaram a função das amas de leite para amamentar os filhos.

Nesse período, o sentimento de infância começa a emergir como construção social dos ciclos e gerações da vida, as crianças tornam-se sujeitos, demandantes de afetos, sendo incorporadas no cenário das famílias, como pequenos adultos, depois com a emergência da instituição escola, passaram a se diferenciar conforme a idade cronológica. Com o Capitalismo, o declínio dos modelos de monarquia e a necessidade de mão de obra para fábricas, a necessidade de proteção à infância surgiu com a preocupação de sujeitos para o desenvolvimento de trabalhadores para o sistema. A prioridade foi evitar o infanticídio, a negligência materna, na responsabilização dos crimes das mulheres em relação ao cuidado.

No século XVIII, a Europa apresenta mudanças sociais, políticas, econômicas, culturais e científicas. Para Lins (2012) apresenta-se a lógica da razão contrária à fé. O Século das Luzes e a Idade da Razão - o Iluminismo, revelam a superação da ignorância da idade medieval e dos valores tradicionais conservadores. Uma nova era regida pelo desenvolvimento da ciência e o respeito à humanidade, novas concepções de amor, de casamento. Posteriormente, emergiu o Romantismo, que expressou as transformações das

relações amorosas, ocorreu a divisão de sentimentos: associou-se a mulher a pureza, o sagrado, versus a mulher inferiorizada, submissa.

O casamento possibilitou a compreensão do romance com sexo, diferenciou a percepção entre amor e paixão. As mulheres começaram a se mobilizar para adquirirem direitos, reconhecer a independência e a emancipação. Os cuidados maternos eram invisibilizados e desvalorizados. O sentimento de maternidade mudou e criou o modelo de mãe amorosa, devota, com dedicação suprema, culpa e frustração constante, o sacrifício do tempo livre era justificado por esse amor incondicional e a postura incansável da mãe. Evidenciou o sentimento de amor materno incontestável, instinto, espontâneo, a construção social desse sentimento tornou-se uma condição feminina, foi exaltado como valor natural essencial à humanidade, imprescindível ao capitalismo.

No século XIX, ocorreu crise de acumulação na família nuclear na Europa, centrada na dependência econômica das mulheres aos homens. Com a globalização, ocorreu a feminização da pobreza, resultado do desenvolvimento capitalista sobre as vidas das mulheres. O capitalismo está imbricado ao racismo e ao sexismo, seu desenvolvimento indica destruição da natureza, com exploração dos sujeitos. Os modelos de famílias são transformados com a transição de patriarcais extensas rurais, como suporte, apoio, segurança e proteção, para nucleares, citadinas, isoladas, pequenas, com valores individualistas e consumistas. Nesse novo modelo, as pessoas trabalham e assumem papéis e funções no lar, o status é regulado pela renda. Esse modelo se ajusta ao sistema pois os participantes se dedicam à produção e ao consumo. O amor se alia a esse padrão, permite a escolha nas relações afetivas e associa o casamento a combinação de ideais, crenças e atitudes.

No século XX, as lutas feministas das mulheres possibilitou avanços em relação ao direito ao voto, a expressão na política, conquistas para a saúde e para a educação, mas ainda se observa a violência contra as mulheres, enraizada simbolicamente na dimensão cultural da sociedade. As reivindicações feministas criticaram o patriarcado, levantaram questões de ordens sobre as defesas dos direitos das mulheres, os direitos humanos, os direitos sexuais e reprodutivos, os direitos a uma vida sem violência, com igualdade e a eliminação de

preconceitos e discriminações. As violações tornaram-se parte da vida das mulheres, naturalizadas como normais e banais pela cultura no ambiente doméstico e familiar e no espaço público. A representação patriarcal masculina afetava a vida das mulheres que não se renderam, cotidianamente, expressaram resistência e luta.

Nos anos 1950, ocorria a repressão da sexualidade feminina, sendo reservado às mulheres a função do casamento e da maternidade. As mudanças vieram com a tecnologia, com recursos de controle da natalidade, com a pílula anticoncepcional, com a dissociação entre procriação e prazer, com a opção de escolha sobre a maternidade, com a emergência do movimento LGBTQI+, com a configuração de novas dinâmicas familiares: monoparentais, por consanguinidade ou afetividade, relações de uniões estáveis. A identidade de homens e mulheres perpassa pela constituição da personalidade. A identidade de gênero compreende o reconhecimento de si e a orientação sexual é explicada pelo desejo sexual a outra pessoa, sendo usado três termos para essas condições: heterossexuais, homossexuais ou bissexuais.

A partir da década de 1960, revelaram os impactos das violências sofridas pelas mulheres que anseiam a dissociação de sua condição feminina na condição humana de degradação e violações. As transformações nas configurações familiares e nos relacionamentos. Na década de 1970, indicam o andamento de uma revolução sexual que ampliam a diversidade das possibilidades de vivências afetivas e prazerosas da sexualidade.

Nas décadas de 1980, a família assume novas funções, mudaram as perspectivas para o casamento, sexualidade, infância, adolescência, educação, a compreensão do amor, de felicidade, o sentido da maternidade. As mulheres foram associando a insatisfação conjugal com o sexo no casamento, a vivência sexual por obrigação, sacrifício, tédio, dependência emocional devido a exaustiva rotina de cansaço, preocupações, exaustão; perceberam a ausência da experiência por prazer sexual, motivando a busca por atração sexual e desejo de satisfação sexual. As mulheres se deparam com a frustração no casamento devido a percepção da infelicidade, da infidelidade, do desmoronamento do amparo, do conforto, da proteção, da satisfação, entenderam os jogos de poder vinculadas a humilhações, submissão, descontentamento com desempenho sexual, e demais associações negativas a sexualidade.

Nos anos 1990, identificamos tendências de aumento dos solteiros (as) e famílias monoparentais, com declínio da crença de homens e mulheres unidos para a criação dos filhos, da moralidade sobre o sexo, com ascensão de recursos e artifícios para garantir prazer sexual, além da expansão da androginia. As mulheres absorveram normas sociais e regras culturais em relação a divisão sexual do trabalho e o controle da sexualidade feminina e fecundidade da mulher, com impactos: casamento, maternidade, educação, trabalho.

Observando a História da Humanidade constatamos que desde a Antiguidade as mulheres detinham um saber próprio, transmitido em gerações sobre os cuidados individuais, familiares, domésticos, medicinais de cura. As ideias cristãs sobre a sexualidade perduraram no imaginário sexual, afetando os desejos, as frustrações, os medos, as vergonhas, as culpas femininas. Consideramos que as definições e possibilidades sobre a sexualidade feminina não foram colocadas como opção para as mulheres decidirem, restando-lhes a aceitação, a opressão, a subordinação de seus corpos. O percurso sobre a História das Mulheres e as vivências no âmbito de suas famílias, identificam a condição de submissão que afeta sua subjetividade e impacta na configuração de suas famílias. Retomamos a um aspecto social e cultural vivenciado pelas mulheres, ao fenômeno com a Caça às Bruxas para compreender a crueldade e barbárie que marcou a condição feminina pelo viés da perseguição ao corpo e a sua sexualidade, denotando sua incapacidade.

Silvia Federici (2017) na obra *O Calibã e a Bruxa* explica que o fenômeno da Caça às Bruxas refere-se à perseguição religiosa e social às mulheres, com a queimação das mulheres nas fogueiras, vítimas de violências, torturas, enforcamentos, execuções públicas, rituais de punição, acusações de feitiçaria. O fenômeno da caça às bruxas foi usada como um instrumento de perseguição às mulheres na sociedade capitalista ocidental, passou por um processo de silenciamento, esquecimento, irrelevância e descrédito na História das Mulheres na Europa, embora os discursos de adoração ao demônio foi disseminado ao Novo Mundo pelos religiosos missionários e conquistadores como uma ferramenta para a subjugação dos povos originários. Na Europa, as vítimas desse processo foram as mulheres camponesas, através da eliminação e massacre das bruxas pela inquisição da Igreja Católica.

O processo de perseguição da bruxaria ocorreu em paralelo á colonização e extermínio das populações indígenas, à escravidão de povos negros, a opressão aos indivíduos considerados marginalizados. Pontua que a Caça às Bruxas significou a destruição do controle que as mulheres exerciam sobre sua função reprodutiva, indicando o desenvolvimento de um regime patriarcal opressor, contribuiu para a divisão sexual do trabalho, que atribuiu às mulheres o trabalho reprodutivo. Explica que o termo Calibã representa “o rebelde anticolonial cuja luta ressoa na literatura caribenha contemporânea, constitui um símbolo para o proletariado como terreno e instrumento de resistência à lógica do capitalismo” (FEDERICI, 2017, p. 23).

Federici (2017) apresenta um contraponto às análises marxistas sobre a opressão, subordinação e exploração das mulheres, a função de reprodução social no processo de acumulação capitalista. A gênese da exploração feminina encontra-se na origem do trabalho feminino não remunerado, na organização do trabalho doméstico, da vida familiar, da criação dos filhos, da sexualidade, das funções sociais decorrentes de feminilidade e masculinidade, marcada pela binarização e hierarquização do gênero. Se diferencia das referências marxistas: “Marx examina a acumulação primitiva do ponto de vista do proletariado assalariado de sexo masculino e do desenvolvimento da produção de mercadorias, eu a examino das mudanças que introduziu na posição social das mulheres e na produção da força de trabalho” (FEDERICI, 2017, p. 26).

De acordo com Federici (2017), seu conceito de acumulação primitiva inclui abordagens ausentes em Marx, sobre a acumulação capitalista: “i) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; ii) a construção de uma nova ordem patriarcal; iii) a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores” (FEDERICI, 2017, p.27). Ressalta que Marx não supôs que o capitalismo preparava o caminho para a libertação humana por que não olhou a história sob o ponto de vista das mulheres, pois as mulheres foram consideradas como seres socialmente inferiores, exploradas e subjugadas. O contexto de transição do feudalismo para o capitalismo demarca a história do corpo, reitera a perseguição e dominação

das mulheres, expulsão e empobrecimento de populações, cristianização e destruição das relações comunais. O capitalismo destruiu sujeitos femininos afetando o corpo feminino, a luta das mulheres expressa a resistência anticapitalista.

Compreender a História das Mulheres e da reprodução social no sistema capitalista remonta a transição do feudalismo para o capitalismo, desde as origens das lutas que o proletariado medieval realizou com o senhor feudal, para compreender o papel das mulheres na crise do feudalismo, e a negação de seu poder para a ascensão capitalista. Informa que o capitalismo constituiu uma resposta das classes feudais a um conflito social, de proporções globais. Salienta Federici (2017) que “o capitalismo foi a contrarrevolução que destruiu as possibilidades que haviam emergido da luta antifeudal, que, se tivessem sido realizadas, teriam evitado a imensa destruição de vidas e de espaço natural que marcou o avanço das relações capitalistas no mundo” (FEDERICI, 2017, p.44).

Para Federici (2017), no contexto da luta antifeudal emergiu o primeiro indício na história europeia da existência de um movimento de mulheres que se opunha à ordem estabelecida e contribuía para a construção de modelos alternativos de vida comunal. Essa luta possibilitou as primeiras tentativas organizadas de desafiar as normas sexuais dominantes e de estabelecer relações igualitárias entre mulheres e homens, com a recusa do trabalho servil e das relações comerciais, essas mobilizações de transgressão social construíram uma alternativa ao feudalismo e a ordem capitalista emergente.

Diante desse cenário, explica que a classe dominante europeia decidiu pela expansão global do sistema mercantil, estabelecendo as bases do sistema capitalista mundial, na internacionalização da exploração da riqueza, na expansão econômica, na transformação das relações sociais, na apropriação dos meios de subsistência dos trabalhadores, na escravização dos povos africanos, na constituição do proletariado, na acumulação do capital. Ressalta que este processo demandou “a transformação do corpo em uma máquina de trabalho e a sujeição das mulheres para a reprodução da força de trabalho, exigiu a destruição do poder das mulheres, por meio do extermínio das bruxas” (FEDERICI, 2017, p.119). Reforça que a acumulação primitiva constituiu a concentração de trabalhadores exploráveis, “a demarcação

de divisões da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, a raça e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno” (FEDERICI, 2017, p.119). Enfatiza que o capitalismo criou formas de escravidão, “demarcou no corpo do proletariado as divisões e a exploração de sua subjetividade” (FEDERICI, 2017, p.119).

Federici (2017) considera a base feminista da História das Mulheres manifesta os pontos primordiais de análise da sociedade capitalista e do conceito de feminilidade, sob o aspecto da reprodução da força de trabalho, associando o aspecto biológico ao destino social das mulheres, que definiu as tarefas produtivas e reprodutivas e as relações de gênero, especificou as funções do trabalho em relação ao gênero e classe, questionou a divisão sexual do trabalho e a reprodução demarcada as mulheres. Analisaram a sexualidade, a procriação e a maternidade para visibilizar os sistemas de exploração masculino na apropriação do corpo feminino. As teóricas feministas compreendem o corpo como elemento das origens da dominação masculina e da construção da identidade social feminina, do poder patriarcal e da exploração do trabalho feminino. Conceituaram a “política do corpo” para valorizar a identificação de feminilidade e confrontar a negatividade da subjetividade feminina.

Federici (2017) pondera que as feministas acusaram o discurso de Foucault sobre a sexualidade como omissão da diferenciação sexual, por desconsiderar as relações de poder e o disciplinamento sobre o corpo, o qual é constituído por práticas discursivas sobre as mulheres: “o poder que produz o corpo aparece como uma entidade autossuficiente, metafísica, desconectada das relações sociais e econômicas, misteriosa em suas variações quanto uma força motriz divina” (FEDERICI, 2017, p. 34). Destaca a preocupação em documentar as condições sociais e históricas que transformou o corpo no aspecto central da constituição da feminilidade. Critica a teoria do corpo de Foucault, informando que as técnicas de poder e as disciplinas a que o corpo se sujeitou ignora o processo de reprodução. A modernidade afirmou-se contra o corpo, cuja memória coletiva expressa a resistência das mulheres. Na sociedade capitalista, o corpo assume para as mulheres o campo de sua exploração e resistência. O corpo feminino foi objeto de apropriação do Estado pelos

homens, destinado ao funcionamento para reprodução e a acumulação. O corpo revela as relações e condições com a maternidade, a sexualidade e o casamento. A expressão feminista da política do corpo nega a identificação com a esfera do privado, pois representa uma fonte de identidade, mas também aprisionamento, subordinação.

De acordo com Federici (2017) as mulheres, por vivenciarem no cotidiano de sua existência as marcas da opressão, possuem a capacidade e as condições para conduzir uma revolução feminista contra o patriarcado. Demonstra que as bases para esse processo foram dadas no aspecto da reprodução social, uma vez que inseridas, mesmo que de forma explorada no sistema de produção material dos bens, a presença e participação das mulheres em relação ao trabalho foi associada ao aspecto cultural. Concordamos que esse critério caracterizado como condição de subalternização é exatamente o que permite às mulheres atuar e intervir sobre as condições de opressão e revolucionar a sociedade para outra forma de organização social além do patriarcado.

Considerando esses aspectos sobre as influências pós-coloniais que reconhecem gênero e sexualidade nas relações de poder que perpassam as famílias, Rololdo (1980) discorre sobre a descoberta feminista do conhecimento sobre as mulheres na dinâmica pessoal e experiência social. Comenta que as perspectivas antropológicas, sociológicas e demográficas modernas que introduziram o debate sobre gênero apresentaram as mulheres como uma imagem pautada no biológico, sem a especificidade histórica e cultural. Questiona o controle da natalidade, compreendido como controle dos direitos sexuais e reprodutivos, sem considerar a necessidade social e cultural. Informa sobre as sociedades matriarcais que não foca a natureza universal sobre o lugar privilegiado das mulheres e as relações sexuais.

Com base nas referências antropológicas de Rololdo (1980), as formas de organização da vida humana em sociedade foram construídas pela dominação masculina, indica que “em todos os grupos humanos conhecidos, a vasta maioria de oportunidades para o prestígio e influência pública, são todas reconhecidas como um privilégio e direito masculino” (ROLOLDO, 1980, p. 07). Considera que o reinado dos homens significa a passividade das mulheres, resulta de diferenças biológicas, refere-se a organização da vida social coletiva. Os

estudos sobre os grupos familiares primitivos, as relações de parentesco e matrimônio demonstram que gênero é um produto de normas sociais e regras culturais, as desigualdades sexuais tem raízes que reproduzem o prestígio e privilégio masculino.

A partir dessas proposições, Rololdo (1980) argumenta que as mulheres operam com os poderes femininos informais, nas esferas domésticas ou familiares. A assimetria sexual corresponde à divisão institucional entre as atividades domésticas de reprodução, e a pública coletiva e jurídica. Questiona a associação das mulheres como mães por sua condição biológica de reprodução (gestação) e cuidado com os filhos e suas casas, desde os primórdios das formas de organização social, com a exclusão feminina da caça, estabelecendo a hierarquia social sexual. Define a teoria sobre os laços entre mãe e filha com vínculos sociais e psicológicos. Descreve que o casamento e reprodução delimitam a organização público x privado, revelam os determinantes do lugar das mulheres nas sociedades. Entende as identidades sexuais como aquisições primordiais, relacionadas ao âmbito doméstico e as interações atribuídas a suas funções sociais.

Tendo por referência Rololdo (1980), enfatizamos que gênero é um produto social e político das relações de desigualdade sexual e social. Informa sobre a dicotomia, oposição, diferenças construída entre homens e mulheres. Comenta que as mulheres são descritas como produtos de relações de indivíduos. Em termos antropológicos, as famílias biológicas foram consideradas necessidades humanas básicas e pré-sociais, com origens nas formas de parentesco, que se refere a laços presumidos de sangue, normas jurídicas e regras construídas pelas sociedades, relacionada a aspectos público, jurídico, político, através dos laços de linhagem, clã ou casta, que denotam a natureza, a genealogia maternal.

Define que a família enquanto grupo de parentes difere de unidade familiar como um espaço, a distinção dos papéis de gênero são vinculadas às funções domésticas, constituem o local onde dividem o espaço de moradia, e as mães alimentam o cotidiano. Infere que a família foi conceituada como organização do parentesco, com a vida familiar permeada por ideias de amor e altruísmo. Os grupos domésticos pressupõem um núcleo familiar e os grupos familiares fechados demonstram a autoridade pública delimita os aspectos da família.

Problematiza o modelo baseado em duas esferas opostas dualistas dicotômicas que separam as mulheres dos homens, delimitam as funções de mães ao lar, e os públicos ao masculino.

Rololdo (1980) caracteriza que nos anos 1960, nos estudos antropológicos ecológicos adaptacionistas prevaleceram três temas: a evolução humana, a natureza da vida social dos primatas, a organização das sociedades caçadoras-coletoras simples ancestrais. Essas temáticas reconheceram que, nos grupos caçadores do mundo, as mulheres supriram a alimentação como coletoras e acumuladoras de pequena caça. Argumentavam que não era a coleta, mas a caça que diferenciou os ancestrais primatas da humanidade do mundo natural. Afirmavam que os “caçadores, precisavam de uma linguagem e cérebros grandes para comunicar e planejar; ao fabricar armas, conseguiram fazer avanços, provendo o homem com suas primeiras habilidades na arte e fabricação de ferramentas” (ROLOLDO, 1980, p. 25). Nos anos 1970, os estudos conectaram “o declínio em grupos humanos de grandes dentes pontiagudos carnívoros, a emergência de polegares opositores, o surgimento de habilidades requerendo cérebros maiores para coordenar olho e mão, o desenvolvimento entre fêmeas humanas, de pélvis maiores para acomodar e gestar seus jovens com cérebros grandes” (ROLOLDO, 1980, p. 25).

Seguindo com Rololdo (1980), essa formação das fêmeas, com adoção de posturas eretas permitiu explorar o meio ambiente, consistiu um salto no desenvolvimento humano, fomentou uma necessidade de novas capacidades sociais que permitiriam suprir a si mesmas e a sua prole dependente. Considera que as fêmeas se preocupavam em encontrar parceiros, machos cooperativos, para servir como ajudantes provedores. As fêmeas conseguiram criar habilidades sociais básicas, ferramentas, instrumentos produtivos, devido as necessidades das crianças. Considera que a revisão da história sobre a Mulher Coletora não é adequada, pois reflete a contribuição de como as mulheres organizam suas vidas nas sociedades. Explica que “nossas irmãs coletoras fizeram coisas importantes; mas os povos caçadores nunca celebraram sobrevivência humana” (ROLOLDO, 1980, p 27).

Rololdo (1980) afirma que os povos caçadores ignoram a celebração da coleta, celebram nos rituais o papel dos caçadores. Explicita que o Homem Caçador habilidoso se

orgulha de suas capturas, já as mulheres são valorizadas por suas habilidades coletoras ou reconhecidas apenas como mães. Exemplifica que “a Mulher Coletora é um ser biológico cujas preocupações são ditadas pelo seu papel reprodutivo, busca um homem para engravidá-la e sustentá-la, mas não tem motivo para forjar laços adultos duradouros” (ROLOLDO, 1980, p 27). Define que a Mulher Coletora assume tarefas domésticas, o parceiro masculino arrisca caçadas e descobertas; ela atribui a possibilidade de constituir as relações sociais e culturais: “os homens jovens dos grupos coletores-caçadores parecem mais preocupados do que as mulheres em casar e ter prole; que as mulheres não dependem dos maridos e filhos para a alimentação” (ROLOLDO, 1980, p 27).

Rololdo (1980) informa que nos grupos caçadores - coletores, as mulheres alimentam os maridos, mas o inverso não ocorre, os homens não são provedores das famílias. As mulheres cuidam do lar, alimentam as crianças e os homens adultos. Comenta que cria-se uma hierarquia social que prioriza o desejo dos homens casarem devido aos cuidados das esposas. “E os homens se casam não pela conquista da donzela, mas, pela oferta de caça e trabalho aos parentes afins - os únicos capazes de persuadir uma moça a assumir o papel de esposa” (ROLOLDO, 1980, p. 29). Já as mulheres têm pouco motivo para procurar um esposo já que contam com a proteção dos pais e irmãos” (ROLOLDO, 1980, p. 29).

Segundo Rololdo (1980) a política sexual condiciona restrições das mulheres aos cuidados das crianças, os serviços domésticos e as tarefas maternas. Informa que a hierarquia das relações sexuais, as mulheres alimentam as demandas sexuais e os laços sociais. A percepção do matrimônio é diferente entre homens e mulheres, eles associam as esposas como conquistas, elas buscam proteção. Aponta que os aspectos de produção material e reprodução social de alimentar as crianças, definem significados para a identidade das mulheres como mães, são compreendidas sob o aspecto biológico. A hierarquia social demonstra as diferenças entre homens e mulheres, não há parceiras, há divisão, fragmentação, competição.

Conforme Rololdo (1980) os indivíduos criam as relações sociais, os papéis sociais das mulheres estão baseados nas representações simbólicas de gênero moldadas pelas

famílias. Diante dos contextos de opressão, perguntamos sobre a resistência feminina, as trajetórias esquecidas ou ignoradas de transformação pessoal e coletiva, sobre as condições femininas de vida no cenário brasileiro, em diferentes períodos históricos. Apontamos nas origens das fontes e relatos, a desfiguração dos retratos, imagens, depoimentos das memórias das mulheres de sua vida cotidiana. Pontuamos a localização dos registros das mulheres e os percursos subnotificados das representações das mulheres.

As mulheres cuidam, nesse cuidado que foi imposto como obrigação e responsabilidade, como negação de si, como limitação de suas condições, elas encontraram formas de ressignificar e transformar a si, ao outro e a suas famílias. A revolução de padrões para novas formas de sociabilidade encontra-se em curso, em processo contínuo e constante, não será abrupta, não será rápida e nem breve, pois se o fosse, seria reprimida de imediato. Apontamos que um dos aspectos que afeta a subjetivação das mulheres é a reação masculina ao processo de resistência feminina à opressão sexista, machista e patriarcal, pois uma vez que as mulheres atuam em busca da autonomia, do empoderamento e do protagonismo feminino, ocorre uma reação masculina de aumento das manifestações de violência ou dos níveis das situações de violações de direitos, é como se a ameaça de perda do lugar de privilégios ocasionasse a agressão mais naturalizada na sociedade. Outra evidência se manifesta quando os homens não se apropriam da paternidade, as mulheres se ocupam da maternidade, do doméstico, a economia do cuidado.

5.2 Eu cuido do outro e não sou cuidada, aprendi pela dor a tirar um tempo pra mim

Meu bem, guarde uma frase pra mim dentro da sua canção
 Esconda um beijo pra mim sob as dobras do blusão
 Eu quero um gole de cerveja, no seu copo, no seu colo e nesse bar
 Meu bem, o meu lugar é onde você quer que ele seja
 Não quero o que a cabeça pensa, eu quero o que a alma deseja
 Arco-íris, anjo rebelde, eu quero o corpo, tenho pressa de viver
 Mas quando você me amar me abraça e me beije bem devagar
 Que é para eu ter tempo, tempo de me apaixonar, tempo para ouvir o rádio no carro
 Tempo para a turma do outro bairro ver e saber que eu te amo
 Meu bem, o mundo inteiro está naquela estrada ali em frente
 Tome um refrigerante, coma um cachorro-quente, sim, já é outra viagem
 E o meu coração selvagem tem essa pressa de viver
 Meu bem, mas quando a vida nos violentar, pediremos ao bom Deus que nos ajude
 Falaremos para a vida: "Vida, pisa devagar, meu coração, cuidado, é frágil"
 Meu coração é como um vidro, como um beijo de novela
 Meu bem, talvez você possa compreender a minha solidão
 O meu som e a minha fúria e essa pressa de viver
 E esse jeito de deixar sempre de lado a certeza e arriscar tudo de novo com paixão
 Andar caminho errado pela simples alegria de ser
 Meu bem, vem viver comigo, vem correr perigo, vem morrer comigo
 Meu bem, Talvez eu morra jovem
 Alguma curva do caminho, algum punhal de amor traído, completará o meu destino
 Música Coração Selvagem Belchior

Nos inspiramos nessa canção, recordada devido a um insight, apontada pelo sentimento da pressa de viver, a partir das palavras compartilhadas de uma mulher inspiradora. Questionamentos fluíram sobre o motivo da pressa pelos resultados da pesquisa. A arte nos conduz a devaneios, a contemplação divina, mística e mítica de apreciar versos e espetáculos no corrido dia após dia. Nossas memórias advém das lembranças dos singelos momentos de amor, companheirismo, amizade e felicidade. O compositor cearense nos sugere demorar para ver, olhar para crer, perceber o despercebido, sentir o vivido, que nossos corações selvagens nos permitam reconhecer a fluidez da vida, os arrepios e sorrisos de encontros, que a pressa seja o nosso movimento de buscar nos reencontrar com nós mesmas, ouvir nossos sons, cantar sentimentos, questionar certezas, compreender a solidão, convidar o outro ao nosso destino, nos conectarmos com a paixão de viver nossas vidas.

Dialogamos sobre saúde com as mulheres e apresentamos nesse tópico, outras referências sobre a forma de existência individual, familiar, comunitária e social sobre outras influências de sociedade. Indicamos como questão geradora sobre Saúde para as mulheres: Como você define sua saúde atualmente?

Observamos os relatos seguintes de Vinhas sobre a preocupação com a saúde.

VINHAS: Eu cuido do outro e não sou cuidada, aprendi a me cuidar através da dor, há

pouco tempo aprendi a cuidar de mim, tirar um tempo pra respirar, achava que era errado fazer isso, hoje eu consigo estabelecer esse tempo pra mim, meu horário de caminhar, me sinto bem. Aprendi na pandemia a me sentir, aprendi que a solidão é positiva, contemplar as coisas belas que Deus criou. O exercício é bom pra saúde mental. Eu perdia as consultas devido ao trabalho, hoje eu consigo conciliar e agendar as consultas. Outro dia eu me presenteei, eu escolhi, comprei um presente e ninguém acreditou, amei o presente que me dei de presente, precisamos parar e nos presentear. Eu estou desligada da minha saúde há muito tempo, ate eu ter um episódio de um quadro e percebi que precisava me cuidar.

Vinhas relata sobre a necessidade de exercer o autocuidado e a promoção da saúde e do bem-estar consigo. Lembra que as mulheres cuidam de todos, mas esquecem de si. Aponta a necessidade de mudança quanto a cuidar de si em sua trajetória.

Enquanto Barbosa nos revela sobre sua família.

BARBOSA: Minha mãe contava que eu era muito doente, ela ficava com medo de eu morrer, era boca aberta, botaram quebranto, ela me levou na rezadeira e ela fechou meu corpo, tudo que botasse numa pessoa perto nós pegava. Minha irmã ficou bem magrinha, minha mãe achava que ela ia morrer. Minha mãe tirou ela do hospital, pra casa, fizeram umas rezas e deram remédio, ai ela melhorou. Quando foi agora eu fiz meus exames e tava tudo bem. Minha pressão muda com a preocupação. Eu sinto dores nas costas após ter feito cesárea e depois a ligação, quando tem lua cheia, a dor piora, dor nas costas, eu chorava tanto. Minha regra não vem certo, vem desregulada, a covid mexeu com a regra da mulher. Minha mãe me teve normal. Ela não contou pro meu pai que engravidou de mim, porque ela tinha separado, ai ela voltou pra ele, eu nasci gordinha e loira, ele desconfiou, mas ela disse que era dele. Minha menstruação foi com 12 anos, minha mãe tinha falado como era a dor de cólica, mas eu não conhecia, era muito ruim. Tive minha filha de parto normal. Um dia, minha menina tava treinando como colocar o absorvente. Ela não sabia, eu ensinei.

Barbosa comenta sobre seu histórico de adoecimento e as crenças culturais sobre como cuidar das crianças nas famílias, o conhecimento ancestral e popular para cuidar. Recorda que os ensinamentos das mulheres para outras mulheres através da educação sobre sexualidade ajuda as meninas a terem vivências mais saudáveis.

Dialogamos sobre a saúde das mulheres nos aspectos físico, mental, espiritual, bem estar e autocuidado. Elas relataram que assumem a função de cuidadora de si antes de cuidar do outro. Quanto à saúde sexual e reprodutiva, as mulheres relataram que não foram ensinadas sobre a higiene quanto a menstruação, a puberdade e ao puerpério. Sobre o cuidado para saúde mental, algumas reconheceram que precisam, mas que não cuidam de si, sentem

culpa se pararem para se cuidarem. Sentem cobrança se descarregarem.

Pontuamos sobre respeitar o limite para priorizar um tempo dedicado para autocuidado, para dar conta da rotina, respiro do corpo e alívio da alma, sobre o que podem fazer por elas mesmas, perceber quem são, como estão, a integridade do ser. Falamos sobre as doenças que afetam especificamente as mulheres.

Há preocupação excessiva com o corpo devido aos padrões da cultura e da mídia quanto a imagem feminina perfeita. O gasto com a estética implica violência ao corpo. As diversas maneiras de relacionamentos atuais indicam a tendência para supressão das hierarquias e concepção binárias e dicotômicas, como um meio para superação das desigualdades e busca do prazer satisfatório.

Destacamos a preocupação com a saúde da mulher negra, como uma especificidade em reconhecer, viabilizar e demandar as intervenções em saúde pública, diante da negação do acesso a políticas públicas. Compreendemos que as questões em saúde das mulheres negras constituem reflexo do racismo institucional, vulnerabilidades, risco social.

Pontuamos sobre estar presente consigo, com a própria companhia, ser suficientes, para nutrir-se e agradar-se. É questionável as mulheres voltarem constantemente ao cuidado com o outro e não destinarem meios, recursos e estratégias de cuidado de si. Acreditamos que esse processo é reflexo da cultura machista e patriarcal que impõe padrões às mulheres, controle dos corpos e das subjetividades, a representação feminina a serviço do cuidado e satisfação dos homens.

Apontamos as considerações de Wilhelm Reich (1981) para compreender o processo de revolução sexual na história da humanidade e os impactos para as famílias. Reich (1981) discorre sua tese sobre a revolução sexual a partir da vida real, da dimensão cultural, da existência emocional, social e econômica. Comenta sobre a família revolucionária em contraponto a família patriarcal autoritária e reacionária. A sexualidade foi historicamente tratada como assunto particular e não público. Afirma que a crise sexual constitui uma manifestação do conflito entre o declínio da sociedade capitalista e a ascensão revolucionária de classes. Manifesta o conflito entre a necessidade sexual e a sociedade mecanística. Explica

os conflitos da sociedade capitalista: o primeiro, a moral capitalista de classes é contra a sexualidade; “o movimento revolucionário elimina o conflito, criando uma ideologia afirmativa sexual, e fortalecendo depois legislativamente e por regulamentação a defesa da nova vida sexual” (REICH, 1981, p.15).

Reich (1981) explica que na sociedade primitiva, a estrutura coletiva e comunista original, tinha por unidade o clã, a partir da consanguinidade materna, originários da mesma trisavó, que representava a unidade econômica. Posteriormente, os clãs foram sujeitados à família patriarcal do chefe, quando família e clã entram em antagonismo: a família progressivamente se tornou a unidade econômica substituindo o clã, surgindo a origem social do patriarcado. O chefe da organização matriarcal do clã transformou-se no patriarca da família, adquiriu preponderância econômica e progressivamente tornou-se o patriarca da tribo. Pela primeira vez, se configurou uma diferença de classe entre a família do chefe e os clãs inferiores da tribo. As primeiras classes foram: a família do chefe, de um lado, os gentios, do outro. Explica a distinção no capitalismo, entre a repressão social sexual, a moral revolucionária e a satisfação das necessidades sexuais, com a normatização da auto-regulamentação econômico-sexual. “A vida sexual impulsiva inconsciente do homem é um produto da regulamentação moral e com ela poderá eliminar a contradição entre cultura e natureza, removendo a repressão e o impulso perverso e anti-social” (REICH, 1981, p 29).

Para Reich (1981) a reforma sexual pode ser realizada a partir do interesse da moral do casamento forçado. A instituição do matrimônio e do casamento possui viés ideológico e interesses econômicos, na superestrutura ideológica da sociedade. “O caráter específico da atmosfera sexual-ideológica é a negação sexual e degradação da sexualidade, que fazem seu efeito no indivíduo isolado da sociedade autoritária no processo da repressão sexual” (REICH, 1981, p.39). Considera que a instituição família fortalece o conservadorismo, no modelo nuclear burguês, base da sociedade, cuja função social reflete a regulação social e a estrutura econômica da sociedade. A moral sexual reacionária e a ordem legal compreendem a família compulsória como a base do Estado e da sociedade autoritária. O sentido social da família contempla em três dimensões: “1. Econômica: no início do capitalismo, a família era

a unidade; 2. Social: na sociedade autoritária, a família tem a função de proteger a mulher e os filhos que são privados dos direitos econômicos e sexuais. 3. Política: a família tinha uma raiz imediata na economia familiar”(REICH, 1981, p 58).

De acordo com Reich (1981), com o desenvolvimento das forças de produção e da coletivização do processo de trabalho ocorreu uma mudança na função da família. A base econômica da família foi substituída pela função política, com a incorporação das mulheres no processo de produção capitalista. Sobre os modelos de famílias, apresenta três: as famílias da grande-burguesia; as famílias da pequena-burguesia; as famílias dos operários. A atmosfera moral-sexual está presente nos modelos de famílias nuclear, patriarcal e autoritária. O patriarca expressa a contradição entre a posição no processo de produção, o subordinado, e a sua função familiar como chefe: “é uma espécie de primeiro-sargento; submete-se aos dominantes que estão acima dele, domina os que estão abaixo dele e os faz respeitar” (REICH, 1981, p. 59).

Segundo Reich (1981), a família recebe a influência da sociedade, cuja repressão dos impulsos sexuais precoces é determinada pela compreensão dos pais sobre a sexualidade. Em sentido reacionário, a família garante a manutenção do Estado e da sociedade. A função política da família em garantir a ordem social é dividida em dois aspectos: “1. Reproduz-se a si mesma, aleijando o indivíduo sexualmente; perpetua a família patriarcal e a repressão sexual; 2. Cria o indivíduo que está com medo da vida e da autoridade e estabelece a possibilidade das massas serem dominadas por indivíduos poderosos” (REICH, 1981, p.63).

Sobre o casamento, Reich (1981) afirma que a estrutura sexual como consequência da moral compulsória representou a função social de manutenção econômica, como consciência popular representa a condição social para as relações sexuais permanentes, indicando a independência para as mulheres em relação aos cuidados domésticos e criação dos filhos. “A relação sexual livre distingue da relação sexual permanente satisfatória, pela falta de interesse carinhoso no parceiro sexual, tornaria desnecessária a busca eterna de um parceiro adequado e libertaria interesses para desempenhos sociais” (REICH, 1981, p.84). Acrescenta que a capacidade para uma relação sexual permanente “demanda a potência orgástica integral dos

parceiros sexuais, a afirmação absoluta da sexualidade e da alegria de viver; a superação dos elementos fundamentais do moralismo; a capacidade de comunhão espiritual com o parceiro” (REICH, 1981, p 86). As dificuldades na relação sexual permanente são acentuadas pela base biológica e sexual-psicológica que torna o casamento vitalício e monogâmico.

Segundo Reich (1981) o casamento como instituição possui uma tripla função social: econômica, política e social. Sobre o viés econômico significa a origem com a propriedade dos meios de produção, a existência material; “enquanto houver propriedade particular dos meios de produção, o casamento será socialmente necessário, terá um sentido social, é mantido pelos aspectos morais ideológicos da estrutura humana” (REICH, 1981, p. 92). Explica que economicamente: “é impossível que uma pessoa sexualmente intacta se sujeite às condições da moral conjugal somente a um parceiro a vida inteira, uma repressão da necessidade sexual na mulher, é uma exigência primordial” (REICH, 1981, p 98).

O aspecto político postula que o casamento monogâmico vitalício “é o cerne da família compulsória, a fonte preparatória para cada membro da sociedade orientada autoritariamente na infância” (REICH, 1981, p. 92). O fato social compreende o casamento compulsório: “a dependência material da mulher e dos filhos na sociedade patriarcal; constitui uma defesa moral da mulher e dos filhos, socialmente necessário e justificado” (REICH, 1981, p. 92). Acrescenta que a contradição da instituição casamento resulta dos interesses sexuais e econômicos: “a natureza e a função da família compulsória patriarcal é a fonte de reprodução, estrutural e ideológica, de todas as ordens sociais que se baseiam no princípio da autoridade” (REICH, 1981, p. 106).

Conforme Reich (1981) a revolução sexual possibilita estratégias sobre as vivências da sexualidade e as famílias. Explica que a situação familiar por volta de 1900 era caracterizada pelo isolamento nas famílias, sem exigências de organização coletiva sobre a estrutura familiar humana. A família não se contrapunha à ordem social do Estado patriarcal-autoritário. “A sexualidade reprimida se aliviava por meio de histerias, enrijecimentos do caráter e esquisitices, visitas a prostitutas, perversões, suicídios, atormentações de crianças e fanatismo guerreiro pequeno-burguês” (REICH, 1981, p. 154). Informa que a nova

configuração familiar da vida coletiva sem laços consanguíneos exclui a estrutura tradicional de casamento. A revolução sexual compreende a afirmação da felicidade sexual concreta e ilimitada, sem a monogamia normativa, nem a relação vazia de amor ocasional, de relações sexuais insatisfatórias.

A Política Sexual, explica Reich (1981), refere-se à aplicação prática dos conceitos da economia sexual no cenário social. Os estudos sobre a Política Sexual foram realizados nos movimentos da liberdade revolucionária e higiene mental, na Áustria e Alemanha na década de 1920 a 1930. Considera que todo sistema social influencia as crianças de sua geração a enraizar os valores da estrutura dos homens. Avalia a origem da ordem social na estrutura psíquica das crianças da sociedade matriarcal para a patriarcal, constata a influência na educação sexual da criança como enraizamento dos valores sociais. Explica que na sociedade matriarcal, baseada na ordem social do comunismo primitivo, “as crianças não estão sujeitas a nenhuma limitação de sua liberdade sexual, a sexualidade coletiva das crianças corresponde de modo geral à vida coletiva; não são forçadas a adotar formas determinadas de vida sexual” (REICH, 1981, p. 156).

No cenário da Pós-Modernidade, Stuart Hall desenvolve estudos sobre o sujeito moderno, apontando indicativos sobre a identidade cultural, conceituada como a identidade nacional, o sentimento de pertença a família nacional. No Brasil, essa identidade foi forjada nas bases da colonização europeia. Para o autor, as culturas nacionais se constituem a partir da identidade cultural; são dispositivos da modernidade, constituem sistemas de representação cultural, atuam no campo simbólico, das projeções e imaginações, usam a lealdade e identificação, criando padrões de alfabetização, educação, comunicação, viabilizados pelas instituições.

Hall (2006) explica que as identidades nacionais se relacionam às culturas nacionais: os símbolos e os discursos criam sentidos para as ações e concepção de si mesmo. As narrativas da nação indicam essas histórias sobre: as origens, continuidade, tradição, intemporalidade; invenção da tradição (práticas, valores, normas de repetição; mito fundacional de origem; ideia de povo; função da nação). Comenta que os discursos da cultura

nacional localizam-se na fonte de significados, identificação, representação, memórias, desejo de viver em conjunto, perpetuação da herança. O poder cultural se manifesta no dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade, reconhece que a diversidade.

De acordo com Hall (2006) o Mito da Etnia consiste nas características culturais, língua, religião, costume, tradições e sentimentos de um povo de um lugar. Afirma que as nações modernas são híbridos culturais, pois são formadas por influências diversas dos povos. A raça constitui uma categoria discursiva organizadora das representações e práticas sociais, das marcas simbólicas, permeados por discursos de nação, identidade nacional, nacionalismo e pertencimento nacional. O conceito de identidade na teoria social remonta as identidades em declínio, reflete a base do mundo social antigo em decadência. Aponta que as novas identidades do mundo pós-moderno fragmentam o sujeito moderno unificado, pois as identidades estão descentralizadas, fragmentadas.

Para Hall (2006) na pós-modernidade há uma crise da identidade: as mudanças das estruturas da sociedade moderna indicam a fragmentações culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça nacionalidade, alterando as identidades pessoais dos sujeitos. Afirma que a perda de sentido de si é o deslocamento do sujeito de si e do lugar do mundo social, isso inclui repensar a noção de eu, de self, de ser, de sujeito, e os espaços que habita. Sugere que a pós-modernidade indica o pós ao essencialismo e ao iluminismo, desenvolvendo três concepções de identidade para o sujeito: 1. do iluminismo; 2. sociológico; 3. pós-moderno. Defende que o conceito de identidade mudou do sujeito do iluminismo para o modelo sociológico e o pós-moderno. As concepções do sujeito são construções discursivas, eram formações unificadas da identidade racional da cultura nacional. O sujeito pós-moderno é definido com base nas identidades, descentrada, contraditória, inacabada, fragmentada, para construir sentidos sobre si mesmo.

Segundo Hall (2006) as mudanças na modernidade tardia estão relacionadas a globalização e ao capitalismo, que impactam a identidade cultural. Informa que a sociedade moderna apresenta mudança constante, rápida, abrangente, contínua, reconhece a diferença e a ruptura dos padrões antigos. Desvenda que a posição de sujeito diferente indica uma nova

postura para a identidade dos indivíduos, a identidade cultural moderna é formada por pertencimento à cultura nacional.

O conceito de Nação indica a identidade cultural unificada. Destaca que o sistema de representação das identidades nacionais foram centradas, na pós-modernidade são deslocadas pela globalização. Aponta que na modernidade, as culturas nacionais dominam as identidades, se sobrepõem sobre as fontes particularistas de identificação cultural. O sujeito fragmentado da identidade cultural é o sujeito pós-moderno global. Com o enfraquecimento das identidades culturais, ocorreu o reforçamento cultural do estado-nação, as identidades nacionais permanecem, as identidades locais perderam importância; as identificações globais apagam identidades nacionais.

Nos estudos sobre a Colonialidade/Modernidade, nos deparamos com as contribuições de Boaventura de Sousa Santos (2009) sobre as epistemologias do Sul, sobre a colonialidade do poder e a classificação social feita por Aníbal Quijano. Explica que a colonialidade é um dos elementos constitutivos do padrão mundial do poder capitalista, pois se sustenta na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como base do padrão de poder, que opera no campo material e na dimensão subjetiva, da existência social cotidiana da sociedade. Afirma que a Colonialidade/Modernidade tem origem e expansão a partir da constituição da América Latina, período histórico da mundialização do padrão de poder e dominação capitalista, que definiu os eixos centrais constitutivos e hegemônicos do continente europeu.

Sousa Santos (2009) define que o Colonialismo refere-se a “uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra, de diferente identidade, cujas sedes centrais estão localizadas noutra jurisdição territorial” (SOUSA SANTOS, 2009, p. 93). Explica que a Colonialidade está vinculada, foi engendrada de forma profunda e duradoura dentro do Colonialismo, significa que através dele foi imposta na intersubjetividade do mundo de forma enraizada e prolongada, pois implica relações racistas de poder. As relações que evidenciam as experiências do colonialismo e da colonialidade com o capitalismo,

emergiram como dominação hegemônica eurocêntrica, que corresponde à modernidade.

Desde o século XVII, aponta Sousa Santos (2009), que nos principais centros hegemônicos desse padrão mundial de poder intersubjetivo, foi criado e difundido um modo de produzir conhecimento eurocêntrico para atender ao capitalismo através da medição do controle das relações dos indivíduos com a natureza e a propriedade dos meios de produção. Esse modelo racional, foi reconhecido e aplicado no mundo capitalista como a única racionalidade válida para a modernidade: “as matrizes dessa perspectiva cognitiva mantiveram-se ao longo da duração do poder mundial do capitalismo colonial e moderno, essa é a modernidade/racionalidade que está em crise” (SOUSA SANTOS, 2009, p. 74).

No século XVIII com o Iluminismo, discorre Sousa Santos (2009), o eurocentrismo afirmou o mito da Europa pré-existente a esse padrão de poder, um centro mundial de capitalismo que colonizou o resto do mundo, constituindo a modernidade e a racionalidade. Nessa perspectiva, a Europa constituiria o momento mais avançado no caminho linear, unidireccional e contínuo da evolução da espécie humana. Esse pensamento consolidou o pilar da colonialidade/modernidade eurocêntrica: “uma concepção de humanidade na qual a população do mundo se diferenciava em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos” (SOUSA SANTOS, 2009, p. 75).

No século XIX, reitera Sousa Santos (2009), a mundialização do capitalismo evidenciou os ciclos de reprodução, mudança e crise, demonstrando a perspectiva hegemônica da percepção da totalidade mundial do poder, cujo lugar do capitalismo mundial foi ocupado pelo Estado-nação. Explica que a proposta de Raul Prebisch de pensar o capitalismo como um sistema mundial diferenciado em centro e periferia influenciou Immanuel Wallerstein sobre a proposta teórica do moderno sistema-mundo: uma perspectiva global de sistema mundial.

Sousa Santos (2009) considera que o poder é o espaço e uma rede de relações sociais de exploração/dominação/conflito articuladas, pela disputa do controle dos meios de existência social: “1) o trabalho e os seus produtos; 2) a natureza e os seus recursos de produção; 3) o sexo, os seus produtos e a reprodução da espécie; 4) a subjectividade e os seus

produtos, materiais e intersubjetivos; 5) a autoridade e os seus instrumentos, para assegurar a reprodução desse padrão” (SOUSA SANTOS, 2009, p 75). Os elementos desse conflito são historicamente heterogêneos no capitalismo mundial pois atualmente: “o trabalho existe, em todas e cada uma das suas formas historicamente conhecidas a serviço do capital (salário, escravidão, servidão, pequena produção mercantil, reciprocidade)” (SOUSA SANTOS, 2009, p 76). Os componentes dos outros meios são: “a autoridade, o sexo, a subjectividade, presentes em todas as formas historicamente conhecidas sob a primazia geral das suas formas modernas: o Estado-nação, a família burguesa, a racionalidade moderna”. (SOUSA SANTOS, 2009, p. 77).

No século XIX, na Europa, Sousa Santos (2009) informa que as vertentes naturalista, positivista e marxo-positivista questiona a teoria eurocêntrica das classes sociais, implica duas questões: “1) está pensada sobre a base da experiência europeia segundo a perspectiva eurocêntrica; 2) para os saintsimonianos e para o materialismo histórico, as únicas diferenças que são percebidas entre os europeus como significativas referem-se à riqueza/pobreza e ao mando/obediência” (SOUSA SANTOS, 2009, p. 97). Essas diferenças remetem: “por um lado, ao lugar e aos papéis das pessoas em relação ao controle do trabalho e dos recursos para trabalhar - as relações de produção; por outro lado, aos lugares e papéis das pessoas no controle da autoridade e do Estado” (SOUSA SANTOS, 2009, p. 98).

As diferenças de poder, de sexo e idade são vistas como naturais. A ideia de classes sociais é elaborada no pensamento eurocêntrico quando a percepção da totalidade no centro capitalista da Europa foi organizada como uma dualidade histórica: “a Europa civilizada e a Não-Europa - primitiva, tudo o que existia no mesmo cenário temporal linear, cujo ponto de chegada era a Europa. Estes elementos pré-modernos destinavam-se a substituição por Estados-Nação-como-na Europa” (SOUSA SANTOS, 2009, p. 99). O sujeito racional é europeu, a sociologia estudou os europeus, quem estudou a Não-Europa como objeto de conhecimento da ciência foi a etnografia.

Para Sousa Santos (2009) na América, no capitalismo mundial, colonial/moderno, os indivíduos foram classificados segundo três linhas diferentes, articuladas na estrutura global

comum pela colonialidade do poder: trabalho, raça, gênero. A idade corresponde a meios de poder e não as relações sociais de poder. Esta articulação estrutura-se em torno de dois eixos: o primeiro é o controle de produção de recursos de sobrevivência social - implica o controle da força de trabalho, dos produtos do trabalho, inclui os recursos naturais e se institucionaliza como propriedade; o segundo é o controle da reprodução biológica da espécie, significa o controle do sexo e dos seus produtos em função da propriedade. A raça foi incorporada ao capitalismo eurocentrado em função de ambos os eixos: o controle da autoridade para garantir as relações de poder configura as classes sociais resultantes heterogêneas, descontínuas, contraditórias e conflituosas. A colonialidade do poder é o eixo que articula a estrutura comum do poder: “a constituição de um padrão de poder são de origem, forma e carácter, as relações de poder mudam nas instâncias em função das suas relações com cada um dos outros. (SOUSA SANTOS, 2009, p. 102).

Segundo Sousa Santos (2009), das três instâncias de classificação social que ordenam as relações de exploração/dominação/conflito, o trabalho e a exploração/dominação é o meio central e permanente. As instâncias de gênero e de raça são de dominação, a articulação com a exploração é heterogênea e descontínua. No capitalismo, nenhum processo de classificação social, de subjetificação dos indivíduos será seguro para se reproduzir, se sustentar e levar às vítimas à sua libertação, se as três instâncias do trabalho, raça e gênero forem manipuladas separadamente. Manter essa percepção foi um meio capitalista eficaz de controle do poder. Anterior ao capitalismo, nas relações de poder, os atributos da espécie tiveram um papel na classificação social das pessoas.

Da América, acrescentou-se o fenótipo. O sexo e a idade são atributos biológicos diferenciais, a força de trabalho e o fenótipo não têm consequência na estrutura biológica do indivíduo e nas capacidades históricas. O papel desses elementos na classificação histórico-social é o resultado das disputas pelo controle dos meios sociais; é um produto da naturalização das categorias sociais de distribuição do poder. As características que identificam lugares e papéis nas relações de poder requer um mecanismo subjetivo para a reprodução do poder. A produção social da categoria raça na história e a sua incorporação a

partir do fenótipo na classificação dos indivíduos nas relações de poder começa com a mundialização do capitalismo.

A partir dessas referências compreendemos o quanto os padrões capitalistas, racistas e sexistas afetam a saúde das mulheres nas famílias. O poder das mulheres quanto ao conhecimento do seu copo, da sexualidade, constitui ameaças ao patriarcado, que legitima esse sistema de privilégios masculinos. As mulheres associaram suas atividades de renda, ocupação, profissões vinculadas a subsistência das famílias. Suas tarefas na divisão social e sexual do trabalho contribuem para a reprodução social do sistema. Sua presença no cotidiano indica a manutenção da vida, como o acontecimento histórico, construindo suas próprias histórias e de suas famílias. As gerações femininas criaram habilidades e recriaram competências, desenvolveram capacidades em um sistema que negou seus direitos de liberdade. As mulheres fizeram rupturas na história da humanidade vivendo, resistindo, ressignificando, transformando.

Precisamos refletir sobre as mulheres assumirem vários papéis ao mesmo tempo, superar o padrão de ser a super mulher maravilha, para dar conta de afazeres e tarefas do trabalho e de casa. Desconstruir a ideia de que o mundo vai parar se as mulheres descansarem, mas reconhecer que o sistema capitalista irá sentir o peso do trabalho não remunerado exercido pelas rotinas das mulheres. É preciso perceber o quanto isso foi construído para o funcionamento do capitalismo, pois enquanto as mulheres estão assumindo inúmeras responsabilidades não remuneradas, os homens tem direito ao ócio, ao lazer.

Acreditamos em outras trajetórias e abordagens onde a igualdade seja constante, sem a morte de mulheres para que outras mulheres vivam. As mulheres nasceram com potencial para fazer revolução, pois os lugares que lhe foram ordenados, definidos, limitados não constituem os lugares que elas podem ocupar. Se as mulheres conhecem o lugar da opressão e subordinação é preciso buscar o avesso disso, outros ângulos e perspectivas de existência.

5.3 O trabalho tem sentido de peso, de responsabilidade de ajudar minha família

*Nós somos mulheres de todas as cores de várias idades, de muitos amores
 Lembro de Dandara, mulher foda que eu sei, de Elza Soares, mulher fora da lei
 Lembro de Anastácia, Valente, guerreira, de Chica da Silva, toda mulher brasileira
 Crescendo oprimida pelo patriarcado, meu corpo
 Minhas regras, agora, mudou o quadro, mulheres cabeça e muito equilibradas
 Ninguém tá confusa, não te perguntei nada, são elas por elas
 Escuta esse samba que eu vou te cantar: eu não sei porque tenho que ser a sua felicidade
 Não sou sua projeção, você é que se baste, Meu bem, amor assim quero longe de mim
 Sou mulher, sou dona do meu corpo, e da minha vontade
 Fui eu que descobri poder e liberdade, Sou tudo que um dia eu sonhei pra mim
 Música Mulheres. Composição: Doralyce / Silvia Duffrayer.*

Indicamos a releitura da música Mulheres para representar que somos diversas, múltiplas, com conexão a outras mulheres de luta que inspiram a caminhada. Entendemos o patriarcado, o sexismo, e não toleramos a opressão, a subordinação, a alienação. Ao descobrir a liberdade, o respeito, a autonomia, o empoderamento e o protagonismo, nos tornamos donas da própria vida e felizes por ser quem somos.

Escolheram não se definir, decidiram não se limitar. Perceberam o fio que conecta suas vidas, o sentido das experiências e significados das vivências. É pelo amor que as mulheres mudam a si, é pelo afeto consigo, o cuidado a si mesma, pela construção de vínculos que as mulheres ensinam respeito e resistência, superam os limites socialmente impostos, mobilizam a construção dos elementos autênticos para liberdade e emancipação.

Consideramos o processo de subjetivação das mulheres nas suas famílias, a partir das influências da divisão social e sexual do trabalho, que reservou para os homens uma esfera produtiva e valorizada pela sociedade, enquanto as mulheres foram incumbidas do campo reprodutivo. A segmentação e a hierarquização do trabalho repercutiu nas ocupações profissionais: os homens tiveram acesso aos estudos, ao trabalho, ao conhecimento científico, político, ocupando posições de prestígio social na vida pública; enquanto as mulheres acessaram o ensino formal tardiamente, foram privadas do conhecimento científico, tendo como opção as profissões relacionadas ao cuidado doméstico e familiar.

Apontamos neste tópico as relações das mulheres com o trabalho, como elemento estruturante da condição das relações de poder em suas famílias. Esse acesso das mulheres ao Trabalho se fez constante nas narrativas. As mulheres trabalham, mas o reconhecimento de

suas atividades laborais esteve ausente em suas vidas. Sobre o Trabalho, a questão geradora foi: Qual a relação e sentido com o trabalho ao longo da vida?

Observamos as falas inspiradoras de Dantas.

DANTAS: Pra mim, o trabalho tem sentido de peso, de responsabilidade de ajudar minha família. Comecei a trabalhar aos 15 anos, tenho sentimento de frustração, percebi que precisava estudar para mudar minha realidade, aprendi a ter resiliência, força de vontade, tinha cansaço, querer desistir, mas continuava. Não lembro do momento em que não tive responsabilidade em ajudar meus pais, no mercado de trabalho fora de casa ou mesmo antes, já ajudava com aulas de reforço em casa. Eu saía cedo de casa sem tomar café, sem almoçar, sem recursos para lanche, aí um amigo meu levava uma quantia que comprava pirulito pop, era o açúcar daquele pirulito que me fazia prestar atenção na aula, tive dificuldade de conciliar trabalho e estudo, de me concentrar. No terceiro ano do ensino médio, foi muito importante, meu objetivo era entrar na faculdade e trabalhar na área que eu queria e ajudar meus pais. Eles não me obrigaram, eu criei esse senso e me gerou uma sobrecarga. Meu primeiro trabalho de jovem aprendiz foi uma experiência muito frustrante. Quando acabou o contrato, eu não quis ficar lá, disse pro meu chefe: só volto pra cá se um dia eu quebrar muito a cara. Naquele espaço fragilizado eu extrai coisas que serviram pra vida, a resiliência, a força de vontade, perceber que o espaço não é digno de você, era muita pressão, foi delicado, mas me senti preparada para outros desafios. Quando fiz 18 anos, fui trabalhar em projeto social, me sentia preparada e capaz para uma sala com 300 jovens, necessidade de estudar, procurar espaços que fosse bom, queira ficar. Depois eu ganhei segurança e confiança, tive outra experiência significativa que me inspirou para a profissão com o Serviço Social, aprendi muito, fui acolhida, tive contato com profissionais que foram referências e me ajudaram. O trabalho não remunerado é mais intensificado por ser mãe, o sentimento de culpa, após a maternidade as coisas aumentaram, tem coisas para fazer direto, uma necessidade de estar trabalhando. O trabalho doméstico e familiar me gera um sentimento de culpa por descansar, eu tento sempre buscar fazer algo pela minha filha. Sempre tem trabalho pra fazer, afeta meu horário livre, aquela responsabilidade de sempre ter a casa limpa, pergunto quem inventou essa regra que a casa esteja varrida todo dia. Espero aos meus 50 anos mudar essa referência, existem pessoas que não se adequam a esse modelo de trabalho capitalista, não podemos decidir a vida de quem não tem escolha. O trabalho pode gerar risco e violência porque nos sentimos no direito de decidir a vida do outro, dizer que o pobre não tem escolha e tem que fazer aquilo que outras pessoas oferecem. Tenho medo da fala assustadora de que preciso manter o silêncio e a razão para não perder a paz, o medo perpassa a vida dos(as) trabalhadores(as). Não estamos preparados para perceber que há pessoas que nunca vão se enquadrar no mercado de trabalho, não podemos decidir a vida de pessoas; perceber como coletivo a classe trabalhadora.

Dantas relata sobre seu processo de resistência e resiliência diante do trabalho. A realidade social, o contexto de vulnerabilidade, risco social que afetou sua família a

conduziram para experiência de trabalho ainda muito jovem. Isso nos leva a questionar o alcance do acesso das políticas públicas sociais afirmativas para crianças e adolescentes e famílias de forma a contemplar os direitos e a uma vida protegida em relação ao trabalho com oportunidades significativas e saudáveis e perpassadas pela exploração e alienação.

Outra percepção sobre o trabalho é indicada por Odorico na sequência.

ODORICO: Eu trabalhava em casa de família, eu criei um filho deles, eles me tratavam bem, nunca tiveram diferença comigo. Eu cantava músicas de ninar pros filhos das mulheres que eu cuidava como babá, mas não cantava pras minhas filhas. Meu sonho era estudar e ser professora, mas eu não pude porque comecei a trabalhar muito cedo. Eu queria sair quando era jovem e não podia. Tive meu primeiro filho com 17 anos, eu trabalhava e minha filha ficava com minha ex cunhada. Precisava trabalhar para dar o sustento, trabalho desde os 10 anos. Meu marido não participava em nada da criação da minha filha. Minhas filhas não trabalham fora de casa. Elas tiveram uma trajetória diferente de mim. Eu trabalhei pra elas terem uma vida diferente. Minhas filhas são viúvas, não precisavam trabalhar, só agora que foram trabalhar fora, buscando se virar. Eu gosto de trabalhar em casa, de ter as coisas bem feitas e ter meu dinheiro. Se eu pudesse eu montava um restaurante pra mim porque adoro cozinhar. Hoje eu estou desempregada, não estou trabalhando, mas nunca passei fome, eu monto uma banquinha pra vender comida na calçada, vivo de doação e do bolsa família, quem pode e me ajuda me doa comida e cesta básica, e assim vou vivendo, tem dias que tem, tem dias que não tem. Eu ensino pra minhas filhas o que aprendi.

Odorico nos conta sobre suas experiências em relação ao trabalho de cuidados, muito comum para as mulheres que exercem a função da maternidade como cuidadoras e como domésticas. Afirma que o trabalho permitiu que pudesse alimentar seus filhos e dar melhores condições de vida para que elas não passassem pelas mesmas dificuldades que enfrentou.

A partir desses relatos, procuramos entender a relação entre o trabalho e o processo de autonomia das mulheres. Percebemos a condição de trabalho infantil, com crianças e adolescentes realizando trabalho doméstico ou fora de casa, buscando garantir a subsistência ou ajudar as famílias diante da condição de pobreza, miséria, fome, e tantas outras violações, como a negação ao direito de estudar, de brincar, de uma infância e adolescência digna.

Identificamos a situação de violência presente nos relatos sobre o trabalho, com desqualificação e humilhação pelos maridos ou por chefes, um reflexo da cultura machista e patriarcal. As mulheres sustentam a casa, garantem a sobrevivência, comida e roupa lavada, e

ainda ocorre desmerecimento e agressões.

Todavia, esse acesso ao trabalho nas formas alienantes, exploratórias e dominadoras também contribuíram para as mulheres buscarem romper com a condição de opressão e submissão que viviam em suas famílias. A busca pela autonomia financeira sinaliza também a busca de reconhecimento de si e acesso a direitos. Muitos relatos relacionam trabalho por necessidade de sobrevivência em substituição ao desejo de estudar e a realização pessoal. Pautamos a satisfação ou sofrimento por ferir a identidade, a condição de pobreza não deve afetar a dignidade das pessoas, as mulheres trabalhadoras que dependem dos empregos para sobreviver e alimentar os filhos, por vezes se submetem a privações e desigualdade.

Nas atividades, pontuamos sobre perceber, não ignorar o trabalho doméstico, evitar as expressões “eu não trabalho”, “só trabalho em casa”. Percebemos o imaginário popular, o aspecto cultural do trabalho ao lembrar uma cantiga que as mulheres cantavam quando trabalhavam. Nesta atividade, dançamos juntas as lembranças nos embalos das canções. Seguem as recordações com a letra da música Lavadeira de Marcelo Serralva: “O sol vem nascendo ali... eu vi uma velhinha assim... com um trouxa deste tamanho...e a água baixinha... lava lava lavadeira quanto mais lava, mais cheira”.

Outro exemplo de canção foi a letra da música Penerô Xerém de Luiz Gonzaga: “ Ôi pisa o milho, penerô xerém, Ôi pisa o milho, penerô xerém. Eu num vou criar galinha pra dar pinto pra ninguém, na minha terra dá de tudo que plantar, o Brasil dá tanta coisa que eu num posso decorar, Dona Chiquinha bote o milho pra pilar pro angu, pra canjiquinha, pro xerém, pro munguzá, só passa fome, quem não sabe trabalhar, essa vida é muito boa pra quem sabe aproveitar, pego na peneira, me dano a sacolejar, de um lado fica o xerém, do outro sai o fubá, saculeja!”.

Na atualidade, nos deparamos com o dilema das escolhas em relação ao estudo, ao trabalho, ao âmbito doméstico, à conciliação entre o mundo público e privado. Existem desigualdades e discriminação de gênero na política e nos espaços de poder e decisão. Observamos uma contradição quanto ao acesso das mulheres à educação e ao trabalho: as mulheres são maioria no acesso às escolas e universidades, estão avançando na escolarização

e no nível educacional, todavia essa conquista não acompanha os salários e benefícios, pois elas ocupam postos de trabalho degradantes, informais, precarizados.

Questionamos o significado e o sentido do trabalho, o que as mulheres absorveram dessa relação com as atividades laborativas, o trabalho produtivo remunerado e o trabalho não remunerado, doméstico, familiar. Perguntamos sobre a conciliação do trabalho com a vida pessoal, a percepção do tempo dedicado ao estudo, ao lazer, aos projetos individuais. Dialogamos sobre o lugar das mulheres no trabalho, a experiência na infância e na adolescência, a exploração do trabalho infantil doméstico, a situação de violência com a migração de meninas do interior para capital para trabalhar em casa de família, a sobrecarregadas nas rotinas em casa, situação vivida por famílias em situação de pobreza.

Refletimos sobre as mulheres que se tornam mães e precisam deixar os seus filhos com outras mulheres para trabalhar cuidando dos filhos de outras mulheres. Esse cenário nos remete a pensar sobre como o trabalho doméstico foi incumbido às mulheres, o quanto a rede de apoio e o fomento de outras práticas de socialização e cuidado relacionado ao ambiente familiar e laboral precisam ser criadas.

Questionamos a influência do trabalho na identidade, como são e o que se tornaram nesse ambiente, quem são as pessoas que vivem do trabalho, como percebem a alienação, o desemprego, a precarização, a terceirização, os prejuízos. Dialogamos sobre a funcionalidade do trabalho das mulheres ao sistema capitalista, por realizar afazeres domésticos, é tempo investido, carga horária revestida como sobrecarga às mulheres, isso gera adoecimento, sofrimento. A desigualdade de gênero afeta a identidade feminina, quando há reprodução sobre a incapacidade das mulheres em ocupar determinados espaços laborais. Apresentamos a seguir contribuições sobre a constituição dos modelos de famílias na história da humanidade.

Nos estudos feministas destacamos as contribuições de Helena Hirata (2018) sobre os paradigmas relacionados à ação política de gênero e mulheres. Informa que no campo sociológico, as teorias ampliadas sobre a divisão sexual do trabalho contemplam o trabalho profissional e doméstico, formal e informal, remunerado e não-remunerado. Postula a indissociabilidade entre divisão social e sexual do trabalho, divisão assimétrica do saber e do

poder entre os sexos, pois promoveu a hierarquização entre masculino e feminino, a desigualdade entre homens e mulheres na família e na sociedade. Pontua que a teoria queer defende a subversão, explica a existência de uma multiplicidade de sexos. Apresenta o conceito de interseccionalidade, compreendido como a interdependência entre gênero, raça e classe, um projeto de conhecimento para uma ação política, na teoria e na prática de movimentos sociais de mulheres.

Hirata (2018) explica que as teorias sociológicas sobre a divisão sexual do trabalho emergiram na França, nos anos 1970, para compreender a repartição assimétrica do trabalho entre os sexos e as relações sociais do gênero. Esse pensamento renovou os paradigmas sobre a divisão do trabalho profissional e doméstico quanto a expressão das mulheres. A abordagem sociográfica compreende o paradoxo da desigualdade, a bipolarização do emprego feminino e o antagonismo da esfera educacional como das mulheres que possuem níveis educacionais superiores aos dos homens e não obterem os melhores salários, benefícios e recompensas.

Hirata (2018) aborda a relação das teorias queer e a divisão sexual do trabalho, bem como das teorias do “*feminist standpoint*” ou “*situated knowledge*”, considerando as reflexões da unidade indissociável das relações de poder entre sexo, raça e classe. O conceito de interseccionalidade tem por base as elaborações teóricas do feminismo negro. As feministas negras, desde a década de 1980, informaram a natureza interseccional da opressão feminina. O debate sobre as relações sociais estende esse conceito a categorias como a sexualidade, a orientação sexual, a idade, a nacionalidade, a etnia, a deficiência. A autora reporta a Danièle Kergoat que aponta a consubstancialidade geométrica de interseção das dimensões sociais: as relações de classe, raça e gênero são inseparáveis para a tensão entre vida familiar e trabalho. Remete que Kergoat critica a categoria interseccionalidade, enfoca que existem três relações sociais fundamentais transversais: gênero, classe e raça; para as demais categorias, a interseção é variável, pode incluir essas relações essenciais e outras relativas. A interseccionalidade é compreendida como meio de combater as opressões, funciona como instrumento de um projeto de produção do conhecimento e ação política, refere-se à questão da justiça social.

Hirata (2018) discute os fundamentos da desigualdade de gênero para análise da dimensão do trabalho com o cuidado doméstico. A primeira questão é a conciliação entre vida familiar e vida profissional, cuja responsabilidade normalmente recai sobre as mulheres. Busca Nancy Fraser que indica que as causas feministas são incorporadas pelo neoliberalismo para aperfeiçoamento das formas capitalistas de organização do trabalho. Explica que a literatura europeia nos anos 1990 sobre vida familiar e vida profissional apontou o trabalho doméstico feminino como questão universal, há especificidades das tensões entre vida familiar e mercado de trabalho, as políticas públicas sobre a responsabilidade do trabalho doméstico, família, rede institucional de cuidado. A vertente sociológica do vínculo social aponta que o acúmulo de trabalho doméstico e exercício de uma atividade profissional pode ser de harmonia e complementaridade de tarefas e de papéis sociais; a abordagem sociológica de conflitos enfatiza as contradições entre vida familiar e vida profissional, na tensão entre família, Estado, mercado e voluntariado.

Hirata (2018) explica que na análise da política de cuidados, as instâncias: família, mercado, voluntariado e Estado, são diferentes, interdependentes, complementares, de políticas públicas com políticas empresariais. Informa modelos de intervenção: o primeiro é o modelo tradicional: o papel doméstico de cuidado com os membros da família e do trabalho doméstico é assegurado gratuitamente pelas mulheres, e o papel de provedor é confiado aos homens. O segundo é o modelo associativo familiar dominante na atualidade: presume que os dois trabalham fora de casa. O terceiro modelo é o da conciliação maternalista: incumbe às mulheres conciliar a vida profissional e a vida familiar, assumem a carga simultânea de responsabilidade profissional e familiar. O quarto é o modelo avançado de parceria: defende a igualdade de status sociais e poder entre os sexos, remete a prática de repartição de tarefas domésticas do casal. O quinto é de delegação de trabalho: as mulheres confiam a outras mulheres a execução de tarefas domésticas e de cuidado; ocorre a polarização do emprego e antagonismo social, com profissionais executivas de carreiras que não fazem tarefas domésticas e a ocupação remunerada dos afazeres domésticos por outras mulheres.

Hirata (2018) reitera que esse último modelo é comum no Brasil, pois as famílias

possuem funcionárias domésticas ou diaristas para cuidados com a casa e os filhos. Esses modelos evidenciam as desigualdades sociais entre os sexos, providencial ao sistema capitalista. Na análise sobre vida familiar e vida profissional, em todos os modelos de cuidado, são as mulheres que assumem a função de cuidadoras, sejam as que não são remuneradas, sejam as empregadas domésticas, com vínculo trabalhista.

Sobre as influências das famílias na configuração da subjetividade, recorremos a Bruschini (2015) que ressalta a diversidade conceitual das famílias, indicando as perspectivas: sociológica, psicológica, psicanalista, antropológica, marxista, feminista, foucaultiana. Explica que na sociologia brasileira, a família predominou na teoria funcionalista, que dominou o pensamento norte-americano a partir da década de 1950. Nessa corrente, o expoente foi Talcott Parsons, cuja família é uma agência socializadora, com funções na formação da personalidade dos indivíduos, de socialização primária das crianças e das personalidades da população. Comenta que os dois fenômenos relacionados à moderna família: a profissionalização do papel de mãe, racionalizada pela psiquiatria e psicologia, que lidam com as personalidades relacionadas as famílias e ao casamento.

Sobre a literatura marxista, Bruschini (2015) informa que não houve uma conceituação para os estudos de família. Conta que Engels explicou a reprodução na teoria sobre a sociedade, na relação entre indivíduos e sistema de produção. Para Engels, a sociedade passou de um estágio de promiscuidade para o de casamento grupal e depois para o matriarcado, atingiu o patriarcado com a propriedade privada dos meios de produção. “O surgimento da família monogâmica ocorre quando os homens, acasalados com as mulheres após a extinção do casamento em grupo, decidem proteger suas propriedades, garantindo sua transmissão através da herança” (BRUSCHINI, 2015, p. 59).

Diferente dessa abordagem, Bruschini (2015) considera que com o feminismo marxista o tema da família ganhou expressão. Destaca a corrente de Mitchell que critica Engels, afirmando que a literatura socialista clássica sobre a condição da mulher tem uma ênfase econômica, sobre subordinação das mulheres e a propriedade privada. Mitchell afirma que “a condição da mulher não pode ser deduzida da economia, deve ser uma estrutura

específica, que é a unidade de diferentes elementos: a produção, a reprodução, a sexualidade e a socialização de crianças” (BRUSCHINI, 2015, p. 60). Contextualiza que o movimento feminista nos anos 1970 introduziram a relação do trabalho com as mulheres. Explica que para essa vertente do pensamento marxista, “a família seria um grupo social voltado para reprodução da força de trabalho, uma instituição mediadora entre o mercado de consumo e o de trabalho” (BRUSCHINI, 2015, p. 61).

Bruschini (2015) indica outra vertente sociológica constituída pela Escola de Frankfurt, com Adorno e Horkheimer, que consideram a família como agência socializadora e formadora da personalidade dos indivíduos. Explica que para esses autores a família “é matriz dos mecanismos de internacionalização da submissão, mas pode se converter no local de oposição à tirania, pois esta submetida a uma dupla dinâmica social”. Informa que Agnes Heller questiona a família como agência de reprodução ideológica.

Bruschini (2015) expõe a perspectiva antropológica sobre o estudo das famílias, para compreender a variabilidade e desnaturalizar a família contemporânea universal, a partir do conceito de parentesco que é diferente de família. Esses conceitos tratam dos fatos básicos da vida: nascimento, acasalamento e morte. “A família é um grupo social concreto e o parentesco uma abstração, uma estrutura formal que resulta da combinação de três tipos de relações: descendência, de consanguinidade, e de afinidade pela aliança através do casamento” (BRUSCHINI, 2015, p. 63). Para a antropologia, a família é um grupo de procriação e de consumo, lugar de privilégio da divisão sexual do trabalho, em função da autonomia ou subordinação das mulheres.

Bruschini (2015) diferencia a contribuição de Levi Strauss para a abordagem antropológica, afirmando que na constituição da família e na dimensão cultural: “a proibição do incesto estabelecia uma mutua dependência entre as famílias, obrigando-as para se perpetuar, a criação de novas famílias, o tabu do incesto garantia que as famílias não se fechasse em unidades autosuficientes ou famílias biológicas” (BRUSCHINI, 2015, p. 64). Nas famílias, as regras proibitivas de relações sexuais entre parentes próximos, divisão do trabalho baseada no sexo e casamento como instituição social, estabelece as bases da

paternidade social.

No campo da Psicologia, Bruschini (2015) explica que Freud buscou compreender a família, e o princípio da formação da estrutura psíquica na infância. A autora explica a influência de Freud sobre o funcionalismo e os modelos de família nuclear burguesa, como uma complexa teia de vínculos. Na área da Psicologia sobre família, destaca a questão de ideologias conservadoras da repressão sexual, da educação autoritária na família monogâmica. Nos estudos psicológicos, a teoria crítica compreende as estruturas familiares a partir das emoções: “a estrutura psíquica na família constitui um espaço social que gera hierarquias de idade e sexo, onde as gerações se defrontam, os sexos definem suas diferenças e relações de poder” (BRUSCHINI, 2015, p. 65).

Bruschini (2015) questiona a função das famílias: econômica, socializadora, ideológica. A função econômica, predominante nos estudos marxistas, explicam o período anterior ao capitalismo no qual havia divisão de papéis sexuais e deveres quanto aos espaços na unidade doméstica de produção social. Com as transformações ocorridas devido a industrialização houve uma ruptura que provocou o surgimento de duas esferas distintas: de um lado a unidade doméstica, de outro a unidade de produção. “Essa fragmentação corresponde a uma divisão sexual do trabalho: à mulher coube a realização de tarefas relativas à reprodução de trabalho na esfera privada do lar e sem remuneração, enquanto ao homem coube o trabalho produtivo com remuneração” (BRUSCHINI, 2015, p. 67).

A ideologia transformou a naturalização da divisão sexual do trabalho a partir da biologia dos sexos, com a junção do papel de esposa e mãe, de casa e família: “enquanto a casa é uma unidade material de produção e consumo, a família é o grupo de pessoas ligadas por laços afetivos e psicológicos” (BRUSCHINI, 2015, p.67). Com a divisão entre local de produção e de reprodução, a função econômica da família foi reduzida a produção de valores de uso e prestação de serviços no trabalho doméstico, a produção material de bens foi realizada no mercado, uma unidade de consumo de bens e serviços e soma de rendimentos.

A função socializadora e educativa das famílias está presente nos estudos da Psicanálise com Freud, da Escola de Frankfurt e da Psicologia com Reich. A família é

focalizada como núcleo de procriação, cuja função primordial é a formação da personalidade dos indivíduos e a socialização primária da criança” (p. 68). A função socializadora implica uma agência transmissora de ideologia: “o papel da família como espaço de transmissão de hábitos, costumes, ideias, valores, padrões de comportamento” (BRUSCHINI, 2015, p. 69).

No Brasil, Bruschini (2015) explica que na Colônia com a sociedade agrária e escravocrata, a família patriarcal constituiu a organização social básica do sistema capitalista, com funções econômicas e políticas, decorrente dos padrões culturais portugueses. Nos séculos XVI e XVII a estrutura doméstica patriarcal conjugal, paternalista, opressiva, era regida pelo poder masculino e subjugação do feminino: o chefe ou coronel detinha status econômico e político; a mulher era a esposa, dócil, ociosa, indolente.

A família patriarcal hierárquica, composta pelo núcleo conjugal e prole legítima, acrescida de agregados, escravos, concubinas e bastardos: “caracteriza-se pelo controle assimétrico da sexualidade feminina e regulamentação da procriação, para fins de herança e sucessão” (BRUSCHINI, 2015, p. 70). Explica que nas classes dominantes o modelo predominante foi patriarcal, mas nas camadas subalternas se organizaram modelos alternativos de famílias, devido aos custos de casamento combinado e uniões consensuais, isentando os homens das responsabilidades dos filhos e possibilitando as mulheres como chefes de famílias.

Bruschini (2015) destaca que as transformações ocorridas no século XIX com a urbanização, a industrialização, a abolição da escravatura e a imigração provocaram a passagem da família extensa para o modelo conjugal, concentrou suas atribuições de procriação, disciplina do impulso sexual e controle das emoções e vínculos afetivos. Fatores como a ampliação e diversificação das oportunidades de trabalho, a valorização da capacidade intelectual e da instrução para as crianças, libertaram os filhos do domínio do patriarca. A participação das mulheres no mercado de trabalho afetou a tradicional divisão do trabalho. Os casamentos passaram a ser realizados por interesse individual, o namoro alteraram as rotinas da casa. Manifestou-se intimidade entre os pais e filhos, com diminuição da prática de castigos corporais.

Segundo Bruschini (2015), no novo modelo de família buscou-se igualdade entre os sexos, controle da natalidade, permitindo separações e novos casamentos. As mulheres exercem atividades remuneradas contribuindo para diminuir a autoridade paterna. Houve um enfraquecimento dos laços de parentesco, mas manteve-se o predomínio da moral sexual que reprime a sexualidade feminina, o tabu da virgindade e a intolerância para o adultério feminino. A autora explica que nos anos 1950 - 1970 emergiu o interesse pelas relações familiares e família como instituição social nos estudos de comunidade e de mudança social, com a preocupação na avaliação dos dados empíricos sobre o modelo de família conjugal da sociedade industrial. Afirma que o viés marxista compreende os estudos sobre as famílias como unidade social, estratégias de sobrevivência e reprodução da classe trabalhadora: “é na família que se tomam coletivamente as decisões sobre o consumo, é percebida pelos trabalhadores como um centro de vida coletiva e de liberdade, o núcleo onde as pessoas obtêm prazer via alimentação, sexualidade e lazer” (BRUSCHINI, 2015, p. 74).

Nos estudos demográficos, Bruschini (2015) informa que o interesse pela família surge com a crítica das pesquisas sobre de fecundidade a partir dos anos 1970, com a família sendo o lugar onde se decide sobre comportamento reprodutivo. Tem origem a demografia da família que estuda determinantes da estrutura e composição familiar, abrangendo os aspectos demográficos, socioeconômicos, e pesquisas sobre a condição feminina com a incorporação do trabalho feminino na expansão capitalista, a participação da mulher na produção social, as condições de mercado, a estrutura do desemprego. “Filha, esposa ou mãe, essas etapas do ciclo vital correspondem determinadas necessidades e possibilidades de trabalho, as oportunidades oferecidas pelo mercado definirão a situação da mulher nas atividades produtivas” (BRUSCHINI, 2015, p. 75).

Bruschini (2015) defende que as definições sobre as famílias dependem do enfoque: na antropologia predomina a noção de família como grupo de pessoas unidas por relações afetivas construídas pela consanguinidade e aliança; destaca a dinâmica do relacionamento familiar, limitados a segmentos da sociedade.

Na sociologia, domina a representação de família como grupo conjugal que coincide

com a unidade residencial. Os estudos históricos consideram o modelo que descreve a transformação das famílias extensas em nucleares, com a industrialização. A demografia se interessa pela família com o papel mediador na reprodução, enfatiza o modelo funcionalista em que a família é definida como núcleo conjugal composto do casal, os filhos e o domicílio. As pesquisas censitárias sobre unidades domiciliares retratam as famílias, de forma geral, ampla, abrangente, compara os sujeitos na realidade brasileira.

Bruschini (2015) complementa que as abordagens sobre famílias, com uso articulado dos procedimentos qualitativos e censitários são relevantes: pelas fontes e coleta de dados para os perfis familiares; e pela análise interpretativa de casos específicos representativos sobre as dinâmicas familiares. Essas vertentes sobre as famílias as conceituam como unidades de reprodução biológica, social, de valores de uso e consumo da estrutura social, a partir da produção material no sistema capitalista. Foram definidas como unidades de relações sociais que transmitem hábitos, valores e padrões, permitindo a socialização e reprodução ideológica. São espaços de convivência, de troca de informações e tomada de decisões coletivas “nas quais os indivíduos maduros se ressocializam, revendo e discutindo seus valores e comportamentos na dinâmica do cotidiano, em função das necessidades de grupo, que se renovam a cada etapa da vida familiar, com as possibilidades oferecidas pela sociedade” (BRUSCHINI, 2015, p. 80).

Os estudos feminista sobre famílias geraram um impasse, pois com a preocupação da opressão da mulher, a denúncia da exclusão do mundo produtivo, a ênfase na subordinação, conduziram a um único caminho possível para libertação: o trabalho remunerado, a independência econômica, a negação das tarefas domésticas, maternais e familiares. Aponta o dilema das mulheres entre vida familiar e profissional: “o feminismo não enfrentou a questão da família, contrapondo-a à afirmação da individualidade feminina, expressão do conflito da família, lugar do relacionamento afetivo e a reivindicação da transformação do modelo patriarcal e opressivo de família” (BRUSCHINI, 2015, p. 76).

Esse discurso valoriza a autonomia e independência feminina, mas não altera os papéis de gênero na estrutura tradicional da família, pois a educação da mulher foi

direcionada ao casamento, a vida doméstica, familiar e à instrução dos filhos. Diante da crise da família, as mulheres “expostas aos novos valores devido a seu acesso à educação e ao trabalho, pela primeira vez começam a questionar o casamento e o lar” (BRUSCHINI, 2015, p. 75). O perfil das mulheres indicava: esposa, moderna, consciente, insubmissa, dedicada ao lar e a família. A maternidade foi institucionalizada como valor para as mulheres nas famílias, a partir das habilidades e competências específicas: “como educadora, cabe à mãe transmitir aos filhos os valores da sociedade, preparando para desempenhar futuramente seu papel, se torna a reprodutora por excelência da ideologia dominante e dos estereótipos sexuais dos quais é a própria vítima” (BRUSCHINI, 2015, p. 73).

Pensando nessas contribuições, observamos como ocorreu o processo de construção do pensamento sobre as identidades das mulheres e da representação das famílias brasileiras desde o período colonial. Quem nos acompanha nessa jornada é Novais (1997), a partir das pesquisas sobre a compreensão de como ocorreram as configurações familiares, a percepção da formação social de ser brasileiro(a) nesse período a partir da vida privada, do isolamento e solidão dos colonizadores em terras brasílicas, na dimensão privada da construção da intimidade, na exploração dos nativos e dos povos escravizados.

Novais (1997) associa as manifestações da história da vida privada no cotidiano do Brasil no âmbito da Colonização moderna portuguesa no Novo Mundo, a América. Aponta a interface entre público e privado de forma invertida e articulada, indica a inserção da civilização ocidental europeia que constitui a realidade brasileira a partir da compreensão da intimidade. Revela que a Colônia apresentava a extensão das características da metrópole e também sua negação. Comenta sobre as contribuições da Época Moderna, do Renascimento às Luzes, no Ocidente cristão, quando emergiu a sociedade sagrada, contemporânea, burguesa, racionalista, capitalista. Afirma que a principal característica da colonização é a ambiguidade, a contradição, a posição intermediária desse período histórico. Evita as expressões Brasil Colônia ou período colonial da história do Brasil pois implica a constatação de que a Colônia se tornaria um Estado nacional.

Conforme Novais (1997) no contexto do sistema colonial moderno a privacidade se

contrapõe a formação da nacionalidade, ocorreram deslocamentos populacionais, demográficos, globais, cujo eixo econômico, político e cultural predominou. A colonização está associada à formação dos Estados Nacionais Colonizadores e a modernidade europeia, com a expansão mercantil e marítima. Explica que o pioneirismo de Portugal ocorreu devido da centralização política e não de sua posição geográfica no extremo ocidental da Europa favorável às grandes navegações. A característica que demarcou a demografia no cotidiano na colônia está relacionada à chegada de populações de outros continentes, a mobilidade, e o crescimento populacional.

Para Novais (1997) as características da população nas colônias demarcam os laços primários da intimidade do convívio no cotidiano, entre os colonizadores e os nativos, com os regimes de trabalho escravocrata, o tráfico negreiro, a exploração dos ameríndios; na construção dessas diversidades de relações foi se constituindo a categoria brasileiro para se referir inicialmente aos comerciantes de pau-brasil, depois contemplando a tomada de consciência dos colonos quanto a identidade. Demarca que a base da formação da identidade brasileira advém das relações cotidianas de intimidade e privacidade na constituição histórica enquanto povo e nação.

O autor destaca uma peculiaridade nesse processo: a extensão territorial e o povoamento das terras distantes: a exploração no Nordeste açucareiro constituiu o eixo da colonização portuguesa, o povoamento indicou a permanência, a estabilidade, a convivência patriarcal; o povoamento de áreas longínquas permitiu a constante mobilidade com as bandeiras, possibilitou uma sociedade em movimento. A contradição ocorre com a formação da sociedade instável e móvel, voltada ao externo, com a exportação da economia açucareira e ao interno com a economia de subsistência. Outro paradoxo refere-se ao caráter rural da sociedade litorânea urbana povoada externo e a diversidade do interior rural, com pequenas aglomerações distantes, com isolamento e solidão.

De acordo com Novais (1997) a implantação da exploração colonial da América portuguesa Moderna, demarcou o trabalho como estruturante, com o modelo escravista. A constituição das populações emergiu a partir da divisão entre os dominadores e os

dominados, os senhores e os escravizados. As famílias e as formas de moradia foram afetadas por esse modelo patriarcal, mas haviam perfis intermediários: homens livres pobres e pequenos produtores. Aponta que um critério definidor de dominação dessa sociedade foi a miscigenação, os vínculos sociais e culturais de exploração entre o dominador branco e a negra escravizada.

Segundo Novais (1997) as estruturas básicas da colonização surgem com as vivências do cotidiano, a intimidade e privacidade das populações, marcadas por distanciamento, descontinuidade, conflitos nas relações sociais primárias: a escravidão como dominante, as intraclasse senhorial internas aos escravizados, as relações intermediárias entre senhores e escravos. Outros aspectos foram apontados: instabilidade, precariedade, provisoriedade, ambigüidade, desconforto das condições sociais de vida na Colônia. Outro indicativo determinante foi a ideologia religiosa: catequese cristã e a exploração dos colonizadores, o discurso legitimador da expansão da conquista espiritual. A influência da Europa moderna refletia na colônia: a religião legitimava a ordem social hierárquica e o Estado absolutista, a soberania dupla do Sacerdócio e do Império, a nacionalização das Igrejas, a legitimação religiosa, a laicização da cultura, as missões e a inquisição da igreja católica.

Entendemos que a cultura interfere na percepção da feminilidade, pois os papéis das mulheres associados à imagem da esposa e mãe, as características femininas são reproduzidas nos ciclos vitais geracionais que reforçam identidades marcadas pela opressão. Reconhecemos a necessidade da liberdade e emancipação na configuração das representações sociais femininas que rompam com discriminações, preconceitos, estereótipos, estigmas. A construção do ideal de casamento para as mulheres tensiona a estabilidade de uma relação segura e saudável. As novas formas de relacionamentos contemporâneos indicam a busca de satisfação momentânea de vivência de prazeres imediatos. Essas dinâmicas são incompatíveis com a estrutura do patriarcado que foi construído pautado na posse, no ciúme, na traição, na desonestidade, na deslealdade, na fidelidade feminina.

Para entender a realidade das famílias brasileiras, as instituições públicas ou filantrópicas são suporte para criação dos filhos, constituem rede social de apoio às famílias

pobres. Informa que o caráter da identidade familiar impacta no comportamento materno das mulheres cuidarem dos filhos e dividirem com criadeiras, avós, madrinhas de criação, consolidando a rede de ajuda mútua. As crianças cuidadas coletivamente tornam-se adultos responsáveis por sustentar os dependentes da rede que as criaram. Os jovens começaram a trabalhar cedo para sustentar a casa, essa situação de trabalho infantil associada a vulnerabilidade na velhice indica uma complementaridade sistêmica entre as gerações e uma expectativa de ajuda dos filhos com as famílias.

As mudanças impulsionadas pelo feminismo evidenciam a capacidade das mulheres como sujeitos sociais capazes de se posicionarem contra as manifestações do poder, sujeitos de experiências a serem localizadas na memória social, individual e coletiva. Incorporamos as narrativas pautadas na diferença, na incorporação da cultura feminina para analisar as transformações no âmbito das famílias, por meio do acesso aos direitos das mulheres no Brasil. A importância de reconhecer, visibilizar, legitimar e fortalecer as mulheres na contemporaneidade advém da noção de que as violências afetam a subjetividade das mulheres, impõe a sujeição feminina, impactam na forma de se perceberem, afirmarem como mulheres, restringe o desenvolvimento saudável de sua personalidade, a relação com sua sexualidade, dissociada do exercício livre e prazeroso, respeitoso, devido às construções inadequadas da percepção de corpos, a dissociação da feminilidade.

5.4 Posso dar a educação para meus filhos, não pude realizar meu sonho, mas eles podem

Alô malandragem, o papo é o seguinte ô
Lugar de Mulher é aonde a mulher quiser:
Ela pode assumir o comando, ela pode ficar no poder
E viver uma vida cantando, semeando amor e prazer
Ela pode parar num boteco, com alguém e até mesmo sozinha
A mulher conquistou seu lugar, e agora segura mainha
Ela pode jogar futebol, e até pilotar avião
Ela é forte ela é independente, ela faz uma revolução
Ela pode andar de shortinho, com o decote que ela quiser
A mulher tem que ser respeitada, do jeito que ela estiver
Marta Rainha da bola, também fez história
Beth, Leci, Dona Ivone, Morrom, Jovelina e a Rainha Quelê
Ela versa, ela canta, ela toca, ela sua a camisa, ela samba no pé
Entre Elas chegou no pagode, segura o sacode, amor e axé
Lugar de mulher é aonde a mulher quiser
O papo é esse hem, alô mulherada tamo junto
Música Lugar de Mulher - Grupo Entre Elas

Apresentamos esta música para dialogar sobre o cotidiano das famílias e a reverência as mulheres de lutas, que indicam que o lugar das mulheres é onde elas quiserem. Consideramos que a linguagem cultural, através da arte, atravessa o cotidiano, pois é uma comunicação acessível e transformadora. Acreditamos que alcançar o cotidiano das mulheres pelo que elas acessam em suas gerações, é uma forma possível de diálogo, seja pela escrita, dança, culinária, artesanato, música, ou outras formas de expressão.

Abordaremos neste tópico sobre o acesso das mulheres à Educação. A questão geradora desse tópico foi: Como ocorreu o seu acesso à educação? No tema da Educação, fizemos uma vivência de visualização criativa para lembrar da infância e da imagem de uma pessoa que foi referência por ter ensinado algo importante na vida. Quando discutimos sobre educação, comentamos sobre como estão vivendo o tempo presente.

Questionamos sobre quais locais, lugares, da educação formal, informal, não formal, que foram de aprendizado, apoio, possibilidades de transformação, tanto de valores quanto de conhecimento científico, quais as referências, que compartilharam ao longo da vida nas instituições sociais: família, escola, instituição religiosa, trabalho. Perguntamos como acessaram a educação, atribuindo sentido e significado a experiências e vivências. Falaram sobre o que aprenderam, o que agradecem, o que ensinam, afirmando juntas o que levam de aprendizado. Pedimos às mulheres que informassem quem foram as pessoas e se elas

poderiam ser as pessoas que tiveram a função significativa de transformação e contribuição para vida de outra pessoa, com trocas e compartilhamentos.

Dantas comenta sobre a importância da Educação em sua vida e sobre sua experiência significativa de educadores(as) nas instituições.

DANTAS: O local que fui atendida na minha infância e adolescência, era minha segunda casa, eu recebi proteção de todas as formas, o projeto social eram as pessoas que estavam lá, fizeram eu acreditar em mim. Se eu não tivesse aquelas pessoas que trabalhassem o simbólico, me fizessem acreditar nas minhas potencialidades, eu não sei como seria. O projeto me fez perceber que era gente, aquelas pessoas acreditaram em mim mais do que eu mesma, eu não me via, não me percebia, eu não acessava, eles me mostraram um mundo novo e que pude acreditar em mim, me deram apoio, afeto, amor, me acolheram. Minha vida teve uma mudança, um significado de transformação a partir dessa experiência, a universidade era um desejo, mas era algo muito distante, eu imaginava, mas caía a ficha da minha realidade, e o projeto trabalhava os meus fantasmas na minha cabeça, me fez perceber como sujeito de direito, o local é mágico por que me ensinaram, e na minha terra encantada, eu sou muito grata a elas, sinto falta de estar lá, a comida era diferente, o afago no coração só tinha lá, eu ia me curar lá. Os beneficiários e a comunidade se sentem pertencentes a nossa instituição aqui, temos netos(as) de ex atendidos, vai perpassando na geração, não é só o econômico, a família percebe a vulnerabilidade e busca ajuda aqui. Eles retornam sinalizando que estão aqui, existe um pertencimento da instituição com a comunidade. A instituição nunca foi impedida de atuar na comunidade devido à violência, tem locais que o posto de saúde, a escola, não podem entrar, mas a instituição pode atuar. É aceito pela fraternidade da tia, o respeito e o amor à palavra tia, somos as tias que a comunidade respeita, porque tem solidariedade e afetividade. Eu penso que assim como eu senti, o que faço será visto, um ex beneficiário vai ter a mesma fala, um deles vai falar isso da instituição também, da terra encantada, vão sentir saudade, reconhecimento da função e do afeto. A instituição trabalha em cima das necessidades que a comunidade apresenta, já teve Educação de Jovens e Adultos, creche, escola, ações extracurriculares. A linha de respeito é trazer pra comunidade aquilo que sinalizam como importante, a necessidade do local e não impor algo. A instituição criou uma relação de confiança, uma preocupação real com eles, todas ações sejam dignas pra comunidade, alimentação, saúde e sabor que irão sentir, a oferta é sentida e percebida. Hoje eu referencio a minha tia Socorro, e o professor de história, que apresentou os movimentos sociais e um contexto novo que desconhecia. Eu vejo a função social perspicaz na vida das famílias atendidas, porque a instituição sempre respeitou os desejos, demandas, objetivos e necessidades da comunidade, foi trabalho com família para enxergar todos(as), sem racismo, sem discriminação, sem preconceito, com respeito a condição humana de cada um(a), as pessoas precisam se sentir dignas.

Dantas relata como sua vida mudou devido ao acolhimento que recebeu de uma entidade que atua com educação não formal e o quanto hoje transmite as possibilidades de

transformação através do fomento de outras perspectivas aos jovens. Sua história é inspiradora para pensar em como a educação muda a vida das mulheres e de suas famílias.

Já Odorico explica sobre como se percebe a mulher em sua família, revelando suas impressões abaixo.

ODORICO: Eu falo muito, eu sou guerreira, batalhadora, lutadora, feliz, alegre, extrovertida, sou pai e mãe dos meus filhos, me sinto realizada, faço amizade fácil. Eu gosto de ajudar todo mundo, mas sou sentida, tenho coração, sou muito mulher pra pedir desculpas, mas se me ofender também quero que peça desculpa. O que sei fazer de melhor é a comida. Minhas filhas me elogiam e divulgam o que faço pros outros. O que faço bem é por que faço com amor. Eu tenho minha família, saúde, amigas; vejo que falta saúde para as pessoas, falta harmonia no mundo, precisa de paz onde a gente vive. Por ser mulher, queria ter me casado no civil, mas não tive essa oportunidade porque meu marido não queria, depois ele quis casar e eu não quis, depois outro marido também não quis casar. Menstruei aos 13 anos. Me juntei aos 14 anos. Tive minha primeira filha aos 17 anos e tive 4 filhos. Minha mãe não deixava eu sair de casa quando era adolescente, vivia presa. Trabalhei a vida toda. Por ser mulher tive que sustentar a casa e meus filhos. A pessoa que mais me ensinou foi a minha mãe, ensinou sobre o amor, a respeitar as pessoas mais velhas, eu aprendi muito com ela. Os filhos não querem aprender o que a gente aprendeu. Me ensinou a rezar o pai nosso e a ave maria. Antes as mulheres dependiam do marido pra tudo e por isso precisava pedir a ele as coisas, mas hoje as mulheres não precisam mais pedir. Eu trabalhava em casa de família pra criar meus filhos. Hoje eu não quero voltar a estudar não, já passei da idade. Eu me imaginava trabalhando com idosos. Minha filha me diz que quer fazer cursos para trabalhar, eu quero que ela faça.

Odorico nos aponta outra direção, a de olhar para a importância não apenas da educação formal nas instituições de ensino e da educação não formal apresentada pelas entidades e organizações da sociedade civil, mas para a educação transmitida em casa, com a reprodução social das relações sociais, com ensinamentos sobre a própria vida.

Ao discutir sobre a Educação, diferenciamos os modelos de educação formal, não formal e informal. Percebemos a diferença entre a garantia do direito à educação, o acesso ao ensino e a transmissão de valores pelo aspecto cultural, com ensinamentos das famílias. Consideramos que ocorreram muitos prejuízos no acesso das mulheres aos direitos devido a negação delas ao direito à educação. Todavia, elas buscam garantir esse direito aos filhos(as) na atualidade. Ressaltamos que o acesso à educação impacta a subjetividade feminina, contribui para percepção do processo de autonomia, empoderamento e protagonismo.

Sobre os aspectos geracionais e a educação, as mulheres afirmaram que referenciam, transmitem o que aprenderam com as mães para os seus filhos. Comentaram que hoje as mães ensinam os filhos a falarem direto aos pais, as mulheres não precisam mais pedir permissão ao pai ou ao marido em nome dos filhos.

As mulheres que casaram muito cedo, hoje não pensam mais nesse desfecho para as filhas. Havia tabu em ensinar sexualidade para as meninas, aprenderam sozinhas, mas hoje tentam ensinar para as filhas a transmissão dos valores culturais, o acesso à informação e os cuidados. Sobre os motivos de não estudarem apontaram a gravidez precoce, ou trabalho muito nova, ou ter que cuidar da casa, ou todas essas situações. Os pais não estudaram, alguns maridos estudaram.

Consideramos a importância de vivências significativas nas instituições de ensino, como condição para o ensino formal, mediando o conhecimento científico, o desenvolvimento cognitivo articulado ao desenvolvimento social e emocional, através do vínculo. Precisamos fomentar experiências agradáveis de aprendizagem na relação entre educação, família e escola: sentimento de acolhida, segurança, humanidade, respeito à condição de sujeitos.

Questionamos por que as instituições de ensino formal não promovem essas oportunidades de ensino e aprendizagem abrangendo o aspecto cognitivo, os sentimentos, as emoções, o afeto, a acolhida, a atenção, o cuidado. As experiências educativas em ambientes hostis e violentos podem ser dolorosas e impactar no processo de aprendizagem.

Refletimos sobre como as famílias ensinaram sobre o acesso à educação, o estímulo, o incentivo, aos estudos. O que receberam, que fizeram com o que ganharam, o que transmitiram às novas gerações, qual tipo de educação acredita e compartilha, qual vínculo reconhecem entre os pares. Conhecimento e aprendizagem não são medidos apenas com educação formal, a avaliação institucional importa, mas é preciso considerar a aplicação prática no cotidiano, compartilhar informações, dividir experiências, pois o conhecimento guardado não serve, precisa circular.

Consideramos que experiências educativas de aprendizagem significativa são

possíveis, elas precisam ser vividas, trocadas, sentidas, referenciadas nas instituições de ensino. Consideramos que o ser humano aprende o tempo todo ao longo da vida, embora a infância seja o período de maior plasticidade para aprender, não há um limite e nunca é tarde demais para aprender algo novo. Destacamos o direito à educação como uma realidade que precisa ser viabilizada às crianças sem desigualdades. Apontamos a constituição das profissões historicamente pautadas como sendo femininas por serem relacionadas ao cuidado, essas ocupações evidenciam um lugar destinado às mulheres na esfera da reprodução social.

Pretendemos superar estigmas, preconceitos, discriminações e estereótipos de que as mulheres são incapazes de ocupar determinados lugares. Quando lembramos da profissão de professoras, percebemos o afeto das mulheres que se tornavam as tias das crianças, um vínculo associado ao cuidado e ao respeito por uma figura feminina. Sugerimos as mulheres lembrar de pessoas que cumpriram a função de serem pessoas referência no processo educativo, que ajudaram, doaram livros, ensinaram tarefas, indicaram valores, recomendaram normas, nomear regras, reverenciavam pessoas, recordam ensinamentos, destacaram a função educativa e permitiram um significado a educação.

Seguindo essa linha de análise, Louro (2003) faz apontamentos sobre as perspectivas de gênero, sexualidade e educação, a partir das contribuições de Michel Foucault, sobre o conceito de relações de poder, afirmando que os gêneros se produzem na e pelas relações de poder, considerando que as mulheres exercem o poder, mesmo desprovidas dele, ao manifestarem o exercício da resistência, inerente a sua condição de sujeito e de liberdade. Comenta sobre as questões articuladas as relações de poder e gênero: a linguagem, a sexualidade, a educação, o simbólico, as identidades de gênero e a questão racial. Os estudos de gênero contemporâneos assumem um viés político, propõe uma construção, um questionamento a subversão de paradigmas científicos estáticos. Os estudos feministas reivindicam a produção teórica e a intervenção social sobre novas perspectivas sobre o processo de subjetivação.

De acordo com Louro (2003) categorizamos a dicotomia, polarização, antagonismo e oposição das relações de poder masculino – feminino. A desconstrução dessa noção implica

reconhecer que as relações de poder se expressam de diversas formas sobre a constituição dos sujeitos perpassados por identidades e características de classes, etnicidades, raças, religiões, gerações. A construção do gênero é histórica, as relações de poder entre homens e mulheres são mutáveis, as identidades de gênero são transformáveis, os discursos sobre essas perspectivas constroem as abordagens do gênero.

A autora explica, a partir de Foucault, que a análise sobre o poder instiga descentralizar os discursos, desorganizar as concepções convencionais, estremecer as perspectivas institucionais consolidadas, estabelecer estratégias para desconstruir a normalização da conduta sexista sobre sexualidade, educação dos sujeitos, despolarizar os pensamentos sobre os corpos e a subjetividade. A partir dos estudos feministas e sobre gênero, se expressam estudos políticos e práticas educativas sobre outras categorias que desestabilizam a ordem dominante, questionam paradigmas hegemônicos, problematizam discursos conservadores.

Para Louro (2003) a História das Mulheres compreende a descolonização da História oficial que representava as conquistas masculinas. Pontua os discursos e as práticas presentes na educação, com currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação, linguagem que se constituíram campos para reforçar as diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe, produzindo as assimetrias e reproduzindo as desigualdades, questionando o sexismo, o racismo e o etnocentrismo na escola. Esses instrumentos e recursos educativos reforçam a cultura sexista, as desigualdades sociais, de gênero, de etnicidade, a opressão sobre as mulheres, e a dominação sobre as famílias, não contempla a diversidade dos arranjos familiares.

Segundo Louro (2003) as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas por representações de gêneros, etnicidade, sexualidade, classe, produzem os sujeitos. Em relação a educação, declara que as instituições tem gênero, classe e raça, e que a instituição escola é feminina, “porque é, primordialmente, um lugar de atuação de mulheres — as professoras organizam e ocupam o espaço; a atividade escolar é marcada pelo cuidado, pela vigilância e pela educação, tarefas tradicionalmente femininas” (LOURO, 2003, p. 88). Explica que os

discursos pedagógicos demonstram que as práticas escolares se aproximam das relações familiares, as teorias, normatizações e legislações embasam afeto e confiança, conquistam a adesão dos/as estudantes em sua formação. Há semelhanças com a ação das mulheres no ambiente doméstico e familiar, como a educação das crianças ou adolescentes. Completa que a instituição escolar é masculina e religiosa por que sua origem remonta a colonização, com a catequização dos indígenas pelos jesuítas, que investiram na formação dos meninos e jovens brancos no período colonial.

No Brasil, no século XX, transformações sociais, políticas, culturais possibilitaram a participação das mulheres nas salas de aula e sua função como docentes. Louro (2003) explica que a feminização do ensino e o processo de urbanização, as práticas educativas e oportunidades de trabalho instituíram um novo estatuto para a escola. O magistério constituiu oportunidade para as mulheres, essa atividade foi ressignificada socialmente, representado pela feminização. A construção social sobre o casamento e a maternidade, repercutiram culturalmente nas tarefas femininas fundamentais de cuidado, refletiram nas carreiras profissionais femininas associado às funções sociais das mulheres. A feminização do magistério incorporou características associadas as mulheres: o amor, o afeto, a sensibilidade, o cuidado. A representação do magistério foi transformada pela maternidade: as professoras são compreendidas como mães ou tias. “As marcas religiosas da profissão permanecem, mas são reinterpretadas e, sob novos discursos e novos símbolos, mantém-se o caráter de doação e de entrega que se associava à atividade docente” (LOURO, 2003, p.97).

Conforme Louro (2003) a representação social da docência feminina indicando que as professoras foram representadas como: “solteironas ou tias”, normalistas, habilidosas alfabetizadoras, trabalhadoras da educação; enquanto os professores homens foram apresentados como: bondosos, orientadores espirituais ou severos educadores, sábios mestres, exemplos de cidadãos. Enfatiza que o magistério e a docência foram feminizados por construções de homens religiosos e legisladores. As representações de docentes revelam as desigualdades das relações de poder: “a representação dominante do professor homem foi ligada à autoridade e ao conhecimento, enquanto que a da professora mulher se vinculava ao

cuidado e ao apoio maternal à aprendizagem dos/das alunos/as” (LOURO, 2003, p.107).

A autora afirma que a elaboração das teorias pedagógicas e didáticas, sobre aprendizagem, desenvolvimento humano propagou discursos sobre a relação entre mulheres/professoras e as crianças. A constituição das representações sociais das educadoras foram perpassadas pelas transformações históricas e culturais, políticos, dos discursos e instituições. As professoras se tornaram trabalhadoras da educação, puderam reivindicar melhores condições de trabalho e direitos trabalhistas, se organizarem coletivamente, se distanciando das antigas representações tradicionais.

No contexto da educação, Louro (2003) discute sobre as propostas educativas da pedagogia feminista que descrevem a ação de professoras e estudantes em um modelo dualista e dicotômico, cujas práticas profissionais e das relações interpessoais estavam imbricadas. Historicamente o movimento feminista e o movimento de mulheres construíram perspectivas diferentes para as demandas, pautaram as reflexões sobre a identidade e as contribuições sobre o cotidiano feminino. A epistemologia feminista emerge como compreensão da construção dos discursos sobre o poder e o saber, como alternativas distintas e opostas das verdades universais da ciência moderna. Emergiram questionamentos acadêmicos críticos sobre a produção do conhecimento, denominados estudos feministas ou estudos de mulheres, posteriormente, contemplaram a inclusão da diversidade contrária ao binarismo. Influenciada pelo pós-estruturalismo, surgiu da necessidade de criticar os modelos universais da ciência na produção de conhecimento e uma ação política.

A partir desse cenário das famílias no cenário brasileiro, na mesma perspectiva de questionar o colonialismo e imperialismo eurocêntrico, a filósofa anticolonial feminista nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí analisou o impacto da colonização sobre as mulheres e os discursos colonizadores do feminismo ocidental. O campo dos estudos culturais feministas da sua obra sobre o povo iorubá na Nigéria indica que em seu país havia uma divisão genérica anatômica, baseada nos papéis sociais, sem binarismo ou hierarquização de gênero.

Oyewumi (2004) informa que a Era da Modernidade foi marcada por processos históricos, sociais, culturais, econômicos, e fenômenos tais como: “o tráfico atlântico de

escravos e instituições que acompanharam a escravidão, a colonização europeia de África, Ásia e América Latina” (OYEWUMI, 2004, p.01). A modernidade está relacionada a fatores como: o “desenvolvimento do capitalismo, da industrialização, o estabelecimento de estados-nação, o crescimento das disparidades regionais no sistema-mundo, a expansão da Europa e o estabelecimento de hegemonia cultural euro-americana em todo o mundo” (OYEWUMI, 2004, p.01). Explica que gênero e raça foram categorias elaboradas como dois eixos fundamentais para exploração de indivíduos e sociedades. A produção de conhecimento implicou estudos sobre o desenvolvimento humano, as culturas de povos, as características das instituições sociais. Considera que essas análises devem questionar a hegemonia da escrita da história humana pautada no eurocentrismo, que radicaliza a Europa como fonte de conhecimento, validando o privilégio do *ethos* europeu da cultura moderna.

De acordo com Oyěwùmí (2004), as pesquisadoras feministas buscaram transformar as perspectivas de análise ao problematizar questões particulares, pessoais da vida privada e individual das mulheres em problemas públicos, reflexos da desigualdade de gênero. Considera que as experiências e conhecimento das mulheres euro-americanas mobilizaram o desejo por transformação para os estudos de gênero, como o modelo explicativo para compreender a opressão das mulheres, diferenciando a categoria mulher e a subordinação feminina como universal. Sugere que os conceitos feministas estão enraizados sobre a família nuclear burguesa, explica esse modelo enquanto instituição social constitui a base da teoria feminista e denota os próprios valores feministas. Expõe que o feminismo tornou-se global, que a noção de família nuclear ocidental constitui o fundamento para a teoria feminista, pois os três conceitos centrais do feminismo - mulher, gênero, sororidade, são compreensíveis pela origem com esse modelo de família.

Segundo Oyěwùmí(2004), a estrutura da família como uma unidade conjugal deriva da noção de gênero como categoria natural. Considera que em uma família generificada, centralizada no poder patriarcal do homem chefe provedor e nos dois genitores heterossexuais, o feminino foi associado ao doméstico e as mulheres foram associadas ao cuidado. Afirma que gênero “é o princípio organizador fundamental da família, é a principal

fonte de identificação e solidariedade e as distinções de gênero são a fonte primária de hierarquia e opressão dentro da família nuclear” (OYEWUMI, 2004, p.04). Explica que a família nuclear burguesa é uma forma euro-americana; “uma forma alienígena na África, apesar da sua promoção pelos Estados colonial e neocolonial, agências internacionais de (sub)desenvolvimento, organizações feministas, organizações não-governamentais” (OYEWUMI, 2004, p.04).

Conforme Oyèwùmí (2004) na teoria feminista branca, o modelo predominante é o lar da família nuclear, que reflete a configuração composta por um casal e suas/seus filhas/os, sem presença ou participação de outros adultos. As mulheres identificam-se de forma reduzida como esposas, e as filhas identificam-se com sua mãe e outras mulheres nesse papel. Nesse padrão, desconsidera-se as dimensões de raça e classe na família, ignora-se a perspectiva da diferença do gênero, pois pauta o parâmetro universal da mulher, no ambiente doméstico, domiciliar, da casa.

Oyèwùmí (2004) se contrapõe a essa perspectiva ao apresentar uma abordagem africana sobre as famílias, as mulheres e a maternidade. Informa que na maioria das culturas, a maternidade é reconhecida pela relação de descendência, não pela relação sexual. Acrescenta que a literatura feminista tradicional sobre a maternidade revela a identidade dominante das mulheres, subsumida ao papel de esposa, a formação do casal, o casamento, a reprodução, a procriação são apresentados pelo viés da divisão social e sexual do trabalho. Explica que sua pesquisa sobre a sociedade Iorubá do sudoeste da Nigéria, na África, apresenta um tipo diferente de organização familiar: na família Iorubá tradicional compreendida como não-generificada, os papéis de parentesco, os centros de poder não são pautados por gênero, são articulados pelo princípio organizador fundamental da família: “a antiguidade baseada na relativa categoria de parentesco, codificam a classificação das pessoas com base em suas idades cronológicas, o princípio da antiguidade é dinâmico e fluido; ao contrário do gênero, que é rígido ou estático” (OYEWUMI, 2004, p.06).

Oyèwùmí (2004) destaca a dificuldade da aplicação de conceitos feministas euroreferenciados para explicar as realidades africanas pelo viés de gênero. Enfatiza que essa

perspectiva de gênero não contempla as culturas africanas, pois “as categorias de gênero ocidentais são apresentadas como inerentes à natureza, operam numa dualidade dicotômica, binariamente oposta entre masculino/feminino, homem/mulher” (OYEWUMI, 2004, p.08). Acrescenta que o modelo ocidental não abarca as diferenças da África, ocorrendo interpretações equivocadas, distorções linguísticas, incompreensão dessas instituições sociais como as famílias.

Influenciadas pelo pensamento sob outras perspectivas epistêmicas não eurocêntricas encontramos em Sobonfu Some (2018), na obra *o Espírito da intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar*, alguns pressupostos para refletir sobre a vida das mulheres em suas famílias na África.

Some (2018) nos conduz à sabedoria das gerações da aldeia Dagara, do povo Sobonfu, na África ocidental. Some (2018) explica que Dano significa o Lar da tradição; seu povo conhecido como Dagara tem origem em Gana, Costa do Marfim e Togo; explica que Burkina Fasso significa a Volta Superior, local de sua aldeia. A Comunidade possui uma estrutura diferente da ocidental: sem eletricidade, há água corrente próximos da terra; a natureza é a dádiva do lugar, na aldeia a vida é inspirada pela terra, árvores, montanhas e rios, o relacionamento entre o homem e a natureza é traduzido na construção da comunidade e das relações entre as pessoas.

Some (2018) narra que as questões do coração são iniciadas pelo espírito, fonte de saúde nos relacionamentos. Esse povo detém no corpo a consciência e ações, que o ocidente não compreende. Conhece o sofrimento e a alegria, a conexão íntima com a vida completa, pois acorda as partes anestesiadas. Para esse povo, as noções de intimidade e sexualidade são inversas ao ocidente: os relacionamentos privatizados são propriedade da comunidade e do espírito. O casamento é considerado uma dádiva do espírito, a gratidão para ouvir a razão e a união, são propósitos da vida, são expressões centrais a existência dos relacionamentos. A intimidade existe para o propósito da pessoa, o enriquecimento da aldeia e expressão do espírito. Os relacionamentos restauram o contexto sagrado, a atitude adulta madura nos relacionamentos com o parceiro, com a comunidade, com o espírito, consigo mesmo.

Sobre a economia, Some (2018) explica que os habitantes das diferentes aldeias se conhecem por meio do casamento e da migração da vizinhança. Predomina a economia agrária de subsistência que produz o necessário para viver. A forma de negociação é a troca das conchas cauri como moedas. Os tempos coloniais mudaram a vida dos Dagara, mas a estrutura familiar e liderança continuam iguais. As aldeias têm costumes como liderança: não há um chefe responsável por tudo, temos um sistema onde os mais velhos supervisionam a aldeia, sem intenção de adquirir riqueza. O poder é visto como algo perigoso se não for usado corretamente, tem cuidado com o uso do poder. Comenta que a vida da aldeia ocorre ao ar livre, um choque cultural para quem despreza o jeito antigo de conviver em coletividade. No povoado, a pessoa diminui o ritmo acelerado, a vivência do momento demanda comungar com a natureza, a paciência é essencial para o convívio.

Quanto a política, Some (2018) informa que na aldeia existem os anciãos, são eles que se reúnem e decidem as questões de justiça e o que precisam fazer pelo povoado. Contam com o espírito e com um conselho de dez anciãos, que gerencia os rituais, isso envolve muito trabalho para a comunidade. O conselho é selecionado por todos que passaram pela iniciação dos anciãos, eles são selecionados de acordo com a compreensão Dagara das forças elementares que formam o universo. Eles possuem cinco elementos diferentes: terra, água, mineral, fogo e natureza; cada um dos elementos é representado no conselho por 5 mulheres e 5 homens.

A família na África é ampliada, extensa. Some (2018) conta que na aldeia, as grandes famílias vivem juntas, as mulheres dormem de um lado da casa e os homens de outro. Nesse modelo de família, as pessoas conhecem, cuidam e convivem com as crianças. A intimidade é uma canção do espírito que convida duas pessoas a compartilharem seu próprio espírito, ninguém pode resistir nem ignorar. O sucesso dos relacionamentos e do cuidado dos pais com as crianças advém do espírito poderoso presente nas relações, respeitado, honrado, cultuado. A comunidade é o espírito, a diretriz e o horizonte, as pessoas se doam ao comunitário, realizam seus objetivos específicos e ajudam os outros a realizarem seus propósitos, para cuidarem entre si, assegurar que cada um e todos sejam contemplados, contribuam com os

dons que possuem e recebem dádivas, sem esse investimento, a comunidade sucumbe, o indivíduo perde o lugar para viver. Informa que respeitam e admiram o sexo oposto, mulheres e homens tem suas singularidades e particularidades, não existe sexismo.

No povoado ocorrem muitos ritos de passagem e celebrações. Some (2018) comenta que um ritual é uma cerimônia que convida o espírito para ser um guia, supervisionar as atividades, estabelecer uma conexão com o próprio ser, com a comunidade e com as forças naturais. A cerimônia permite mostrar os obstáculos invisíveis e limitados aos humanos, possibilita retirar as dificuldades e ajuda a encontrar o verdadeiro espírito. Conta que a união de duas pessoas que se gostam, quando casam, constroem um relacionamento íntimo, desejam abertura ao outro, criam um espaço sagrado para o espírito manifestar os seus dons, cumprir seus propósitos.

A autora comenta que as crianças do povoado pertencem a comunidade, seus pais genitores são o meio que permitem chegar a terra, deram a luz, mas pertencem ao espírito. O casamento viabiliza o contato com o espírito, une duas almas distintas, com propósitos e dádivas para alcançar uma entidade, uma energia maior, junta dois mundos, duas culturas, apoia as ancestralidades, em benefício da comunidade. Quando as pessoas reconhecem que todos(as) são espíritos encarnados, compreendem que o corpo humano é sagrado, a sexualidade passa a ser prazerosa além da atração física, e o corpo torna-se um templo.

Some (2018) destaca que para seu povo, a intimidade é sagrada, é preciso vê-la como alinhamento entre o ser e o sagrado, perceber a vida íntima como uma comunhão com o sagrado, entender a sexualidade como ritual. Expõe que o amor romântico afasta o espírito e distancia a comunidade, o casal perde a dimensão coletiva, cria o relacionamento individualmente, afasta o propósito do relacionamento e perde espírito como guia. Convida que as pessoas que tiverem interesse na intimidade espiritual precisam escutar seus ancestrais, ouvir a natureza, perceber os animais, concentrar nos rituais, sentir o espírito, que normalmente é ignorado.

Pautamos as consequências da universalização da opressão que desconsideraram e desqualificaram a diversidade das mulheres. Apontamos que emergência das categorias

colonialismo, racismo, classismo, heterossexualidade, articulados ao gênero, identificam os sujeitos dos feminismos, considerando os contextos sociais, culturais e políticos. Indicamos os limites dos efeitos normativos e os reducionismos da categoria mulheres sem a conexão com a interseccionalidade. Consideramos a diversidade das críticas dos sistemas coloniais, capitalistas, imperialistas, racistas, heteronormativos, que marcaram a história de mulheres.

Na constituição do processo de subjetivação as mulheres assimilam a situação de submissão feminina, precisamos perceber esse aprisionamento para se libertar dessas marcas simbólicas de opressão. Pautamos outras formas de existência que se distanciam do cenário de violência que acomete mulheres. Percebemos o quanto as violações afetam o corpo feminino, deixando cicatrizes em sua constituição subjetiva, pois a negativa da liberdade é incorporada e sustentada nas fantasias culturais e sociais que delimitam lugares restritos e impossíveis as mulheres. A resistência e a resiliência emergem como características femininas diante da proximidade com seu uso e significado no cotidiano. Essa possibilidade de atribuir um novo sentido é condição para a transformação de si em suas famílias, através do vínculo, do afeto e da sororidade.

Reconhecemos as narrativas, trajetórias, percursos que indicam histórias de vida do cotidiano, que manifestam as relações de poder, a percepção de que há uma tensão, um conflito envolto a liberdade feminina, condutas e atitudes direcionadas, julgadas, controladas. A compreensão sobre a condução do processo de subjetivação das mulheres permite a desnaturalização de crenças, de valores, sobre a vida das mulheres, permite reconhecer, valorizar, mudar e transformar histórias de vidas.

As mulheres vivenciam formas de opressão, submissão, silenciamentos, mas também experimentam resistência, resiliência, se fazem presentes e atuantes diante das relações de poder, contrapõem e subvertem a ordem, criando, recriando, reproduzindo formas de existir. Mesmo respondendo ou manifestando o poder dominante, encontraram brechas e furos no cotidiano, desenvolvem perspectivas e possibilidades de rompimentos das estruturas.

5.5 Disse pra ele não me machucar e a minha filha, eu não aceito que ela sofra violência

Um dos temas mais difíceis de abordar com os grupos de mulheres foi a temática da violência, porque permeou todo o processo, associado a outras categorias. Deixamos para o último encontro devido ao vínculo de intimidade e elo de confiança entre as participantes quanto aos relatos. Todavia, um achado dessa pesquisa é que em todos os encontros, mesmo com outros temas, as falas sobre a violência contra as mulheres foram apresentadas, como condição associada as temáticas, por isso destacamos que a violência sexista, doméstica e familiar afeta a subjetivação feminina. A questão geradora sobre esse tema foi: Você já vivenciou ou vivência alguma situação de violência em sua família?

Observamos os relatos abaixo de Dantas.

DANTAS: Sofri violência de formas diferentes, uma delas é específica por que veio de outras mulheres: não me permiti descansar na gestação da minha filha, por que outra mulher dizia que eu tinha que trabalhar; aquela fala de outra mulher me fez mal, me disse palavras tão cruéis, ficou na minha cabeça, peço pra tirar do coração, me sinto culpada pelas semanas que passei virada, trabalhando e estudando, se tivesse ocorrido algo e não tivesse conseguido minha gestação? Sofri violência após o parto, eu precisava amamentar e diziam que eu não podia comer, porque ia fazer mal à minha filha se eu comesse. Eu ficava muito mal com isso. Depois eu descobri que não era assim. Foi uma violência simbólica e psicológica que se tornou física porque somatizei. Me incomoda a falta de solidariedade e sororidade entre as mulheres. Outra violência que observo: eu fico mal vendo as profissionais do sexo, a vida delas, o trabalho delas é muito difícil. Eu fico pensando essas mulheres, me angustia muito. Também me espanta as cenas de violência na mídia, porque estamos sujeitas a isso, o que leva uma pessoa a se relacionar no relacionamento abusivo, e vejo o quanto temos muitas dependências emocionais; os crimes de abuso não são toleráveis no presídio. Existe uma lei paralela na cadeia, agora além de aceitar a violência doméstica, porque é lei que a mulher é do homem, e ele pode bater.

Dantas nos conduz a refletir sobre como a violência contra a mulher é uma questão profunda complexa e articulada na realidade da sociedade brasileira contemporânea, expressa no cotidiano real e nas marcas simbólicas da subjetividade das mulheres. E indica o quanto ainda precisamos mudar essa realidade, como reforça Vieira na experiência vivida abaixo.

VIEIRA: Fui mãe muito nova, comecei a trabalhar com 11 anos, fui morar em casa de família, pra ajudar minha família, mandar as coisas pra eles. Me juntei quando tinha 17 anos. Eu trabalhei em salão por 7 anos. Eu sofri com meu primeiro marido, ele me bateu muito por anos, ele me espancava, e minha família não sabia, ate que um dia ele me bateu tanto, deu tanto em mim, ai fui trabalhar no outro dia, e minha chefe disse: você é tão nova

e não precisa passar por isso, aí a noite ela foi me deixar em casa, e disse para o meu marido: olhe é a última vez que você bate nela, por que ela é uma mulher boa, trabalhadeira, e não precisa passar por isso, aí ele parou de me bater. Eu passei mais 4 anos com ele e depois me separei, peguei minhas coisas e fui embora de casa, deixei ele, a casa e os móveis pra ele. Arrumei uma casa, montei um bar; minha mãe achou muito feio, mandou meu irmão vir morar comigo, aí meu ex marido passou 8 meses na minha porta, comia lá em casa, trazia roupa pra eu lavar, eu tinha pena dele, como se ele fosse um cachorro, aí eu ajudava, eu não sei por que eu fazia isso, eu não gostava dele, mas tinha pena porque era pai da minha filha. Uma separação é uma morte. Um dia ele me chamou pra ir na ex casa e pegar minhas coisas, essa é a pior parte da minha vida toda: eu fui lá e tentou me estuprar, me empurrou dentro do quarto, bateu na minha cabeça, eu peguei uma faca e eu ia matar ele, eu joguei ele no chão, e disse agora você me matou, como você fez isso, eu vim aqui de boa e você fez isso. Ele ficou muito nervoso e eu disse: passe uma pomada no seu ferimento, eu fui embora pra minha casa. Eu fiquei muito doente, isso me fez tão mal, não contei pra ninguém, guardei isso por anos, por que eu podia ter matado ele pra me defender, ou ele ter me matado. Hoje graças a Deus eu vivo bem, com outra pessoa, eu encontrei um companheiro. Essa dor maior que tive que me machucou eu já melhorei, mas nunca esqueci. Meu marido atual é uma pessoa boa eu segui minha vida, e quando o ex precisa de mim eu ainda ajudo. Minha vida foi muito sofrida, ele era muito agressivo, ele chegava em casa falando que ia me matar, eu disse pro meu atual pra ele não me machucar e nem machucar minha filha. Eu não aceito que minha filha sofra violência do marido. Quando ela se separou, ela começou a viver, por que ele não deixava ela fazer nada, ela entrou na academia, tirou a carteira de motorista, começou a trabalhar.

Vieira relatou durante vários momentos sobre as violações sofridas ao longo da vida, buscava colocar de forma resistente e resiliente nos relatos, todavia ao recordar sobre a experiência de violência que considera mais profunda, deixou-se conduzir em catarse pelo choro, não para desmoronar, mas para existir, resistir e persistir. Sua história indica a dimensão da desconfiança e desproteção diante da ameaça constante de violações que as mulheres sofrem no cotidiano.

As mulheres evidenciaram que suportam agressão e violência há muito tempo: em casa, no trabalho, na rua. Dialogamos que nas condições de violência, algumas mulheres pedirão socorro e ajuda a outras; algumas sairão da situação de violência, romperão o ciclo, outras não conseguirão sozinhas e precisarão de apoio e suporte. Comentaram sobre as mães não conseguirem romper o ciclo de violência devido a cultura machista opressora, enquanto elas puderam mudar algumas condições e suas filhas conseguirem romper o ciclo da

violência, pois não toleram a violência.

Na atualidade, as influências das mulheres mudaram: os valores, as vivências, o contexto. O perfil das mulheres mudou conforme o ciclo geracional, principalmente em relação à educação e ao trabalho nas famílias. Houve mudanças no número de filhos, com redução no número de crianças. Mulheres que foram vítimas do trabalho infantil em casa, cuidando dos irmãos; meninas que casaram cedo após a primeira menstruação; adolescentes que trabalhavam de doméstica, como baba, cuidando dos filhos de outras mulheres por sobrevivência, na maternidade, quando não podiam cuidar de seus filhos, precisavam confiar aos cuidados de outras mulheres. Afirmaram a dificuldade em ganhar um salário mínimo e ter que pagar alguém para cuidar das crianças, por isso precisavam da rede de apoio de outras mulheres para cuidarem dos filhos.

As histórias dessas famílias apresentam em comum a categoria violência doméstica e familiar. As mulheres relataram nos dois grupos, a violência consigo e com os filhos. No segundo grupo, informaram que não tinham tanto o que falar sobre elas, mas tinha muito a falar sobre as demandas dos filhos naquele momento em decorrência do luto devido à violência urbana, tráfico de drogas ou perdas. Conversamos sobre as histórias que marcam pela dor e pelo sofrimento, mas que existem boas lembranças, é importante reconhecer essas recordações e não apenas de agressão, de violações, de tristeza. As memórias refletem as angústias vividas, os sentimentos experimentados.

Consideramos que a resistência feminina através da resiliência impacta na subjetivação, pois a resistência demanda uma reação à violência, mas não é apenas reagir, é agir também, criar algo novo pelo afeto e vínculo. Nos resultados indicamos a violência: a partir dessas categorias iniciais serem mulheres, famílias e subjetivação, outros temas foram recorrentes e importantes como: trabalho, educação e violência. Destacamos que nas narrativas das mulheres a violência permeou os relatos, as vivências no ambiente familiar, no trabalho, nas relações de amizade. Apontamos o compromisso desse estudo em pautar as inúmeras violações que afetam as mulheres no cotidiano. Consideramos primordial apontar as situações de violência como forma de denunciar as situações de vulnerabilidades e risco,

bem como as ameaças que as mulheres vivenciam ainda na contemporaneidade, mesmo nos ambientes que deveriam oferecer proteção e cuidado.

Diante da configuração do processo de subjetivação, indicamos que no cotidiano as mulheres são atravessadas no processo de construção da violência doméstica, familiar e sexista, bem como pela violência urbana. Esse lugar real e simbólico da violência deixa marcas no corpo e na representação do feminino, pois os sentimentos e as emoções de medos, ansios, frustrações, ameaças, dores e impressões impregnam as relações das mulheres consigo, afetando sua estima reconhecimento da identidade e a relação com os outros como por exemplo a dimensão da desconfiança, desproteção, insegurança no contato, aproximação e formação de vínculos.

Essa realidade nos leva a questionar por que as mulheres passam por essas situações? Como as mulheres reagem a esses contextos? De que forma as mulheres podem mudar esses cenários? A parte a dimensão estrutural da sociedade capitalista patriarcal que impactam as relações e a vida das mulheres, reconhecemos como capacidades e habilidades que as mulheres elaboram como estratégias a resiliência, a resistência e a sororidade, diante da violação a si e a suas famílias.

Citamos como exemplo, a percepção que possuem de que historicamente os tempos mudaram: que suas avós e mães viveram um período que não tiveram a oportunidade de mudar, então aceitaram a cultura sexista dominante, resistindo como sobreviventes ao controle machista e patriarcal, mas criando as filhas para terem um futuro diferente; de igual modo, as filhas se tornaram mães e estas afirmam que suas filhas vivem na atualidade um período diferente, informam que elas não aceitam mais a violência e a dominação que outrora existiu, elas estão inseridas em um contexto que questionam, criticam e agem confrontando a dominação masculina. Indicamos que são as mulheres na contemporaneidade que encontram oportunidades, brechas e rupturas de construir sua subjetividade no cotidiano tentando uma vida sem violências.

Os estudos sobre as famílias demandam uma compreensão sobre os modelos estruturados durante os períodos históricos, uma dessas compreensões denomina a família a

partir das necessidades vitais, com o papel da socialização e da relação entre o casal. Outra perspectiva pode ser observada na teoria sobre a família parsoniana do modelo nuclear democrático apontado como o estágio de desenvolvimento avançado de sociedades.

Nos estudos sobre famílias, consideramos Cavalcante e Schenker (2007) que discutem sobre a relação entre violência, família e sociedade, identificando que a família é uma unidade social constituída de indivíduos que compartilham experiências, formada por vínculos de consanguinidade, de alianças ou de convivência. As autoras explicam que a família é o primeiro núcleo de socialização dos indivíduos “que inicialmente transmite valores, hábitos e costumes, ajudando a formar as personalidades, baseia-se na distribuição de afetos e papéis sociais, sendo marcada por diferenças de poder entre os sexos e entre as gerações” (CAVALCANTE e SCHENKER, 2007, p 56). Informam que a família não possui uma configuração natural, é uma construção social de representações culturais, de acordo com o contexto histórico, que possibilita a integração dos indivíduos e a formação da identidade. Apresentam que o papel central da família patriarcal extensa foi estabelecer valores, modelos e padrões fundamentados no poder hierárquico do chefe, pai, esposo, senhor, mantendo uma estrutura econômica, política, social, cultural.

Cavalcante e Schenker (2007) compreendem os impactos das forças econômicas, sociais e políticas no sistema familiar diante das contradições da sociedade moderna. A família conjugal nuclear moderna, descende da família patriarcal, adequada as exigências do sistema capitalista, dos aspectos do individualismo, dos fatores da industrialização. Consideram que a presença dos filhos afeta a dinâmica do casal, intensificam conflitos conjugais, questionam as bases do relacionamento, produzem sentimentos diversos para o casal. As diferentes estruturas familiares na sociedade ocidental contemporânea são descritas: “a) Família nuclear – constitui-se de duas gerações: os pais e os filhos; b) Família extensa – Compõe-se da família nuclear e dos membros da família de origem; c) Família mista – Inclui parentes e amigos; d) Família monoparental – gerida por somente um dos pais; e) Família tradicional – Pais que se casaram uma vez e moram junto com os filhos; f) Família reconstituída – pais que se separaram, recasaram e constituíram novas uniões nucleares; g)

Família homoafetiva– casal homossexual que tem o afeto como elemento norteador”(CAVALCANTE e SCHENKER, 2007, p. 60).

De acordo com Cavalcante e Schenker (2007), as configurações familiares com base na Antropologia, afirmam as relações universais familiares e sociais regidas por parentesco, casamento e a divisão sexual do trabalho. Comentam que nas redes familiares se manifestam experiências de realização ou de frustração, de crescimento e integração ou de incapacidades e desintegração. As famílias podem constituir ambientes de proteção, amparo, segurança, mas também de violência e destruição de papéis positivos e funções saudáveis. “Se o grupo familiar tiver suas necessidades físicas, emocionais e intelectuais satisfeitas e puder experimentar, conter e utilizar de modo adequado os sentimentos de amor, raiva, medo, alegria, agressividade, sexualidade, a família funcionará de modo integrado, com grau de organização e discriminação entre os membros”. (CAVALCANTE E SCHENKER, 2007, p. 63). Por outro lado, afirmam que “se as relações se desorganizam, há potencial destrutivo, ocorrendo nas pessoas uma falta de contenção dos conteúdos pertinentes ao grupo familiar”(CAVALCANTE E SCHENKER, 2007, p. 63).

Para Cavalcante e Schenker (2007) os padrões culturais e sociais impõem as dinâmicas familiares que configuram a reprodução de lugares específicos para homem e mulher, com papéis para pais e mães, com funções de autoridade, de respeito e de igualdade. Explicam que os modelos de famílias brasileiras no século XX, foram afetados pelos elementos de aumento da renda, expansão da escolarização e crescimento da escolaridade. Consideram que a família torna-se ambiente de formação da subjetividade, incide na identidade do sujeito, na constituição da personalidade, na reprodução dos valores, fomenta a sustentação do processo de individuação, possibilita a socialização, a interiorização, a integração social, a percepção das regras culturais, permite a representação do pertencimento aos grupos. pontam como funções das famílias: “a) Função biossocial – a família se constitui como uma unidade de reprodução e manutenção da espécie, a necessidade da descendência e desenvolvimento; b) Função econômica – a família é uma unidade de produção e reprodução econômicas, dos padrões culturais de região, classe social e país; c) Função educativa – a

família exerce influência em todo o processo de aprendizagem individual e no desenvolvimento familiar”(CAVALCANTE E SCHENKER, 2007, p. 66).

Quanto aos estágios do ciclo de vida familiar conforme a geração, classe e etnicidade, Cavalcante e Schenker (2007) apontam que nas famílias ocorrem eventos traumáticos de risco, frequentemente, pobreza, estresse, rupturas de vínculos, uso abusivo de drogas, violência. As autoras questionam o exercício do poder na vida familiar que se manifesta de como as questões de gênero, as construções culturais que hierarquiza a vida nas sociedades contemporâneas, delimitando e reforçando as desigualdades entre homens e mulheres.

A partir desses modelos de famílias na contemporaneidade, observamos em dados estatísticos o reflexo dessas novas configurações de famílias. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua - PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em relação às estatísticas de gênero no Brasil, os indicadores sociais das mulheres no Brasil no ano de 2018 indicam a necessidade de fomentar políticas públicas para a igualdade de gênero. Pautar essa perspectiva no campo da gestão governamental e institucional das políticas públicas significa reconhecer que historicamente existem desigualdades de gênero, a partir das relações sociais e culturais, da diferença de sexos entre mulheres e homens, afetando as funções e responsabilidades femininas.

A ocupação das mulheres nas atividades, o acesso às oportunidades de educação, de trabalho e as decisões quanto ao investimento público em políticas afirmativas tomam por base as ações desenvolvidas no campo das estatísticas de gênero. Em relação as estatísticas desagregadas por sexo, compreende-se que a palavra “sexo” refere-se às diferenças biológicas entre homens e mulheres. No que diz respeito as estatísticas de gênero, entende-se que o termo “gênero” é referente às diferenças socialmente construídas em atributos e oportunidades associadas com o sexo feminino ou masculino e as interações sociais.

Consideramos o campo de coleta e análise de dados sobre as estatísticas de gênero a partir de documentos de referência nacionais. Através da base conceitual PNAD Contínua, pontua-se que ocorre maior investimento feminino nas atividades domésticas: “as mulheres dedicam-se aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos cerca de 73% a mais de horas

do que os homens”. Ao considerar a região, a maior desigualdade na distribuição de horas dedicadas a estas atividades está na Região Nordeste, “onde as mulheres dedicam cerca de 80% a mais de horas do que os homens”. O recorte por cor ou raça indica que “as mulheres pretas ou pardas são as que mais se dedicam aos cuidados de pessoas e/ou aos afazeres domésticos” (PNAD, 2016, p. 03).

Sobre a questão da carga horária de trabalho, consideramos que constitui o diferencial de inserção ocupacional entre homens e mulheres a partir da divisão sexual do trabalho. Os dados inferem que as mulheres conciliam trabalho remunerado com os afazeres domésticos e cuidados, trabalham em ocupações com carga horária reduzida, em período parcial quando comparado aos homens. Com o recorte das desigualdades regionais, o maior número de mulheres que trabalham em tempo parcial encontra-se nas Regiões Norte e Nordeste.

O aspecto da desigualdade de gênero relaciona-se com o indicador por cor ou raça, evidenciando “que são as mulheres pretas ou pardas as que mais exerceram ocupação por tempo parcial, alcançando 31,3% do total, enquanto 25,0% das mulheres brancas se ocuparam desta forma. Para os homens, somente 11,9% dos brancos se ocuparam por tempo parcial, ao passo que a proporção de pretos ou pardos alcançou 16,0%” (PNAD, 2016, p 04). Quanto aos aspectos de rendimentos médios do trabalho, as mulheres recebem cerca de $\frac{3}{4}$ a menos do que os homens.

Conforme os dados da PNAD (2016) quanto ao acesso à educação, ao ensino e à escola é quase universalizado entre homens e mulheres. Considera-se que o atraso escolar pode ser compreendido pelos estudantes fora do nível de ensino adequado ao seu grupo etário. Nesse caso, observamos considerável desigualdade entre as mulheres por cor ou raça, “as mulheres pretas ou pardas de 15 a 17 anos de idade apresentem atraso escolar em 30,7% dos casos, enquanto 19,9% das mulheres brancas dessa faixa etária. O maior diferencial está entre as mulheres brancas e os homens pretos ou pardos na medida em que o atraso deles era 42,7% e o delas era (19,9%)” (PNAD, 2016, p.06). Identificamos uma desigualdade no acesso e no rendimento na trajetória escolar relacionado a papéis de gênero, com entrada precoce dos homens no mercado de trabalho, enquanto as mulheres atingem em média um

nível de instrução superior ao dos homens. “A maior diferença percentual por sexo encontra-se no nível superior completo, entre as pessoas da faixa etária mais jovem, de 25 a 44 anos de idade, em que o percentual de homens que completou a graduação foi de 15,6%, enquanto o de mulheres atingiu 21,5%, indicador 37,9% superior aos homens” (PNAD, 2016, p. 06)

Evidenciamos que desigualdade entre mulheres é afetada por cor ou raça. Os dados da pesquisa apontam que o percentual de mulheres brancas com ensino superior completo é 2,3 vezes maior do calculado para as mulheres pretas ou pardas. A comparação com os homens pretos ou pardos demonstra uma situação delicada, pois o percentual de mulheres brancas com ensino superior triplica para os homens pretos ou pardos. “O nível de instrução mais baixo dos homens se soma às desigualdades por cor ou raça, tornando os homens pretos ou pardos o grupo com os piores resultados educacionais” (PNAD, 2016, p. 06).

Em relação à participação política das mulheres, desde 1995, o Brasil possui legislação que prevê cotas eleitorais, reservando um percentual de candidaturas em eleições proporcionais para as mulheres. No que se refere à participação em cargos de gerência, 60,9% dos cargos gerenciais eram ocupados por homens e 39,1% pelas mulheres, em 2016. Isso se evidencia em todas as faixas etárias, com uma maior proporção de homens ocupando os cargos gerenciais, esse fato se constata no agravamento nas faixas etárias mais elevadas. “A desigualdade entre mulheres e homens pretos (as) ou pardos (as) era maior do que entre as mulheres e os homens brancos(as)” (PNAD, 2016, p. 10).

Apesar das mulheres constituírem mais da metade da população brasileira, são sub-representadas nas esferas da vida pública, indicando a necessidade de políticas voltadas para a redução das desigualdades de gênero. No que diz respeito a eliminação de práticas danosas e todas as formas de violência contra mulheres e meninas, observa-se que em paralelo “as desigualdades de gênero, as desigualdades raciais e geográficas que afetam as mulheres se colocam como desafios a serem enfrentados” (PNAD, 2016, p. 12).

Fontoura e Rezende (2016) em produção do IBGE/ IPEA intitulada *Os retratos da desigualdade de gênero e raça 1995 – 2015* apresentam aspectos sobre as famílias brasileiras na contemporaneidade. Indicam que ocorre uma tendência de crescimento da proporção de

domicílios chefiados por mulheres, que são as pessoas de referência das residências. Em 1995, 23% dos domicílios tinham mulheres como pessoas de referência; em 2015 a proporção ampliou para 40%. “Esse é um fenômeno majoritariamente urbano: 43% dos lares na cidade tinham uma mulher como pessoa de referência em 2015, comparadas a 25% no campo, valor que se aproxima mais dos patamares da média brasileira de 1995” (FONTOURA E REZENDE, 2016, p.01).

Observam que as famílias chefiadas por mulheres contemplam a presença ou ausência masculina. Apontam que o alto índice de famílias em que as mulheres não têm cônjuges e têm filhos/as “se encontram em maior risco de vulnerabilidade social, a renda média das mulheres, especialmente a das negras, continua bastante inferior à dos homens, e das mulheres brancas” (FONTOURA E REZENDE, 2016, p.01).

De acordo com Fontoura e Rezende (2016) ocorreu uma progressiva reconfiguração dos tipos de arranjos familiares. “Em 1995, o tipo mais tradicional, formado por um casal com seus filhos, respondia por cerca de 58% das famílias, em 2015 esse percentual cai para 42%, tendo aumentado o número de domicílios com somente uma pessoa e também o percentual de casais sem filho” (FONTOURA E REZENDE, 2016, p.01). Quanto a taxa de analfabetismo, ocorre um diferencial racial e de gênero: “em 2015, entre as mulheres com 15 anos ou mais de idade brancas, somente 4,9% eram analfabetas; no caso das negras, este número era o dobro, 10,2%” (FONTOURA E REZENDE, 2016, p.02). Sobre a escolaridade há indicativos dos aspectos de gênero e raça no acesso ao ensino superior com prevalência da população adulta branca sobre a população negra.

No que se refere ao mercado de trabalho, os indicadores mostram a hierarquia do topo ocupado pelos homens brancos e a base ocupada pelas mulheres negras. No que diz respeito a participação, a população em idade ativa (16 a 59 anos) aponta as barreiras para as mulheres entrarem no mercado de trabalho: “entre 1995 e 2015, a taxa de participação feminina pouco oscilou em torno dos 55%, isto significa que quase metade das brasileiras em idade ativa está fora do mercado de trabalho” (FONTOURA E REZENDE, 2016, p.02). Referente ao emprego doméstico indica o viés de gênero e raça: corresponde a ocupação de 18% das

mulheres negras e de 10% das mulheres brancas no Brasil em 2015. Quanto a maior a proporção de pessoas sem renda, é ocupada por mulheres, relacionado à menor participação feminina no mercado de trabalho. As mulheres negras vem alcançando maior renda e acesso a benefícios assistenciais. Em relação ao trabalho doméstico não remunerado, as mulheres são responsabilizadas pelo padrão, na sociedade brasileira mais de 90% das mulheres realizam atividades domésticas, os homens realizam a proporção de 53% nos afazeres domésticos.

Comprovamos esses aspectos tendo por base na atualidade, consideramos que ocorrem rupturas no patriarcado, devido às transformações sociais, culturais, demográficas, em relação às famílias, com a destruição de valores morais conservadores. Há uma tendência atual de prevalência de pessoas solteiras, com adiamento dos casamentos e da decisão de filhos, da manifestação das famílias monoparentais. As possíveis conexões entre esses fatores são a separação entre vivência da relação x casamento e distinção de amor x sexo, além da compreensão de sentimentos como amizade, companheirismo, satisfação sexual. A família torna-se uma possibilidade diante de um desejo, constitui uma organização social, deve pautar em convivência saudável, segura, duradoura, e também outras formas de relações podem ser manifestas. As percepções em relação às mulheres, à maternidade e à infância repercutiram nos modelos de famílias, nas funções parentais, nas configurações familiares do modelo nuclear burguês. As mulheres assumem as funções familiares e obrigações domésticas, de reprodução de valores e responsabilidades educativos, dedicada ao lar; os homens tornam-se provedores dos recursos materiais para a família.

Quanto à maternidade, há um monitoramento e cobrança quanto ao exercício dessa função, a maternagem é vista como condição natural para as mulheres e as condutas femininas são questionadas em relação a esses valores, principalmente quanto se relaciona com o trabalho. No campo do simbólico ocorre uma projeção e introjeção de que o sentimento de amor pode transformar as pessoas, as fantasias de desejos são direcionadas a outras pessoas como se o objeto para dar sentido à existência, efetivar a felicidade e garantir uma vida plena de prazer. As experiências ao perder o amor geram conflitos, frustrações, ilusões, culpas, angústias, onde inexiste liberdade devido à crença do amor como salvação e

não como experiência autêntica em si.

Marcondes (2013) no *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil do IPEA* informa dados comparativos a partir de 2009. Afirma que nesse ano, as mulheres negras correspondiam a um quarto da população brasileira, do total de mulheres, 50% eram negras e 49,3% eram brancas, indicando que a partir de 2008, as mulheres negras passaram a ser mais numerosas que as brancas. Houve uma mudança na percepção das pessoas e a declaração da raça e etnia, influenciado pelas políticas públicas.

Marcondes (2013) informa que em 2009, a população feminina negra do Norte do país era 74,7%, as mulheres negras nordestinas era 69,9%, no Centro Oeste era 56,7%, 20% eram mulheres sulistas, indicando o impacto da questão racial estruturante no processo histórico de ocupação do território nacional. A população negra se concentra nas faixas mais jovens, enquanto a população branca se evidencia nas faixas mais elevadas. 42,6% das mulheres negras tinham até 24 anos, enquanto 37,1% eram as mulheres brancas. As negras de 60 eram 10,3% do total, enquanto as brancas tiveram 14%. Compreende-se desses dados que a maior longevidade feminina média indica maior sobrerrepresentação das mulheres negras, que vivem mais que os homens negros. Aponta que houve uma mudança no aumento de mulheres apontadas como chefes de família. Entre 1995 e 2009, houve um aumento de 22,9% para 35,2%, de proporção de famílias chefiadas por mulheres; um fenômeno tipicamente urbano, na região Sudeste, ocorreu o maior aumento absoluto.

Para Marcondes (2013) a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) considera a responsabilidade sobre as despesas de habitação, aluguel ou prestação do imóvel para definir o chefe ou a pessoa de referência da unidade de consumo. Constata que o aumento na proporção de mulheres como chefes de família é maior nas famílias chefiadas por mulheres negras em 2009. A população negra apresenta chefia de família a mulheres.

Marcondes (2013) analisa que no perfil das famílias chefiadas por mulheres relaciona-se menos aos lares monoparentais: “diminuíram as taxas de mulheres com e sem filhos, cresceram as proporções de casais chefiados por mulheres, com e sem filhos. Em 2009, as famílias do tipo casal – com e sem filhos – cuja chefia era feminina, alcançavam 26%

daquelas chefiadas por mulheres” (MARCONDES, 2013, p. 27). Acrescenta que as famílias chefiadas por mulheres negras são maioria entre os tipos: casal com filhos e mulher com filhos; são famílias mais numerosas da chefia feminina negra, diferente das mulheres brancas como chefes das famílias por casais sem filhos ou por mulheres sozinhas.

Nos arranjos unipessoais entre as mulheres negras vivem sozinhas representam 4,5% das famílias chefiadas por pessoas negras. As justificativas são: maior disponibilidade de renda das mulheres brancas permite efetivar sua independência e responsabilidade com a manutenção da casa. As chefes de família branca possuem renda familiar per capita média dobrada dos/das chefes de família negra. As piores condições de renda são das famílias chefiadas por mulheres negras: 69% possuíam renda familiar de até um salário mínimo. A situação de carência é a realidade da maioria das famílias chefiadas por mulheres negras, indica desigualdades de gênero e raça.

De acordo com Marcondes (2013) a chefia feminina prevalece para mulheres de faixas etárias mais elevadas, em 2009, 84% possuíam 30 anos ou mais de idade. Nessas famílias de idosas que se responsabilizam pelo lar, as mulheres não possuem um cônjuge, devido ao falecimento ou separação. As mulheres negras chefes de famílias estão mais presentes entre aquelas de até 44 anos de idade, enquanto as brancas aparecem entre aquelas a partir de 45 anos. “Uma maior expectativa de vida da população branca comparativamente à negra, relacionada à maior mortalidade e menor acesso a bens e serviços de saúde e saneamento, a inserção laboral é mais precária para a população negra, que, sem proteção social, usufrui menos dos benefícios sociais a que teria direito” (MARCONDES, 2009, p 31). Apontamos que o patriarcado, o sexismo, a sensação de impunidade contribuem para subnotificações dos casos de violência doméstica e familiar, principalmente a sexual, e constituem situações que podem resultar nos casos de feminicídio, devido à ausência de proteção as mulheres e responsabilidade dos agressores quanto aos crimes.

Questionamos de onde advém essa capacidade de transformar dor em amor. As violações às mulheres atingem a sua feminilidade, a percepção associada a fragilidade, a inferioridade é um corte na sua estruturação psíquica, que suporta dores físicas e sofrimentos

psicológicos e emocionais no cotidiano. As instituições sociais se manifestam através das relações sociais, as interações na família, escola, grupos, religião, trabalho, definem as representações. Consideramos a dimensão social e cultural das relações de poder sobre as famílias, uma vez que a constituição da subjetividade feminina diante da opressão impacta nas formas de reconhecimento de identidades e representações. Acreditamos que as mudanças de modelos de opressão e subordinação nas sociedades contemporâneas capitalista, sexista, racista, patriarcal, demandam estratégias que transformem valores sociais.

A mudança pode e precisa iniciar nas famílias, com a reprodução de uma outra forma de sociabilidade, que conecte, integre e não fragmente nem rivalize, nem contraponha homens e mulheres. Consideramos que as mulheres desejam uma vida plena de sentidos, que pode incluir realizações pessoais, profissionais, familiares, coletivas, amor, paixão, casamento, maternidade, ou qualquer objeto de suas escolhas autônomas e independentes. Reconhecemos as contribuições femininas para disseminação da educação, da aprendizagem, do desenvolvimento, a partir da formação de valores sociais e de cidadania.

Ressaltamos que as mudanças na produção e reprodução social precisam começar no âmbito das famílias e as novas configurações familiares, com perfis dinâmicos, complexos e contemplando a diversidade da população brasileira indica que essas mulheres possuem um desafio de construir pontes e elos, preservando a memória e a história de suas famílias, mas construindo novos caminhos sem opressão, novas estratégias de sobrevivências mas pensar uma vida digna, com respeito, equidade, justiça, empoderamento e protagonismo.

É preciso primeiro mudar a si, reconhecer-se, para ajudar e inspirar outras mulheres a ter autonomia, empoderamento, protagonismo, assumir as próprias dores e ultrapassar as limitações impostas. As mulheres encontraram o sentido da força em atitudes, não em teorias, acolher e cuidar são ações, isso se aprende com exemplos práticos, não como vazios de sentidos das palavras e discursos. Foram as atitudes de coragem, de resistência, de resiliência, de sororidade, que levaram mulheres adiante, uma rede de vínculo, de força, de confiança.

As mulheres podem aprender a confiar em si e nas outras, se sentirem segurança em suas famílias, mas esse será um passo adiante para futuras gerações, pois a experiência atual

das mulheres em suas famílias permite que se posicionem como defesa, e a luta constante cansa, exaure e as mulheres estão exaustas de assumirem o papel de guerreiras e lutadoras cotidianamente. É preciso acreditar em momentos de fluidez, de respeito, de paz, de justiça, para alcançar outras formas sociais de relacionamento e sociabilidade. É preciso criar, inspirar bases de apoio para transformações.

Encerramos esse capítulo com a letra da música abaixo que nos permite refletir sobre a condição de imposições no cotidiano que afetam as mulheres em suas famílias. São diversas manifestações de caracterização das mulheres, essas projeções são assimiladas pelas mulheres, no campo simbólico e se traduzem nas práticas alienantes de correções e julgamentos, descaracterização da identidade feminina para atender aos padrões sexistas e machistas. Além disso, pautamos no presente estudo o fomento a sororidade e a desculpabilização das mulheres pelo sofrimento de si e das dores que assimila das outras pessoas em suas famílias, as mulheres são livres para viver com dignidade, mas precisam reconhecer as amarras que as aprisionam e romper com esses pesos da opressão, das culpas incorporadas pelo patriarcado.

*Quem 'cê tá pensando que é? Pra falar que eu sou louca
Que a minha paciência anda pouca pra você, Para de vir me encher
Quem 'cê tá pensando que é? Pra falar da minha roupa
Do jeito que eu corto o meu cabelo, Se olha no espelho
Você não anda valendo o esfolado do meu joelho esquerdo
Eu tenho pressa e eu quero ir pra rua, quero ganhar a luta que eu travei
Eu quero andar pelo mundo afora, vestida de brilho e flor
Mulher, a culpa que tu carrega não é tua, divide o fardo comigo dessa vez
Que eu quero fazer poesia pelo corpo e afrontar as leis que o homem criou pra dizer
Quem 'cê tá pensando que é? Pra falar pra eu não usar batom vermelho
Pra maldizer até os amigos que eu tenho vai procurar tua turma e o que fazer
Que de gente como você o mundo anda cheio que se usa decote, é puta, E se a saia tá curta, é puta
E se dá no primeiro encontro, é puta, Se raspa o cabelo, é sapa
E se deixa crescer os pelos, é zoadá; Se tem pau entre as pernas, é trava
Mas se bota salto alto, é santa; E se usa 44, é gorda, Mas se usa 38, é muito magra
Se sai depois das onze, vai voltar arrombada, por que pediu. Tava na cara; Olha a roupa que ela saiu de casa
E todo discurso machista continua: "Menina, você devia usar uma roupa menos curta"
Ekena. Todxs Putxs.*

6 CONCLUSÃO

Tinha sete anos apenas,

apenas sete anos, que sete anos! não chegava nem a cinco!
De repente umas vozes na rua me gritaram Negra!
Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra!
“Por acaso sou negra?” me disse SIM!
“Que coisa é ser negra?” Negra!
E eu não sabia a triste verdade que aquilo escondia. Negra!
E me senti negra, Negra!
Como eles diziam Negra! E retrocedi Negra!
Como eles queriam Negra!
E odiei meus cabelos e meus lábios grossos
e mirei apenada minha carne tostada
Negra! Negra! Negra! Negra!
E passava o tempo, e sempre amargurada
Continuava levando nas minhas costas minha pesada carga
E como pesava! Alisei o cabelo, passei pó na cara,
e entre minhas entranhas sempre ressoava a mesma palavra
Negra! Negra! Negra! Negra!
Até que um dia que retrocedia, retrocedia e que ia cair
Negra! Negra! Negra! Negra! E daí?
Negra! Sim Negra! Sou
De hoje em diante não quero alisar meu cabelo
Não quero e vou rir daqueles,
que por evitar – segundo eles –
que por evitar-nos algum disabor
Chamam aos negros de gente de cor
E de que cor! NEGRA. E como soa lindo! NEGRO
E que ritmo tem! Negro Negro Negro Negro
Afinal compreendi já não retrocedo
E avanço segura, avanço e espero
E bendigo aos céus porque quis Deus
que negro azeviche fosse minha cor
E já compreendi, afinal já tenho a chave!
NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO. Negra sou!
Poema de Victoria Santa Cruz

Expresso esse poema de Victoria Santa Cruz sobre a percepção de sua subjetividade como representação de um processo de construção de nossas identidades em nossas famílias e na sociedade em que vivemos. Meu contato com esse poema me possibilitou refletir sobre meu processo de subjetivação, buscar minhas referências sobre identidade e representação, me ajudou a perceber meu processo de liberdade, autonomia, empoderamento e protagonismo. Primeiro percebi que não era homem, branca, rica, e só assim pude me situar nesse mundo sexista, machista, racista, heterossexista e patriarcal. Ao me encontrar, percebi que poderia, com minhas habilidades e competências auxiliar outras mulheres no reconhecimento de si e no pertencimento de seus territórios, lugares reais e simbólicos, se há construção, pode haver desconstrução!

A minha percepção de ser mulher me levou a questionar e compreender outras

mulheres. Quando entendi o meu processo de subjetivação, me inseri na busca por caminhos, trajetórias, percursos e diálogos com outras mulheres sobre suas subjetividades. Onde me vi mulher, encontrei o meu lugar permeado por relações de poder, mediados por status que nem sabia explicar a fonte. Porque percebi a minha identidade e as representações dos papéis sociais e funções culturais assimiladas é que decidi viver minha própria vida e caminhar junto a outras mulheres em um processo de busca pela liberdade e emancipação. O que me trouxe até aqui foram as narrativas femininas, e o que me leva adiante é a necessidade e a certeza de que precisamos mudar, a revolução está em curso, no cotidiano de nossas vidas.

Pretendemos fomentar com as mulheres seus projetos de vida que envolvam suas escolhas e desejos: saber o que quer, quais as estratégias e recursos. Perceber o processo: acontecendo, projetando, construindo, planejando, buscando, retrocedendo, avançando, controlando, caminhando. É necessário criar uma rede de apoio para que as mulheres ajudem, tenham suporte, construam uma teia de significantes, ser ponte de postura, e não assumir a responsabilidade pela vida dos outros que cuidam. Precisam manifestar o que pensam, ressoar o sentimento, fazer percepções, compartilhar possibilidades, acolher sem julgar, criar vínculos positivos e saudáveis, com resistência, resiliência, solidariedade e sororidade.

Neste estudo teve como tema: Admiráveis mulheres de fronteiras: o processo de subjetivação feminina nas famílias - narrativas cotidianas contemporâneas ao século XXI em grupos de uma Organização da Sociedade Civil em Fortaleza – Ceará. Buscamos responder ao nosso objetivo geral de compreender o processo de subjetivação das mulheres no contexto familiar, em relação à influência das novas configurações familiares expressas nas narrativas contemporâneas ao século XXI, a partir de grupos de mulheres de uma Organização da Sociedade Civil em Fortaleza – Ceará. Em cada capítulo, respondemos aos nossos objetivos específicos: 1. Analisar como ocorre o processo de subjetivação das mulheres no âmbito de suas respectivas famílias na contemporaneidade; 2. Explicar a influência do processo de subjetivação das mulheres, os modos de produção do feminino e as formas de resistência feminina em suas famílias; 3. Explicitar a relação entre o processo de subjetivação das mulheres e as transformações contemporâneas das novas configurações familiares.

Com os aportes teóricos, com os recursos metodológicos e os instrumentos das narrativas que nos propomos, apontamos a nossa tese de que as mulheres constituem sua subjetividade no âmbito de suas famílias porque é nesse espaço que elas aprendem a interagir, socializar, produzir e reproduzir valores sociais e culturais, e nesse contexto, transmitem normas, regras e funções às crianças que cuidam e educam, essa condição da construção do vínculo possibilita mudança em suas vidas e transformação em suas famílias.

A escolha pela metodologia de intervenção com grupos de mulheres surgiu na iniciativa não de definir mas de compreender as mulheres, caracterizar os elementos que impactam a construção de sua subjetividade em suas famílias. As referências para compreensão do objeto e método de pesquisa indica esse pressuposto de abertura e não a perspectiva de conclusão, de verdades absolutas, mas de construção de possibilidades com os questionamentos sobre as definições de mulheres. A intervenção permite o processo de transformação entre e com as mulheres, através das narrativas femininas, implicou mudanças para as participantes, por meio de diálogos para criação de novos caminhos, na manifestação do cotidiano, na formação da subjetividade, nas relações sociais e na constituição dos vínculos de intimidade.

A partir das contribuições teóricas apresentadas, apontamos a seguir algumas considerações de abertura e reflexões sobre os conceitos trabalhados neste estudo. Destacamos que a educação constitui um processo de transformação para a vida das pessoas, pelo acesso ao conhecimento e pelas perspectivas de construções de projetos de vidas. Evidenciamos as mudanças na vida das mulheres nas famílias no que se refere à escolaridade, à educação formal, ao trabalho, às carreiras, à maternidade, à sexualidade, aos padrões culturais e valores sociais das funções das mulheres.

Apontamos a necessidade de experiências questionadoras na sociedade brasileira sobre as desigualdades de gênero, raça, classe, sexualidade, religião, geração, reforçando o compromisso com as teorias e práticas subversivas não sexistas no cotidiano. Argumentamos a necessidade de subverter as matrizes de pensamento tradicionais, pautando as perspectivas que valorizem a igualdade de gênero. Compreendemos que a educação ao mesmo tempo que

foi direcionada como função para as mulheres enquanto reprodução de ideologias no ambiente doméstico, também se constituiu demanda de luta para acesso ao conhecimento e representa na atualidade a possibilidade de mudança diante das condições de opressão e subordinação que marcaram a discriminação feminina na história da humanidade.

Ressaltamos a contribuição e as conquistas das mulheres para o processo de luta por direitos no Brasil, as mulheres não estavam ausentes dos principais fenômenos sociais, políticos e culturais, elas foram invisibilizadas. No século XIX, ocorreram transformações em relação aos direitos para as mulheres, com questionamentos no âmbito da religião sobre o controle do corpo feminino. As mudanças no século XX impactam as mulheres quanto aos novos hábitos e rotinas em relação a sexualidade, a higiene corporal, a estética e a vestimenta. As mulheres passaram a ocupar espaços públicos, participaram e mobilizaram os movimentos sociais, na reivindicação de direitos civis, sociais e trabalhistas. Se preocuparam com as condições sociais das mulheres e com a infância.

As mulheres tinham compromisso e responsabilização, buscavam disseminação das ideias, arrecadação de dinheiro e busca de apoio para escrita, expressão de discursos nos diversos lugares. As mulheres viram as mudanças de condições e rotinas no campo, na cidade, nas famílias, mas continuavam presas a opressões, ao trabalho doméstico, aos cuidados familiares, reivindicaram direitos e lutaram por melhores condições de vida, igualdade, cidadania e oportunidades.

No século XXI as repercussões das oportunidades e as dificuldades de acesso das mulheres aos direitos conquistados, influenciaram as funções sociais e ocupação dos espaços públicos. A vida promissora com o trabalho fora de casa não alterou as desigualdades dos postos de trabalho desqualificados e alienantes. Nos direitos civis, ocorreram avanços quanto ao casamento, ao divórcio, questionando o aspecto cultural e moral das funções e status e crenças das mulheres como boas esposas e mães.

As teorias ocidentais, a colonização portuguesa e a Igreja Católica, desenvolveram uma construção ideológica sobre a sexualidade humana, influenciada pelo patriarcalismo, sexismo e desigualdade de gênero. Observamos que a revolução sexual questionou

vinculação entre sexo e gênero, a opressão da sexualidade humana e a diversidade sexual, possibilitando a manifestação da liberdade e expressão da igualdade. Essas mudanças impactaram as famílias, com a redução de filhos e a presença das mulheres na composição da renda e no trabalho fora de casa.

Ressaltamos que os discursos sobre as famílias tornaram-se objeto de interesse científicos e religiosos. O foco sobre a função da maternidade para as mulheres e a configuração das famílias além do casamento afetam a identidade, a feminilidade e a sexualidade feminina. As conquistas dos direitos sexuais e reprodutivos contribuíram para mudanças sobre o corpo e a sexualidade, com o uso das pílulas anticoncepcionais, a defesa da liberdade sexual, o planejamento familiar, indicando o controle sobre a experiência do prazer sexual e a escolha da maternidade, impactando o ideal da moralidade, enfatiza os relacionamentos afetivos e a liberdade de amar, a intimidade do casal.

Apontamos que na história da humanidade, as mulheres trabalhavam arduamente, de diversas formas em variados espaços, todavia, com a divisão sexual do trabalho e posteriormente com o capitalismo, houve um referenciamento da manutenção com os cuidados domésticos e familiares, somente na contemporaneidade, questionou-se a participação das mulheres no mundo do trabalho. O trabalho feminino foi uma realidade do Brasil Colônia, Império e República. Na Colônia, as mulheres escravizadas e as brancas pobres tiveram que lutar para sobreviver, desenvolvendo atividades no cotidiano. No Império, ocorreram mudanças políticas, econômicas, culturais e sociais nas famílias e nas cidades, com a participação nas mobilizações sociais. Na República, a realidade das mulheres estava associada à perspectiva da idade, da classe e da etnicidade, as relações entre as mulheres negras e pobres eram perpassadas pela solidariedade no cotidiano, ajudando na criação dos filhos e na ampliação das famílias.

As famílias podem ser local de existência, lugar de referências, superando a opressão do modelo patriarcal. Com a valorização da autonomia e independência feminina, não houve alteração nos papéis de gênero e na estrutura tradicional da família: a educação da mulher foi reforçada pelo ideal do casamento, para a vida doméstica e familiar. Na interface entre

família, educação e trabalho as mulheres questionaram as funções femininas relacionadas ao casamento, a maternidade e o ambiente doméstico. Ressaltamos a crítica a função das mulheres educadoras como responsáveis pela socialização e subjetivação dos filhos, reproduzindo os valores sociais patriarcais dominantes.

Observamos que os feminismos criticam a construção histórica e política das desigualdades de gênero, da diferença sexual, a representação binária dos corpos, a produção da assimetria dos sujeitos, dos poderes e das desigualdades sociais. As feministas desconstruem as identidades e representações do feminino e do masculino, apontam os discursos tradicionais como mecanismo do poder do patriarcado, discutem e rompem com determinações sociais e culturais sobre sexualidades. Buscam reconstruir as experiências humanas, permitem novas perspectivas sobre os direitos das mulheres, constituem caminhos teóricos, possibilitam opções metodológicas, ampliam as análises sobre as mulheres, visibilizam abordagens incluindo complexidades e diversidades sobre os gêneros, permitem reconhecer subjetividades. Concordamos com os feminismos que dialoguem com os movimentos de mulheres, que buscam transformações, equidade e justiça para todos e todas.

A partir dessas abordagens consideramos as construções teóricas feministas sobre gênero apontam para a recusa das oposições binárias, fixas e naturalizadas e utilizar as relações de poder, para compreender instrumentos simbólicos, as referências sexuais culturalmente produzidas. Esse é o ponto de aproximação entre os estudos feministas e a história das mulheres. Enquanto proposta metodológica, aponta para percepção das construções culturais, desconstruindo conceitos imutáveis sobre os sujeitos, desconsidera a perspectiva dos sujeitos localizados, generalizados, homogeneizados, considera métodos para identificar continuidades nos fatos, entendendo as relações de gênero como relações de poder. Acreditamos que a constituição da subjetividade contempla as reflexões sobre as identidades de forma contextualizada.

Acreditamos que as perspectivas feministas na contemporaneidade podem contribuir para desenvolver os modelos teóricos e metodológicos na identificação de questões transformadoras, uma vez que pautam uma percepção afirmativa, o reconhecimento do lugar

de opressão e da subalternidade vivenciadas. As epistemologias feministas sugerem a superação das desigualdades de gênero na ciência, o fomento a autonomia, visam a promoção do empoderamento e a valorização do protagonismo feminino. Essa condição possibilitará a igualdade de gênero na produção do conhecimento científico, através da defesa da educação não sexista na sociedade.

Defendemos que os estudos sobre as mulheres, famílias e as relações de gênero da academia precisam dialogar com as periferias, sob a perspectiva da interdisciplinaridade, contemplando as dimensões e refrações sociais, culturais, políticas, econômicas. Articulamos a interseccionalidade das concepções sobre as relações sociais de sexos, classes, raças, etnias, orientações sexuais e gerações, pois essas interações revelam a constituição das lutas políticas dos movimentos sociais. Convidamos ao desenvolvimento de outras proposições sobre temas vinculados à dimensão: mulheres, famílias, subjetivação.

Desenvolvemos articulações com a perspectiva teórica da História das Mulheres e as abordagens contemporâneas de gênero constituiu uma crítica das identidades, das configurações discursivas da subjetivação, questionaram a mulher como sujeito/objeto, silenciada na produção científica tradicional, incorporaram essas perspectivas, subvertendo a cultura, a linguagem, a arte, a ciência, redefinindo o político, as relações entre a subjetividade e a sociedade, entre os sujeitos e as instituições sociais.

Refletiram as tendências de descolonização, incorporando correntes internacionais, focando questões conjunturais, reafirmando o caráter questionador, enfatizando a construção teórica e os debates metodológicos, possibilitando transformar as relações de poder. Admitimos que a construção de uma nova ordem social pautada na igualdade de gênero, demanda a construção de uma prática educativa não-sexista considerando as relações de poder e visando superar as assimetrias e hierarquias. Ressaltamos a experiência pessoal e coletiva das mulheres buscando visibilizar as ações, evidenciando-as como sujeito político.

Informamos que o uso do termo matriarcado tem interpretação controversa teórica do significado, devido a matriz etimológica que remonta a oposição e contestação ao patriarcado. A conceituação de matriarcado considera o feminino, enquanto domínio político

e social que existiu na história dos primórdios das civilizações, significa a crença de que as mulheres, no mundo antigo primitivo, dirigiram sistemas políticos nas famílias e na sociedade. O conceito de patriarcado corresponde ao sistema predominante na origem das formas sociais e políticas da família, refere-se a uma forma de organização do homem, o patriarca, que submete os outros membros da família ao seu poder.

Decorrente do patriarcado, disseminou-se o termo misoginia, que significa ódio, aversão, repulsão, desprezo dos homens por mulheres. O sexismo compreende associação do sexo biológico ao gênero, expressa atitudes e comportamentos de discriminação, preconceito, estigmatização, relação de supremacia, dominação, depreciação dos homens em relação às mulheres, submissão, inferiorização, sobreposição do feminino, foi construído com diferenciação ideológica; desigualdade, polarização, oposição, binarização, segmentação nas relações de poder, expresso na linguagem, materializado nas normas, reforçado nas regras, reproduzido no campo simbólico.

Consideramos que o patriarcado, o sexismo e o racismo são materializados nas relações sociais, culturais, políticas, econômicas, e os impactos são medidos pelas marcas simbólicas que impregnaram os corpos femininos de inferioridade. Reverter essa condição exigia resistência, resiliência e protagonismo das mulheres, pois historicamente as marcas dos sistemas de opressão e submissão afetaram as mulheres na constituição de sua subjetividade, através da produção e reprodução da cultura e dos valores sociais. É preciso desconstruir e desmitificar as imposições e caracterizações femininas, seja pelo mito ou aos padrões de beleza, da maternidade, do trabalho.

No século XXI estamos em marcha para produzir novos valores e sociabilidades porque as estruturas conservadoras não abarcam, não contemplam, não abrangem e não descrevem as formas feministas, das identidades e feminilidades de ser mulheres, da formação da subjetividade feminina.

Afirmamos que presença no cotidiano, a condução do ambiente doméstico, a participação no mundo do trabalho e o acesso à educação formal se associado adequadamente, permitem confluência da própria transformação das condições de

exploração, opressão, subordinação feminina vivenciada, não pela sobrecarga, mas pelo acesso a diversos campos de poder. Identificamos essa possibilidade a partir da compreensão integrada, múltipla, diversa e complexa das mulheres sobre suas próprias vidas, de suas famílias, das comunidades e da sociedade, manifestando desejos e atitudes, exigindo paciência histórica, coragem, vontade, disposição.

Não consideramos o peso da responsabilidade da transformação dos valores e padrões apenas às mulheres, pois essa luta por equidade e respeito é coletiva, todavia, os homens não mobilizaram forças para acabar com seus privilégios, então cabe às mulheres apontar outras perspectivas para o diálogo, desconstrução e reelaboração. Esse processo já está em curso no cotidiano de nossas vidas.

Defendemos que as mulheres em cada canto, em seu lugar, de seu jeito, como podem, sobrevivem, resistem e ajudam outras mulheres a existir, pois são resiliência no corpo, no tempo e no espaço. Seja pela escuta, pela fala, pelo canto, pelas artes, pela escrita, pelo cuidado materno, pelo ensino, as mulheres são por que podem escolher, e não estão mais à disposição da definição e limitação patriarcal masculina. A força feminina articula, conecta e desenvolve experiências que não discriminam, mas envolvem outras mulheres a cada passo no cotidiano. As mulheres têm o poder, mas precisam reconhecer sua autonomia, exercitar o empoderamento e afirmar seu protagonismo. A hora de reagir e criar algo novo é agora, no tempo presente, pois recebemos a energia das nossas ancestrais e precisamos formar novas gerações femininas para a luta feminista. É preciso agradecer e lembrar de mulheres que mudaram suas realidades, ajudaram outras, isso pode mudar a vida daquelas que estão precisando de acolhida, para se sentirem dignas e respeitadas. Outro aspecto refere-se à capacidade da resistência e da resiliência ao transformar as vivências ruins em oportunidades melhores para as futuras gerações.

Reconhecemos que resistência é ação, é atitude por oportunidades, busca por ajudar outras mulheres, para mudar a si e suas famílias. A partir dessas contribuições, compreendemos a sororidade como atitude entre as mulheres, reconhecendo a identidade feminina, as lutas feministas que pautam as escolhas e decisões das mulheres e o apoio a uma

nova cultura acolhedora e sem opressão. Acreditamos na sororidade libertadora, promotora da emancipação, como prática para alinhar nossas histórias e vidas, evidencia a solidariedade das experiências femininas, contrárias à concorrência e competição do patriarcado.

Acreditamos no potencial das narrativas femininas que resistem às gerações de mulheres com continuidades e rupturas, mas sobretudo com mudanças e transformações nas subjetividades. Percebemos que as mulheres podem e devem desenvolver sua autonomia, a capacidade de empoderamento e a afirmação do protagonismo. Defendemos que os ganhos até o momento atual sejam degraus para inspirar novas conquistas. Pautamos a necessidade de articulação teórica, epistemológica, política, social, cultural sobre as transformações que envolvem as mulheres em suas famílias. Somos por que existimos todas nós, por que transcultural e geracionalmente registramos suas vidas em nossos corpos.

Na presente tese, questionamos o que as mulheres precisam para se constituírem como mulheres em suas famílias, pois se ao longo do processo de construção da humanidade, percebemos negações, violações, então, de que forma pode se construir um processo de subjetivação saudável para as mulheres em suas famílias? Esse questionamento inquieta há algum tempo as mulheres que busca uma existência saudável, digna, com liberdade, respeito e igualdade. Seria possível fomentar uma vivência familiar segura e protegida para as mulheres? Poderia ser construído um ambiente comunitário com respeito e equilíbrio quanto aos direitos? Pode-se fomentar uma sociedade com justiça social, sexual e racial com harmonia coletiva para os seres humanos? Essas questões não apresentam uma resposta, mas essas inquietações mobilizam na busca de soluções.

Aprendi com um mestre querido que contamos o nosso ponto de vista, escrevemos nossa forma de ver o mundo e foi isso que tentei revelar, a forma como eu vejo, sinto e me conecto com outras mulheres no cotidiano. Entre linhas e falas fica meu processo de encantamento e agradecimento a todas que permitiram chegar até aqui. E para ressoar nossas lutas, convocamos no presente, hoje e sempre, a fazer do luto à luta, construir e reconstruir as histórias com resistência, resiliência e sororidade, lembrando que nossos corpos são territórios livres, seguimos do luto à luta como sementes germinando, crescendo, colhendo,

descolonizadas, como aponta a música abaixo.

Inspiradas por autores(as) que acreditam em novas formas de construir uma sociedade com equidade, justiça social, sem sexismo, sem racismo, sem classicismo, sem opressão e subordinação das mulheres, encerramos este capítulo reverenciando a luta de Marielle Franco com a letra da música *Negração* Funmilayo da Afrobeat Orquestra. Marielle, vereadora do Rio de Janeiro foi brutalmente assassinada em exercício político, por defender os direitos da população brasileira. O ataque a Marielle se tornou símbolo para a luta das mulheres contra a opressão, por isso a luta feminista fortalece sua memória como ato político e simbólico de ecoar as vozes silenciadas. Essa música nos lembra que não nascemos para servir ao patriarcado, nascemos livres para viver. Comecei e encerro orgulhosa do feito narrado, com inspiração cotidiana de arte, de luz e de horizontes. Somos mulheres de fronteiras, de anúncio de novos e audaciosos tempos em que sobreviver é a linha que conecta nossa força, nos queremos vivas para sermos quem somos e ainda podemos ser.

*Marielle (presente!) Hoje (e sempre!)
Sangro, mas canto, Do luto à luta
A cada grito de ódio que mente
Vai ecoar: Marielle, presente!
Sangro, mas canto
Me construí, Na negação do que eu sou
Reconstruí, Negra e ação, hoje eu sou
Olhei pro Jornal (não me vi)
Olhei pra revista (cadê?)
Dizem que eu nasci (pra servir)
Vou mostrar que foi (pra vencer)
Tirem seus rosários dos nossos ovários
Nosso corpo é território livre
Nossa mente descolonizou
Mirei no seu peito e cê nem viu
Mais ligeira que a bala de fuzil
É a semente que brota do amor
Música *Negração* - Funmilayo Afrobeat Orquestra*

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Aparecida (org). **Redistribuição, reconhecimento e representação: diálogos sobre igualdade de gênero**. Brasília: IPEA, 2011.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas: um manifesto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ALMEIDA, Maria Cristina Lopes; AMAZONAS, Luciana Leila Fontes Vieira; PINTO, Virgínia Cavalcanti. Modos de Subjetivação Femininos, família e trabalho. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, DF, v.31, n.2, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000200009>.

ANZALDÚA, Glória. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo**. São Paulo: Editora Ensaio feministas, 2000.

ARAÚJO, Iara Maria de. **Violências e afetos nas relações conjugais: resistências e enfrentamentos**. In: **Histórias de mulheres: amor, violência e educação**. CARVALHO, Patricia Helena Holanda; CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de (org); Fortaleza: Edições UFC, 2015.

ARAÚJO, Ana Cláudia Uchôa; CARVALHO, Patricia Helena Holanda. **Mulheres, maternidade e capitalismo moderno: tecendo ligações genealógicas e novas elaborações conceituais para entender o dilema familiar atual**. In: CARVALHO, Patricia Helena Holanda; CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; LEITÃO, Antônia Regina Pinho da Costa; QUEIROZ, Zuleide Fernandes. (org). **História da educação comparada: missões, expedições, instituições e intercâmbios**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

ARAÚJO, Fátima Maria Leitão. **Formação e militância política de mulheres: experiências de jovens escolares em Fortaleza nos anos 1960**. In: CARVALHO, Patricia Helena Holanda; CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; LUSTOSA, Maria Geny. (org). **Histórias de Pedagogia, Ciência e Religião: discursos e correntes de cá e do além mar**. Fortaleza: Edições UFC, 2016.

ARENDRT, Hanna. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2014.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: Um manifesto**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

ASSIS, Maria Elisabete Arruda de; SANTOS, Taís Valente dos (org.). **Memória feminina: mulheres na história, história de mulheres**. Recife: Editora Massangana, 2016.

ASSIS, Dayane. **Conceito de Interseccionalidades**. Salvador: Editora Superintendência de Educação a Distância, 2019.

ASSIS, Silvana Maria Blascovi de. SILVA, João Roberto de Souza. **Grupo focal e análise de conteúdo como estratégia metodológica clínica-qualitativa em pesquisas nos distúrbios do desenvolvimento.** São Paulo: Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, v.10, n.1, 2010.

AUDRE, Lorde. **Não há hierarquia sem opressão.** In: I AM YOUR SISTER. [S.I]: Oxford University Press: Herética Difusão: Edições Lesbofeminista Independente, 2009.

AUDRE, Lorde. **A Transformação do Silêncio em Linguagem e Ação.** In: Irmã Extranjeira (Sister Outsider). Revista de feminismo radical: ensaios e conferências [S.I], 2012.

AVILA, Eliana; COSTA, Claudia de Lima. **Glória Anzaldúa, a consciência mestiça e o feminismo da diferença.** Florianópolis: Estudos Feministas, v. 13, n.3, set./dez. 2005.

BALLESTRIN, Luciana. **América latina e o giro decolonial.** Brasília, DF: Revista brasileira de ciência política, n.11, 2013.

BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza. **50 diálogos entre Brasil e Portugal.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação.** Cadernos Pagu, n.26, jan./jun, 2006.

BERTH, Joice. **Empoderamento.** São Paulo: [s.n], 2019.

BESERRA, Bernadete. **Racismo e metamorfoses identitárias em Fortaleza:** história de uma pesquisa. In: CARVALHO, Patricia Helena Holanda; CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; QUEIROZ, Zuleide Fernandes (org). **História da educação comparada:** discursos, ritos e símbolos da educação popular, cívica e religiosa. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

BIROLI, Flávia. **Teorias Feministas da Política, Empiria e Normatividade.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 102, p. 173-210, set./dez. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010200300173&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 fev. 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-173210/102>

BRITO, Maria dos Remedios. **A subjetividade em desterritorialidade:** traçados imagéticos formativos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO, 5., 2010, Caxias do Sul. **Anais [...].** 2010. Caxias do Sul: UCS, 2010.

BRITO, Ana Paula Gonçalves. SILVA, Brunna Alves da. OLIVEIRA, Guilherme Saramago de. **Análise de Conteúdo: uma perspectiva metodológica qualitativa no âmbito da pesquisa em educação.** Cadernos da Fucamp, v.20, n.44, 2021

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BRASIL. **Sistema de indicadores de percepção social, tolerância social e violência contra as mulheres.** Brasília, DF: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. 2014.

BRAZIL, Érico Vital. SCHUMAHER, Schuma. (org). **Dicionário de mulheres do Brasil:** de

1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: editora Jorge Zahar, 2000.

BRUSCHINI, Cristina. **Teoria crítica da família**. In: AZEVEDO, AMARIA Amelia; GUERRA; Viviane, N de A. (org). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismos e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Como os corpos se tornam matéria**. Entrevista com Judith Butler por BAUKJE, Prins; MEIJER, Irene Costera. São Paulo: Revista Estudos Feministas, 2002.

BUTLER, Judith. **Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo**. Cadernos Pagu: Série: Feminismos contemporâneos, n.11, 1998.

CARNEIRO, Sueli. **Feminismos Plurais**, [S.]: 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho. **Laços familiares e relação professor-aluno à luz da teoria de João dos Santos: paradigma da conectividade e reconciliação da infância**. In: CARVALHO, Patricia Helena Holanda; CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; LEITÃO, Antonia Regina Pinho da Costa (org). **Afeto, razão e fé: caminhos e mundos da história da educação**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho. MORATO, Pedro Parrot. **A mulher e a família à luz do referencial santiano na perspectiva comparada Brasil - Portugal**. In: CARVALHO, Patricia Helena Holanda; CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de (org). **Histórias de mulheres: amor, violência e educação**. Fortaleza: edições UFC, 2015.

HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho. **Enlaces e laços familiares em perspectiva genealógica: da tradição às novas configurações**. In: CARVALHO, Patricia Helena Holanda; CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de (org). **História da Educação: república, escola e religião**. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

CASTRO, Sádía Gonçalves de. **Mulheres à beira da exuberância social: o caso da igualdade de gênero na Suécia**. In: CARVALHO, Patricia Helena Holanda; CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de (org). **Histórias de mulheres: amor, violência e educação**. Fortaleza: Edições UFC, 2015.

CAVALCANTE, Ruth; GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Educação biocêntrica: ciência, arte, mística, amor e transformação**. Fortaleza: Editora Expressão Gráfica, 2015.

CAVALCANTE, Fátima Gonçalves; SCHENKER, Mirian. **Violência família e sociedade**. In: NJAINE, Kathie., ASSIS, Simone Gonçalves, CONSTANTINO, Patricia. **Impactos da Violência na Saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

CÉSAIRE, Aimé. **Discursos sobre o colonialismo**. Coimbra: Editora Sa da Costa, 1978.

CERQUEIRA, Daniel, et al. **Atlas da Violência no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (org). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: Editora Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill, **Aprendendo com o outsider within**: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista sociedade e estado*, v. 31, n. 01, jan./abr., 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução de Natália Luchini. São Paulo, Editora Cortez, 2019.

COSTA, Suely Gomes. **Movimentos feministas, feminismos**. Florianópolis: Estudos Feministas, v. 12, n.264, set./dez., 2004.

CRENSHAW, Kimberle. **A Interseccionalidade na Discriminação de raça e gênero**. Florianópolis: Estudos feministas, v.10, n. 250, set./dez, 2002.

COURA, Alba. MAYORGA, Claudia. MIRALLES, Nerea. CUNHA, Viviane Martins. **As críticas ao gênero e a pluralização feminismo**: colonialismo, racismo e política heterossexual. Florianópolis:Estudos Feministas, v.21, n.2, mai/ago, 2013.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Tradução: Luiz Orlandi, Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2006.

DEL PRIORE, Mary. **Sobreviventes e guerreiras**: uma breve história das mulheres no Brasil: 1500- 2000. São Paulo: Editora Planeta, 2020.

ENRIQUEZ, Eugene. **Da Orda ao Estado**: Psicanálise do vínculo social. Rio de Janeiro: editora Jorge Zahar, RJ: 1983.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEDERICI, Silvia. **O calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora elefante. 2017.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. PONCIANO, Edna Lúcia Tinoco. **Modelos de família e intervenção terapêutica**. Rio de Janeiro: Revista Interações, vol. 8, n. 16, jul/ dez, 2003.

FIRESTONE, Shulamith. **A Dialética do Sexo**: um estudo da revolução feminista. Tradução: Vera Regina Rabelo Terra. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1996.

FONSECA, Claudia. **Ser mulher, mãe, pobre**. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto. 2004.

FONTOURA, Natália; LOBATO, Ana Laura; MOSTAFA, Joana; REZENDE, Marcela. **Retratos das desigualdades de gênero e raça 1995 – 2015**. Brasília, DF: IPEA, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Verdade e subjetividade**. Tradução: Antônio Fernando Cascais.

Lisboa: Revista de comunicação e linguagem, Editora Cosmos, n. 19, 1993.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico**. Lisboa: Editora Conferência, 1966.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento?** Dilemas da justiça numa era pós-socialista. Tradução: Júlio Assis Simões. São Paulo: Cadernos de campo, n. 14, 2006.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade:** sexualidade, amor, erotismo nas sociedades modernas. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1993.

GLOSSÁRIO FEMINISTA. **Dicionário Valente**. Florianópolis: Revista Valente, 2021.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Psicologia clínico comunitária**. Fortaleza: editora Banco do Nordeste, 2012.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, estado e revolução:** política familiar e vida social soviética. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa:** desafios metodológicos. Salvador: editora Paidéia, v.12, n.24, 2003.

GROSGOUEL, Ramon. **Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas:** par além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. São Paulo: Revista contemporânea, v. 2, n. 2, jul./ dez, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. São Paulo: editora DPA, 2006.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1989.

HITA, Maria Gabriela. **A família em Parsons:** pontos, contrapontos e modelos alternativos. São Paulo: Revista Antropológicas, volume 16, n.9, 2005.

HIRATA, Helena. **Conhecimento e ação política:** divisão sexual do trabalho e teorias da interseccionalidade. São Paulo: Editora Cortez, 2018.

HOLLANDA, Heloisa. **Pensamento feminista:** conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2019.

HOLLANDA, Heloisa. **Explosão feminista:** arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.

HOLLANDA, Heloisa. **Tendências e impasses:** o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994.

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher:** mulheres negras e feminismo. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro 2014.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. Tradução de

Marcelo Brandão. São Paulo: editora WMF: Ametins Fontes, 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Brasília, DF: Diretoria de pesquisas, coordenação de população e indicadores sociais, 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Brasília, DF: Editora Diretoria de pesquisas, coordenação de população e indicadores sociais, 2018.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Notas técnicas: retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília, DF: Editora IPEA, 2011.

JOSSO, Marie Christine. **A transformação de si a partir da narração de histórias de vida**. Porto Alegre: Revista Educação, n. 3, v. 63, set./dez, 2007.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A linguagem das mãos na arte de educar em Nova Russas / Ceará projetada na memória coletiva**. In: CARVALHO, Patricia Helena Holanda; CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. **Histórias de artes, ofícios e escolas**. Fortaleza: Edições UFC, 2019.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Passado, presente e futuro: a dinâmica da temporalidade no uso das condições e no abuso das contradições**. In: CARVALHO, Patricia Helena Holanda; CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; TORRES, Antonia Lis de Maria Martins. **Tecnologias da educação: passado, presente e futuro**. Fortaleza: Edições UFC, 2018.

JUNG, Carl Gustav. **O eu e o inconsciente**. Tradução: Dora Ferreira da Silva. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

KIND, Luciana. **Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais**. Belo Horizonte: Psicologia em Revista, v. 10, n. 15, jun., 2004.

LINS, Regina Navarro. **O livro do amor: da Pré-história à Renascença**. Volume 1 [recurso eletrônico digital]. Rio de Janeiro: editora Le livros, 2012.

LINS, Regina Navarro. **A cama na varanda: arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo - novas tendências**. Rio de Janeiro: Editora BestSeller, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, v. 22, n. 3, 2014.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. **Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade**. Londrina: Revista de Psicologia, v.8, n.2, 2009.

MARCONDES, Mariana Mazzini [et al.] (org). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília, DF: Editora IPEA, 2013.

- MARIANO, Silvana Aparecida. **O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo**. Florianópolis: Estudos Feministas, v.13, n.3, set./dez., 2005
- MATA, Inocência. **Dossiê: Diálogos do Sul Estudos pós-coloniais - desconstruindo genealogias eurocêntricas**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.
- MBEMBE, Achille. **Poder brutal, resistência visceral**. São Paulo: Editora Contexto, 2019.
- MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, 2007.
- MENDOZA, Breny. **Colonialidade de gênero e poder: da pós-colonialidade à decolonialidade**. Londrina: Revista X, Editora Universidade Federal do Paraná, v. 16, 2021.
- MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. GOMES, Romeu. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- MOURA, Betânia. **A roda das Deusas: deusa arquétipo do feminino**. Fortaleza: Editora Expressão gráfica, 2017.
- NICOLI, Pedro Augusto Gravata; RAMOS, Marcelo Maciel. **Os fundamentos sexistas da regulação do trabalho e a marginalidade jurídica do cuidado**. In: RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravata; ALKMIN, Gabriela Campos. **Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos: perspectivas multidisciplinares**. Curitiba: editora Inítivia, 2017.
- NOVAIS, Fernando. **Cotidiano da vida privada na América Portuguesa: condições da privacidade na Colônia**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1997.
- ÖCALAN, Abdullah. **Libertando a vida: a revolução das mulheres**. Tradução: Sérgio Granja. São Paulo: Editora Fundação Lauro Campos, 2016.
- OKIN, Susan Moller. **Gênero, o público e o privado**. Florianópolis: Revista Estudos feministas, n.16, v.4, maio/ago., 2008.
- OLIVA, Alfredo dos Santos. RAGUSA, Pedro. **Subjetividade, individuação e escrita de si: aproximações teóricas entre Michel Foucault e Carl Gustav Jung**. São Paulo: Revista de teoria da história, 2020.
- OYĔWŪMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. São Paulo: Editora CODESRIA, 2004.
- PALMEIRAS, Lara Virgínia Saraiva. **A força da escrita de Glória Anzaldúa**. Rio de

Janeiro: Revista Entrelaces, v. 1., n.14, out./dez., 2018.

PEREIRA, Valmir; SOUZA, Ayane Larissa. **Maria Lugones e a descolonização do feminismo**. São Paulo: Revista Ideação, n. 42, jul./dez., 2020.

PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Editora CLACSO, 2005.

QUIRINO, Glauberto da Silva. **Sexualidade e influência médica e pedagógica na construção da educação sexual brasileira: imagens masculinas, assimetria de gênero e patriarcalismo**. In: CARVALHO, Patricia Helena Holanda; CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de. (org). **Histórias de mulheres: amor, violência e educação**. Fortaleza: UFC, 2015.

RAGO, Margareth. **Adeus ao feminismo?** Feminismo e Pós – Modernidade no Brasil. São Paulo: Editora AEL, n. 3, 1996.

RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história**. In: PEDRO, Joana; Grossi, Miriam. (org). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

REICH, Wilhelm Reich. **Revolução sexual**. Tradução: Ary Blaustein. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: editora Letramento: Justificando, 2017.

ROGERS, Carl Ransom. **Tornar-se pessoa**. Tradução: Manuel José do Carmo Ferreira. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1977.

ROLOLDO, Michelle. **O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural**. Curitiba: revista Atravessamentos, v. 5, n.3, 1980.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003.

RUBBO, Deni Alfaro. **Aníbal Quijano e a racionalidade alternativa na América Latina: diálogos com Mariátegui**. São Paulo: Revista estudos avançados, v.32, n. 94, 2018.

SANTOS, Yumi Garcia. **Para onde vamos?** Divisão sexual do trabalho e interseccionalidade como reveladoras das antigas e novas formas de desigualdade social e discriminação. In: RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá; ALKMIN, Gabriela Campos. **Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos**. São Paulo: editora Inítivia editora, 2017.

SEGATO, Laura. **O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça**. Coimbra: Editora Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2006.

SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um**

vocabulário estratégico descolonial. Coimbra: Editora Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2012.

SILVA, Elizabete Rodrigues. **A (in)visibilidade das mulheres no campo científico**. Rio de Janeiro: Editora Democratizar, v.11, n. 1, jan./abr 2008.

SILVEIRA, Ivana Teixeira. **Sociedade, Educação e Família**. Campinas: Editora UNICAMP, 2006.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Dossiê: perspectivas queer nos estudos da linguagem - considerações transfeministas sobre linguagem, imaginação e decolonialidade, a identidade de gênero como categoria analítica**. São Paulo: Editora Cadernos de Linguagem e Sociedade, 2020.

SMEHA, Luciane Najar. **Aspectos epistemológicos subjacentes a escolha da técnica do grupo focal na pesquisa qualitativa**. São Paulo: Editora IMED, Revista de Psicologia, vol.1, n.2, 2009.

SOME, Sobonfu. **O espírito da intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Editora Biblioteca Nacional de Portugal, 2009.

TORRES, Nelson Maldonado. **Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas**. In: COSTA, Joaze Bernardino; TORRES, Nelson Maldonado; GROSFOGUEL, Ramon. **Decolonialidade e pensamento afrodiasporico**. São Paulo: Editora Autêntica, 2019.

WERNECK, Jurema. **Racismo institucional e saúde da população negra**. Rio de Janeiro: editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

ZAMBONIL, Chiara. **Genealogias**. Florianópolis: Editora Interthesis, 2018.

ZANELLO, Valeska. **Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para psicologia**. In: PORTO, Madge; ZANELLO, Valeska. **Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para a Psicologia**. Brasília, DF: editora Conselho Federal de Psicologia, 2016.

GLOSSÁRIO

CONCEITOS FEMINISTAS DE USO COTIDIANO

Androcentrismo: perspectiva que demarca o homem como centro na sociedade, na cultura e na história. Vincula-se ao patriarcado, ao sexismo, à desigualdade de gênero, a discriminação contra a mulher, considera o masculino como universal.

Heteronormatividade: sistema que padroniza e naturaliza a heterossexualidade como universal, que valida padrões comportamentais heterossexuais como inquestionáveis, corresponde a um dispositivo histórico da sexualidade e uma tecnologia da normatização das relações de gênero, questiona como desvios outras formas de manifestação da sexualidade.

Cultura do Estupro: significa a naturalização da culpabilização, banalização da responsabilização das mulheres em situação de violência sexual e a valorização da violência sexual masculina como atributo natural. Reforça o machismo, o sexismo, a misoginia, a violência contra as mulheres. Se concretiza no cotidiano, na linguagem, na mídia.

Descriminalização do aborto: é uma questão de saúde pública, o aborto ilegal provoca altos índices de mortalidade materna, afeta as mulheres periféricas, negras, indígenas, em situações de vulnerabilidade. O aborto é considerado crime na maioria das regiões Latino-Americanas e Caribenhas, com países marcados pela dominação patriarcal. No Brasil, o aborto é crime previsto no artigo 128, do Código Penal Brasileiro. A autorização para a interrupção da gestação existe quando há risco de vida para a mãe ou se a gestação partiu de um estupro.

Empoderamento: é instrumento de transformação social e emancipação política, significa reconstrução das bases sociopolíticas, rompendo padrões de opressões. São referências para esse conceito: Paulo Freire, Bell Hooks, Patricia Hill Collins, Angela Davis, Batliwala, Joice Berth, que entendem empoderamento como a aliança entre conscientizar-se criticamente e transformar na prática, algo contestador e revolucionário na sua essência, trabalho político, questiona o modelo de poder, é um instrumento de luta social, teórico e prático, individual e coletivo, que objetiva fazer com que as minorias sociais saiam do lugar de subalternidade.

Epistemologias Feministas: vertentes propositivas e alternativas metodológicas, as investigações e abordagens sobre o papel da experiência feminina para as teorias do conhecimento e a filosofia da ciência. A desqualificação do feminino favoreceu uma leitura autoritária da teoria do conhecimento sobre os critérios constituintes, esta preocupação desconsidera a crítica da própria possibilidade de generalização, universalização e objetividade como os padrões necessários. A exclusão da experiência feminina das abordagens epistemológicas tradicionais, a posição de justificação epistêmica da suposta

generalidade e neutralidade é contextual, situada e informada pelo status do sujeito epistêmico, um sujeito masculino, branco e heterossexual. A legitimação do espaço e do estilo cognitivo das mulheres na pesquisa filosófica, a busca por um conhecimento do mundo e da realidade que possua um padrão mais democrático denuncia a explicação sobre a ausência das mulheres nos espaços de reflexão e investigação epistemológica e científica.

Femicídio: tipifica o assassinato de mulheres por questões de gênero, em função de seu sexo. No Brasil, a Lei 13.104, de 2015, definiu como crime hediondo quando ocorre no âmbito da violência doméstica e familiar e quando existe menosprezo ou discriminação pela sua condição de mulher. Trata-se de um crime de ódio, revela a misoginia contra mulheres e meninas, configura o ápice das violências contra as mulheres.

Feminazi: conceito que agride e insulta o feminismo militante, caracteriza pejorativamente as feministas como radicais, desprestigia e desqualifica a luta feminista.

Femismo: neologismo português que define pejorativamente o feminismo, reverso do machismo, mulheres superiores dominadoras dos homens, na misandria (ódio aos homens).

Feminismos da diferença: incluem as definições como: Feminismo Indígena; Feminismo Asiático; Transfeminismo; Feminismo Lésbico; Feminismo Queer; Feminismo Radical; Feminismo Protestante; Feminismo Comunitário; Feminismo Ambiental.

Feminismo anglo-americano: denuncia os aspectos arbitrários das representações da imagem feminina, destaca a escrita de mulheres como lugar socialmente privilegiado para experiência feminina; expõe a legitimidade da ideologia patriarcal, questiona os paradigmas essencialistas e universais, problematiza a literatura para evidenciar as mulheres silenciadas e excluídas da história, recupera a identidade feminina, rejeita os pressupostos teológicos.

Feminismo francês: tem influência dos filósofos franceses pós-estruturalistas: Foucault; Deleuze, Derrida, buscaram o descentramento do sujeito, marginalidade, alteridade e diferença; também da vertente psicanalítica dos conceitos de Lacan: identificação da subjetividade feminina, exploração do inconsciente e emancipação pessoal; identificação da opressão da mulher. Derrida apresentou a questão da mulher enquanto outro. Foucault realizou crítica das teorias clássicas relativas aos conceitos de poder e representação, verificou a microfísica do poder, articulado ao Estado, perpassado em toda a estrutura social, conceituou que as relações de poder ultrapassam o nível estatal, estão presentes em toda a sociedade, defendeu que o poder constitui uma prática social construída historicamente.

Feminismo eurocêntrico: afirma que o problema da dominação patriarcal de gênero é universal, unitário, sem diferenças, considera a possibilidade de transmitir às mulheres não brancas, indígenas e negras, dos continentes colonizados os avanços da modernidade;

sustenta uma posição de superioridade moral das mulheres europeias.

Feminismo branco: atua com os privilégios da supremacia branca, são mulheres que não reconhecem as opressões, feminicídios e violências, feminização da pobreza desemprego, decorrente do sistema patriarcal e da supremacia masculina e branca burguesa.

Feminismo Negro: movimento social protagonizado por mulheres negras para dar visibilidade às pautas dos direitos, diante das diferenças, da hegemonia, opressões e violências não reconhecidas pelas brancas. No Brasil, se manifesta na década de 1970, a partir da reivindicação das mulheres negras com questionamentos sobre as condições específicas vivenciadas pelas mulheres negras.

Feminismo indígena e afro-americano: narrativas históricas e relatos etnográficos confirmam a existência de nomenclaturas de gênero nas sociedades indígenas e afro-americanas, uma organização patriarcal diferente do gênero ocidental. Busca a resolução das tensões da dupla inserção das mulheres indígenas e afro-americanas na luta de gênero.

Feminismo anti-colonial: evidencia a subversão do processo de dominação colonial europeia, a partir de movimentos sucessivos de independência que levaram ao surgimento dos Estados Unidos e das repúblicas latino-americanas e do continente africano e asiático, do Pacífico e o Caribe. Permitiram a emergência do conceito de descolonização, da superação do colonialismo e da libertação das colônias. As vertentes que desenvolveram esses conhecimentos foram os Estudos Culturais, os pós-coloniais e subalternos.

Feminismo Decolonial: Maria Lugones evidenciou a dominação latino-americana do sistema colonial mesmo após o colonialismo, através do seu conceito da colonialidade de gênero. Considera a existência de uma matriz de dominação articulado aos sistemas capitalistas, heterossexual, patriarcal, racista e o sexista. Questiona a dominação histórica da Europa sobre outros povos; informa que as consequências políticas, econômicas, sociais e culturais reverberam impactos na modernidade ocidental, devido aos processos de racialização e sexualização das relações sociais, da heterossexualidade obrigatória da legitimação do pensamento único eurocêntrico.

Gaslighting: significa uma violência psicológica, a tentativa de fazer a mulher acreditar que enlouqueceu, com questionamentos e dúvidas sobre si, sua sanidade, percepção e memória, sobre suas ações na realidade, gera o sentimento de incapacidade e discernimento sobre sua experiência cotidiana, diante de acusações machistas, manipulação dos homens.

Individuação: Carl Gustav Jung conceitua como um processo de diferenciação que significa tornar-se um ser único e independente, alcançar uma singularidade profunda, o próprio si-mesmo, consiste no processo de conhecimento em que uma pessoa se torna um indivíduo,

uma unidade autônoma, ou um todo separado, distinto e indivisível. Objetiva o desenvolvimento da personalidade individual unificada, da consciência da pessoa. O processo de individuação é considerado o conceito básico central da Psicologia Junguiana, pois este processo é a realização do Self, significa tornar-se quem se é verdadeiramente, consiste na aproximação do eu atemporal, autopercepção de identidade, equilíbrio da totalidade psíquica .

Interseccionalidade: conceito central nas pautas feministas da diferença, contempla as demandas específicas das mulheres negras, questiona a universalidade da noção de mulher. Foi usado pela primeira vez na área jurídica por Kimberlé Crenshaw, advogada norte-americana. Ela introduziu no direito, a teoria interseccional, o estudo da intersecção de identidades sociais, relacionadas aos sistemas e estruturas da dominação e da discriminação. Inicialmente as teorias interseccionais foram desenvolvidas para uso em tribunais e julgamentos. O conceito formulado reconhece os direitos das mulheres, direitos humanos, no âmbito internacional, do mesmo modo como a discriminação racial é condenada como uma violação de direitos humanos.

Lugar de Fala: termo divulgado pela autora Djamila Ribeiro, considera os questionamentos sobre as possibilidades, espaços e autoridade do sujeito que fala e narra suas experiências. Esse espaço de enunciar e apresentar a autoridade remete a posição que ocupa como constituinte e não constituído do discurso opressor e dominante que invisibiliza as vozes femininas. Reconhece que determinados sujeitos falam de um lugar de privilégios e poder, por isso busca romper com a dicotomia, a polarização, a hierarquia e a contradição sobre o sujeito do conhecimento.

Mansplaining: corresponde a uma violência emocional, ocorre quando uma mulher explica algo e o homem toma sua frente, acha-se superior, menospreza e explica a mesma coisa ou impede e invalida que ela explique, considerando que ela é incapaz de explicar, afeta a segurança e confiança da autoridade da mulher sobre ela mesma.

Maninterrupting: indica uma violência velada e sutil das sucessivas interrupções que os homens fazem quando uma mulher está falando, atrapalhando sua argumentação e discurso.

Manspreading: ocorre quando no uso do transporte público coletivo um homem sentado esparrama e utiliza o espaço nas cadeiras, impedindo que a mulher sente confortável e invadindo seu espaço.

Machismo: pressupõe que as mulheres são por natureza seres inferiores aos homens. Um conjunto de crenças, práticas sociais, atitudes promovem a negação da mulher como sujeito.

Masculinidade tóxica: corresponde a fixação de características de gênero, concepções

binárias de masculino e feminino que valoriza atributos de virilidade, hostilidade e agressividade da masculinidade; discrimina e desvaloriza a mulher em condição de subalternidade, docilidade, passividade. Padroniza identidades de ser homem prejudicial, foca na agressão das representações sociais. Atribui o senso de propriedade sobre o mundo pelos homens que tem direito e autoridade sobre os outros, e exercem poder de formas objetivas ou sutis, através da chantagem emocional, do abuso de empatia, do controle, das ameaças.

Masculinismo: Movimento que procura a igualdade entre o homem e a mulher da perspectiva masculina, defendendo os direitos e necessidades, atitudes masculinas.

Misoginia: tem origem nas palavras gregas misogynia, define uma aversão e ódio às mulheres, a humilhação, e marginalização às características femininas; defende a superioridade dos homens e do masculino, expressões simbólicas, psicológicas, físicas, os estereótipos, discriminações e preconceitos às mulheres; se expressa pela violência machista, e a objetificação sexual da mulher.

Objetificação feminina: redução da pessoa à condição de objeto, de coisa; denota a objetificação sexual da mulher, caracteriza as mulheres aos atributos da beleza e ao prazer sexual, delimita a exposição do corpo feminino aos homens.

Patriarcado: o sistema sociopolítico em que o gênero masculino e a heterossexualidade têm supremacia, indica uma sociedade onde prevalecerem os critérios dos homens, significa a manifestação do machismo e da rejeição às diferentes identidades e orientações sexuais.

Teto de vidro: refere-se a limitação velada à ascensão profissional das mulheres nas organizações, por serem mulheres, é um obstáculo cultural invisível na carreira feminina, que as impede de alcançar posições de liderança, mesmo sem leis ou dispositivos sociais e normas oficiais que imponham uma limitação explícita ao desenvolvimento profissional.

Sexismo: discriminação das pessoas em razão do sexo, afetam as mulheres, devido à vigência de crenças culturais que as consideram naturalmente inferiores ou desiguais aos homens.

Sororidade: indica a necessidade de superar as rivalidades e concorrências entre mulheres, uma aliança entre as mulheres, que proporciona a confiança, o reconhecimento mútuo da autoridade e o apoio. Significa a acolhida das mulheres na condição de reconhecimento da semelhança feminina, pela força das mulheres, contra a desigualdade em relação aos homens.

Subjetivação: foi introduzido por Michel Foucault na perspectiva de se realizar uma crítica da história do sujeito, modos de construção da subjetividade, que permitem a compreensão das práticas de si que constituem vida dos indivíduos. O processo de subjetivação marca um movimento de ruptura, o sujeito é composto por abordagem não essencialista e universal sobre condições históricas de subjetividade, as práticas de “cuidar de si.

APÊNDICE A

ROTEIRO DA PESQUISA DE CAMPO

PESQUISADORA FACILITADORA: Maria Helena Rodrigues Campelo

LOCAL: Projeto Social Sementes da ICA - PROSSICA, Castelão, Fortaleza – Ceará.

METODOLOGIA: Intervenção com grupo temático educativo reflexivo entre mulheres, sobre subjetivação das mulheres nas famílias.

CATEGORIAS: Mulheres, Famílias, Subjetivação.

TEMA DA PESQUISA: Admiráveis mulheres de fronteiras: o processo de subjetivação feminina nas famílias - narrativas cotidianas contemporâneas ao século XXI em grupos de uma Organização da Sociedade Civil em Fortaleza – Ceará.

OBJETIVO GERAL: Compreender o processo de subjetivação das mulheres no contexto familiar, em relação a influência das novas configurações familiares e os modos de produção do feminino socialmente normatizados, expressas nas narrativas em grupo de mulheres em Fortaleza – Ceará.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Identificar como ocorre o processo de subjetivação das mulheres no âmbito de suas respectivas famílias na contemporaneidade. Analisar a influência do processo de subjetivação das mulheres, os modos de produção do feminino socialmente normatizados e as manifestações de resistência feminina em suas famílias; Investigar a relação entre as transformações contemporâneas das configurações familiares e o processo de subjetivação das mulheres.

TEMÁTICAS:

- 1 – Início do grupo: Apresentação da pesquisa; acordo de convivência; história de vida.
- 2- Subjetividade feminina no cotidiano: o que você considera que define mulheres?
- 3 - História das Mulheres: O que você já fez ou deixou de fazer por ser mulher?
- 4- Histórias de Famílias: Qual a história de vida das mulheres de sua família?
- 5 – Direitos das Mulheres: Você observa os direitos das mulheres no cotidiano?
- 6 – Autonomia, Empoderamento, Protagonismo: Você percebe responsabilidade em sua vida?
- 7 -Amor e sexualidade: O que significa o amor? Como observa sua sexualidade?
- 8 - Casamento e maternidade: Como compreende o casamento? Como identifica a maternidade?
- 9–Etnicidade: Como você se define em relação à etnicidade?
- 10 – Cultura: Como você avalia as características culturais que definem sua família?
- 11 – Espiritualidade e religiosidade: Como você se sente com a sua religião e de sua família?

- 12 - Saúde: Como você define sua saúde atualmente?
- 13 - Trabalho: Qual a relação e sentido com o trabalho ao longo da vida?
- 14 - Educação: Como ocorreu o seu acesso e das mulheres de sua família à educação?
- 15 – Violência: Você já vivenciou alguma situação de violência em sua família?
- 16 – Encerramento do grupo– agradecimentos do encontro; devolutiva do processo.

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado por **Maria Helena Rodrigues Campelo** como participante da pesquisa intitulada: Admiráveis mulheres de fronteiras: o processo de subjetivação feminina nas famílias - narrativas cotidianas contemporâneas ao século XXI em grupos de uma Organização da Sociedade Civil em Fortaleza – Ceará. Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

A pesquisa será realizada com mulheres adultas de famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pela Organização da Sociedade Civil OSC PROSSICA, na cidade de Fortaleza – Ceará. A coleta das informações será feita a partir de grupos temáticos com mulheres, público participante na instituição. O objetivo geral da pesquisa: compreender o processo de subjetivação das mulheres no contexto familiar, em relação à influência das novas configurações familiares expressas nas narrativas contemporâneas ao século XXI, a partir de grupos de mulheres de uma Organização da Sociedade Civil em Fortaleza – Ceará.

Os benefícios da pesquisa são a contribuição para a construção de projetos de vida das mulheres e o fortalecimento da perspectiva da educação para as famílias, como possibilidades de transformação social. Os possíveis riscos e desconfortos que podem emergir se referem a temática de estudo despertar questões fundamentais das mulheres em suas famílias.

Como pesquisadora assumo o compromisso de utilizar o material coletado apenas para pesquisa. Como participante da pesquisa não haverá pagamento pelas informações oferecidas. Você poderá a qualquer momento recusar a continuar participando da pesquisa e que também poderá retirar o seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo.

Como pesquisadora garanto que as informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto aos responsáveis pela pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos.

Endereço d(os, as) responsável(is) pela pesquisa:

Nome: Maria Helena Rodrigues Campelo

Instituição: Universidade Federal do Ceará – UFC

Endereço: Rua Padre Constantino, 19, torre 02, ap. 403, Jacarecanga.

Telefones para contato: 085 998539328; Email: lenacampelo@gmail.com

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua

Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8344/46. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira). O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

O abaixo assinado _____, _____ anos, RG: _____, declara que é de livre e espontânea vontade que está como participante de uma pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Fortaleza, ____/____/____

Participante da Pesquisa

Maria Helena Rodrigues Campelo - Pesquisadora e Profissional que aplicou TCLE

ANEXO A**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA****TERMO DE COMPROMISSO PARA UTILIZAÇÃO DE DADOS**

Os pesquisadores do projeto de pesquisa intitulado: Admiráveis mulheres de fronteiras: o processo de subjetivação feminina nas famílias - narrativas cotidianas contemporâneas ao século XXI em grupos de uma Organização da Sociedade Civil em Fortaleza – Ceará, comprometem-se a preservar a privacidade dos dados sobre as participantes relativos a história das mulheres e suas respectivas famílias, concordam e assumem a responsabilidade de que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. Comprometem-se, ainda, a fazer a divulgação das informações coletadas somente de forma anônima e que a coleta de dados da pesquisa somente será iniciada após aprovação do sistema CEP/CONEP. Salientamos, outrossim, estarmos cientes dos preceitos éticos da pesquisa, pautados na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Fortaleza, ____/____/____

**Maria Helena Rodrigues Campelo
Pesquisadora Principal**

ANEXO B

CRONOLOGIA DOS DIREITOS DAS MULHERES BRASILEIRAS

1827 – Primeira legislação referente à educação das mulheres.

1832 - 5 de Janeiro - livro Direitos das Mulheres e Injustiça dos homens é publicado no Brasil - obra fundadora do feminismo brasileiro, de Nísia Floresta. No Brasil, o movimento pelos direitos da mulher começou com Rui Barbosa. Durante o governo de Getúlio Vargas, foi assinado o Decreto 21076, que assegurava às mulheres o direito de votar.

1838 – Nísia Floresta funda no Rio de Janeiro um colégio para educação de meninas.

1869 – Criação da escola normal com possibilidade de profissionalização para as mulheres.

1877 – Surgimento das primeiras escolas normais mistas.

1878 - 20 de Fevereiro: encenação da peça O voto feminino de Josefina Álvares, no Teatro Recreio, uma das primeiras mulheres a defender o direito ao voto e à cidadania no país.

1879 - 19 de Abril - Direito de acesso das mulheres ao Ensino Superior é conquistado no Brasil, autorizadas a cursar as instituições, por meio Decreto nº 7.247.

1907 - 21 de Março: I Conferência Internacional de Mulheres Socialistas.

1910 – A professora Leolinda de Figueiredo Daltro funda o Partido Republicano Feminino. Criação do Dia Internacional da Mulher na II Conferência Internacional de Mulheres.

1917–Anita Malfati realiza a exposição de pintura moderna; serviço público aceita mulheres.

1918 - 1 de Abril: Maria Lacerda de Moura publica a obra: Em torno da educação; reafirma a instrução como fator indispensável para a mulher transformar sua vida.

1919 - 2 de Abril: foi aprovada a resolução para igualdade de salários, pela Conferência do Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Berta Lutz e Maria Lacerda de Moura fundam a Liga para a emancipação intelectual da mulher.

1922 – I Congresso Feminista Internacional/ Federação Brasileira pelo progresso feminino.

1925 – Julia Monteiro Soares funda o partido liberal feminino.

1928 - 11 de Abril: eleita a primeira prefeita da História do Brasil, a primeira da América latina a assumir o governo de uma cidade: Alzira Soriano de Souza, em Lajes - RN.

1932 - 15 de Abril - Decreto lei 21076 de 24.02.1932, aprova o direito ao voto secreto e o voto feminino, regulamentado no Brasil pelo novo Código Eleitoral, as mulheres passaram a votar, com limitações. O Código Eleitoral retirou essas restrições, assegurou o voto feminino a qualquer mulher, independentemente da origem de sua renda ou estado civil, garantiu a mulheres acima de 21 anos os direitos de votar e serem votadas em todo o território nacional.

1934 – Constituição assegura o direito à licença maternidade.

1947- Comemorações do Dia internacional das mulheres e o dia das mães. o sufrágio feminino passou a ser previsto na Constituição Federal.

1948- a Declaração Universal dos Direitos Humanos explicita o rol de direitos humanos internacionalmente e garante o direito à participação política para homens e mulheres.

1949 – Criação dos jogos de primavera – Olimpíadas femininas. 1º de Junho: I Encontro Nacional Feminista, em Fortaleza, durante a 31ª SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

1951- Betha Lutz recebe o título de Mulher das Américas.

1952- Bertha Lutz representa o Brasil na Convenção da Mulher da ONU - cria a Comissão de Estatutos da Mulher das Nações Unidas.

1953- Bertha Lutz foi eleita delegada do Brasil junto à Comissão Interamericana de Mulheres da União Panamericana de Repúblicas.

1956 - 18 a 20 de Maio: I Conferência Nacional das Mulheres Trabalhadoras do Brasil, organizada pelo Partido Comunista.

1962 - 27 de Agosto - Estatuto da Mulher Casada, Lei 4.212/1962, a mulher não precisava de autorização do marido para trabalhar.

1966 – Romy de medeiros funda o Conselho Nacional de Mulheres do Brasil;

1968 - 21 de Maio: I Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas;

1971- 30 de abril: Dia nacional da mulher para homenagear Jeronima Mesquista que serviu na 1ª guerra mundial.

1975 – Surge a primeira entidade feminista – Centro da Mulher Brasileira. Bertha Lutz representa o Brasil no Congresso Internacional da Mulher. Na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, marco na história da incidência das mulheres negras no movimento feminista. Seminário sobre o Papel e o Comportamento da Mulher na Sociedade Brasileira - marco do feminismo brasileiro contemporâneo. I Conferência Mundial sobre a Mulher, na Cidade do México. Movimento Feminino pela Anistia é criado por Therezinha Zerbini. ONU reconheceu o Ano Internacional da Mulher e oficializou a Década da Mulher pela Assembléia Geral da ONU (1975-1985).

1977 – Aprovada a Lei do Divorcio - nº 6.515, primeira sobre a dissolução dos casamentos.

1978 – Surgem os grupos feministas SOS – Mulher, para atendimento às mulheres em situação de violência.

1979 – Convenção Internacional contra todas as formas de discriminação contra a mulher. Aprovação da Lei da Anistia. Fundado o grupo tortura nunca mais. Criada a comissão violência contra mulher.

1980 - 2 de Junho: É fundado o SOS Mulher em São Paulo.

1982 - 4 de Junho: criado o primeiro grupo de mulheres rurais que dará origem ao MMTR-NE, em Alagoa Grande, Paraíba. A primeira ministra nomeada na história pelo general Figueiredo para o Ministério da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz foi a primeira mulher a ocupar uma cadeira da OAB e a dar aulas na USP.

1983 - 5 de Junho: Coletivo de Mulheres Negras é criado. Criação do Conselho Estadual da Condição Feminina de SP.

1984 - 6 de Junho: Criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) pelo Ministério da Saúde.

1985 - 7 de Junho: criação do Ano Internacional da Mulher Definido pela ONU, data comemorativa para todo o mundo. Primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher é inaugurada em SP. Fortaleza elege a primeira prefeita dentre as capitais: Maria Luiza Fontenelle. Em 29 de Agosto: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher é criado no Ministério da Justiça.

1986 - 8 de Junho: criada a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora na CUT.

1987 - 26 de Março - Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes. Em 9 de Junho - IX Encontro Nacional Feminista Realizado em Garanhuns, Pernambuco.

1988 - 10 de Junho: Programa Nacional da Mulher Negra criado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; o Tribunal Winnie Mandela no Rio de Janeiro, realizou um julgamento simbólico da Lei Áurea que apontava efeitos negativos da escravidão para as mulheres negras no Brasil. Luiza Erundina é eleita primeira prefeita de São Paulo, maior capital do país. O "Lobby do Batom" organizado por feministas e pelas 26 deputadas federais constituintes, movimentos de mulheres. De 2 a 4 de Dezembro: I Encontro Nacional de Mulheres Negras. O segundo encontro nacional foi realizado em 1991 em Salvador/BA, em 1994, ocorreu o II Seminário Nacional de Mulheres Negras. Nova Constituição Federal do Brasil.

1990 - Em 12 de Junho - Dia 28 de setembro é escolhido como Dia pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe, no V Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (Argentina). Criação da comissão nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora Rural no DNTR-CUT.

1992 - 6 de Junho I Seminário Nacional da Mulher Indígena; 14 a 16 de Maio: Planeta Fêmea na ECO-92, no Rio de Janeiro, luta das mulheres na luta contra o capitalismo verde.

1993 - Junho: Seminário Nacional Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras.

1995 - 17 de Junho: Encontro das Mulheres Afro Latino-Americana e Caribenha em Santo Domingo, na República Dominicana. Foi instituído o 25 de julho como Dia da Mulher Afro-

latino-americana e Caribenha, data incorporada na agenda política das organizações de mulheres negras brasileiras. I Encontro Nacional de Mulheres da CONTAG: marca a criação da Comissão Nacional de Mulheres da Contag. De 4 a 15 de Setembro - IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher - Beijing/China. Em 29 de Setembro: Lei Federal 9.100/95 - Lei de Cotas para Mulheres nas candidaturas para as eleições, estabeleceu 20% de candidatas, em 1997, as cotas foram ampliadas para 30%, em 2009 se tornaram obrigatórias.

1996 - 29 de Agosto: I ENLAC – Encontro Latino Americano e do Caribe de Trabalhadoras Rurais, realizado em Caucaia, Ceará, Brasil.

1999 - 18 de Junho: I Seminário Nacional de Lésbicas e Bissexuais - SENALE, no Rio de Janeiro, marcou da história da organização das Lésbicas no Brasil, foi instituído o 29 de agosto, Dia Nacional da Visibilidade Lésbica.

2000 - 23 de Junho: III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância é realizada em Durban, na África do Sul. Em 3 de Agosto: Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e Marcha das Margaridas.

2001 - 23 de Junho: 1ª Marcha das Vadias do país acontece em São Paulo.

2002 - 24 de Junho: criada a Secretaria de Estados dos Direitos da Mulher.

2003: no Governo Lula - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Ocorre a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras lançou a Plataforma Política Feminista. I Encontro das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, em Manaus, foi criado o Departamento de Mulheres Indígenas (DMI).

2004 - 26 de Junho: instituído o Dia da Visibilidade Transsexual; 29 de janeiro se tornou o dia da visibilidade trans; I Conferência Nacional de Política para as Mulheres no Brasil.

2005 - 27 de Junho: X Encontro Feminista Latino Americano ocorre no Brasil, em São Paulo.

2006 - A Lei Maria da Penha é sancionada.

2009 - 1º de Julho: I Cúpula de Mulheres Indígenas de Abya Yala realizada em Puno, Peru.

2010 - 1º de Janeiro: Governo Dilma Rousseff -primeira mulher presidenta do Brasil, convocou nove mulheres para os ministérios, recorde de representação. 28 de setembro - Dia Latino-Americano e Caribenho pela Descriminalização e Legalização do Aborto.

2011 - Dia 20 de novembro: dia da consciência negra; dia da Memória Trans e Travesti.

2014 - Lei nº 12.987/2014 foi sancionado pela presidenta Dilma Rousseff, como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra.

ÍNDICE

Amor, 38 - 88, 107 - 129
Autonomia, 98 - 105
Casamento, 107 - 129, ,
Capitalismo, 153 - 175, 184 - 191, 170 - 207
Colonialidade, 161 - 175
Cotidiano, 25 - 37
Cultura, 161 - 175
Direitos das mulheres, 75 - 82
Educação, 219 - 237
Empoderamento, 98 - 105
Etnicidade, 153 - 160
Famílias, 53-64 176 - 237
Feminismos, 106 - 160
Gênero, 66 - 74, 106 - 149,
História de vida, 30 - 34
Historia de famílias, 83 - 89
História de mulheres, 75 - 82
Identidade, 90 - 97
Individualidade, 72 - 81
Interseccionalidade, 153 - 160
Matriarcado, 143, 152, 230, 264,
Maternidade, 130 - 152,
Machismo, 150 - 162, 77 - 86, 152- 199
Modernidade, 161 - 175
Mulheres, 53 - 64, 104 - 107, 129 - 163
Pandemia Covid 19, 39 - 42
Patriarcado, 177 - 202
Prossica, 38 - 50
Protagonismo 98 - 105
Racismo, 150 - 176
Religião, 177 - 191
Representatividade, 88 - 95, 163 - 176
Representação, 90 - 97
Saúde, 192 - 202
Sexismo, 150 - 162
Sexualidade, 107 - 129
Subjetivação, 53 - 64, 65 - 105
Subjetividade, 63 - 66, 74 - 83
Sujeito, 63 - 71
Trabalho, 203 - 218
Violência, 130 - 152, 238 - 254